HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

Gustavo Barroso

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Volume 192

Edições do Senado Federal

As obras dos engenheiros militares Galluzzi e Sambuceti e do arquiteto Landi no Brasil Colonial do séc. XVIII. Este é um volume de consulta imprescindível para historiadores e todos aqueles interessados na grande saga de construção do Brasil.

Enfocando sua atenção para a permanência dos engenheiros militares italianos Enrico Antonio Galluzi e Domenico Sambuceti assim como do arquiteto Antonio Landi, que aqui estiveram no Norte do Brasil, o autor recupera para a memória nacional a permanência de eminentes italianos que ajudaram na construção da nossa pátria. Vieram contratados para a construção de fortalezas como a de São José de Macapá e do Forte Príncipe da Beira e fizeram também, no Pará, obras de caráter civil como a construção das igrejas de Santo Alexandre e a Catedral da Sé, assim como o palácio do governo.

De um desenho arquitetônico original, mais próximos ao neoclassicismo, os engenheiros e o arquiteto italiano deixaram suas marcas no século XVIII, no Brasil, além do Norte, no Centro-Oeste e de edificações, por exemplo, no caso de Sambuceti, encomendadas pela nobreza de Alcântara, no Maranhão. O livro de Riccardo Fontana representa resgate da memória brasileira e reconhecimento da contribuição arquitetônica italiana que muitos no Brasil, e mesmo na Itália, ainda desconhecem.

VOLUME 46

EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

A noite das garrafadas. No dia 13 de fevereiro de 1831, os portugueses festejavam o regresso da viagem de D. Pedro I a Minas Gerais. Em meio à comemoração, os brasileiros, descontentes com as atitudes do soberano e inconformados com a influência dos portugueses na vida burocrática e administrativa do país, investiram contra os lusitanos usando pedras e garrafas como arma.

Nos sete capítulos deste livro, o autor, Chico Castro, estuda os antecedentes e o pano de fundo histórico que culminarão na abdicação de D. Pedro, em 7 de abril de 1831. Os capítulos estão ordenados de acordo com os sete pecados capitais. O primeiro, o massacre da Praça XV, pertence à categoria do pecado da vaidade, até chegar à preguiça, relativo à noite das garrafadas. Entre eles, estão os estudos sobre a dissolução da Assembleia Nacional Constituinte, a Confederação do Equador, a marquesa de Santos, a guerra Cisplatina e o assassinato de Líbero Badaró.

VOLUME 173

Gustavo Adolfo Luís Guilherme Dodt da Cunha Barroso
(*Fortaleza, 29/10/1888 – ✝Rio de Janeiro 3/12/1959),
advogado, professor, político, historiador, contista, folclorista, cronista brasileiro.

História militar do Brasil

. . . .

Edições do Senado Federal – Vol. 192

História militar do Brasil

Gustavo Barroso

Edição ilustrada com cerca de
50 gravuras e mapas

Brasília – 2019

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
Vol. 192

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF
cedit@senado.gov.br
http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho

ISBN: 978-85-7018-495-5

Barroso, Gustavo, 1888-1959.
História militar do Brasil / Gustavo Barroso. – 1. reimpr. – Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

268 p. : il., mapas. – (Edições do Senado Federal ; v. 192)
Inclui bibliografia

1. História militar, Brasil. 2. Exército, história, Brasil. 3. Império (1822-1889), Brasil. 4. Período colonial (1500-1822), Brasil. 5. República (1889-), Brasil. 6. Guerra, Brasil. I. Título. II. Série.

CDD 355.48

. . . .

Sumário

II PARTE

HISTÓRIA DAS GRANDES CAMPANHAS MILITARES

. . . .

Vestíbulo

GUSTAVO BARROSO

ESTE LIVRO *é o resultado de uma campanha nacionalista que iniciei há vinte e quatro anos, em 1911, pelo* Jornal do Comércio, *quando lancei a ideia da fundação de um museu histórico de caráter militar. Não me arrefeceram o entusiasmo, com o correr dos anos, a indiferença geral, a baba dos despeitados, as injustiças do poder público e os ataques mesquinhos de alguns positivistas. Continuei-a ininterruptamente pela imprensa, onde quer que escrevesse. Fiz conferências no Clube Militar e nas academias. Levei-a para o seio do Congresso Nacional. Publiquei cinco livros sobre os episódios de nossas guerras estrangeiras e um sobre nossas tradições militares, justificando a minha ideia da criação dos Dragões da Independência; organizei, nomeado pelo presidente Epitácio Pessoa, o Museu Histórico Nacional, desenvolvi-o, malgrado os obstáculos, e tornei-o, felizmente, uma instituição digna do nosso passado; comemorei o centenário de nossa emancipação política com uma obra*

sobre os nossos uniformes e organizações militares, em colaboração com o pintor J. Washt Rodrigues; e, no curso de museografia do Museu Histórico, procurei ensinar aos moços o amor de nossas glórias.

O resumo histórico de nossas campanhas contido neste volume foi constituído com a série de lições sobre História Militar do Brasil, dadas no curso de extensão universitária do mesmo museu em 1933, que repeti em 1934 na Escola de Oficiais da Milícia Integralista do Distrito Federal. Preencho, outrossim, sensível falha da nossa bibliografia. A única História militar do Brasil existente foi escrita, em 1762, por José de Mirales!

Foi essa, sem falsa modéstia, a pequena contribuição que pude prestar ao meu país em prol da restauração do culto de seu glorioso passado. Se lhe falta ciência, não lhe falta, estou certo, consciência, que esta se mostra a cada passo na sinceridade dos propósitos e, sobretudo, no meu amor pelo Brasil.

I Parte

História da organização do exército, seus uniformes, hierarquia e armamentos

. . . .

Capítulo I

SÉCULOS XVI, XVII E XVIII – BRASIL COLÔNIA

A PRIMEIRA TROPA mais ou menos regular que teve o Brasil, vinda de Portugal, foi composta pelos 600 voluntários desembarcados com o governador-geral Tomé de Sousa, na Bahia, em 1549. Sobre sua organização, bem como sobre a dos soldados que combateram os franceses no Rio de Janeiro às ordens dos Sás, ao certo nada se sabe. Assim, no século XVI, da divisão do Brasil em capitanias até as invasões estrangeiras, não se conhecem documentos seguros de nossa vida militar. Os homens desse tempo, como os bandeirantes a que aludia D. Luís de Céspedes, alçavam bandeiras e nomeavam eles próprios os seus capitães sem levar em conta ordenanças reais.

No século XVII, a situação é outra. Torna-se maior o interesse da metrópole pelo país, pois a ambição de outras nações colonizadoras faz com que se pense mais na defesa do Brasil. Travam-se grandes lutas. As forças que nelas tomam parte são formadas no nosso próprio território, de acordo com os preceitos militares da época. Aparecem os terços de brancos, de pretos, de pardos e de índios. O terço era a unidade tática que sucedera, no ocidente europeu, à variável e confusa hoste ou mesnada me-

dieval, como essa fora sucessora da formidável legião romana, por sua vez herdeira da falange greco-macedônica. O terço tinha dez companhias de cem homens cada uma, comandadas por capitães, que, em parada, como os das companhias atuais, iam, em fileira, à frente, seguidos de dez pagens levando sobre almofadas de veludo seus capacetes emplumados. Formação militar eminentemente peninsular criada pelo grande capitão espanhol Gonçalo de Córdova. Governava o terço um mestre de campo, auxiliado por um sargento-mor e por um ajudante. As primeiras companhias eram armadas de chuços e chilfarotes; seus oficiais inferiores tinham espadas. As últimas carregavam mosquetes e seus sargentos e cabos, piques ou alabardas. Todos os oficiais subalternos e superiores traziam bastões de comando.

Em 1629, quando Matias de Albuquerque chegou ao Recife, encontrou para defender a capital ameaçada pelos holandeses somente 130 homens. Imagine-se, pois, o valor dos chefes dessa época que escreveram a epopeia da guerra holandesa coroada pelas esplêndidas vitórias das Tabocas e dos Guararapes. Nelas muito se distinguiram as célebres "companhias de assalto". Como nessa campanha Henrique Dias se tivesse coberto de glória à frente de seu terço de pretos, durante mais ou menos dois séculos, existiu no Exército do Brasil uma formosa tradição: terços e, depois, regimentos, em Pernambuco, na Bahia, no Rio, em Minas, de caçadores a pé das milícias, com fardas brancas paramentadas de vermelho, compostos unicamente de negros e intitulados henriques ou caçadores-henriques. Essa tradição infelizmente desapareceu.

Após a guerra holandesa, o governador Brito Freire, restaurando a capitania de Pernambuco, deu-lhe uma de nossas mais antigas organizações militares. Determinou que cada comarca fornecesse um terço de soldados locais, dando cada freguesia uma companhia e sendo seus capitães e mestres de campo os homens de melhor posição entre os habitantes. Desta sorte preparou uma espécie de reserva territorial de 6.500 infantes e 800 cavalos. Devemos fazer notar que tais organizações eram, em verdade, mais teóricas do que práticas, não correspondendo seus efetivos e formações irregulares, sob o comando de oficiais, que se armavam e fardavam à sua custa, ao que a lei preceituava. Entretanto, elas às vezes se mobilizavam em grande número e tão rapidamente quanto era possível no seu tempo. Haja vista a rapidez com que o governador de Minas acorreu com um pequeno

exército miliciano em defesa do Rio de Janeiro atacado pelos franceses, não chegando infelizmente em ocasião de salvar a nossa capital, graças à covardia de quem a governava. A tradição desses fazendeiros militares, dessa grande reserva territorial veio até nossos dias com a Guarda Nacional, cujos serviços na campanha do Paraguai a cobriram de glória.

Durante o século XVII, a organização militar mais interessante é a pernambucana, porque aquela região saía de terrível luta. Após Brito Freire, em 1663, em plena paz, o conde de Óbidos reformou o que ele fizera, reduzindo toda a tropa a dois únicos terços completos. Mais tarde, o governador Henrique Luís Freire criou o regimento de dragões auxiliares a pé, dividido em dois batalhões de dez companhias cada um, com 1.200 baionetas, tambores e oficiais, repartido pelos distritos de Olinda, Recife, Beberibe, Cabo e Igaraçu. Havia mais, então, dois regimentos de cavalaria ligeira de ordenanças, um com 600 cavalos nos distritos de Itamaracá e Goiana, outro com 500, nos de Alagoas, Porto Calvo e Serinhaém.

Em Olinda e Recife, estacionavam dois regimentos de infantaria paga, tropa ativa, não territorial como as outras, cada qual com dez companhias, sendo uma delas de granadeiros; e mais 150 soldados de artilharia. Cada companhia tinha o seguinte efetivo: 44 soldados, quatro cabos, dois sargentos, um alferes, um tenente, um capitão e um tambor; e as de granadeiros eram maiores: 55 soldados, os mesmos inferiores e superiores, e, além do tambor, um pífano ou pífaro.

Conservava-se religiosamente o terço preto de Henrique Dias, por patente do conde da Torre, de 4 de setembro de 1639, nomeado primeiro governador e cabo dos negros e mulatos do Brasil. Completava essa organização militar uma força de 13 companhias de ordenanças (cavalaria) e quatro terços de infantaria, distribuídos por freguesias e comarcas. No meado no século XVII, toda essa tropa era regularmente fardada e armada.

Com a mesma formação de reserva territorial, havia no Ceará e Rio Grande do Norte dois terços de infantaria e um regimento de ordenanças, cuja eficiência deixava muito a desejar. Além disso, duas companhias de guarnição dos fortes, chamadas "companhias fixas" ou "pés de castelo". Nas demais capitanias, mais ou menos idêntica organização.

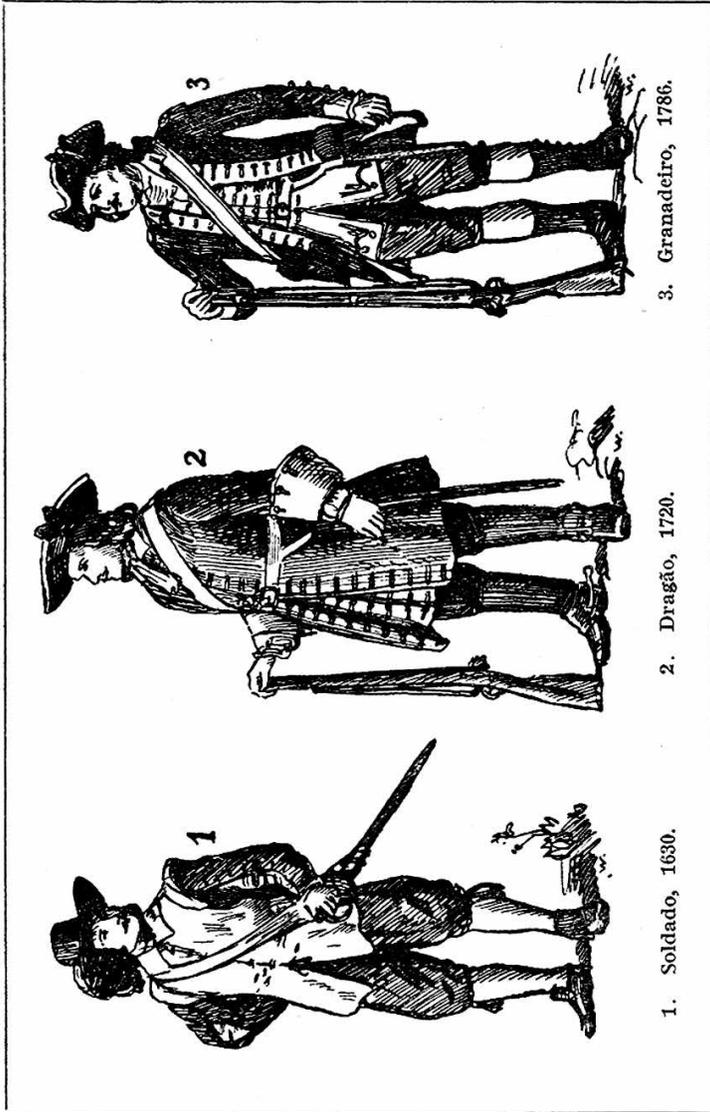
No começo do século XVIII, de 1718 a 1720, assume a de Minas Gerais maior importância devido às minas de ouro e diamantes. O

governo metropolitano manda ali, para guarnição e policiamento, as duas famosas companhias dos Dragões Reais das Minas, aquartelados em Cachoeira do Campo.

Nessa época, a maior força armada do Brasil estava na Bahia: oito regimentos de ordenanças, suprimidos em 1739, quando se criaram para substituí-los quatro terços auxiliares nas suas quatro vilas mais populosas. Além de haverem tomado parte na guerra holandesa, as tropas baianas foram mandadas, em grande parte, para a restauração de Mombaça e fizeram, depois, a campanha da colônia do Sacramento. Então, já a maioria da soldadesca e oficialidade das forças auxiliares e mais dum terço dos efetivos das de linha se compõem de brasileiros natos. A guarnição da Bahia contava ainda um batalhão de artilharia com seis companhias, comandado por um tenente-general, tendo como oficiais um condestável, um sargento-mor, um ajudante, seis capitães e tenentes; e dois regimentos de infantaria com o total de 1.500 homens.

O regimento de tipo francês é a unidade tática vencedora na tropa de linha. O terço ficara somente para a reserva. Havia quatro terços auxiliares: o da cidade, o da Torre, o de Pirajá e o de Itaparica. O da cidade, maior do que os outros: 12 companhias. Mais um *agregado* ou terço de ordenanças, com 23 companhias formados pelos estudantes, letrados, moedeiros, gente de justiça e de negócios, calafates, familiares e empregados das arrecadações. Um total de 1.742 homens. Em Itaparica uma companhia de ordenanças. Enfim, o terço tradicional dos henriques e as companhias de infantaria ou ordenanças de cada vila.

A capitania de S. Paulo estava dividida em duas jurisdições militares: S. Paulo e vilas do Norte, Curitiba e vilas do Sul. As guarnições do litoral denominavam-se tropas de Marinha. No interior, havia dragões a pé e a cavalo, bem como cavalaria auxiliar. Os dragões, criados pelo rei Gustavo Adolfo e pelo marechal de Brissac, adotando uma designação que vinha dos *dragonários* romanos, sempre foram infantaria montada. Napoleão ainda teve regimentos de dragões a pé.

Documentos do Arquivo Público de Belo Horizonte dizem que a 1ª Cia. dos Dragões Reais das Minas usava farda azul com véstia, canhões e forros amarelos e a 2ª com eles vermelhos. Os topes dos chapéus de três bicos, tricórnios, em geral não traziam as cores nacionais e sim as

Tipos militares, época colonial.

do regimento. O tope português da época era azul e vermelho. As cores azul e branca, privativas da casa de Bragança, só no século XIX se tornaram nacionais. Em 1765, o capitão-general Sousa Botelho mandou pintar os figurinos das tropas paulistas. Segundo as ilustrações dum manuscrito existente no Arquivo Nacional, em 1767, os oficiais usavam um gorjal dourado sob a gola, derradeira reminiscência da couraça do antigo nobre. Toda a cavalaria calça botas de canhão. Toda a oficialidade usa bastão e tricórnio. A farda dos tambores é geralmente da cor da gola ou do canhão do regimento, uso geral na Europa, que durou até os pomposos regimentos da guarda imperial de Napoleão III. Conservavam-se as bandas carmins dos oficiais do século XVII e as faixas brancas dos coronéis e mestres de campo antigos. Ainda os sargentos carregavam terçado, chuça, lança curta, pique ou alabarda, tradição que levou séculos a morrer. Em Portugal e no Brasil, sobretudo. Os inferiores da célebre Legião Portuguesa de Napoleão tiveram alabardas de prata. Os sargentos brasileiros trouxeram a lança curta até o Segundo Reinado.

Aí por 1763, haviam vindo para o Brasil, a fim de combater os castelhanos do Sul, os regimentos lusitanos de Moura, de Estremoz e de Bragança. Ao transferir a sede do vice-reinado da Bahia para o Rio de Janeiro, nesse tempo, o conde da Cunha organizou a 1ª Cia. de Cavalaria da Guarda dos Vice-Reis, da qual se originou o nosso velho e tradicional 1º Regimento de Cavalaria (Dragões da Independência). O conde de Azambuja, sucessor do conde da Cunha, organizou a 2ª Cia. As duas companhias de Dragões da Guarda dos Vice-Reis usavam o capacete característico de todos os dragões contemporâneos, criado para os de Luís XIV e que da França se espalhara pelo mundo. Cimeira e cauda lembrando as dos cascos dos legionários romanos e catafratários gregos. Em derredor, uma cinta de pano, espécie de turbante ou mundaçó; ou então uma pele mosqueada que veio até os dragões de Napoleão e Luís Filipe. Entre nós, costumava ser de onça. Botas de canhão, semelhantes às do jóqueis e cocheiros atuais, muito próprias da elegância militar e civil até o começo do século passado.

As necessidades decorrentes das guerras sulinas e os poderes mais latos conferidos aos vice-reis permitem que se vá tornando mais importante a organização militar do Brasil colonial. O conde da Cunha reorganizou os três regimentos da guarnição do Rio de Janeiro: o 1º de infantaria, o

Regimento Velho, azul com enfeites e metais brancos; o 2º, o Regimento Novo, azul com enfeites e metais amarelos; e o de artilharia, com canhões e golas pretos. A cor preta tornou-se tão tradicional na arma que ainda hoje são pretos os penachos de gala da artilharia. Os botões e metais brancos duraram no Exército até D. João VI, quando passaram para as milícias, excetuados os henriques, cujo uniforme branco exigia botões amarelos. Nos nossos dias, são usados pelos oficiais de reserva.

Na capitania de S. Pedro do Rio Grande do Sul existiam as seguintes forças: companhias avulsas de infantaria e artilharia, regimento de dragões, criado em 1737, cavalaria auxiliar, cavalaria ligeira de Viamão, regimentos da praça da Colônia e da ilha de Santa Catarina.

No século XVIII, o tipo geral dos uniformes para oficiais é o seguinte: tricórnio agaloado, com laço e presilha à esquerda; casaca com forros e canhões das cores regimentais; ao princípio, canhões amplos cheios de carcelas e botões, depois menores até se tornarem da largura das mangas; camisas com bofes e punhos de rendas, que somente desapareceram no começo do século XIX, menos em França, onde logo a Revolução os matou nos seus exércitos de *sans-culottes*; bandas da cor dos forros, enchendo a frente das casacas do pescoço à cintura; abas longas e bem abertas, que, com o tempo, a pouco e pouco foram se fechando. A véstia – antepassado do colete – tinha os mesmos galões que a casaca e sobre ela se abotoava o talim. Os calções, com botões, galão e fivela logo abaixo do joelho, aberto na frente, em alçapão, foi, mais tarde, substituído pela pantalona de presilha e, afinal, pela calça comum. Quando o militar estava de botas as meias cobriam os joelhos. Sapatos e polainas curtos, caraterísticos das tropas portuguesas e brasileiras, pois as alemãs, inglesas, espanholas e francesas sempre os usaram altos, muitas vezes as polainas até o meio das coxas. Gravata, em geral, negra, com o gorjal dourado por baixo. Cabelos empoados, rabicho e laço, o que ainda trazia a Guarda Imperial de Napoleão I em grande uniforme. Faixa carmim, boldrié ou talabarte de veludo agaloado, bastão de castão de ouro lavrado para os coronéis, de ouro simples para os tenentes-coronéis, de prata lavrada para os sargentos-mores (majores), de prata singela para os capitães, de marfim para os tenentes e alferes. Os soldados tinham mais ou menos o mesmo uniforme, mas com cadarços de lã branca ou amarela em lugar de galões de prata e ouro. Correame encru-

zado: à direita, patrona; à esquerda, sabre, terçado ou chifarote e baioneta triangular para os granadeiros, baioneta unicamente para os fuzileiros. As mochilas, simples, aparecem ao apagar das luzes do século XVIII.

De 1769 a 1779, o vice-rei marquês do Lavradio reorganizou os quatro terços do Rio de Janeiro, a cavalaria auxiliar e o esquadrão da Guarda dos Vice-Reis com suas duas companhias. Em 1776, todas as tropas do Rio estavam nas fronteiras do Sul, menos a 1ª Cia. do citado esquadrão, o 2º regimento de infantaria e o de artilharia. Vindo da metrópole, chegava à capital do Brasil o 1º regimento de infantaria do Porto. Da Bahia, vinham o 1º e o 2º de infantaria dali. Achavam-se prontos para qualquer serviço quatro terços auxiliares, do 1º dos quais era mestre de campo o próprio vice-rei, o que se tornou tradicional. Em Minas, estavam em pé de guerra seis regimentos de cavalaria, sendo mestre de campo do 1º o capitão-general governador, vários terços e 40 companhias de pretos e pardos. Todas as tropas do Sul entravam em campanha. Havia em S. Paulo, preparadas, a infantaria local e a legião de Voluntários Reais. Levas de recrutas açorianos preenchiam os claros dos regimentos portugueses. Organizavam-se para a luta os célebres "aventureiros paulistas". As ordenanças eram, entretanto, irregulares e muito mal armadas.

Os figurinos de Rangel, datados de 1786, e uma rica série de outros copiados em Portugal e oferecidos ao Museu Histórico pelo ministro Figueira de Melo documentam o fardamento dessa época. Entre os primeiros, está o uniforme do regimento luso de Extremoz, levado para o Pará em 1802 e lá dissolvido após a independência. Dos segundos se nota em várias tropas um barrete original meio mitra e meio capacete, comum às antigas infantarias prussianas e moscovitas, que veio até nossos dias nos regimentos Alexander da Guarda Real da Prússia e no regimento Preobadjenski da Guarda Imperial do czar.

Variada fantasia de cores e de ornatos cobre, então, os uniformes dos terços auxiliares, 2ª linha do tempo. O chapéu do 1º da Candelária era forrado de plumas; suas carcelas bordadas em forma de *S* lembravam as dos Dritter Dragoner prussianos e dos generais de brigada russos em 1812; as casacas azuis traziam ramagens de prata. O 2º, de Santa Rita, tinha coletão cor de couro e franjas nas casas e carcelas, como os granadeiros de Frederico o Grande. O 3º, de S. José, ostentava carcelas douradas. O 4º,

dos Pardos, casaca azul-clara e calção gema de ovo. O dos Pretos-Forros, Henriques, casacas verdes, cor de periquito. Fora da cidade, havia mais os terços de Tapacurá, S. Gonçalo e Marapiá, com pequenas diferenças nas suas fardas; o de Irajá, debruado de azul; os da Ilha Grande, de Parati, de Inhomirim, de Magé, de Macacu e de Campos, com coletes sanguíneos. As ordenanças formavam uma como 3ª linha, nelas se acoutando os que fugiam ao recrutamento dos terços. Tinham perdido a significação militar dos séculos anteriores e possuíam mais oficiais vistosos e inúteis do que soldados disciplinados e capazes.

Nas capitanias, inúmeros regimentos locais de linha e terços auxiliares: em S. Paulo, por exemplo: 1º corpo de Dragões de S. Paulo e Vilas dos Sul; 2º de cavalaria ligeira de Guaratinguetá e Vilas do Norte; 1º de infantaria de Serra Acima e Vilas do Sul; 2º de Guaratinguetá e Vilas do Norte; corpos de infantaria de Santos e Curitiba.

Em 1779, há três regimentos de infantaria no Rio de Janeiro, cada qual com a formação tática da época: uma companhia de granadeiros, uma de caçadores, correspondendo à de volteadores (*voltigeurs*) nos regimentos franceses, e oito fuzileiros, sendo a 1ª chamada do coronel, a 2º do tenente-coronel e a 3ª do major. Velha tradição portuguesa, idêntica àquela que fazia, no antigo exército francês, ser o 1º regimento de qualquer arma do rei, o 2º da rainha, o 3º do delfim, o 4º do coronel-general, se de cavalaria, do mestre de campo general, se de artilharia, do marechal, se de infantaria. O regimento de artilharia do Rio tinha uma companhia de bombeiros, uma de mineiros e uma de artífices, sendo as sete restantes iguais às de infantaria. Com os efetivos dos dois regimentos de infantaria do Rio reunidos aos de Moura e Bragança formaram-se três regimentos: 1º, ora chamado de Bragança, ora chamado o Velho; 2º, chamado o Novo; e 3º, chamado de Moura. Os terços auxiliares foram transformados em regimentos de milícias, numerados pelas antigas freguesias e organizados com as mesmas companhias que os de linha. O corpo de ordenanças, comandado por um capitão-mor, tinha 15 companhias espalhadas pelas freguesias dos arredores. Suprimiram-se os dragões do Rio Grande do Sul e os regimentos da Praça da Colônia e da ilha de Santa Catarina.

Os fardamentos do fim do século XVIII constam dos figurinos de Santos Vilhena e das coleções do Museu Histórico. Na grande alteração

das linhas, sente-se a influência francesa. Há soldados que lembram os da Revolução. Desaparece o tricórnio e surge o bicórnio ou chapéu-armado, a três pancadas, com penacho. A casaca dos oficiais tem traspasse e bandas pontudas, as abas são longas, os sabres largos e curvos como cimitarras de mamelucos, e as faixas de cachos compridos. As fardas da soldadesca se encurtam. Começam as fardetas. Os tarugos são de frocos de algodão, em forma de chama, objeto tradicional. Os oficiais usam um dos bicos do chapéu puxado à frente e dragonas de metal, com ou sem escamas; as dos soldados são de pano. Ainda há a fita no cabelo, que só desaparece em 1806.

Guardam-se as tradições das cores regimentais. O 1º regimento de infantaria da Bahia mantém o branco que lhe foi dado quando criaram o terço, desde 1642, até ser transformado em regimento, por ordem régia de D. João V, em 1750. O 2º tinha o amarelo e seus oficiais se cobriam com um chapéu redondo, emplumado, de gosto inglês. A artilharia conservava a cor preta de sua tradição em todo o Brasil. E os oficiais pacholas carregavam ramalhetes de flores na lapela.

O 1º regimento de milícias da Bahia fora criado pelo general Manuel da Cunha Meneses e se denominava – de Úteis. Compunha-se de gente do alto comércio e seus comandantes eram sempre os governadores. Trazia uniforme vermelho paramentado de branco. No 2º de milícias, entrava gente mais modesta: taverneiros e operários. A farda era azul e amarela. Havia mais o regimento de Pardos, para os mestiços, com galões e botões brancos, pluma azul clara de ponta rubra, fardamento azul ferrete, com gola, canhões, bandas e forros encarnados, e correame branco; o de Henriques, para os negros, de branco, enfeitado de vermelho; a companhia de Familiares, de encarnado e verde; dois corpos de capitães de assalto – lembrança da guerra holandesa – de capacetes guarnecidos de fitas rubras e fardas azuis ornadas de verde. Em cada um desses corpos, a 1ª Cia. usava dragonas verdes com franjas brancas e a 2ª, azuis com as mesmas franjas. Faziam os serviços de correios, vigilância e perseguição de escravos fugidos.

Mais ainda: dois terços de ordenanças: o do Norte, fardado de azul, sem gola e com metais prateados; o do Sul, com a mesma farda e metais dourados. Afinal, um corpo de cavalaria auxiliar, dissolvido em 1800 por ter quatro soldados e 40 oficiais!

Nesse tempo, o gosto inglês predomina nos uniformes com o uso de chapéus altos, cartolas, pela tropa. A barretina dos machadeiros é de linha absolutamente inglesa. Conserva-se sempre o gorjal.

Violento e curioso o sistema de recrutamento. A certa hora, prendiam-se todos os homens que se encontravam na cidade. Depois, entre eles, as autoridades escolhiam os que deviam assentar praça.

. . . .

Capítulo II

SÉCULO XIX – BRASIL REINO

A EXPANSÃO do imperialismo napoleônico e a resistência que lhe opôs o poderio inglês determinaram, na Europa, uma série de acontecimentos, cuja repercussão na Península Ibérica forçou a corte de Lisboa a refugiar-se no Brasil. Instalado no Rio de Janeiro, viu o príncipe regente a necessidade de dar melhor organização às forças da colônia elevada a reino. Na capital brasileira, existiam os antigos regimentos com os uniformes bastante modificados. Os granadeiros, por exemplo, traziam cartolas guarnecidas, na copa, por uma tira de couro, desde a parte anterior até a posterior, conforme usaram as milícias portuguesas do fim do século XVIII a 1806. Esses uniformes estão documentados num manuscrito datado de 1800, existente na Biblioteca Nacional. Por ele se verifica que as companhias de granadeiros, fuzileiros e caçadores de cada regimento de infantaria se distinguiam pelo correame, fardamento e armamento. Dentro em pouco, cada uma dessas especialidades da mesma arma formará uma unidade tática à parte.

A 13 de maio de 1808, o príncipe criou o 1º Regimento de Cavalaria do Exército, ainda hoje existente, o nosso corpo mais antigo, para cuja organização serviu de base o velho esquadrão de dragões da Guarda

dos Vice-Reis. Deu-lhe o mesmo quadro das unidades portuguesas dessa arma: oito companhias. No mesmo dia, criou a Guarda Real do Príncipe ou Archeiros da Guarda Real, para serviço do paço e pessoal do monarca, incumbindo o marquês das Belas, que viera, como capitão, com alguns archeiros, de Portugal, de comandar os seus 25 homens. Regularizou o corpo da Brigada Real de Marinha, tornando-o Regimento de Artilharia de Marinha, com três batalhões de oito companhias cada um. Desse corpo se originaram os nossos Fuzileiros Navais.

Sigamos um pouco a vida dessa unidade tradicional da nossa história militar. Em 24 de outubro de 1822, D. Pedro fê-la Batalhão de Artilharia a Pé do Rio de Janeiro. Em janeiro de 1826, mudou-a em Imperial Brigada de Artilharia de Marinha, com 1.753 praças, ao princípio, e 3.000, mais tarde. Em 1847, deram-lhe o título de Fuzileiros Navais. Na República, tem sido Infantaria de Marinha ou Batalhão Naval, variando bastante seus efetivos.

D. João VI desdobrou mais a brigada de cavalaria de milícias em dois regimentos e aumentou o batalhão de caçadores-henriques, tornando-o regimento. Em Pernambuco, criou o Corpo de Voluntários Reais com o efetivo de 1.000 homens. Em S. Paulo, havia a sua célebre Legião, fundada pelo capitão-general Martins Lopes em virtude duma carta régia de 1775, a qual esteve sempre em guarda às fronteiras e ali ainda tinha em 1814 2.500 homens, composta desta maneira: dois batalhões de infantaria, três esquadrões de cavalaria e três companhias de artilharia. Existia, independente, um regimento de infantaria. D. João deu organização a essas tropas. A Legião passou a ter três batalhões de infantaria, quatro esquadrões de cavalaria, duas baterias de artilharia a cavalo e uma companhia de artilheiros cavaleiros. O regimento independente foi dividido em 1º e 2º batalhões de caçadores. Instituiu-se um regimento de cavalaria de milícias, com estado-maior e quatro esquadrões formados por destacamentos dos três regimentos de cavalaria de milícias da capitania. Manteve-se na praça de Santos o regimento de caçadores que datava de 1766.

As milícias paulistas constavam, então, de 11 regimentos distribuídos pelas cidades e vilas, sendo seis de infantaria, três de cavalaria e dois de artilharia. Os de cavalaria haviam sido organizados pelo capitão-general

Manuel de Melo. Deles, D. João VI tirou as praças que compuseram o Regimento de Voluntários de Milícias a Cavalo.

De acordo com os figurinos da época, verifica-se que raros pormenores dos uniformes lembram os do século XVIII. As fardas são fechadas e as bandas, reunidas, formam o peitilho; as calças, colantes e compridas, terminam dentro das polainas. Começa o uso de correames amarelos. Os caçadores trazem como distintivos o penacho verde e a trompa, que foi e continua a ser o emblema clássico da arma em toda a parte.

Num caderno de figurinos ingenuamente pintados que se acha na Biblioteca Nacional, se veem as fardas da Bahia nesse tempo. O 1º Regimento de Infantaria usa chapéu redondo, de aba esquerda levantada e apresilhada, muito comum nas primeiras décadas do século XIX. Parece que nasceu na marinha inglesa, da qual passou para Portugal e para o Brasil. Os uruguaios o usaram na guerra da independência e os carabineiros belgas ainda o trazem para recordar as milícias patrióticas de 1830. O mesmo chapéu quase dos Voluntários da Carta, no início da monarquia de julho, em França. A farda é curta, presa à frente por colchetes. Pantalonas de pala sobre as botas, formando polainas. Equipamento antigo. O barrete de pelo dos porta-machados idêntico ao tradicional dos granadeiros, isto é, ao que sempre assinalou as tropas pesadas. O tambor, por exceção, todo de amarelo e não de branco, cor da gola da unidade. A casaca do músico, à antiga, tem carcelas de ouro, mais tarde transformadas em alamares. O penacho dos caçadores é verde. Uma faixa larga envolve a cintura dos oficiais. Outrora, era a mortalha que o militar levava em torno do seu corpo. Reminiscência heroica e triste.

Em 1809, D. João VI voltou sua atenção para o desenvolvimento da artilharia, fundando um corpo de artilharia a cavalo e um corpo de artífices no arsenal do Rio. Com soldados escolhidos na infantaria e cavalaria da corte, formou a Guarda Real de Polícia, armada e fardada como a sua congênere de Lisboa. Dela nasceu a atual Brigada Policial da Capital Federal.

A capitania do Rio Grande do Sul foi separada da de Santa Catarina e reorganizada a tropa ali existente, obtendo-se um regimento de dragões com 956 homens e um batalhão de caçadores com 601. Na Bahia, do 2º Regimento de Infantaria se levantou uma legião de caçadores com três batalhões a pé e dois esquadrões a cavalo, num total de 2.296 homens.

Nessa época, o recrutamento era feito de três maneiras: o recruta à força, que servia 16 anos; o voluntário, que servia oito; e o semestreiro, filho do lavrador ou do ricaço, que servia seis meses no primeiro ano de praça e três nos sete anos seguintes. Os milicianos, terminado seu tempo de serviço, deviam conservar o uniforme e o armamento reiúnos por tempo igual ao que tivessem passado nas fileiras, estando prontos para qualquer chamado. Ao cabo de 25 anos, pertencia-lhes tudo o que lhes fornecera o governo. Os regulamentos militares contemporâneos dão os preços por que o governo pagava os troféus tomados ao inimigo: 4$800 uma espingarda com baioneta, 48$000 um canhão ou uma bandeira!

Datam ainda do governo de D. João VI a instituição da Real Academia Militar, a inauguração de novas oficinas na fábrica de armas da fortaleza de Santa Cruz, criada pelo conde da Cunha em 1765; a instalação de várias fábricas de espingardas em Minas e a organização das divisões dessa província; a criação de pedestres, dragões pretos, pardos, polícias e milícias na Bahia, Rio Grande do Sul, Ceará, Goiás, Mariana e Ouro Preto, e a fundação do regimento de Lanceiros Guaranis, composto de índios, nas Missões. Em 1813 ainda se preparam tropas no Rio Pardo e no Ceará. Em 1815, criam-se a artilharia do Maranhão e o Corpo de Veteranos, para inválidos.

Segundo os *Anais do Arquivo Público*, os documentos da Torre do Tombo e as coleções do Museu Histórico, em Pernambuco havia, além da linha, milícias, ordenanças e pardos, companhia de Nobres e de Familiares, o regimento Velho e o regimento Novo de Henriques, a Cavalaria de Guarda, os Fronteiros Brancos, os Corpos de Conquista e os Corpos de Entradas e Saídas, estes últimos destinados às expedições sertanejas.

Em 1808, o governo real publicou um plano de fardamentos especiais para os generais e estado-maior, os quais se aproximam dos modelos franceses da Revolução e do Império: casacas chamarradas de ouro e exagerado chapéu-claque de dois bicos. A lei de 19 de maio de 1806, que aprovou o plano geral de uniformes do Exército português, grandemente influiu sobre os do Brasil. Ela confessa as influências estranhas, dizendo, literalmente, que o modelo da barretina é o inglês. Dela vieram as pantalonas e as elegantes casacas fechadas. Conheciam-se os postos pelas dragonas: duas de canutão, coronel; a direita de canutão e a esquerda de canutilho, tenente-coronel; a direita de canutilho e a esquerda de canutão, major ou sargento-mor; as duas

de canutilho, capitão; a direita de canutilho e a esquerda sem cacho, tenente; o contrário, alferes. Isso durou até a queda do Império.

Fato notável na vida militar, durante o reinado de D. João, foi a vinda da Divisão Auxiliadora, de Portugal, devido às guerras do Prata. Compunha-se de dois batalhões de caçadores, intitulados Voluntários Reais do Príncipe e, depois, d'el-Rei; três esquadrões de cavalaria e uma companhia de artilharia, num total de 4.831 homens. Repousaram dias e dias e tomaram parte na parada que Debret regista num desenho, onde ainda se vê o crepe de luto de D. Maria I no braço dos oficiais. Daí a pouco, essa força partia para as fronteiras meridionais.

Então, os regimentos do Rio de Janeiro inauguram barretinas de couro de tipo português e na manga direita dos soldados de artilharia aparece um retângulo com a palavra "Caiena", indicando que haviam participado daquela conquista. Surgem na cavalaria as calças de brim e as véstias *de lavar*. Certos clarins de alguns corpos a cavalo se apresentam vestidos a hussardo: peliça sobre o ombro, dólmã trançado de alamares e, à cabeça, o *chapska* polônio, peculiar aos ulanos e lanceiros, um tanto comum, nesse tempo, às tropas montadas ligeiras, muito usado pelos músicos do Primeiro Império em França e pelos do nosso Segundo Império.

O decreto real para o Exército brasileiro de 1816 descreve, minuciosamente, os fardamentos e distintivos de 1ª e 2ª linhas. As calças são largas e as divisas dos inferiores, amarelas. Os alamares e penachos do tambor-mor e dos músicos tornam-se diferentes dos da tropa. Todos os metais da 1ª linha são dourados; todos os da 2ª, prateados. Nos braços dos tambores, cadarços com as duas cores lusitanas: azul e encarnado. Outrora, tambores e trombeteiros acompanhavam os arautos feudais nas suas mensagens, levando nas mangas, no estarcão e nas meias as cores heráldicas do senhor ou do rei. Daí a tradição passou para os exércitos.

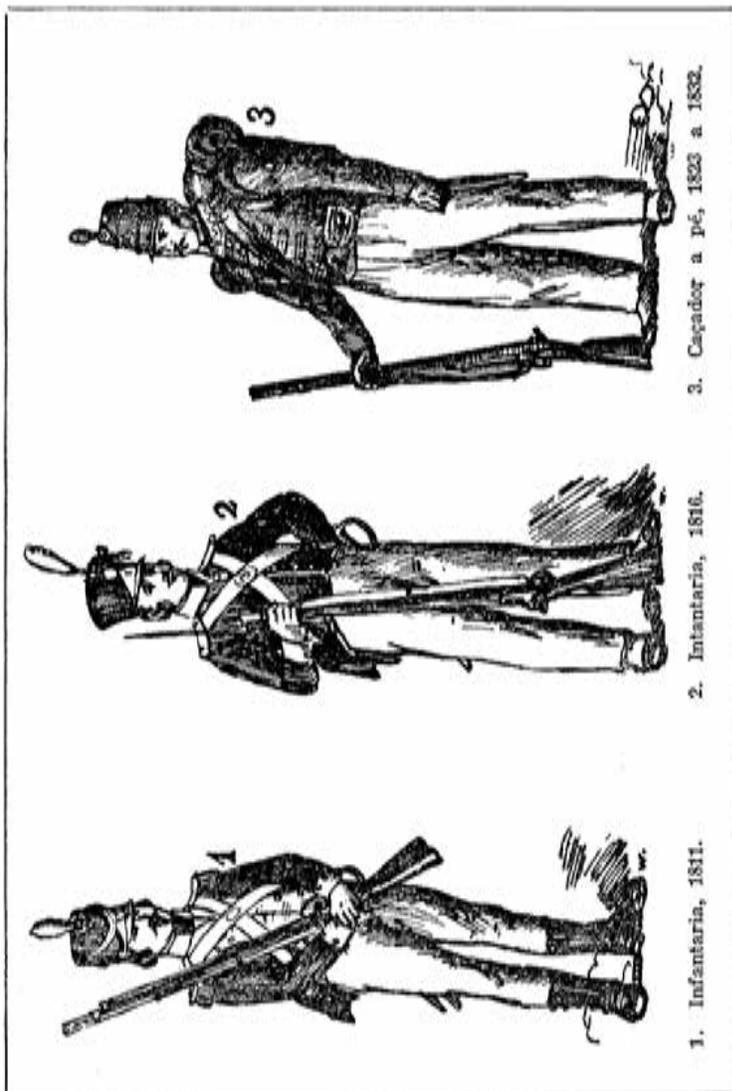
Sempre dourados, por causa da tradicional farda branca, os metais dos caçadores-henriques. Os fuzileiros são armados de floretes e os caçadores de chilfarotes. Na barretina dos granadeiros, a granada de mão e a chapa de número; na dos fuzileiros, duas chapas, a do número e a das armas reais; na dos caçadores, a trompa e o número. Os milicianos traziam as cores de seus respectivos corpos nos paramentos das casacas.

A revolução de 1817 fez com que se mandassem para o Nordeste vários corpos do Rio: o 1º de cavalaria, o parque de artilharia, os Voluntários d'el-Rei e quatro batalhões de infantaria. Da Bahia partiu para o Recife uma unidade criada naquele difícil momento: o regimento chamado da Restauração de Pernambuco. Ficou a capital do Brasil entregue somente à polícia, pois o resto do Exército guerreava no Uruguai, e a guarda do soberano confiada a um esquadrão de cavalaria vindo de Minas. Como as tropas enviadas fossem suficientes para vencer a rebeldia, que alastrava, Sua Majestade mandou buscar mais soldados em Portugal pelo marquês de Angeja. Esse reforço chegou de Lisboa em agosto de 1817, deixou no Recife o 2º Regimento de Fuzileiros, na Bahia o 12º da mesma arma, desembarcando, no Rio, em S. Cristóvão, no mês de outubro, composto pelo V de caçadores, o 5º de fuzileiros, uma companhia de artífices-engenheiros e uma brigada de artilheiros-condutores.

Foi essa a tropa que em 1821, sob o comando do general Avilez, passou do Rio para a Praia Grande, de onde, após a independência, seguiu para Portugal. O 12º de fuzileiros resistiu na Bahia, com o gerenal Madeira, no cerco de Labatut. Caçadores e um pouco de artilharia se aguentaram algum tempo no Maranhão e Piauí com o Fidié. Em 1821, 600 homens da divisão naval que veio buscar o príncipe ficaram espontaneamente no país. A Divisão Auxiliadora que se achava no Sul e ficou encurralada em Montevidéu embarcou para a Europa, em 1823.

Com o correr dos anos, os uniformes dos generais portugueses foram se alterando. Retratos, gravuras e estampas no-los apresentam com o chapéu armado de bico para a frente à maneira dos marechais napoleônicos, dragonas grandes de cachos de canutão anelado, bordados em todas as costuras, oito carcelas sobre as bandas e agulhetas para os de cavalaria. As fardas começam a ser abotoadas, mal deixando entrever o bofe de rendas. Às vezes, banda de tranquetas.

Os caçadores a pé vindos de Portugal trazem fardeta cor de pinhão, tradicional na velha infantaria portuguesa, que até há bem pouco tempo nosso Colégio Militar conservou, e chouriças verdes.

Em 1818, voltou ao Rio a força que se achava em Pernambuco. D. João VI logo lhe fez dar organização mais regular e eficaz. Existiam os seguintes regimentos: 1º de granadeiros, 2º de caçadores, 3º e 4º de fuzilei-

Tipos militares, Brasil Reino e 1º Reinado.

ros. Pela reforma, passaram a ser, respectivamente, 1º de granadeiros e 1º de caçadores, sendo os dois de fuzileiros divididos em 1º, 2º e 3º. Criaram-se mais a Legião de Mato Grosso e o 9º de artilharia em Montevidéu.

Em 1920, el-rei manda criar tropas no Norte: Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Negro, Maranhão e Sergipe; depois, outras no Espírito Santo, a divisão do Rio Doce, em Minas, e um esquadrão de cavalaria, em S. Paulo.

A 31 de outubro de 1821 se distribuem no Brasil, antes de Portugal, os novos topes militares em que as cores da casa de Bragança – azul e branco – substituem as antigas cores nacionais azul e vermelho. Uma estampa de Debret, *A caça da onça*, mostra um soldado de cavalaria de milícias de Curitiba com um capacete do tipo dos caçadores a pé de Luís XVI, do dos caçadores a cavalo da Revolução Francesa e do das tropas bávaras em 1870. É o capacete de couro com guarnições de metal e crina de escova que os franceses denominam *casque à chenille*.

Figurinos militares existentes no Arquivo de Belém mostram as fardas de oficial e soldado de regimento de cavalaria criado por D. João VI no Pará, o qual foi desprezado na reforma geral do Exército em 1824. Neles pela primeira vez se notam alguns dos caraterísticos próprios da cavalaria brasileira durante a monarquia.

Ao tempo de D. João VI e de D. Pedro I, em geral os decretos sobre uniformes eram acompanhados de figurinos desenhados a mão, gravados em cobre ou aquarelados. Deveriam estar nos arquivos; mas, infelizmente, quase todos desapareceram.

As leis de 1820 autorizam canhões e golas verdes para os caçadores a pé, ursa ou barrete de pelo e peliça hussardo para os clarins de artilharia a cavalo, e a fardeta azul para os oficiais de henriques em pequeno uniforme.

D. João VI voltou a Portugal e precipitaram-se os acontecimentos de que resultaria a Independência do Brasil. Após sua partida, o príncipe D. Pedro, precisando de soldados, decreta que os voluntários que se apresentarem somente servirão três anos. Organiza-se a Guarda Cívica para defesa da corte, com quatro batalhões de infantaria e dois esquadrões de cavalaria. Em S. Paulo institui-se corporação semelhante sob o nome de Sustentáculo da Independência Brasileira.

. . . .

Capítulo III

SÉCULO XIX – BRASIL IMPÉRIO; 1º REINADO

PROCLAMADA A INDEPENDÊNCIA, o primeiro cuidado de D. Pedro I foi tornar, pelos seus distintivos e uniformes, os soldados brasileiros completamente diferentes dos portugueses. A 18 de setembro de 1822, criou o emblema que se usou até 1825 no alto da manga esquerda e se chamava tope, composto por um círculo verde acima duma fita amarela em que se lia o dístico "Independência ou Morte!". Modificaram-se golas, canhões e penachos, as primeiras partes do fardamento que se tornaram carateristicamente nacionais. Na obra de Debret, figura um oficial de caçadores fardado ao estilo da época, cujo primeiro batalhão foi criado pela reorganização de 1818 e mantido com o mesmo número pelo imperador. A barretina que traz durou de 1816 a 1823, sendo o laço com as cores lusas substituído por um círculo verde e amarelo. Canhões e gola verdes. No braço, o emblema citado. A cor verde caracterizou nossos caçadores durante toda a monarquia. Aliás, é a cor geral dessa arma na Europa. Nos corpos de 1.ª linha, um galão amarelo nos canhões e golas, penachos verdes com olhos amarelos. O exagero das cores nacionais nos uniformes exprimia o desejo de mostrar a

todos que o domínio de além-mar fora definitivamente abolido. No mais, as fardas sofreram pequenas ou nenhumas alterações. Os vivos, por exemplo, continuaram os anteriores.

O 1º Regimento de Cavalaria adotou gola verde e canhões azuis, o que durou até l823. Então, tornou ao uniforme antigo, que ficou tradicional e só foi alterado quando o Exército se tornou positivista e se mataram as melhores lembranças de nosso passado militar. Na data acima, o governo imperial aprovou novo plano geral de fardamento para os caçadores. Debret no-lo transmite. Barretina afunilada, guarnecida por um cordão em espiral, lembrando o *mirliton* usado pelos alunos da Escola de Marte e pelos hussardos da Revolução Francesa. Ficou tradicional entre nós, tornando-se com o tempo peça absolutamente nossa, sendo mesmo a mais caraterística na evolução de nossa indumentária militar. A artilharia a pé usou-a mais tarde, a infantaria em 1866 e a Guarda Nacional várias vezes. A farda era curta e sem vivos, com alamares, dragonas e correame negros, o que veio até 1834. Pelas estampas do referido Debret, se verifica que os oficiais de caçadores não tinham dragonas. Fora uma ordem provisória de D. Pedro I que se tornou definitiva como tudo o que é provisório no nosso país... Até o fim da monarquia, os oficiais dessa arma não tiveram dragonas e se distinguiam pelos galões do punho.

A 2ª linha, composta pelas milícias, distinguia-se pelos penachos verde-amarelos que o povo chamava *periquitos*.

Com o decreto de 7 de outubro de 1823, baixou o primeiro plano de uniformes para o estado-maior general, o estado-maior do Exército e engenheiros, regularizando emblemas, bordados e distintivos. A folhagem de carvalho estilizada dos bordados dos generais portugueses continuará nos brasileiros. Continuou até hoje. Os marechais não têm mais vivos e presilhas nas abas das casacas. Os brigadeiros e marechais de campo usam a mesma farda com diferenças nos bordados. Sua disposição e os vivos brancos são idênticos aos portugueses. Os postos continuam também os mesmos. A monarquia manteve-os. Foi a República quem os alterou. Eram: marechal do exército que corresponde ao marechal de agora; tenente-general, que aboliram; marechal de campo, o nosso general de divisão; e brigadeiro, o atual general de brigada. Estabelece-se a banda rígida, de dar volta, com borlas à frente ou dos lados, ou com tranquetas, peça que vive e morre com o Pri-

meiro Império, para sargentos, oficiais e generais. As pantalonas brancas têm bordados nas costuras e no alçapão. Esse plano de fardas de generais somente começou a ser modificado em 1835, quando as golas se tornaram abertas, mostrando a gravata, e as dragonas foram substituídas por um novo modelo. Em 1852, foi confirmado nas suas linhas gerais. É um dos que mais têm durado no Brasil. Em 30 anos, conservou-se quase imutável. E, ainda agora, no fardamento dos nossos generais resta alguma cousa dele.

O uniforme dos corpos especiais é, mais ou menos, o português. Já nesse tempo a torre é emblema de engenheiro e a esfera armilar do estado-maior de 1ª classe; a estrela distingue o de 2ª e o castelo, os secretários ou oficiais de administração. O Império conservou esses sinais; a República manteve a esfera no estado-maior e quadros especiais, e a torre, com o nome de castelo, na engenharia. Os bordados dos engenheiros eram diferentes de quaisquer outros e só muito mais tarde foram modificados. Convém notar que até 1908 os corpos especiais tiveram fardamento distinto do das outras tropas. Todos os oficiais tinham dragonas volumosas, com anéis nos canutões as dos superiores, espadas ligeiramente curvas em bainhas de couro, com guarnições de metal dourado, fiadores tecidos de ouro e vermelho, menos os dos caçadores, que eram de couro preto. As espadas dos generais douradas e lavradas, com copos singelos, tornaram-se tradição até hoje conservada. As espadas dos oficiais semelhantes às de agora, com bainhas de metal, datam de 1840. Quando ministros, conselheiros ou senadores, alguns generais usavam espadim, segundo se vê das litografias de Sisson. No traje de campanha, o chapéu armado não tinha plumas. Os talins de primeiro uniforme variavam.

Existe no Arquivo Nacional o único figurino sobre a artilharia desse tempo: ursa peluda, niza azul e pantalonas brancas. Em maio de 1824, a farda da artilharia foi alterada no penacho, na barretina e na cor das calças.

Em 2 de outubro de 1822, organizou-se no Rio o batalhão de henriques da Corte e um corpo de artilharia, de negros forros, pagos mensalmente, que deveria seguir para o Norte na esquadra do almirante Cochrane, com o efetivo de 398 homens. D. Pedro I reformou os caçadores, dando a cada batalhão 717 homens, repartidos em seis companhias, conservando, com o mesmo número, o 1º de caçadores e mudando os 1º, 2º e 3º de fuzileiros em 2º, 3º e 4º de caçadores.

A 13 de janeiro de 1823, quando se tornava preciso arranjar bastante tropa para expulsar da Bahia o general português Madeira, criou-se o famoso Batalhão do Imperador, com regalias destinadas a atrair voluntários. Tinha estado-maior e seis companhias, numerando 735 homens. Combateu na Bahia, voltou ao Rio e teve a honra de dar guarda ao paço imperial. Entretanto, em companhia da Imperial Guarda de Honra, abandonou seu imperador, criador e protetor a 7 de abril de 1831, reunindo-se no campo de Santana às forças em rebeldia que lhe arrancaram a abdicação. Sobre seu uniforme não existe a menor documentação.

Proclamada a independência, recebeu o imperador auxílios de algumas províncias. Em primeiro lugar, o esquadrão de voluntários milicianos de S. Paulo, que serviu de base para a formação da célebre, brilhante e aristocrática Imperial Guarda de Honra, criada por decreto de 1º de dezembro de 1822. D. Pedro recompensou com essa honra àqueles voluntários, ao mesmo tempo que constituía para si uma guarda de gente escolhida, composta de um estado-maior e três esquadrões de 158 homens cada um. O 1º parava na vila de Taubaté, o 2º na corte e o 3º em S. João d'el-Rei. Cada esquadrão tinha na chapa do talabarte as iniciais da província de cujas milícias se originara e onde se achava de guarnição, sendo obrigado a apresentar-se no Rio ao menos quatro vezes por ano. A Imperial Guarda de Honra foi dissolvida em 1832, porém seus oficiais ficaram com o direito de continuar a usar seu uniforme. Sobre ela existem muitos documentos. Sabe-se que, em abril de 1822, por ocasião de se organizarem os primeiros socorros a serem enviados ao príncipe D. Pedro, foi adotado em S. Paulo o uniforme branco, paramentado de vermelho, que a Guarda sempre vestiu. Entretanto, não se conhece nenhum capacete usado antes da Independência. Talvez o da cavalaria de milícias, de modelo bávaro. Todos os capacetes que nos chegaram até o presente e de que o Museu Histórico possui a melhor coleção são posteriores ao grito do Ipiranga, tendo as iniciais P. I. em prata. O primeiro capacete da Guarda é dourado, todo de metal, escamento, com o dragão heráldico da casa de Bragança na cimeira de entre cujas asas escorre farta crina preta.

Os simples soldados da Imperial Guarda de Honra eram, na maioria, antigos oficiais de milícias, que conservavam nos punhos os galões de seus antigos postos; três galões largos – coronel; dois – tenente-coronel; um – sargento-mor (major); um, mais estreito – capitão; um fini-

nho – tenente. Os oficiais efetivos dos três esquadrões distinguiam-se pelas dragonas. Pedro Américo, no grande quadro da Independência, representa esses belos cavaleiros arrancando os topes portugueses azuis e rubros, anacronismo talvez conscientemente praticado, visando o lado estético da composição, somente, porque nessa ocasião o casco de metal não fora inventado e os topes eram, desde outubro de 1821, azuis e brancos, presos, em obediência ao decreto de 1806, ao chapéu e não nas mangas, como pintou. A Imperial Guarda de Honra figura ainda no baixo relevo da base do monumento elevado no Ipiranga, com outro erro e esse imperdoável. Seus cavaleiros trazem espadas do modelo regulamentar dos últimos anos da monarquia e primeiros da república, espadas de cavalaria e artilharia fechada e punho de latão espiralado. As espadas da Guarda têm um modelo conhecido e muito bonito. Existe uma série delas no Museu Histórico. São retas e pesadas com os copos floreados e ornados pelas armas imperiais, tendo na lâmina galivado o dístico: "Viva o Imperador!"

O decreto que criou a Guarda dá sobre ela minuciosas informações. Por ocasião do segundo casamento do monarca, mudaram-lhe o capacete de metal, muito pesado, para um segundo modelo, muito raro hoje, de couro, com guarnição de latão e um tope composto de três círculos concêntricos, sendo dois amarelos e um verde, substituído em 1831 por uma estrela de ouro em campo verde. Debret pinta, na cimeira do capacete de couro, o dragão alado do primeiro modelo. Não se conhece nenhum exemplar de capacete dessa espécie. Existe um completo, no Museu Histórico, do esquadrão de Minas, cuja cimeira é de estilo greco-romano, com ornatos gravados, idêntica à dos antigos dragões franceses. O uniforme branco, enfeitado de vermelho, com dragonas de escamas de ouro e correame preto, trai uma influência esporádica no nosso Exército do gosto militar austríaco, lembrando os elegantes dragões vienenses de 1820 a 1830, nos croquis de Lucien Vallet.

Foi esse uniforme tradicional, nobre e profundamente significativo dos primeiros momentos da nossa emancipação política que, em 1916, num projeto aprovado pela Câmara, mas rejeitado pelo Senado, o então deputado Gustavo Barroso pretendeu restaurar no histórico 1º Regimento de Cavalaria que tomaria o nome de Dragões da Independência. Em 1926, essa ideia voltou à tona e foi realizada pelo governo do país. O 1º Regimento de

Cavalaria passou a usar em grande uniforme a velha farda imperial e a denominar-se Dragões da Independência. Tempos mais tarde, na Escola Militar, o general José Pessoa restabelecia a tradição, dando-lhe um espadim copiado da espada de Caxias e um uniforme que relembra as antigas infantarias imperiais. Enfim, recentemente, o Ministério da Guerra criou um batalhão de guardas e fardou-o como os tradicionais caçadores-henriques. Toda essa volta às nossas tradições teve como ponto de partida, como primeiro passo, o projeto daquele deputado, que a ignorância de alguns senadores supôs que poderia matar. Uma ideia não morre com um parecer de qualquer politicão...

O coronel Schlichthorst, no seu livro *Rio de Janeiro wie es ist*, informa minuciosamente sobre o fardamento dos regimentos de mercenários estrangeiros que possuímos. Carecendo de tropa, D. Pedro criou, em 8 de janeiro de 1823, o primeiro regimento dessa ordem. O mercenário era, então, comuníssimo em qualquer país. Compunha-se dum estado-maior e três batalhões, com 834 homens cada um, numerados desta sorte: 1º de granadeiros, e 1º e 2º de caçadores. Não achando bastante essas forças, criou mais, a 13 de novembro de 1824, outro batalhão, o 2º de granadeiros, que, com o 2º de caçadores, somente se organizaram de verdade em 1821. No plano geral da 1ª linha, em dezembro de 1824, receberam esta numeração: o 1º de granadeiros estrangeiros ficou sendo 2º de granadeiros de lª linha; o 2º de granadeiros – 3º de granadeiros de 1ª linha; o 1º de caçadores estrangeiros – 26º de caçadores de 1ª linha; e o 2º – 27º. A 30 de junho de 1825, nova mudança: o corpo de 1ª linha de Sergipe passa a ser 26º de caçadores e os estrangeiros são, então, em lugar de 26º e 27º – 27º e 28º.

A soldadesca estrangeira mercenária, na maioria recrutada por Schäfer, na Alemanha, entre nobres decaídos, criminosos, refugos de velhas tropas e aldeões enganados, era profundamente ignóbil, provocando continuadamente a animosidade do Exército e da população. Havia, por isso, sempre rixas e conflitos. Quanto estalou a guerra com a Argentina, em 1827, o comandante Crotter foi à Irlanda e de lá trouxe 2.000 mercenários, uns engabelados e todos no mais lastimável estado. Então, os dois corpos de granadeiros eram considerados batalhões modelos e davam guarda ao paço imperial. Em junho de 1828, o 2º de granadeiros revoltou-se. A sedição aterrorizou a cidade, mas a reação foi violenta. Em S. Cristóvão, os alemães combateram uns contra os outros. As tropas nacionais, auxi-

liadas por destacamentos de navios estrangeiros surtos no porto, cercaram seus quartéis e os obrigaram à rendição. Todos os sediciosos foram levados presos para bordo dos navios de guerra. Enviaram-se os irlandeses para o Canadá. Reorganizaram-se os batalhões em melhores condições. O 28º de caçadores não se revoltou. O 27º, comandado pelo major Jesus, oficial brasileiro, fez a campanha de Ituzaingó. Foi o único corpo estrangeiro que participou da guerra no Sul em companhia dum esquadrão de lanceiros alemães. Quando o governo dissolveu os mercenários em 1830, o 2º de granadeiros de 1ª linha estava na Praia Vermelha, o 3º e o 27º de caçadores na ilha de Santa Catarina, e o 28º em Porto Alegre.

Durante a guerra da Independência, na Bahia, aparecem os corpos de "Jagunços" e de "Couraças", de roupas exóticas e armamento irregular, surgidos do próprio solo e cobrindo-se com o chapéu de couro dos vaqueiros. Esses "Couraças" ressurgiram como voluntários na guerra do Paraguai.

Em S. Paulo, havia dois batalhões de caçadores a pé que receberam os números 6º e 7º pela organização de 1821. Um veio dar guarnição no Rio, tomando a alcunha pouco lisonjeira de Guarda da Marquesa (Marquesa de Santos). O outro continuou na sua guarnição. Diferenciavam-se dos outros corpos de caçadores pelas golas e canhões azuis claros, cor tradicional das forças paulistas, conservadas, depois, nos caçadores do corpo fixo local.

O mais importante documento militar do Primeiro Reinado é o decreto de 1º de dezembro de 1824 pelo qual se organizou do melhor modo possivel o Exército, em 1ª e 2ª linhas, acabando-se com as formações irregulares, fragmentárias e deficientes que havia. Deram-se números e atribuições novos a todos os corpos, menos ao Batalhão do Imperador e à Imperial Guarda de Honra. Resultou que o 1º de granadeiros da corte se tornou 1º de granadeiros de 1ª linha; O 1º de granadeiros estrangeiros, 2º de 1ª linha, aquartelados no Rio, ficando na mesma guarnição os 1º, 2º, 3º e 4º de caçadores; o 1º de caçadores de S. Paulo passa para o Rio como 5º, e o 2º fica lá como 6º; a infantaria da Legião de S. Paulo constitui o 7º; o batalhão de caçadores de Santa Catarina, o 8º; o batalhão de infantaria e artilharia de Curitiba, o 9º; o 1º batalhão de Libertos de Montevidéu, o 10º, e o 2º, o 11º; a companhia de infantaria e o corpo de pedestres do Espírito Santo, o 12º; na Bahia, os 1º, 2º e 3º de caçadores da província mudam-se em 13º, 14º e 15º; o de Alagoas recebe o número 16º; os 1º, 2º e

3º de Pernambuco são reduzidos ao 17º e 18º; o da Paraíba toma o número 19º e os de infantaria do Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão, respectivamente, as designações 20º, 21º, 22º e 23º; os do Pará ficam sendo 24º e 25º; e os caçadores estrangeiros, 26º e 27º até 1825, quando se criou em Sergipe o 26º de caçadores e aqueles passaram a chamar-se 27º e 28º.

A cavalaria constituiu-se assim: 1º regimento de cavalaria fundado por D. João VI, na corte; 2º formado pelo ex-regimento de Minas; 3º pela cavalaria da Legião de S. Paulo e esquadrão da mesma cidade; 4º pelo esquadrão da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul; 5º pelo regimento de dragões do Rio Pardo; 6º pelo regimento de dragões de Montevidéu; e 7º pelo regimento de dragões da União.

A constituição da artilharia também se faz por síntese: o regimento de artilharia do Rio passa a ser 1º corpo de artilharia de posição; o batalhão de posição do Rio, 2º corpo; o de Santos, 3º; o de Santa Catarina, 4º; o de Montevidéu, 5º; a artilharia do Espírito Santo, 6º; o corpo de artilharia da Bahia, 7º; o de Pernambuco, 8º; e as artilharias do Piauí, Ceará, Maranhão e Pará na mesma ordem, 9º, 10º, 11º e 12º. Formam-se cinco corpos de artilharia montada: o 1º com a brigada de artilharia montada da corte; o 2º com a artilharia da legião de S. Paulo; o 3º com a artilharia de S. Pedro do Rio Grande do Sul; o 4º com o artilharia montada de Alagoas; e o 5º com a da Paraíba do Norte.

A 2ª linha compõe-se de quatro regimentos de infantaria, 89 batalhões de caçadores, 39 corpos de cavalaria e muito poucos de artilharia, alguns com apelidos bizarros: Libertos de Ouro, Libertos de Paracatu, Pardos do Icó, Artilharia de Henriques da Corte, Sertanejos do ltu, Guaranis das Missões, Infantaria de Marinha do Ceará, Infantaria de Marinha do Camocim.

Foi a primeira organização militar de valor no nosso país e dela podemos datar a coesão do nosso Exército.

Nos uniformes, o Primeiro Reinado é a época que inaugura as pantalonas brancas apresilhadas ou com polainas e as nizas azuis para quase todas as tropas. A farda da cavalaria miliciana ou de linha apresenta-se já com os característicos que conservaria até o fim do Império. Os archeiros, que eram vermelhos e azuis no tempo de el-rei, passam a vestir de verde e ouro. Inauguram-se as chouriças (dragonas enchumaçadas): vermelhas e brancas para granadeiros, vermelhas para fuzileiros, negras para os caçadores a pé.

. . . .

Capítulo IV

SÉCULO XIX – BRASIL IMPÉRIO; REGÊNCIA

A REGÊNCIA foi obrigada a dar nova feição ao Exército, porque já não mais existiam vários corpos como a Imperial Guarda de Honra, o Batalhão do Imperador, o 2º e 3º de Granadeiros, o 11º, 27º e 28º de Caçadores e outros não tinham efetivos suficientes. O decreto de 4 de maio de 1831 conservou somente o estado-maior general, os estados-maiores da 1ª e 2ª classes, os engenheiros, os oficiais burocráticos, 16 batalhões de caçadores com 572 homens cada um, divididos em oito companhias, cinco corpos de artilharia de posição, com 492 homens cada um, e um de artilharia a cavalo com 354. Os cinco primeiros batalhões de caçadores passaram a ser 1º, 2º, 3º, 4º e 5º da corte; o 6º e 7º formaram o 6º de S. Paulo; o 8.° tornou-se o 7º de Santa Catarina, e o 9º, o 8º do Rio Grande do Sul; o 10º, o 11º e o 12º desapareceram; o 13º e o 14º mudaram-se em 9º e 10º da Bahia; o 15º e o 16º fundiram-se no 11º de Alagoas; o 17º e o 18º desdobraram-se nos 12º, 13º e 14º de Pernambuco; foram abolidos os de 19º a 22º; o 23º ficou sendo o 15º do Maranhão e o 24º, o 16º do Pará; acabaram-se os de 25º a 28º.

Os regimentos de cavalaria foram distribuídos desta sorte: 1º no Rio, 2º em Santa Catarina, 3º na Bahia, 4º em Pernambuco e 5º no Pará. A artilharia a cavalo continuou no Rio Grande do Sul e os corpos de posição ficaram: os 1º e 2º na corte, o 3º na Bahia, o 4º em Pernambuco e o 5º no Pará.

Tendo sido dissolvidas muitas unidades, houve, naturalmente, abundância de oficiais avulsos, que não tinham onde ser arregimentados. Compuseram o afamado Batalhão de Oficiais-Soldados, que auxiliou os Permanentes no assalto à ilha das Cobras, quando ali estourou uma sedição. Esses oficiais-soldados formavam à paisana com um tope na cartola.

Para a vida militar do Brasil, o ato mais notável da Regência foi a criação da Guarda Nacional em substituição às milícias, ordenanças e guardas municipais, instituição que prestou os mais assinalados serviços ao país, durante a monarquia, sobretudo na guerra do Paraguai, e durante a república, especialmente na revolta da Armada. Caindo com o tempo em grande decadência, foi, dentro de moldes mais rigorosos, transformada em 2ª linha do Exército. A Guarda Nacional nasceu da lei de 18 de agosto de 1831, que lhe deu as três armas. Seus batalhões de infantaria podiam ter duas companhias de caçadores, mas nunca possuiu corpos especiais dessa arma.

Em 1834, a Regência diminuiu de novo a quantidade de corpos do Exército, reformando-o. Reduziram-se à metade os 16 batalhões de caçadores, que ficaram numerados e distribuídos assim: 1º e 2º no Rio, correspondendo aos antigos 3º e 4º; 3º na Bahia, antes 9º; 4º no Maranhão, ex-15º; 5º no Pará, outrora 16º; os 6º, 7º e 8º conservaram os mesmos números respectivamente em S. Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Suprimiram-se os 1º, 2º 5º, 10º, 11º, 12º, 13º e 14º. Nas demais armas, houve uma única alteração: a dissolução do 5º de cavalaria.

Em 1836, devido à rebeldia dos farrapos, os corpos foram concentrados no Rio Grande do Sul. Os que tomaram parte no movimento estiveram para ser dissolvidos. Em 1838, reorganizaram-se com melhores elementos, na Bahia, o 3º de caçadores e o 3º de artilharia de posição. Em 1839, há, no Sul, um corpo de voluntários alemães, cujo uniforme é impossível reconstituir por falta absoluta de documentos.

O decreto de 22 de fevereiro de 1839 reorganizou mais uma vez o Exército, aumentando para 12 os batalhões de caçadores, determinados como se segue: o batalhão provisório da província de Santa Catarina formou o 1º na corte; o 1º e 2º viraram 2º e 3º; criou-se no Pará o 4º; o antigo 1º foi restabelecido como 5º; os 7º, 4º e 5º da organização anterior tornaram-se 6º, 7º e 8º; organizou-se também no Pará o 9º; os velhos 6º e 8º foram classificados como 10º e 11º; e em Santa Catarina pôs-se mais o 12º. Em compensação, a cavalaria foi diminuída. Suprimiu-se o 4º regimento, organizando-se quatro esquadrões avulsos. Os três regimentos restantes continuaram inalterados sob a rubrica de cavalaria-ligeira. Na artilharia a pé, uma simples troca de números: o 3º passou a ser 2º; o 4º, 3º; o 5º, 4º; e o 2º, 5º. Criou-se um corpo de pontoneiros, mineiros e sapadores, logo abolido por falta de gente competente para preencher-lhe os claros.

Na história de nossas forças armadas, a Regência caraterizou-se pela abolição de granadeiros e fuzileiros, dando toda a importância aos caçadores, para os quais adotou o fardamento todo verde, que ficou tradicional, botões pretos e barretina de novo modelo, cintada, que desapareceu na guerra do Paraguai.

Nenhum documento esclarece qualquer cousa sobre os uniformes da cavalaria nesse tempo. É de presumir se mantivessem os do tempo de D. Pedro I. É provável, porém, datar da Regência o emblema da referida arma que durou longos anos: dois dragões cruzados com o número do corpo entre ambos. São os dragões heráldicos da casa de Bragança que se arrepiavam na cimeira dos capacetes da Guarda de Honra, se retorciam na manga dos fardões dos senadores do Império, sustentavam o brasão do imperador, ornavam-lhe o trono e rematavam o cetro imperial.

Não existe também nenhum documento contemporâneo dos uniformes da artilharia. Todavia, parece que de então vem o emprego do carmim como cor distintiva da arma, pois antes era o preto ou o encarnado.

. . . .

Capítulo V

SÉCULO XIX – BRASIL IMPÉRIO; 2º REINADO ATÉ A GUERRA DO PARAGUAI

NOS PRIMEIROS ANOS do governo de D. Pedro II, a maioria dos corpos do Exército estacionava no Rio Grande do Sul. Havendo necessidade política de aumentar as guarnições de S. Paulo e Rio, novamente foi o Exército reorganizado pelo decreto de 25 de abril de 1842, ficando assim constituído: estados-maiores – general, de 1ª e 2ª classes, e imperial corpo de engenheiros, tudo com o efetivo global de 407 oficiais; oito batalhões de fuzileiros de oito companhias e 882 homens cada um; oito batalhões de caçadores de seis companhias, com 557 homens; quatro batalhões de artilharia a pé de oito companhias e 690 homens cada um; e três regimentos de cavalaria de oito companhias e 618 homens cada um. Organizaram-se os fuzileiros desta maneira: criou-se o 1º na corte; transformou-se o 5º de artilharia a pé em 2º de fuzileiros; os batalhões provisórios de Santa Catarina e Pernambuco formaram o 3º e o 4º; os 9º, 10º, 11º e 12º de caçadores converteram-se em 5º, 6º, 7º e 8º de fuzileiros. Os oito primeiros batalhões de caçadores continuaram com sua antiga numeração.

Os caçadores começam a usar uniformes verdes com paramentos pretos e botões escuros, de bronze ou massa, em duas ordens, o que se conservou até 1852. Na barretina, como emblema da arma, a cruz de Malta. Traço da influência inglesa sobre nossos fardamentos, pois parece que na Inglaterra essa cruz era sinal das tropas ligeiras. Segundo os desenhos do livro sobre as cavalarias europeias de Lucien Vallet, usaram-na os Light Dragoons, isto é, os Dragões Ligeiros, justamente entre 1840 e 1845. Talvez fosse ali insígnia somente de cavalaria, porque é a cruz de uma ordem célebre de cavaleiros, ou tivesse ido parar ao *shako* dos dragões britânicos por ser seu comandante um cavaleiro de Malta. O certo é que durante muitos anos distinguiu nossos caçadores a pé. Já é velho, no Brasil, o hábito de dar aos soldados cores, linhas e emblemas alheios, inteiramente desvirtuados, o que demonstra a profunda ignorância dos copistas... Alguns batalhões de caçadores usam boné de serviço (*bonet de police*) quadrado e com borlas; outros, redondo e sem pala. Mais tarde, este último prevalece e dura até 1857, quando foi substituído pelo boné cônico ou quepe.

Os fuzileiros tinham vivos brancos e chapa losangular dourada na barretina, como a infantaria de linha de Napoleão I. Quase uma década após, em 1852, todos esses pormenores, que variavam de batalhão a batalhão, devido a certa anarquia reinante na indumentária em consequência das lutas intestinas, especialmente no Sul, foram unificados de modo coerente. Para conhecer bem a história de nossa farda nessa ocasião, seria necessário estudar a vida de cada unidade do Exército *de per si*, o que é materialmente impossível, porque seus arquivos não existem mais. No Brasil, à exceção do 1º Regimento de Cavalaria, não se pode mais saber a história de nenhum outro corpo, de tal maneira as reformas alteraram quadros, números e atribuições. Os caçadores foram, às vezes, fuzileiros e vice-versa; a artilharia viu-se mudada em infantaria e esta em cavalaria!

Segundo o costume do tempo, os músicos tinham uniformes de fantasia, tradição viva da pompa dos exércitos napoleônicos, dependente dos maiores ou menores recursos da caixa do batalhão. Até mais ou menos 1855, cada corpo fardava seus músicos de acordo com o plano que o comandante arranjava e submetia à aprovação do ministro da Guerra. Abusava-se sobretudo do prateado nos enfeites. Além da banda de música, dos pífanos e tambores, as unidades de infantaria de linha marchavam

precedidas de machadeiros ou porta-machados, homens altos, de longas barbas verdadeiras ou postiças, cobertos com ursas empenachadas, vestidos de aventais de couro e empunhando hachas reluzentes.

Data dessa época o uso dos cordões ornamentais das barretinas que vinham prender-se na charlateria ou na dragona esquerda, terminando em palmatórias trançadas com borlas pendentes. Andavam com eles, na mesma ocasião, as tropas europeias de cavalaria, sendo que da dragona em que os prendiam para os botões da farda partia uma forrageira com borlas. Outro erro de cópia por ignorância e que se tornou tradicional. O oficial brasileiro, quando tirava a barretina, colocava-os à vontade, em volta do pescoço ou atravessados ao peito como alamares. Raros os deixavam com a barretina. Assim faziam sempre os europeus, que somente guardavam a forrageira, então privativa das tropas montadas. A nossa Escola Militar restaurou essa velha tradição no seu uniforme atual.

Aparecem nas lanças as bandeirolas vermelhas com um retângulo central branco, onde se vê o número do regimento. Isso veio até nossos dias. Foi uma das nossas raríssimas tradições militares escapas às destruições sistemáticas.

O distintivo dos artífices era uma granada. Os sargentos de fuzileiros usavam alabarda. Os oficiais ainda usavam sob a gola da farda o gorjal de latão, derradeira sobrevivência da couraça dos antigos paladinos. Os postos distinguem-se em grande uniforme, como antigamente, pelas dragonas; em pequeno, pelos galões à volta do punho, da seguinte maneira: um de cinco linhas de largura para os alferes, dois da mesma dimensão para os tenentes, um de sete linhas para os capitães, um de sete e um de cinco para os majores, dois de sete para os tenentes-coronéis e três para os coronéis. Este sistema de galões durou todo o Segundo Reinado. Os oficiais de caçadores usavam-nos também em grande uniforme, porque não tinham dragonas. Os talabartes dos porta-bandeiras traziam o número de galões correspondente ao posto do comandante do corpo.

Depois da reorganização de 1842, a única medida militar digna de nota até 1851 foi a criação, em 1846, de mais um regimento de cavalaria 1igeira no Rio Grande do Sul com o número 4º. Antes de 1845, como continuasse a guerra dos Farrapos que só então terminou, o governo imperial contratara na Europa, por intermédio de Sebastião do Rego Barros

e contra a opinião publicamente expressa de Caxias, mil mercenários alemães, na maioria veteranos do dissolvido exército do Schleswig-Holstein, entre os quais cerca de cem bons atiradores com o fuzil de agulha Dreise, primeiro modelo, que tomaram parte na batalha de Caseros, e uma companhia de pontoneiros com seu material, que não foi utilizada. Na reorganização geral de 1851, eles formaram um batalhão de infantaria e um de artilharia.

Por essa reorganização, a infantaria passou a contar 15 batalhões numerados de 1º a 15º, sendo os de 1º a 8º de fuzileiros e os de 9º a 15º de caçadores. O 15º era o de alemães. As numerações dos oito corpos de fuzileiros continuaram as mesmas. As dos caçadores foram alteradas: o 1º passou a ser 9º; o 2º, 10º; o 5º, 11º; o 4º, 12º; o 3º, o 6º e o 7º formaram o 13º e o 14º. O corpo de artilharia dos alemães tomou o título de 2º Regimento de Artilharia a Cavalo. Tanto ele como o de caçadores foram dissolvidos anos depois e não figuram, oficialmente, nos decretos do Ministério da Guerra como alemães.

Em 1852, dissolveu-se o 7º de fuzileiros e formou-se no Rio Grande do Sul o 5º de cavalaria. Nesse tempo, houve as seguintes mudanças nas designações dos corpos de infantaria: o 8º de fuzileiros passou a ser 7º e os batalhões de caçadores subiram, cada qual, um número, devido à supressão do 7º a que já nos referimos. Daí até a guerra do Paraguai só há a notar a criação do batalhão de engenheiros, com quatro companhias, em 1855, aquartelado na Escola de Aplicação do Exército, e a criação da companhia de enfermeiros, em 1857.

No período que vai da maioridade a 1865, não se devem esquecer os chamados corpos ou companhias fixos ou de guarnição. A redução dos efetivos do Exército em 1831, a abolição total das milícias, que eram a reserva territorial da Colônia e do Primeiro Reinado, das ordenanças e das guardas municipais, que as substituíram, embora essas datassem somente de 1830, o fato de ainda se achar em começos de organização a Guarda Nacional recentemente criada, fez com que nas províncias se sentisse falta de tropa. Outrora, cada província tinha a sua, independente. As principais foram até incluídas na numeração geral de 1824. Tal necessidade deu origem à organização, por toda a parte, dos corpos denominados Pedestres e Ligeiros, de pequeno efetivo, que, apesar de pertencerem ao Exército ativo,

estavam fora da dependência direta do mesmo. Essa força irregular viveu até 1840, quando seus pequenos núcleos tomaram o nome de Caçadores de Montanha. Anos após, voltaram novamente a ser Pedestres. Foram os embriões dos futuros batalhões de caçadores formados nas províncias, a pouco e pouco, que chegaram ao apogeu cm 1860. Os corpos de guarnição ou fixos desapareceram com a guerra do Paraguai, suprimidos pelo governo, que incorporou seus homens à tropa de linha. Sua história em cada província é sobremaneira curiosa. Em Mato Grosso, os Dragões e Leais Cuiabanos tiveram como substitutos a Legião de Mato Grosso, criada por D. João VI, unidade tática que se compunha das três armas e se originara nos exércitos da Convenção e de Napoleão, como reminiscência dos romanos. A de Mato Grosso, aquartelada em Cuiabá, tinha 788 homens. Tomou, depois, o nome de Ligeiros. Em 1832, desdobrou-se em cinco companhias de caçadores, uma de marinheiros e duas de artilharia. Em 1840, a província teve mais uma companhia de cavalaria, e a artilharia foi unificada num batalhão com 465 homens. Essas tropas uniram-se, em 1842, sob o título de Corpo Fixo, ao qual se agregou uma companhia de pedestres. O batalhão de artilharia foi substituído pelo 4º a pé, de linha. Em 1843, criavam, de novo, a artilharia local e fundavam dois corpos fixos: o 1º com quatro companhias de caçadores, duas de artilheiros, uma de cavalaria e uma de artífices, ao todo 768 homens; o 2º com duas companhias do caçadores, duas de artilheiros e um total de 438 homens. Mais tarde, tudo isso formou dois corpos fixos só de caçadores com seis companhias cada um; um corpo de artilharia, com quatro companhias, sendo uma de artífices, e um esquadrão de cavalaria.

No ano de 1851, houve a reforma geral dos corpos fixos. Suprimiu-se um dos batalhões de caçadores de Mato Grosso; a cavalaria, aumentada, formou meio regimento; continuaram no mesmo pé artilharia e pedestres. Em 1860, extinguiram-se todos os pedestres do Império, e os corpos de cavalaria tornaram-se independentes dos de guarnição. Ao começar a campanha do Paraguai, segundo documentos oficiais, havia, em Mato Grosso, no papel, 1.327 homens, porém só se reuniram, dificilmente, 600, que estavam disseminados. O corpo de artilharia, auxiliado por índios e paisanos, defendeu, heroicamente, o forte de Coimbra. A fim de vigiar a fronteira do rio Apa, os poucos soldados do batalhão de caçadores seguiram, com os guardas

nacionais, para Miranda. As 130 praças de cavalaria, comandadas pelo bravo tenente-coronel Antônio Dias, acampadas em Nioac, combateram contra os paraguaios no rio Feio e foram o núcleo em torno do qual se congregaram as tropas na formidável epopeia da retirada da Laguna.

Em 1870, reorganizaram-se os corpos de guarnição: Mato Grosso teve o 2º de cavalaria, que desapareceu com a República.

A província de Goiás, pessimamente servida de tropas nos tempos coloniais, teve suas milícias, formadas de 1824 a 1825, e um inútil corpo de ordenanças em Rio Claro. Em 1836, ali existiu uma companhia de 100 ligeiros, que, dois anos depois, estavam reduzidos a 39. Em 1841, teve uma companhia fixa de caçadores, transformada, no ano seguinte, em um corpo fixo de duas companhias, ao qual se reuniu uma companhia de cavalaria. Em 1860, como essa tropa houvesse desaparecido, o governo criou nova companhia de caçadores. Na grande reforma militar de 1860, extintos os Pedestres. Goiás possuiu um batalhão de caçadores e uma companhia de cavalaria. Ao tempo da guerra com o Paraguai, essa guarnição incorporou-se, em Coxim, à expedição partida de S. Paulo e Minas para invadir o país inimigo. Então, por falta de cavalos, a companhia de cavalaria, com as daquelas duas províncias, constituíram um batalhão de caçadores a pé, que tomou a designação de 20º e assim fez toda a campanha. Após a guerra, coube a Goiás o 1º corpo fixo de cavalaria.

A reorganização militar da Regência deixou a Bahia quase desprovida de soldados. Seu primeiro corpo fixo foi o Depósito de Recrutas, criado em 1837. Em 1842, deram-lhe um corpo de artífices, considerado fora da 1ª linha, que durou até 1860. Em 1843, criaram um corpo de cavalaria, mais tarde denominado Companhia Fixa de Cavalaria Ligeira. Em 1810, as chamadas forças de guarnição baianas elevaram-se, no papel, a quatro companhias de caçadores, duas de cavalaria e uma de pedestres. As de cavalaria somente foram organizadas de verdade dez anos depois, em 1860! Então, os caçadores a pé constituíram um batalhão, o mesmo que brilhantemente atuou na guerra contra o Paraguai. A reforma de 1870 somente concedeu à Bahia um corpo isolado de cavalaria, extinto em 1889.

Devido à sua riqueza aurífera, Minas Gerais teve sempre algumas tropas. Em 1828, ainda ali existiam restos das célebres divisões do Rio Doce, fundadas por D. João VI, em 1820, a fim de defender a população

dos ataques dos índios, com efetivo de 268 homens. Em 1840, passaram a chamar-se caçadores de montanha e, depois, a formar duas companhias de pedestres, às quais se juntaram uma fixa de cavalaria e duas de caçadores, estas últimas em 1851. Em 1800, acabados os pedestres, havia quatro companhias de caçadores que partiram, ao começar a guerra do Paraguai, para Uberaba, com o 17º de Voluntários, a fim de incorporar-se à expedição de Mato Grosso. Terminada a campanha, a província recebeu uma companhia fixa de cavalaria, que, reunida à de S. Paulo, deu a base para a formação do 9º regimento de cavalaria de linha, em 1889.

No Maranhão, foram criados, em 1832, dois corpos de ligeiros ou pedestres, para defender dos índios as populações do interior. Houve mais um depósito de recrutas, de existência precária. No ano de 1840, essas companhias tiveram o nome de caçadores de montanha, voltando, em 1847, a ser de novo pedestres. Sua força era tão mesquinha que o corpo fixo do Piauí emprestava guarnições ao Maranhão. Em 1850, existiam três companhias, que, seis anos após, formavam o corpo de guarnição, cujas quatro companhias seguiram para o Paraguai.

No Amazonas, a organização de 1820 estabeleceu um corpo de linha, sem existência real, que não foi computado na reforma militar de D. Pedro I. Seu primeiro corpo fixo data de 1856, com quatro companhias de caçadores e duas de artilheiros. Em 1860, a artilharia teve mais duas companhias. Convém notar que unicamente Amazonas, Pará e Mato Grosso tiveram artilharia fixa. Os artilheiros amazonenses tomaram parte, no tempo da guerra do Paraguai, na expedição de Mato Grosso. Finda a campanha, a província não teve mais corpos fixos.

Durante largo tempo, o Piauí possuiu uma companhia provisória de linha, que, provavelmente, serviu de casco à formação das quatro companhias do seu corpo fixo de caçadores, com quatro companhias, que partiu para a guerra do Paraguai e, terminada esta, nunca mais foi reorganizado.

Na Paraíba, a companhia provisória de tropa de linha, ali aquartelada desde 1840, tornou-se em 1847 a companhia fixa de caçadores, que, em 1854, se transmudou em corpo fixo de quatro companhias e onze anos mais tarde ia para o Paraguai. Em 1870, o governo deu à Paraíba uma companhia isolada, que viveu até 1889.

O primeiro corpo local de S. Paulo foi o Depósito de Recrutas de 1837; o segundo, os Caçadores de Montanha de 1840, 124 homens. Dois anos mais, e havia um batalhão provisório de infantaria, dissolvido como os Caçadores de Montanha, em 1847. Nessa data, S. Paulo passou a ter um corpo fixo, composto de uma companhia de cavalaria e duas de caçadores. Estas últimas não chegaram a ser organizadas. Em 1865, essas forças marchavam para a campanha, em Mato Grosso, e participavam da retirada da Laguna. Em 1870, S. Paulo teve uma companhia de infantaria e uma de cavalaria, esta última transferida para Minas em 1889.

No ano de 1832, criou-se no Espírito Santo, contra os índios bravos, uma divisão de pedestres, que, em 1838, contava somente 38 homens; em 1840, passava a ser Divisão de Caçadores de Montanha e, em 1847, desaparecia, quando se formava a companhia fixa de caçadores, desdobrada, em 1860, num corpo de duas companhias absorvidas pelo Paraguai. Em 1870, a província foi contemplada com uma companhia isolada, abolida pela República em 1889.

Data de 1853 o primeiro corpo fixo do Paraná, com duas companhias de caçadores que se incorporaram, em 1865, à expedição de Mato Grosso, e uma de cavalaria, que partiu diretamente para o sul. Após a luta, o Paraná possuiu um esquadrão de cavalaria, que já não existia mais em 1887.

Posteriormente à reforma geral de 1831, o primeiro corpo criado em Pernambuco foi, em 1837, o Depósito de Recrutas. Dez anos mais tarde, formavam-se o Corpo Fixo de Cavalaria e a Companhia de Artífices. Em 1850, relíquia das milícias irregulares da Colônia, existia ainda um corpo de índios engajados. A reorganização de 1860 deu à província um corpo de guarnição, composto de duas companhias de caçadores e uma de cavalaria, que, em 1865, embarcava para a guerra. Depois de 1870, houve em Recife uma companhia isolada de cavalaria, extinta em 1889.

Sergipe teve, em 1841, uma companhia provisória de caçadores, transformada em companhia fixa em 1847, dissolvida em 1865, restabelecida em 1870 e definitivamente abolida em 1889. A do Rio Grande do Norte experimentou idênticas vicissitudes.

No Pará, organizaram-se em 1839 uma companhia de cavalaria e uma de artilharia. No ano seguinte, a artilharia contava já três compa-

nhias com 216 homens e a cavalaria duas com 207. Em 1842, a cavalaria tinha, de novo, uma só companhia. Pouco depois, as duas armas eram dissolvidas, nunca mais tendo a província corpo local nenhum.

As províncias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina estiveram muito tempo unidas, formando uma só. Na segunda, houve, em 1837, um depósito de recrutas; em 1840 uma companhia de caçadores de montanha, dissolvida em 1860, e, em 1870, uma companhia isolada de infantaria que acabou com a República.

Como o Rio Grande do Sul, a província do Rio de Janeiro e a corte foram sempre os lugares do Brasil, durante o Império e durante a República, mais favorecidos com a parada de tropas, neles nunca existindo corpos fixos. Os soldados desses corpos usavam nas barretinas as iniciais das respectivas províncias. Seus caçadores traziam nos ombros chouriças e na cabeça penachos verdes. Diferenciavam-se pelas cores dos paramentos. Os caçadores de Mato Grosso tinham gola verde, vivos e canhões vermelhos; os da Bahia, vivos verdes, gola vermelha e canhões azuis; os do Piauí, mesmos vivos, gola amarela e canhões azuis; os de S. Paulo, vivos vermelhos, gola e canhões azuis claros; os de Minas, mesmos vivos, gola e canhões azuis; os de Goiás, vivos, gola e canhões vermelhos; os do Rio Grande do Norte, vivos e gola azuis, canhões verdes; os do Espírito Santo, vivos e gola verdes, canhões azuis; os da Paraíba, vivos e canhões azuis, gola verde; os de Sergipe, vivos e canhões verdes, gola azul; os de Pernambuco, vivos azuis, gola e canhões vermelhos. A cavalaria fixa andava com penachos encarnados. A de Mato Grosso usava vivos, gola e canhões dessa cor; a da Bahia, vivos e golas verdes, canhões azuis; as de Minas e S. Paulo, vivos vermelhos, golas azuis claras e canhões azuis; a de Goiás, vivos e canhões nas mesmas cores, mas a gola encarnada; a de Pernambuco, vivos e gola azuis, canhões vermelhos. O penacho dos corpos fixos de artilharia era rubro e negro.

O minucioso decreto de 7 de agosto de 1852 pôs fim às irregularidades e confusões de nossos uniformes e é a melhor fonte oficial de informações acerca das fardas do Segundo Reinado. Vê-se por ele que se aproveitaram, quanto possível, os fardamentos existentes, tanto por economia quanto por tradição. Daí até 1860, nossa indumentária militar atingiu o máximo de seu esplendor, que não deixava de ser também resultado da

Tipos militares, guerra contra Rosas

influência que sobre o mundo exerciam as pomposas paradas e os soberbos *carroussels* da França de Napoleão III.

Na maioria, as fardas não foram mudadas, evoluíram. As do estado-maior mantiveram o tipo tradicional. Aparece em segundo uniforme a sobrecasaca comprida com uma só ordem de botões e gola bordada. As mangas são lisas. Em passeio, permite-se o chapéu armado, de pasta, coberto de oleado, mesmo o chapéu redondo civil. A espada dos generais, de punho de marfim e guarda simples, em *S*, é, mais ou menos, a atual. Conservaram-se os bordados de 1823, em idêntica disposição. O vogal de conselho de guerra passou a usar, na manga, bordados de folhas de carvalho semelhantes aos das abas da sobrecasaca. Os ajudantes de campo do imperador têm alamares e agulhetas do lado direito, tradição que se perpetuou até a casa militar dos presidentes da República. As dragonas dos generais são de canutões simples. As bandas têm borlas achatadas como as dos fiadores.

Os corpos especiais pouco mudaram. Deram-lhes dragonas escamentas com presilha de galão, cuja forma ainda hoje subsiste. Já existiam antes, mas não oficialmente, por abuso. As borlas das bandas e fiadores aparecem já do mesmo tipo atual. Os bordados, emblemas e vivos, os mesmos de 1823. Proibidas as dragonas de canutões exagerados, as pastas enfeitadas e as espadas de fantasia. No pequeno uniforme, se faculta o uso do chapéu de pasta ou do boné redondo e chato, com vivos brancos e galão dourado.

O 1º Regimento de Artilharia a Cavalo recebe charlateiras, canana e lista de calças iguais às da cavalaria. A artilharia a pé tem vivos carmins para todos os batalhões com as distinções seguintes: 1º – gola carmim e canhões pretos; 2º – o contrário; 3º – tudo preto; 4º – tudo carmim. A barretina do 1º era carmim com cordões pretos; a dos outros, pretas com cordões amarelos. Chamavam-lhes guritões, corruptela do termo francês aplicado à barretina de certos corpos – *mirliton*.

Distinguiam-se os quatro regimentos de cavalaria pelos canhões: o 1º – vermelhos com carcelas azuis; o 2º – vermelhos sem carcela; o 3º – azuis com carcela vermelha; o 4º – azuis sem carcela. De todos, os vivos eram brancos. Esta tradição durou até nossos dias. As golas eram vermelhas, as calças de duas listas e as charlateiras de corrente. Estas viveram até

a República. Além do boné de pano, o 1º tinha um de couro, com barbicacho de escamas, e o 4º, um gorro vermelho, com saco redondo à direita, como dos colbaques e talpaques dos hússares europeus. O 1º datava de D. João VI, estivera em Ituzaingó e dava guarda e escolta ao soberano. O 4º trouxera aquela curiosa peça de uniforme do contato com os gaúchos militares do Prata que a usavam.

Os distintivos dos oito batalhões de fuzileiros eram estes: 1º – gola branca e canhões vermelhos; 2º – gola amarela e canhões azuis claros; 3º – gola vermelha e canhões amarelos; 4º – gola amarela e canhões vermelhos; 7º – gola azul clara e canhões amarelos; 8º – gola amarela e canhões brancos. Os vivos de todos eram encarnados. Rasto de longínqua influência alemã no nosso Exército, esse das distinções pelas cores de golas e canhões que variam, enquanto se mantém nos vivos iguais a cor geral que distingue a arma. Por esse sistema se reconheciam até a Grande Guerra todos os regimentos germânicos. As calças do 1º de Fuzileiros eram de cor mescla; as dos outros corpos, azuis escuras.

O mesmo sistema na diferenciação dos seis batalhões de caçadores a pé: 9º (a numeração da infantaria era seguida) – gola e canhões encarnados; 10º – verdes; 11º – gola verde e canhões vermelhos; 12º – amarelos; 13º – gola amarela e canhões verdes; 14º – o contrário. Os vivos e listas pretos, os botões e metais bronzeados.

Conservaram-se quase sem alterações os uniformes anteriores dos depósitos e artífices.

Data de 1855 a criação definitiva, após várias tentativas, do 1º Batalhão de Engenharia, que não teve grande uniforme. A Escola Militar só teve fardamento oficial a partir de 1856. Antes, usavam-se unicamente o tope e as estrelas de cadete na farda comum do corpo em que o aluno verificara praça. Os filhos de oficiais subalternos eram segundos cadetes; os filhos de oficiais superiores e generais eram primeiros cadetes.

Devido às campanhas sulinas contra platinos e farrapos, os usos gaúchos influenciaram grandemente as fardas do Exército, tanto assim que o governo imperial foi obrigado a regulamentar o das túnicas de cores vivas, nos corpos montados do Rio Grande do Sul, fantasia tomada aos republicanos de Piratini e que Garibaldi transportou para a camisa de seus voluntários. O 2º Regimento de Cavalaria andava com blusa vermelha,

gola, vivos e canhões azuis escuros. Na blusa da mesma cor do 3º, os canhões eram azuis claros e, na do 4º, amarelos. O 1º e o 6º de Infantaria eram semelhantes ao 3º de Cavalaria. Os inválidos tinham blusas azuis e vivos cor-de-rosa; os engenheiros, mescla. Nesse mesmo ano, suprimiu-se no Sul a pasta da cavalaria e proibiram-se, nos caçadores, botões de massa preta em lugar dos bronzeados.

O ano de 1856 caracterizou-se por um grande melhoramento: a adoção do boné denominado quepe, de tipo francês, em substituição, nos pequenos uniformes, das várias formas de bonés e gorros existentes.

Por ordem do governo imperial, Luís Pedro Lecor organizou em 1858 grandes álbuns, otimamente gravados e impressos, com minuciosos desenhos coloridos, de todos os uniformes do Exército, naquele tempo, obra admirável e indispensável, que esclarece completamente a história de nossa indumentária militar no período de seu verdadeiro apogeu.

Então, no estado-maior foram suprimidos os bordados no peito e abas das casacas. Mudou-se o tipo das dragonas, o do fiador e o das bandas. Os generais começam a usar, em pequeno uniforme, talins de cordões dourados, que durarão até 1908, com a sobrecasaca. Os corpos especiais não têm mais bordados nas golas e canhões. O quepe afugenta de todo o boné redondo. Mantêm-se as presilhas das pantalonas, que durarão muito tempo. Os penachos da infantaria não são mais unicamente verdes: suas cores variam.

Os médicos e cirurgiões trazem espadim e uma canana com instrumentos cirúrgicos e medicamentos de urgência. Em 1825, o imperador regularizara os distintivos dos capelães. Em 1858, deram-lhes fardamento preto, com vivos e banda prata para os tenentes e de retrós negro para os alferes.

Há alterações nos corpos móveis. O Regimento de Artilharia a Cavalo recebe uma barretina cintada e novo uniforme para os clarins. O uniforme dos músicos, tambores, corneteiros e tambores-mores não é mais produto da alta fantasia dos sirgueiros e obedece a um plano geral e coerente. Sobretudo na artilharia a pé. Os tambores têm galões nas costuras, em 2º uniforme, e peitilhos em grande gala. Nos canhões e na gola, o tambor-mor traz as cores características de sua unidade. De acordo com

o plano geral dessas fardas do que então se denominava estadomenor, a dos músicos de fuzileiros será cor de pinhão e a dos músicos de caçadores, mescla.

Desde 1815, a cavalaria não usava botas, influência da bombacha gaúcha. Havia duas listas sempre nas suas calças. Em 1858, passa a haver unicamente uma. O peitilho dos seus clarins é branco. O 5º Regimento de Cavalaria, criado em 1854, tem o mesmo gorro do 4º, com vivos, gola e canhões vermelhos. Os canhões do 2º passam a ser azuis escuros e os vivos encarnados. A virola superior da barretina roliça que Lecor desenhou só foi usada por alguns corpos e não por todos.

Dá-se grande gala no Depósito de Recrutas da corte, com corneteiros e corneta-mor. Nos fuzileiros, varia em primeiro lugar o boné. Os porta-machados ou machadeiros conservam o aventa1 de couro mosqueado e a barretina de pelo alta, a ursa, o *ourson* napoleônico, que durou até depois da campanha do Paraguai. O talabarte dos oficiais a pé começa a ser substituído pelo talim simples, sem pasta.

. . . .

Capítulo VI

SÉCULO XIX – 2º REINADO; DA GUERRA DO PARAGUAI À REPÚBLICA

DECLARADA A GUERRA contra o ditador do Paraguai, o governo imperial, imediatamente, aumentou o Exército, ao mesmo tempo que abolia os corpos fixos ou de guarnição, incorporando seus efetivos à tropa de linha. Foram chamados às armas os guardas nacionais e, ao apelo dos poderes públicos à nação, responderam milhares e milhares de voluntários da pátria. A infantaria passou a contar 22 batalhões, numerados de 1º a 22º, sendo os sete primeiros de infantaria pesada, fuzileiros, e os restantes de infantaria ligeira, caçadores. Diferençavam-se nos traços gerais da indumentária e do armamento desta sorte: os fuzileiros usavam correames brancos, paramentos vermelhos, espingarda, baioneta triangular e terçado, tocando tambores e pífanos; os caçadores traziam correames pretos, paramentos verdes ou amarelos, carabina e refle (sabre-baioneta), tocando caixas de guerra c cornetas.

Devido à campanha anterior, do Uruguai, quase toda a infantaria já se achava no Sul: os 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 10º, 11º, 12º e 13º

batalhões. Relembremos alguns dos apelidos que a soldadesca dava a esses velhos corpos cobertos de glória nos combates! O 2º era o *Dois de Ouro,* o 12º o *Treme-Terra,* o 13º o *Arranca-Toco* e o 16º o *Glorioso*. A fim de se juntarem a eles, logo partiram o 8º e 9º. Depois, organizaram-se o 14º e o 15º, este com fuzis alemães Dreise, de carregar pela culatra. Ambos acabaram incorporados ao 11º. Ainda acorreram à luta os 17º, 18º, 19º e 22º. O 20º e o 21º seguiram na expedição da Laguna.

O 1º Regimento de Cavalaria permaneceu na corte, de guarda ao imperador. O 2º e o 3º combateram. O 4º e o 5º serviram de bases para a formação de cinco corpos de caçadores a cavalo de quatro companhias e 638 homens cada um.

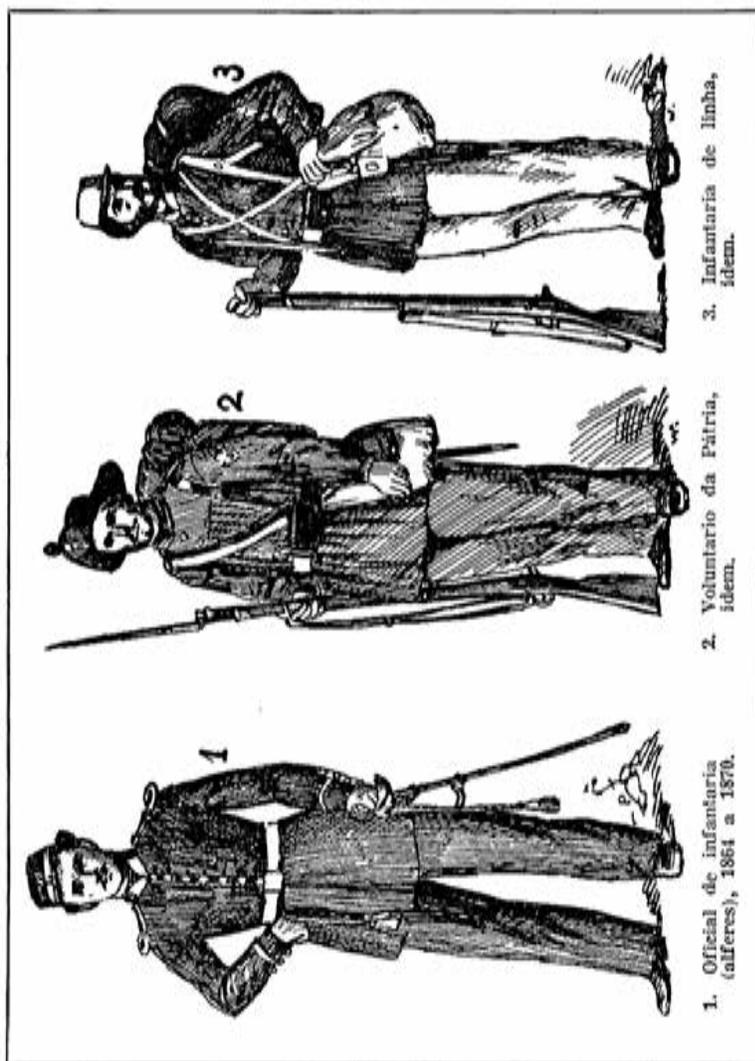
O 1º de Artilharia a Cavalo, cognominado *Boi de Bota*, velha tropa gaúcha experimentada em muitas campanhas, teve a secundá-lo um corpo provisório da mesma arma, o 2º. Aumentou-se de um batalhão com o número 5º a artilharia a pé. Quando rebentou a guerra, o 1º estava no Sul e o 2º em Corumbá. O 3º e o 4º partiram para as operações em 1865. Seguiram após, em várias datas, a Escola Militar, o batalhão de engenharia e pontoneiros, e o esquadrão de transportes, formado em 1865, que deveria existir no Sul pela última lei de organização do Exército, desde 1860.

Os Voluntários da Pátria tomaram a mais brilhante parte na campanha já combatendo nos seus corpos, organizados ao primeiro chamamento do país em perigo, já preenchendo os claros abertos pelo inimigo nas fileiras da tropa de linha. A maioria desses formidáveis batalhões foi fornecida pelo Norte. Somente a gloriosíssima Bahia deu treze, com estes números: 3º, 10º, 14º, 15º, 23º, 24º, 29º, 40º, 41º, 43º, 46º, 53º e 54º, além dos corpos independentes e bizarros, não menos heroicos, no entanto, como os zuavos e os couraças ou couraceiros, vestidos de couro. Seguiu-se-lhe Pernambuco com sete batalhões: 11º, 21º, 30º, 44º, 51º, 52º e 56º. Depois, a corte, com sete também, compostos, na sua maioria, de brasileiros de toda a procedência: 1º, 2º, 4º, 9º, 31º, 32º e 38º. O quarto lugar coube à província do Rio de Janeiro, cujos corpos foram os 5º, 6º, 8º e 12º, e à do Rio Grande do Sul, com os 33º, 35º, 48º e 49º. O quinto, ao Maranhão, com os 22º, 36º e 37º; a Minas Gerais, com os 17º, 18º e 27º; e a S. Paulo, com os 7º, 42º e 45º. No sexto lugar, Pará e Piauí, o primeiro organizando o 13º e o 34º, e o segundo, o 39º e o 55º. Logo abaixo, o Ce-

ará, com o 26º, Mato Grosso, com o 50º, Paraíba, com o 25º, Rio Grande do Norte, com o 28º, e Amazonas, Goiás, Sergipe, Paraná. Santa Catarina e Espírito Santo com os 14º, 16º, 19º, 20º, 29º e 47º.

Muitos desses corpos foram, no correr dos acontecimentos, absorvidos por outros, por exemplo: o 6º pelo 33º, o 3º provisório de infantaria da Guarda Nacional de Uruguaiana pelo 40º de Voluntários e o 4º da mesma Guarda pelo 41º. Em 1870, somente tornaram à pátria estes batalhões: 17º, 23º, 26º, 27º, 30º, 33º, 35º, 36º, 37º, 39º, 40º, 41º, 42º, 44º, 46º, 50º, 53º e 54º. Aproveitaram-se na regularização dos efetivos dos voluntários vários corpos avulsos, como o Batalhão da Imperatriz, a brigada ligeira do general Neto, os voluntários alemães e os voluntários paraguaios.

A guerra obrigou o governo a fazer completa modificação na organização das tropas e nos uniformes. Sentiu-se de modo definitivo a influência francesa, que já se acentuava na pomposa indumentária de 1850 a 1860. Deu-se aos generais o boné francês, o quepe de pequeno uniforme, chamado à Cavaignac, por ter sido talvez o general desse nome o primeiro a usá-lo. Esse quepe e a barbicha em ponta, o cavanhaque, foram características da época. Conservou-se a sobrecasaca de 1852. As condições climáticas e de luta da zona de operações obrigavam os generais a andar de poncho-pala, de botas fortes, de espadas próprias para os entreveros e mesmo alguns, como Osório e Câmara, de lança. Muitos oficiais superiores e subalternos também o adotaram. O boné do estado-maior e dos engenheiros passou a ser avivado de branco. A artilharia a cavalo uniformizava-se à gaúcha.

O decreto nº 3.620, de 28 de fevereiro de 1866, fez a modificação geral dos uniformes. Há, na Biblioteca Nacional, um álbum de figurinos militares, de acordo com ele. Aboliram-se as casacas, as cores regimentais, a farda verde dos caçadores e as polainas. Adotaram-se barretinas afuniladas, guritões, com cordões e borlas em primeiro uniforme, e gorros de dois bicos, de serviço, para tropa, os quais duraram até nossos dias. Os caçadores a cavalo, recentemente criados, receberam o mesmo uniforme dos caçadores a pé. Finda a campanha, foram suprimidos. Segundo esse plano, a artilharia a pé usou granadas na gola, boné e gorro carmim. A sobrecasaca de brim substituiu a fardeta do mesmo tecido. Os regimentos de cavalaria em campanha adaptaram-se às condições do ambiente.

Tipos militares, guerra do Paraguai

Por causa da confusão de armamentos, equipamentos e fardamentos, natural nessa ocasião das dificuldades de fornecimentos regulares e da duração da luta, os soldados andavam descalços, de alpercatas, de coturnos, de chapéus de feltro ou pano, de gorro, de quepe com capa branca, argelina, ou sem ela. Parece, no entanto, segundo o depoimento de veteranos, pois não há, a esse respeito, documentos de outra ordem, que o chapéu distinguia o 2º Corpo de Exército, do comando do tenente-general conde de Porto Alegre, e o quepe, o 1º, comandado pelo tenente-general Osório. Parece, também, conforme idênticas informações, que o fundo das capas brancas do quepe tinha cores diversas, em variadas disposições, que serviam para diferençar uns dos outros os batalhões de voluntários e de linha.

Em vista do diminuto efetivo do Exército, o grosso das tropas que participaram da pugna era composto de cavalaria provisória, Guarda Nacional e voluntários da pátria. Para estes, não houve plano definitivo de fardamento. Os primeiros batalhões apresentaram-se como os do Exército ou aproveitando fardas das unidades de polícia e Guarda Nacional de que se originaram. Mas todos traziam, no alto da manga esquerda, um emblema especial: a coroa imperial sobre uma fita com o dístico – Voluntário da Pátria. Usaram tanto o chapéu redondo, preto, com número e tope, quanto o quepe-cavanhaque com vivos verdes, amarelos ou vermelhos. Alguns vestiam a blusa denominada gandola, ampla, pregueada, e gorro redondo, baixo. A farda dos zuavos da Bahia era quase igual à dos seus congêneres da Argélia, então muito em voga até nas tropas pontifícias. Da companhia de couraças ou couraceiros que a Bahia formou para o Paraguai, como em 1824 formara outra para a guerra da Independência, não ficou memória nem documento do vestuário. Esses soldados encourados prendiam-se a uma antiquíssima tradição das nossas milícias sertanejas no período colonial.

Terminada a campanha, o governo imperial desmobilizou a Guarda Nacional e acabou com os corpos de voluntários. O Exército permanente continuou com a organização anterior, sendo o 5º de Infantaria, que fora dissolvido após o combate de Surubi-í, em 1868, recomposto com o Depósito da corte. O 18º, que se incorporara a outro por falta de efetivo, foi substituído pelo 22º. Ficou, assim, a infantaria somente com 21

batalhões. Com os efetivos dos corpos de caçadores a cavalo suprimidos, refizeram-se o 4º e o 5º de cavalaria. Não houve mais alterações na infantaria, nem na artilharia. Em 1871, ainda ocupavam o território inimigo o 4º de artilharia a pé, o 2º de cavalaria e os 7º, 8º, 10º, 11º, 16º e 17º de infantaria.

Os outros corpos distribuíam-se desta forma: na corte e na província do Rio de Janeiro, o batalhão de engenharia, o 1º de artilharia a pé, o 1º de cavalaria e o 1º e o 5º de infantaria; no Rio Grande do Sul, o 1º de artilharia a cavalo, o 3º, o 4º e o 5º de cavalaria, e o 3º, o 4º, o 12º e o 13º de infantaria; em Mato Grosso, o 2º e o 5º de artilharia a pé e o 19º, o 20º e o 21º de infantaria; no Amazonas, o 3º de artilharia a pé; em Pernambuco, o 2º e o 9º de infantaria; na Bahia, o 14º da mesma arma; no Pará, o 11º; em Santa Catarina, o 8º. Havia companhias de inválidos da pátria em Porto Alegre, Bahia, Santa Catarina e no asilo da corte, depósitos de recrutas em Santa Catarina, Pernambuco e Rio; e operários militares, artífices, nos arsenais carioca, do Rio Grande do Sul, de Mato Grosso, do Recife e na fábrica da Estrela.

No ano de 1874, toda a artilharia foi reorganizada, passando a constar dos seguintes corpos: 1º regimento de artilharia a cavalo, no Sul; 2º dito, formado sobre meio batalhão do 1º de artilharia a pé, na corte; 3º, constituído pelo 4º a pé, no Paraná e S. Paulo. A artilharia a pé ficou reduzida a quatro batalhões, sendo o 4º formado pelo antigo 5º. Segundo a ordem natural de sua numeração, guarneceram as fortalezas do Rio, Mato Grosso e Amazonas, sendo o último repartido pelas guarnições do Pará, Bahia e Pernambuco.

Até 1878, não se fez mais nenhuma mudança no plano de organização das forças de terra. Mas, nessa data, elas foram grandemente aumentadas. A infantaria teve 27 batalhões; a cavalaria, dez regimentos; a artilharia a cavalo, quatro; a a pé ficou na mesma situação; a engenharia ganhou mais um batalhão. Em 1889, pouco antes da República, novo aumento. Contam-se 30 batalhões de infantaria nestas guarnições: na corte, 1º, 7º, 10º, 21º, 22º, 23º e 24º; em S. Gabriel, o 4º; em S. Luís, o 5º; em Uruguaiana, o 6º; em Cuiabá, o 8º; em S. Salvador, o 9º e o 16º; em Fortaleza, o 11º; em Porto Alegre, o 13º e o 30º; na cidade do Rio Grande, o 12º; em Belém, o 15º; em Curitiba, o 17º; em Alegrete, o 18º; em S. Luís

de Cáceres, o 19º; em Goiás, o 20º; em Desterro (Florianópolis), o 25º; em Maceió, o 20º; na Paraíba, o 27º; em Rio Pardo, o 28º; em Pelotas, o 29º. O Corpo de Transportes ou do trem ficava em Saicã, onde longamente permaneceu. Os dez regimentos de cavalaria tinham estas paradas por ordem natural de numeração: Corte, Jaguarão, S. Borja, Santana do Livramento, Bagé, Santa Vitória do Palmar, Nioac, Curitiba, Ouro Preto e S. Paulo. A artilharia de campanha ficava, na mesma ordem, em S. Gabriel, Corte, Curitiba e Bagé. A artilharia a pé, idem, na Corte, em Corumbá, na cidade do Rio Grande e em Belém. Os dois batalhões de engenharia, no Rio de Janeiro e em Cachoeira.

Desde a guerra do Paraguai até 1883, não foram profundamente modificados os nossos uniformes, que, após essa data, começaram a decair lamentavelmente de seu antigo esplendor, propriedade e valor tradicional. O plano de 1889-90 manteve muitas das mais belas tradições da indumentária em algumas minúcias. Elas quase totalmente desapareceram com a transformação de 1894, graças à malfadada influência do positivismo nas classes armadas.

Em 1872, a artilharia sofrera pequenas alterações no seu fardamento, logo adotadas nas outras armas: galões finos indicando os postos no boné, e perneiras para as praças montadas. Os corpos fixos, então restabelecidos, receberam correames pretos. A evolução do armamento corria parelha com a das fardas. Apareceram as clavinas Spencer na cavalaria e os fuzis Comblain na infantaria. Em 1873, tentava-se a adoção do Chassepot. A cinta amarela do boné dos caçadores a pé tornou-se azul, a fim de fazer sobressair o galão dourado. Restabeleceu-se a banda vermelha dos sargentos, abolida pela guerra, dando-se-lhes mais a espada. Porta-machados e tambor-mor figuraram somente no 1º de Infantaria, na corte. Foram suprimidos de todos os outros batalhões. Tradicionalmente, os machadeiros eram barbados e, quando não possuíam barbas naturais, usavam-nas postiças. Após a campanha contra López, esse "ornato" diminuiu de tamanho.

Em 1874, o boné de couro tomou o lugar de todos os outros e a blusa, o da sobrecasaca do mesmo pano. Os oficiais do 1º de Cavalaria conservaram, por tradição, o pequeno boné de oleado, definitivamente proscrito

em 1878. As pastas, listas de calças e perneiras, de quando em vez, sofriam modificações; de outras, eram suprimidas; de outras, restabelecidas.

Na mesma data, os caçadores a pé tiveram uniformes idênticos ao da infantaria de linha. O soldado dessa época, em grande gala, tinha barretina e sobrecasaca com dragonas, calças azuis ou brancas e botinas; em pequeno uniforme, boné de couro, blusa de flanela ou de brim pardo, calças brancas ou pardas. O correame preto dos caçadores se estende a toda a infantaria e à cavalaria por algum tempo. Os oficiais, menos os de caçadores, cujos postos outrora se distinguiam somente pelas dragonas, em grande gala, começam a ter também galões nos punhos. A charlateira de pano do pequeno uniforme é substituída por outra de metal, semelhante às das praças de pré da República, em grande gala. Os oficiais andam, habitualmente, de sobrecasaca desabotoada, mostrando o colete branco ou preto de botões dourados.

Em 1883, os cordões encarnados das barretinas dos oficiais são trocados por torçais de ouro e o penacho toma a forma de coqueiro. Os vivos da engenharia são carmins; as golas e platinas, pretas. Modificou-se o plano geral de 1866, estabelecendo-se novo boné para formatura. Desapareceram as carcelas e os vivos que distinguiam corpos e armas. Então, só existem distintivos de metal: espadas cruzadas, canhões cruzados, granadas, carabinas trançadas. Em certas unidades surgem passadeiras largas para prender as dragonas; em todas, a sobrecasaca de traspasse, com duas ordens de botões, mangas e punhos apertados.

Dá-se aos recrutas um gorro redondo do tipo usado nos exércitos inglês, espanhol, belga e português. Nas ainda faulhantes bandas de música, pomposas como a das infantarias do 2º Império francês, estremecem sonoramente as "árvores de campainha", filhas do velho *chapeau chinois*. O fardamento dos músicos é azul mescla. Nas tropas a cavalo, os barbicachos de torçal preto, com borla de fio na ponta, de origem gauchesca, pendem dos quepes. Vieram até a República.

Em 1874, novo plano de uniformes para o estado-maior. Em grande gala, plumas variadas, casas de galão na gola e nos canhões. Esteve em uso daí por diante a sobrecasaca de traspasse e gola deitada, com platinas de trança, em segundo uniforme. Em 1881, esse plano foi substituído por outro e publicou-se um novo para os generais, em que predominava a

grande sobrecasaca, com dragonas e canhões postiços, que podia ser usada com chapéu civil. Em 1888, a maioria dos oficiais generais adotou a sobrecasaca de traspasse e gola deitada, na qual se ajustavam os bordados de gala, em lugar da casaca.

Pouco antes da proclamação da República, decretou-se novo plano geral de fardamento, que, segundo os documentos oficiais, aberrava de todas as tradições e de toda estética. Felizmente, não chegou a ser usado.

. . . .

Capítulo VII

SÉCULOS XIX E XX – BRASIL REPÚBLICA

PROCLAMADA A REPÚBLICA, os quadros do Exército foram logo alterados. Acrescentaram-se mais seis batalhões de infantaria aos 30 existentes: o 31º em Minas, o 32º em Vitória, o 33º em Aracaju, o 34º em Natal, o 35º no Piauí e o 36º em Manaus. Mais dois regimentos de cavalaria: o 11º em Uruguaiana e o 12º em S. João da Barra do Quaraim. Mais um de artilharia a cavalo: o 5º, no Rio, e um de artilharia a pé: o 5º, na Bahia, com uma companhia destacada em Pernambuco. Transferiram-se para a capital federal o 22º de infantaria e o 9º de cavalaria. Em 1894, devido à revolta da Armada, criaram-se mais unidades: quatro batalhões de infantaria, dois regimentos de cavalaria, um de artilharia de campanha e um batalhão de artilharia a pé. Essa organização durou até 1908.

A República fez naturalmente profundas alterações nos uniformes, baixando o decreto de novembro de 1889. Vieram capacetes, alamares postiços e meias-botas. Restauraram-se vivos, carcelas, listas e golas de cor a esmo. Entretanto, os uniformes do começo da República foram melhores que os do fim da Monarquia. Voltou o antigo aspecto dos generais e

do estado-maior. Somente se usavam listas douradas nas calças e chapéu armado a pé. As cores dos penachos servem de distintivos às armas: azul para o estado-maior de 1ª classe; azul e encarnado para o de 2ª; preto e branco para a engenharia; branco para o corpo de saúde; carmim e preto para a artilharia; branco e vermelho para a cavalaria; vermelho para a infantaria. Ainda há capelães de farda negra e banda roxa, com uma estrela na manga os alferes, duas os tenentes e três os capitães. O gorro de 1866 continua em pequeno uniforme.

O segundo plano de fardamentos da República foi o de 1890. Desde então, começa nosso Exército a sair da rota natural da evolução de suas próprias tradições. Datam daí os graves erros contra nossa indumentária militar, cujo resultado seria a perda quase completa das linhas, cores, traços, símbolos e emblemas que eram fundamentalmente nossos.

O Colégio Militar adota a túnica castanha, cor de pinhão, da velha infantaria portuguesa, dos caçadores do Império e dos músicos. O Colégio conservou essa cor por muitos anos até que, no centenário da Independência, a trocou pela azul celeste, sem a menor razão de ser.

O Decreto nº 1.729, de 11 de junho de 1894, cortou ao meio a evolução natural do fardamento brasileiro, revolucionando toda a indumentária nacional e estragando todas as nossas tradições. Com ele nasceu a horrível calça garance e o dólmã da cavalaria ligeira europeia, imitado através da adaptação portuguesa, que foi imposto a todos os militares a pé ou a cavalo, com as agravantes da feiúra e da impropriedade. Acompanhou o decreto um álbum de figurinos coloridos, aquarelados pelo desenhista checo Mucha, ignorante de tudo que diz respeito à nossa história militar. Os oficiais generais adotaram de novo os bordados no peito e nos canhões dos de 1823. Os oficiais puseram nos quepes pequenas peras de metal, erradamente denominadas topes, horrível erro de cópia das bolas de lã com as cores nacionais dos *skakos* franceses; em pequeno uniforme, sabre curto e leve, ligeiramente curvo, de punho sem copo, guarda em *S* e bainha de couro, hoje dado aos sargentos da infantaria.

No mesmo ano, esse plano foi alterado pelos decretos nºs 1.834 e 1.903. Um penacho tomou o lugar da pera metálica. Era verde e amarelo para os generais. Trocaram-se por bolinas as incômodas meias-botas. Depois, os generais abandonaram as cores nacionais. Suprimiram-se as calças

bombachas, que o hábito, no entanto, manteve ainda por uns dez anos. Deram-se à oficialidade galões diversos dos da Monarquia.

Em 1896, trocou-se o cinzento escuro das túnicas da infantaria pelo azul-ferrete. A campanha de Canudos, mais tarde, apontou os graves defeitos do fardamento em voga e os soldados vestiram-se, em confusão, durante ela, uns à gaúcha e outros à sertaneja.

De 1903 datam os capacetes coloniais brancos empenachados e o dólmã para todas as armas. Desaparecem os bordados dos generais. Experimenta-se pela primeira vez o brim cáqui. As polainas são brancas. Em 1907, as grandes manobras repercutem favoravelmente em todo o país. A mocidade enverga, com grande entusiasmo, a farda de voluntário especial. Pelo Decreto nº 6.971, de 1908, sofre o Exército uma remodelação completa, da qual se deve datar uma nova evolução. Foi esse decreto fonte de nova transformação para melhor de nossa indumentária, parando de vez a decadência que se vinha acentuando desde o fim da guerra do Paraguai. Estabeleceu outra vez as grandes unidades, acabando com os exíguos batalhões que vinham da Regência, dando-nos os regimentos de três batalhões ou de três grupos, que lembram, de certa forma, os do Brasil reino. Extinguiu os chamados corpos especiais, que datavam de 1823, compostos de estados-maiores de artilharia, de 1º e 2º classes, e os engenheiros. Por essa reforma, o Exército passou a possuir 45 batalhões de infantaria, numerados de 1º a 45º, grupados aos ternos, seguindo naturalmente a numeração, em 15 regimentos; 12 batalhões de caçadores, de três companhias, numerados de 48º a 57º; 13 companhias isoladas de caçadores, cinco de metralhadoras, com três seções cada uma, e 12 seções de metralhadoras a mais; nove regimentos de cavalaria divisionária, com quatro esquadrões cada um, numerados de 1º a 9º; três independentes, com os mesmos esquadrões, de 10º a 12º; cinco independentes, de dois esquadrões, de 13º a 17º; 12 pelotões de estafetas e cinco esquadrões de trem; cinco regimentos de artilharia montada, de três grupos de três baterias cada um; cinco baterias de obuseiros de quatro peças; três grupos de artilharia a cavalo, de três baterias; dois montados de mesma força; três batalhões de artilharia de posição de seis baterias; seis de duas baterias; seis independentes; cinco parques e 18 colunas de munição; cinco batalhões de engenharia, sendo um ferroviário; 17 pelotões de especialistas.

Do plano de uniformes que acompanhou essa reforma fundamental, Decreto nº 7.201, de 1908, se originam os que o Exército usou até os últimos tempos. É curioso notar na nossa tropa duas evoluções de fardamento inteiramente distintas. A histórica, coerente, lógica, inconfundivelmente nacional, tradicionalista, nascida no reinado de D. João VI e morta pelo reinado positivoide das calças encarnadas francesas. A outra, moderna, absolutamente sem base no espírito nacional, mais ou menos esdrúxula, feita de retalhos de cópias do estrangeiro: calças da França, laços das mangas húngaros de origem e italianos de estilização, boné russo ou americano, capacetes prussianos ou coloniais ingleses, dólmãs de alamares de cadarço portugueses, etc., que veio à luz depois de 1896. Da invenção estapafúrdia de 1894, de tão mau gosto como o globo azul estrelado com legenda que estragou a bandeira, somente se conservou a pior por muito tempo: a calça garance. Da velha tradição luso-brasileira muito pouca cousa escapou aos vandalismos: o penacho negro da artilharia, os vivos brancos da cavalaria, as dragonas de escamas em relevo, os borlas dos fiadores de grande gala, os bordados de folhas de carvalho dos generais, alguns distintivos de metal como o castelo e a esfera armilar. Quase nada!

De tal plano resultaram os famosos laços húngaros para os oficiais combatentes, na gola e nas platinas, o uniforme de algodão azul-mescla para serviços internos e a farda de cerimônia, semelhante à da Marinha. Apareceram com ele ainda os capotes tudescos, esverdeados e de cinta apertada, o equipamento inglês, de lona trançada, sistema Mills, a triste nota dos penachos e capa branca nos bonés americanos que absolutamente foram destinados a esse disparate.

Durante a Guerra Europeia, nossos oficiais em comissão no estrangeiro usaram, por tolerância, calções e blusas de flanela cáqui, tendo estas a gola deitada, à inglesa. Dela decorreu a adoção do novo uniforme para aviadores e o talabarte, bem como o corte atual das fardas da oficialidade.

O Decreto nº 12.739, de 1917, alterou o plano de organização de 1908, suprimindo os 13º, 14º e 15º regimentos de infantaria, cujos batalhões passaram a ser de caçadores. Estes formaram, assim, 21 unidades, numeradas de 37º a 57º. Aboliram-se as seções independentes de metralhadoras, aumentando-se com elas o número de companhias da mesma arma

para dez. A cavalaria ficou com 15 regimentos e cinco corpos de trem; a artilharia, com dez regimentos montados, de 1º a 10º, de dois grupos de três baterias cada um, com três grupos a cavalo de duas baterias, dois de montanha de idêntica força e cinco de obuses. Os batalhões de artilharia de posição formaram cinco distritos de artilharia de costa. A engenharia dividiu-se em cinco batalhões de engenheiros, um batalhão e uma companhia de ferroviários.

Em 1919, pelo Decreto nº 3.916, novas modificações. A melhor é a distribuição da tropa por todo o território da nação. Restabelece-se uma das mais arraigadas tradições da vida militar: os batalhões de caçadores com numeração independente. A cavalaria independente toma também numeração especial, lembrando os antigos caçadores a cavalo. A divisionária continua com seus números próprios. Os batalhões que compõem os regimentos de infantaria deixam a numeração seguida e são numerados dentro de cada regimento. Cada qual dessas unidades tem seu 1º, 2º e 3º batalhões. Esses regimentos passam a ser 12, com esta discriminação: 1º e 2º na Vila Militar, 3º em Niterói, e, depois, na Praia Vermelha, 4º dois batalhões em Araraquara e um em S. Carlos; 5º dividido do mesmo modo entre Piraçununga e Araras, 6º em Caçapava, 7º em Santa Maria, 8º em Cruz Alta, 9º na cidade do Rio Grande, 10º repartido entre Juiz de Fora e Cataguases, 11º idem entre S. João d'el-Rei e Queluz, e 12º entre Belo Horizonte e Pará de Minas. Eis a parada dos caçadores a pé: 1º, 2º e 3º no Rio de Janeiro, 4º em S. Paulo, 5º em Lorena, 6º em Ipameri, 7º em Porto Alegre, 8º em S. Leopoldo, 9º em Pelotas, 10º em Ponte Nova, 11º em Diamantina, 12º em Curvelo, 13º em Joinville, 14º em Florianópolis, 15º em Curitiba, 16º em Cuiabá, 17º em Corumbá, 18º em Campo Grande, 19º na Bahia, 20º em Maceió, 21º em Recife, 22º na Paraíba, 23º em Fortaleza, 24º em S. Luís, 25º em Teresina, 26º em Belém e 27º em Manaus. As 22 companhias de metralhadoras foram espalhadas, na ordem natural de seus números, por estas localidades: Diodoro, Vila Militar e S. Cristóvão, no Rio; Niterói, Piraçununga, Rio Claro, Jacareí, S. Paulo, Santa Cruz, Cruz Alta, Porto Alegre, Caxias, Juiz de Fora, Barbacena, Ouro Preto, Belo Horizonte, Ponta Grossa, Blumenau, Aracaju, Natal, Campo Grande e Corumbá. Os cinco regimentos de cavalaria divisionária ficaram escalonados, na mesma ordem, no Rio de Janeiro, Piraçununga, Rosário, Rio

Verde e Guarapuava (depois em Castro); os 11 independentes em Santo Ângelo, S. Borja, S. Luís, Itaqui, Uruguaiana, Quaraim, Santana, Bagé, Jaguarão, Bela Vista e Ponta Porã. Os corpos de trem distribuíram-se, seguindo seus números, pela Vila Militar, Pindamonhangaba, Margem, Juiz de Fora e Guarapuava. Os de artilharia a cavalo em S. Luís (Rio Grande do Sul), Alegrete e Bagé. Os regimentos de artilharia na Vila Militar, em Santa Cruz, Campinas, Itu, S. Gabriel, Cruz Alta, Oliveira, Pouso Alegre, Curitiba, Ponta Grossa e Campo Grande. Os grupos de obuses em S. Cristóvão (Rio), Jundiaí, Rio Pardo, Uberaba e Castro. Os grupos montados em Cascadura (Campinho), Jundiaí, S. Gabriel, Pouso Alto e Valença. A artilharia de costa convenientemente repartida por estas guarnições e fortes: os grupos em Santa Cruz, S. João, Itaipu, Óbidos e Coimbra; as baterias isoladas em Copacabana, Vigia, Leme, Bagé, S. Luís, Imbuí, Marechal Hermes, Paranaguá, Marechal Luz, Marechal Moura, S. Salvador e Recife. Os batalhões de engenharia, também por ordem numérica, na Vila Militar, em S. Paulo, Alegrete, Itajubá, União da Vitória e Aquidauana; o batalhão ferroviário em Cacequi e a companhia ferroviária em Diodoro. Muitos desses corpos ficaram por organizar. O referido decreto alterou mais a divisão territorial militar e a organização das divisões do Exército, criando muitos serviços novos.

Após essa remodelação, veio a do Decreto nº 15.235, de 31 de dezembro de 1921.

Por ele, houve as seguintes alterações: na infantaria, o 5º regimento passou para Piracicaba, o 1º de caçadores ficou em Niterói, o 2º em Petrópolis, o 3º na Vila Militar, o 7º em Pouso Alegre, o 9º em Caxias (Rio Grande do Sul), o 10º em Ouro Preto; organizaram-se mais o 28º em Aracaju e o 29º em Natal, o qual posteriormente passou para Fortaleza, sendo substituído na sua parada pelo 23º. Continuaram como dantes as companhias de metralhadoras. Criaram-se três batalhões de infantaria montada, o 1º em Itaqui, o 2º em S. Borja e o 3º em S. Gabriel; duas companhias de estabelecimento, a 1ª em S. Cristóvão e a 2ª em Porto Alegre. Na cavalaria, passou-se o 3º divisionário para Jaguarão, colocou-se definitivamente o 5º em Castro; abolindo os esquadrões de trem, aumentou-se o número dos regimentos independentes de 11 para 15; mudaram-se as paradas dos seguintes: 1º para Santiago do Boqueirão, 4.° para Santo Ângelo, 6º para Alegrete, 8º para Quaraim e 9º

para S. Gabriel; deram-se aos novos estas guarnições: 12º Bagé, 14º D. Pedrito, 15º Vila Militar; o 13º ficou por organizar. A engenharia sofreu pequena modificação: o 3º batalhão passou para Cacequi, o 5º para Curitiba e o ferroviário para S. Pedro. A reforma da artilharia foi muito mais importante. A arma ficou assim organizada: dez regimentos de artilharia montada, o 1º na Vila Militar, o 2º em Santa Cruz, o 3º em Campinas, o 4º em Itu, o 5º em Santa Maria, o 6º em Cruz Alta, o 7º em Juiz de Fora, o 8º em Pouso Alegre, o 9º em Curitiba e o 10º em Rio Negro; oito regimentos de artilharia pesada, o 1º em S. Cristóvão, o 2º em S. Paulo, o 3º em Cachoeira, o 4º em Uberaba, o 5º em Ponta Grossa, o 6º em Anchieta, o 7º em Ipanema e o 8º na Margem do Taquari; um regimento de artilharia mista em Campo Grande; cinco de montanha: o 1º no Campinho, o 2º em Jundiaí, o 3º em Montenegro, o 4º em Oliveira e o 5º em Guarapuava; seis grupos a cavalo, o 1º em S. Borja, o 2º em Uruguaiana, o 3º em Bagé, o 4º em Santo Ângelo, o 5º em Santana do Livramento e o 6º em S. Gabriel. A artilharia de costa continuou na mesma situação. Ficou sendo esta a distribuição das tropas especiais: uma companhia de carros de assalto na Vila Militar, uma companhia de aviação no Campo dos Afonsos; cinco esquadrilhas de observação, a 1ª nesse último local, a 2ª em S. Paulo, a 3ª em Santa Maria, a 4ª em Juiz de Fora e a 5ª em Porto da União; três esquadrilhas de caça e três de bombardeio, as primeiras em Alegrete, as segundas em S. Paulo e as terceiras na Margem do Taquari.

Nos uniformes, houve as seguintes alterações: uniforme branco com divisas douradas para sargentos em passeio; equipamentos especiais para os oficiais, a cavalaria e a artilharia; substituição do 1º uniforme dos generais pelo 2º; fim da sobrecasaca e do chapéu armado nas formaturas; capacete alemão na grande gala da Escola Militar, envernizado de branco, com um ferro de machado dourado na cimeira para os infantes e penacho caído, de crinas, branco, para os cavaleiros; emblemas especiais para os aviadores; capacete protetor, *puttees* indianas nas pernas para os soldados da companhia de carros de assalto; chapéus de campanha, de feltro; capacetes de pano cáqui para campanha; *pelerines* azuis escuras; a folha prateada de acanto para os intendentes.

Depois desse decreto, as modificações têm sido relativamente pequenas nos quadros e paradas do Exército. Extinguiu-se a companhia de carro. Criaram-se os regimentos de aviação. Modificou-se por fim a

O sr. Gustavo Barroso rodeado pela oficialidade do 1º Regimento de Cavalaria, no seu quartel da avenida Pedro Ivo, no dia da inauguração do uniforme tradicional e do nome de Dragões da Independência.

indumentária, proscrevendo o cáqui e adotando o brim oliva. As fardas dos soldados passaram a ter a gola dupla e canhões de cor mais escura. As dos oficiais, cinzentas escuras, com calças mais claras, tiveram gola aberta e gravata com os distintivos na gola. Acima dos topes com as cores nacionais, nos bonés, puseram-se pequenos topes de esmalte com cores distintivas das armas: vermelho para a infantaria, amarelo para os serviços, etc. Desapareceram os galões, substituídos por estrelas simples, uma, duas e três para os 2º tenentes. 1º tenentes e capitães, por estrelas sobre raios de ouro, uma, duas e três para os majores, tenentes-coronéis e coronéis, todas nas passadeiras.

Apesar de tais inovações, começou a voltar lentamente o Exército ao culto de suas tradições gloriosas. Essa reação foi iniciada em 1916 pelo então deputado Gustavo Barroso com seu projeto de restabelecimento, no 1º de cavalaria, do uniforme dos antigos Guardas de Honra de D. Pedro I, sob o nome de Dragões da Independência. Essa ideia, muito combatida, vingou em 1926 e foi realizada. Depois, a Escola Militar adotou em grande gala a farda das infantarias imperiais, criou-se o Batalhão de Guardas com o uniforme tradicional dos antigos Henriques e o Colégio Militar recebeu barretinas copiadas das do Segundo Reinado.

. . . .

Capítulo VIII

SÉCULOS XIX E XX – DA REGÊNCIA À REPÚBLICA. A GUARDA NACIONAL

A GUARDA NACIONAL, criada pela Regência para substituir as antigas milícias e ordenanças, e abolida pela República, foi uma instituição militar que, à exceção de seus derradeiros anos de decadência, prestou relevantíssimos serviços ao país como reserva do Exército. Tomou parte em todas as guerras civis e externas do Império e nas primeiras lutas intestinas do período republicano. Quando rebentou a guerra do Paraguai, o governo imperial mobilizou, pelo Decreto nº 3.383, 14.796 guardas nacionais, que seguiram para o campo de operações, policiaram os sertões ou substituíram os corpos de polícia e de guarnição nas capitais das províncias, assegurando a manutenção da ordem interna. Nessa ocasião, só o Rio Grande do Sul levantou 43.500 homens, dos quais 29.200 tomaram parte na luta, a maioria compondo os quadros dos célebres corpos provisórios de cavalaria da Guarda Nacional e da divisão de Andrade Neves. Para a mesma campanha, partiram, diretamente, guardas nacionais do Amazonas, da Bahia, do Ceará, de Minas, de Alagoas, da Paraíba, do Rio de Janeiro e de S. Paulo.

Após sua criação, em 1831, a Guarda Nacional fortemente se bateu no Sul, em 1842, sob as ordens de Caxias, e foi reorganizada em 1851. Sempre se colocou ao lado do Exército, cabendo-lhe, nas formaturas, o lugar de honra. Ajudou as tropas de linha em todas as emergências em que foi necessário mobilizá-la. Em 1893, auxiliou, valentemente, o governo legal contra os revoltosos, tanto na defesa do Rio como nos pampas sulinos.

Por fim, a politicalha a estragou, intervindo na nomeação e promoção de seus oficiais, desmoralizando-lhe as patentes, que se converteram em mera fonte de renda para o erário. Outras causas apressaram sua lamentável decadência. Foi transformada nos últimos tempos em segunda-linha e acabou morrendo de vez.

Em 1831, os distintivos da oficialidade da Guarda Nacional, na gola, lembravam um pouco os alemães e austríacos de certo período: alferes – uma estrela; tenente – duas; capitão – uma esfera; major ou sargento-mor – uma esfera e uma estrela; tenente-coronel – duas esferas; coronel chefe de legião – três estrelas; coronel comandante superior – duas estrelas e uma esfera. Os cabos e inferiores traziam estrelas nas mangas.

A organização de 1851 modificou os uniformes, saindo o decreto respectivo acompanhado de litografias explicativas. Os fardamentos, ao gosto da época, análogos aos do Exército nas linhas gerais, eram na verdade pomposos.

De 1858 a 1865, houve várias alterações. Deu-se ao 1º Regimento de Cavalaria da corte o fardamento vermelho e a barretina alta, encordoada de torçais. O avental dos machadeiros ostentava as armas imperiais.

Depois da campanha do Paraguai, as fardas foram modificadas para o estilo francês, com os quepes cavanhaques. Posteriormente à proclamação da República, usaram-se diversos planos dispendiosos, fantasiosos e variados, quase sempre adotando o que o Exército punha em desuso.

A Guarda Nacional figurou ainda na campanha de Canudos. A derradeira vez que formou em público foi numa parada comemorativa do 7 de setembro, no Rio de Janeiro, em 1911.

Capítulo IX

HIERARQUIA

QUADRO HIERÁRQUICO dos exércitos luso-brasileiro e brasileiro:

PERÍODO COLONIAL	1º E 2º REINADOS	REPÚBLICA
Anspeçada.	Anspeçada.	Anspeçada (suprimido cm 1907)
Cabo de esquadra.	Cabo de esquadra.	Cabo
Furriel.	Furriel.	Furriel, e, depois, 3º sargento
2º sargento	2º sargento.	2º sargento
1º sargento	1º sargento	1º sargento
1º e 2º cadetes	1º e 2º cadetes.	Aspirante
Alferes	Alferes.	Alferes (2º tenente na artilharia). 2º tenente
Tenente	Tenente	Tenente e 1º tenente
Capitão.	Capitão.	Capitão
Sargento-mor.	Major.	Major
	Tenente-coronel.	Tenente-coronel
Mestre de campo.	Coronel.	Coronel
Brigadeiro.	Brigadeiro.	General de brigada
Marechal de campo.	Marechal de campo.	General de divisão
Tenente-general.	Tenente-general.	
Marechal do Exército.	Marechal do Exército.	Marechal

Origem e tradição dos postos hierárquicos:

Anspeçada – Do italiano *lancia spezzata*, lança quebrada. O posto data do século XVI. O soldado de cavalaria degradado para a infantaria por qualquer motivo tinha a sua lança quebrada, mas, como era de categoria superior, continuava a ter situação distinta do comum das praças da arma em que era obrigado a servir. Em Portugal e no Brasil, o anspeçada não fazia faxina, somente dava sentinela das armas e nunca sentinela encoberta, substituindo o cabo nos seus impedimentos. A República conservou a gradução por algum tempo e, depois, a aboliu definitivamente.

Cabo – Do latim *caput*, cabeça, chefe.

Furriel – Também se diz forriel; do francês *fourier*, de *fourrage*, forragem. O encarregado da forragem nos antigos esquadrões de cavalaria.

Sargento – Do latim *servientes armorum*, serventes de armas, escudeiros ou cavalheiros de categoria inferior que, nos exércitos medievais, serviam a pé ou a cavalo, como voluntários. No século XVI, criou-se o posto de sargento de batalha. Depois, o de sargento-major ou sargento-mor.

Cadete – Do baixo latim *capitettus*, diminutivo de *caput*, cabecinha, pequeno chefe. Filho segundo de qualquer titular. Soldado nobre e privilegiado, cuja classe foi criada no antigo Exército português pelo alvará de 16 de março de 1757. O filho dos oficiais subalternos podia assentar praça como 2º cadete; o filho dos oficiais superiores e generais, como 1º.

Alferes – Oficial que, outrora, levava a bandeira, a *alférena*. Alferes-mor, o oficial que conduzia a insígnia do rei. Do latim *aquila feris*, o porta-águia das legiões romanas, ou do árabe *al faris*, o porta-estandarte. É provável que, pela influência bizantina, a expressão romana tenha passado para os conquistadores muçulmanos da Península Ibérica, dos quais o herdaram espanhóis e portugueses.

Tenente – Do latim *tenens*. O que substitui um chefe, o que comanda em lugar de outro. Dizia-se primitivamente – lugar-tenente, o que mantém o lugar vago. As línguas alemã, francesa, etc. conservam essa forma: ex. *lieutenant*. Daí tenente-coronel, o que substitui o coronel; lugar-tenente-general ou somente tenente-general, o que comanda em nome do marechal ou em nome do rei.

Capitão – Do latim *caput*, cabeça, com passagem pelo baixo latim *capitanus*, o chefe. Diz-se em alemão *hauptmann*, o homem que comanda, e em russo *hetman* ou *ataman*, com o mesmo sentido.

Major – O maior. De sargento-major, sargento-maior ou sargento-mor, tendo caído em desuso a primeira parte da expressão.

Coronel – Do italiano *colonello*, o comandante duma coluna de tropas. Houve em alguns exércitos o posto de coronel-general para o comandante ou inspetor duma arma: ex. coronel-general dos caçadores a cavalo, coronel-general da cavalaria.

Mestre de campo – Veio através da história militar de Roma e de Bizâncio, do *magister militum*, e do *magister equitum*, comandos militares da milícia e da cavalaria. Passou pela Idade Média com os "mestres dos besteiros" e chegou aos "mestres dos campos" ou dos acampamentos.

Brigadeiro – O comandante da brigada. O posto data do século XVI. Dizia-se em alguns países: brigadeiro-general. Equivale ao general de brigada. Em França decaiu ao ponto de ser hoje o *brigadier* simples cabo das tropas montadas.

General – Do latim *generalis*, geral. O chefe geral, o comandante geral dum exército. O posto generalíssimo só se dá ao general que comanda forças de várias nações, porque está acima de vários generais em chefe. A outorga desse posto ao general Diodoro, na República, foi, portanto, ridícula.

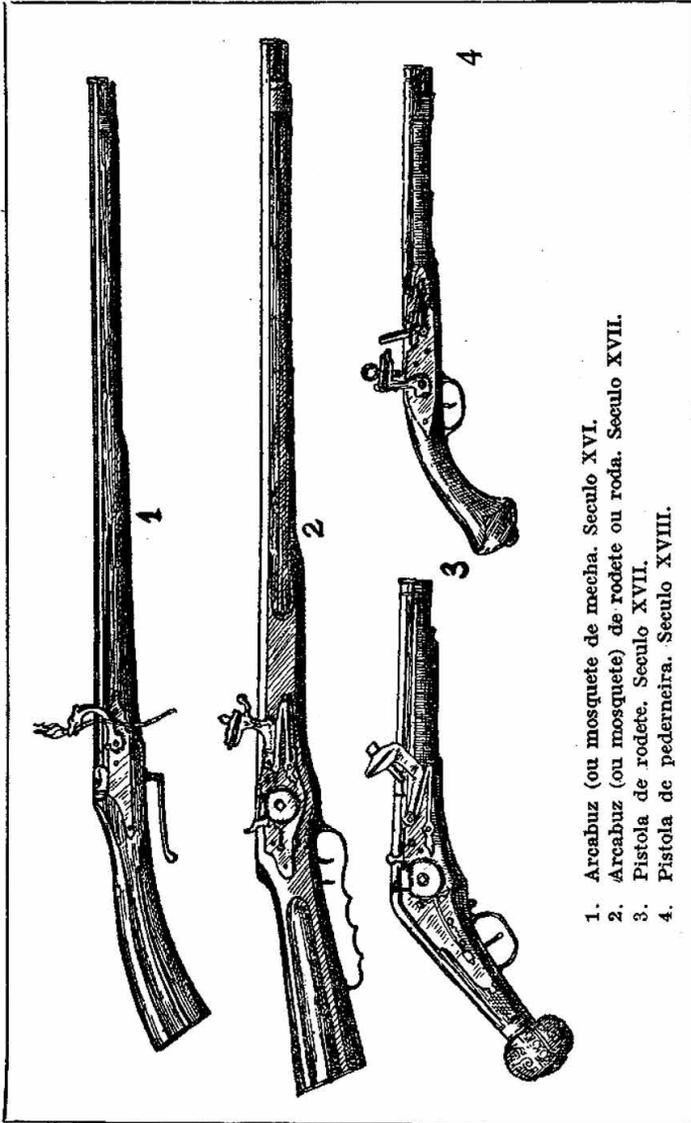
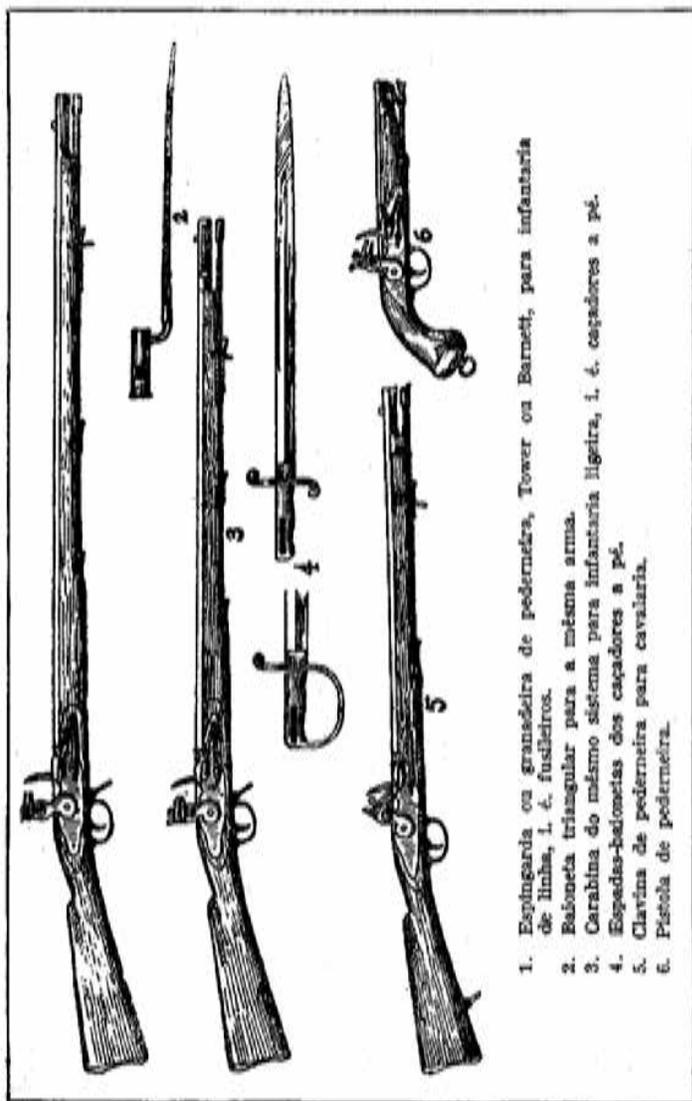
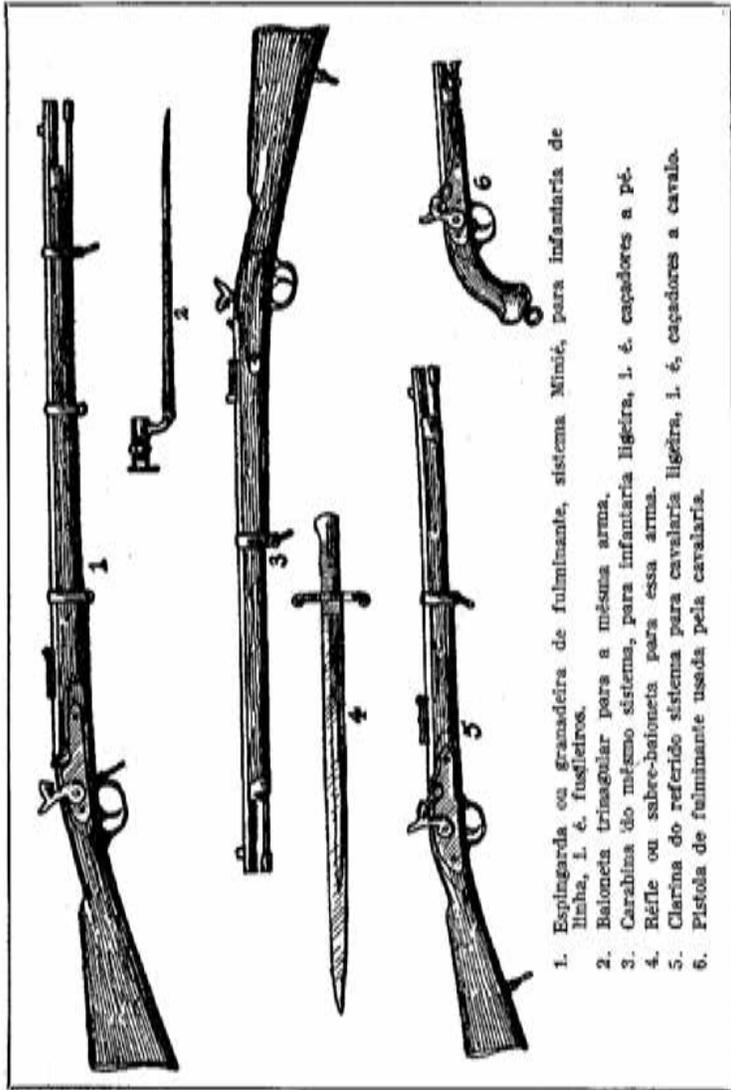
Marechal – Do antigo alemão *marahscalc*, encarregado das estrebarias e dos cavalos do soberano. No século X, tornou-se uma das mais altas dignidades militares com o "marechal de campo da hoste ou de batalha". Depois, nos exércitos lusos e espanhóis, o marechal de campo foi o comandante duma divisão ou dum corpo, correspondendo ao atual general de divisão. Ainda nos exércitos germânicos, inglês, russo imperial e escandinavos o marechal de campo é a mais alta graduação: *feld-mareschal*, *field-marsshall*. No Brasil monárquico e em Portugal, o mais alto posto era marechal do Exército. No período republicano, entre nós, se conservou o grau de marechal como cume da hierarquia. Mas em França, cujos Marechais de França têm uma antiga e gloriosa tradição, se conserva a lembrança da primitiva humildade do cargo: ex. *marechal-ferrant*, o ferrador de cavalos, *marechal des logis*, o sargento das tropas montadas.

Quadro hierárquico das forças navais luso-brasileiras e brasileiras:

PERÍODO COLONIAL	1º E 2º REINADOS	REPÚBLICA
Cabo de armas	Cabo	Cabo
Quartel-mestre	Quartel-mestre	
1º e 2º sargento	1º e 2º sargento	1º e 2º sargento
Praticante	Aspirante	Aspirante
Guarda-marinha	Guarda-marinha	Guarda-marinha
2º tenente	2º tenente	Tenente
1º tenente	1º tenente	Capitão-tenente
Capitão-tenente	Capitão-tenente	Capitão de corveta
Capitão de fragata	Capitão de fragata	Capitão de fragata
Capitão de mar e guerra . .	Capitão de mar e guerra . .	Capitão de mar e guerra
Chefe de divisão	Chefe de divisão	Contra-almirante
Chefe de esquadra	Chefe de esquadra	Vice-almirante
Vice-almirante	Vice-almirante	
Almirante	Almirante	Almirante

Origem e tradição dos postos hierárquicos:

Capitão de mar e guerra – Corruptela da expressão capitão de nau de guerra. Os navios de alto bordo eram, no tempo da navegação a vela, as corvetas, as fragatas e as naus de guerra. Havia, portanto, capitães de corveta, de fragata e de nau de guerra.

Almirante – Do árabe *amir-al-bahr*, o chefe do mar, o comandante do mar. O posto data do século XIII, quando aparecem em França os primeiros generais-almirantes.

Armamento das antigas tropas, do século XVI ao século XVIII

Armamento do Exército Brasileiro, de 1830 a 1860

Armamento do Exército Brasileiro, de 1862 a 1870

. . . .

Capítulo X

ARMAMENTO

I Brasil Reino:

INFANTARIA pesada ou de linha, granadeiros e fuzileiros: espingardas de pederneira Tower e Brown Bess, calibre de 19 m/m, com baioneta angular; chilfarote ou terçado; alabarda ou pique para os sargentos; espadas retas para os oficiais.

Infantaria ligeira, caçadores a pé: carabinas de pederneira Tower ou Brown Bess, calibre de 19 m/m, com baioneta triangular ou de lâmina, ou sem baioneta.

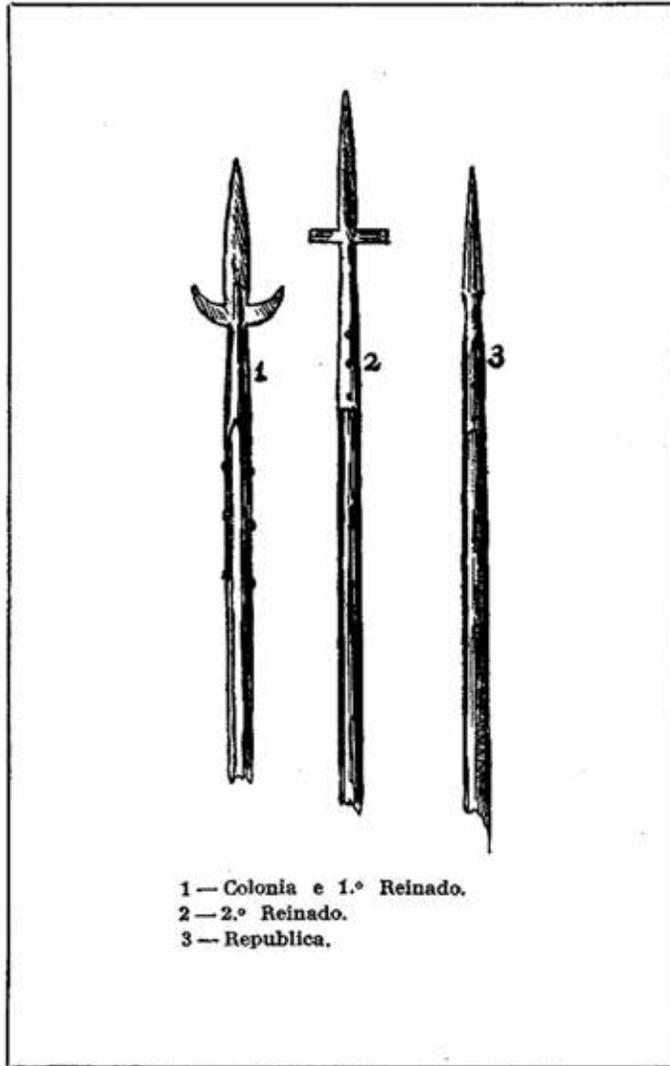
Cavalaria: clavinas de pederneira Tower ou Brown Bess, calibre de 17 m/m e 19 m/m; lanças de meia-lua abaixo da choupa; sabres curvos de copo singelo; pistolas de pederneira de calibre de 19 m/m.

Artilharia: canhões de bronze de calibre entre 85 m/m e 140 m/m, com alma lisa, de carregar pela boca.

1º Reinado:

Infantaria de linha, fuzileiros: o mesmo armamento, salvo o dos oficiais, que usam sabres ligeiramente curvos, de copos abertos.

Infantaria ligeira, caçadores a pé: o mesmo armamento com espadas-baionetas em presilhas laterais nas carabinas.

Cavalaria: os mesmos sabres e pistolas; lanças simples.

Lanças da cavalaria brasileira (tipos principais).

Artilharia: idem.

2º Reinado:

Infantaria de linha, fuzileiros: espingardas de fulminante Minié, de várias marcas, raiadas e não raiadas, de calibre de 16 m/m, 14,8 m/m e 14 m/m, com baioneta triangular; sabres curvos de copos abertos para os oficiais; pistolas de fulminante de calibre 14 m/m; revólveres Colt de 10,7 m/m, e Lefaucheux de 10,8 m/m.

Infantaria ligeira, caçadores a pé: carabinas de fulminante Minié, de várias marcas e calibres, com sabres baionetas ou iatagãs.

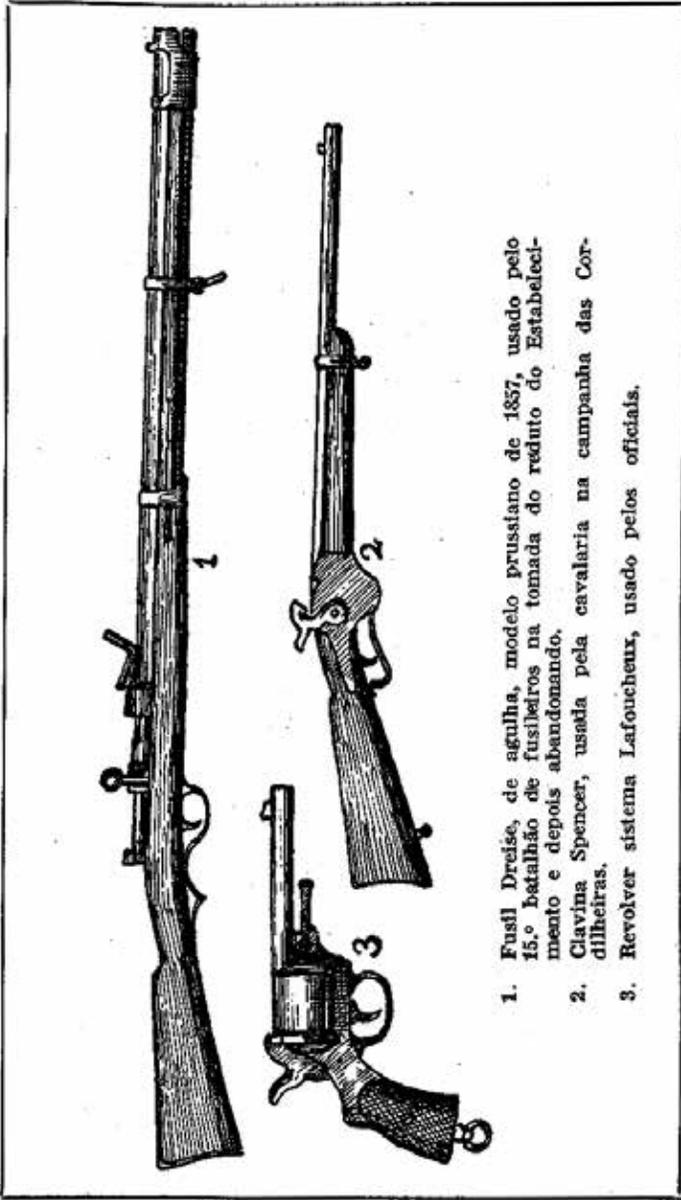
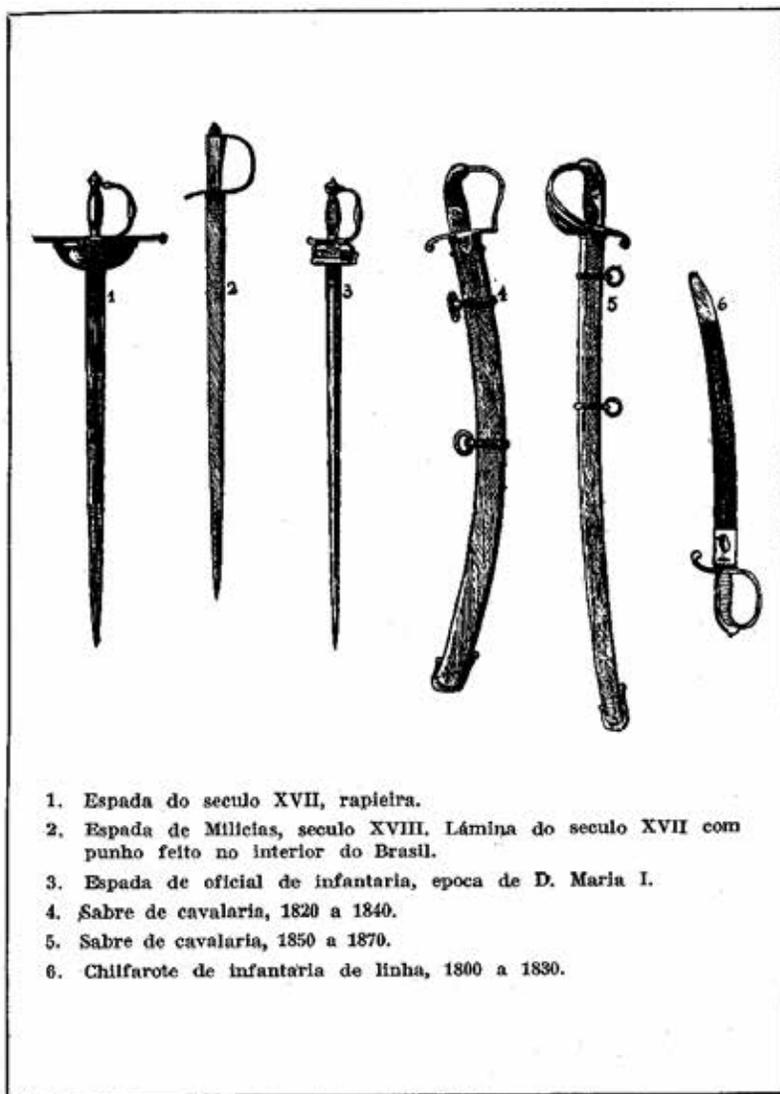
Cavalaria: sabres curvos, grandes, de copos abertos; revólveres Colt e Lefaucheux; pistolas de arção Minié, lanças encruzetadas abaixo da choupa.

Artilharia: canhões raiados La Hitte, Paixhans e Withworth, de calibres variando entre 90 e 130 m/m de carregar pela boca.

Em 1851, na guerra contra Rosas, experimentaram-se fuzis alemães Dreise, de agulha, de retrocarga, modelo de 1841. Na guerra do Paraguai, experimentaram-se os Dreise de 1857. No fim da campanha, puseram-se em uso para a infantaria as espingardas de retrocarga e tiro simples Robert, as clavinas Lindner de 14,66 m/m. Em 1873, houve uma experiência frustrada dos Chassepot para a infantaria. Dessa data em diante, adotaram-se as espingardas Comblain de retrocarga e tiro simples, de 11 m/m, as clavinas Remington e Winchester de 11 m/m. Foi esse o armamento que encontrou a República. As lanças, pelo modelo de 1881, voltaram a ter a meia-lua abaixo da choupa, porém muito diminuída.

República:

Ao princípio, para a infantaria, vieram as espingardas Mannlicher de 6,5 m/m. Mais tarde foram substituídas pelas Mauser, modelo brasileiro, de 7 m/m. Todos os sabres de oficiais e praças de todas as armas passaram a ter copos fechados. Adquiriram-se lanças Ehrardt. As Comblain, relegadas para as polícias estaduais, acabaram definitivamente banidas. E dotou-se o Exército com as mais modernas armas automáticas e canhões do Creusot e Krupp.

A Marinha, que do fim do Império aos primeiros tempos da República tivera armamento Kropatschek de 8 m/m, adotou o mesmo armamento que o Exército.

Armamento do Exército Brasileiro durante a guerra do Paraguai

Armas brancas do Exército Brasileiro e das tropas coloniais

II Parte

História das grandes campanhas militares

. . . .

Capítulo I

O BRASIL NAÇÃO

A VERDADEIRA HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL começa com a nação e a nação surge no dia em que a Coroa da metrópole vem para o continente americano. Até então, éramos simples colônia. Depois, somos um reino.

O príncipe-regente D. João vira-se premido, no vasto campo das lutas europeias que a grande agitação revolucionária de França tinha provocado, entre o poder terrestre de Napoleão e o poder marítimo da Inglaterra. Para um país pequeno, colonial, pobre e dependente do mar como Portugal, que não possuía fronteiras a entestar com o Império francês, a força da Grã-Bretanha era de muito maior importância. Entretanto, através da política espanhola, primeiro, e da própria Espanha, mais tarde, as garras da águia napoleônica se estendiam para o pequenino reino lusitano. D. João bordejou, tergiversou, fugiu às situações definidas, esquivou-se como lhe foi possível até que um dia seu mesquinho jogo de Maquiavel medíocre teve de ceder ante os impositivos da força bruta: as testas das colunas de Junot entravam pelas fronteiras.

Pobre D. João! Entregar-se à França, aderindo aos bloqueios, obedecendo às ordens do ditador da Europa em tudo e por tudo, com um eterno amém nos lábios, era tão perigoso quanto desafiar sua cólera. Além da definitiva abdicação da vontade, ficaria sujeito à ambição de qualquer parente ou marechal condecorado pelas vitórias que desejasse talhar mais um reino na imensa carcaça continental. Demais, os ingleses possuíam o domínio inconteste do mar. Suas esquadras, desde Abukir e Trafalgar, cruzavam triunfalmente no Mediterrâneo e nos oceanos. Apoderar-se-iam das colônias, impediriam a navegação e acabariam o comércio. Quando poderia recuperar o reino infeliz seu império colonial e sua independência, embora esta fosse relativa?

O partido dos ingleses oferecia mais duradouras vantagens. Podia-se perder a metrópole, talada pelas invasões, mas salvava-se tudo o que estava no ultramar e, nesse acervo, o Brasil, joia a mais esplendente da coroa real. Mais tarde, quando porventura o novo César caísse em novos idos de março, se restabeleceria a fortuna nas terras europeias. Acuado pela alternativa, o príncipe entregou seu destino, como os gregos diante dos persas, às muralhas de madeira da Inglaterra naval.

O que fugiu de Portugal pelo estuário do Tejo, tremendo de pavor das baionetas francesas que pareciam coroar já as colinas da velha capital das navegações e das conquistas, não foi, como se pensa vulgarmente, tão só um rei medroso e uma corte de parasitas apavorados; mas, com esse rei e essa corte, todo o aparelhamento duma nação. Mudou-se nesse dia o conceito de nação da margem europeia para a margem americana. Tanto assim que o príncipe a organiza do outro lado com arsenais, bibliotecas, escolas, academias, bancos, arquivos, fábricas, instituições, tropas e bandeira. Até um jardim botânico. Ele procura esquecer o que ficou na Europa e só cuidar do que lhe fica diretamente sob os olhos. O Brasil, de ora em diante, é o seu reino, talvez o seu único reino, embora no papel esteja unido a Portugal que o pé das infantarias de Junot e de Massena vão percorrer, patinhando em lama e sangue. Por isso, significativamente proclama guerra a Napoleão, em nome do "novo Império que vinha criar".

Assim nasce a nação brasileira. Tudo o mais, a própria independência em setembro de 1822, é corolário. Em todos os aspectos da vida e das atividades nacionais, o fenômeno se verifica. Com o Brasil reino, na

Território do Brasil Reino e a Linha de Tordesilhas.
(As partes riscadas são as conquistas de D. João VI).

milícia aparecem nossas primeiras forças regulares, nossos primeiros grandes chefes ombreando com os chefes europeus, generais nascidos no Brasil, guerreando e comandando com o mesmo uniforme abrochado de palmas de carvalho que os generais nascidos em Portugal. O Brasil deixou de ser uma colônia com toda a *capitis diminutio* colonial. É um reino com todos os direitos regalengos. E uma nação igual à outra, da qual não é mais dependência e à qual está *unida*. Nela, se acha agora o governo. E é, além disso, no bloco luso-brasileiro, no Janus criado pela fraqueza de D. João e pela sua astúcia diante dos poderes rivais da Inglaterra e de Napoleão, a face que olha o futuro, batida em cheio de sol tropical, enquanto a outra face olha o passado glorioso, já se embuçando nas brumas do inverno europeu...

O Brasil que o príncipe-regente vem encontrar é o Brasil já liberto de todos os assaltos estrangeiros e do constrangimento da linha marcada pelo tratado de Tordesilhas. As nossas bandeiras, na sua formidável expansão – filha do espírito inquieto da América –, a tinham rompido em todos os sentidos: era brasileira a terra dos sertões e araxás que se estende para o oeste, brasileira a terra ao norte do Mar Doce amazônico e brasileira a terra abaixo da ilha de Santa Catarina.

Ao setentrião, a Guiana é francesa. Ao meio-dia, o vice-reinado do Prata, já estremecendo ao frêmito dos anseios de liberdade e dos regionalistas separatistas, ainda é espanhol. D. João manda uma expedição sob o comando do tenente-coronel Manuel Marques d'Elvas e do comandante inglês Yeo contra a colônia dos franceses. São soldados nordestinos, oficiais lusos e brasileiros, marujos ingleses, que combatem à margem do rio Torcy, tomam trincheiras, fortins e canhões. Depois, aproximam-se de Caiena. Entregue aos próprios recursos, graças ao bloqueio britânico, a guarnição francesa capitula. Estabelece-se o nosso domínio naquela parte do continente que olha para o mar das Antilhas. A dominação do Brasil reino dura até 1817 e cobre de benefícios aquela terra, como cobriu de benefícios o Uruguai, no dizer de seus próprios historiadores. Ao sul como ao norte, os mesmos efeitos devidos à paz, à ordem e ao respeito à autoridade.

Herdeira de Fernando VII de Espanha, dona Carlota Joaquina, esposa de D. João, alimentava certas pretensões a um trono no Prata, onde já brilhavam as primeiras labaredas republicanas assopradas pelas ideias do século XVIII através do fogaréu revolucionário francês. O incêndio dema-

gógico, ganhando as macegas dos pampas, acorda os instintos dos gaúchos malos. As figuras dos caudilhos perfilam-se nos horizontes ensanguentados, com as compridas lanças em punho e os ponchos esvoaçando como a bandeira das ambições populares que eles condensam e não têm gênio para definitivamente plasmar. Fervem intrigas. Ainda no fundo de toda essa ebulição fermenta, dum lado, o velho sonho luso de pôr os pés no Prata – Reno do continente; do outro, o velho ideal castelhano de chegar até a ilha de Santa Catarina, restabelecendo o meridiano rompido pela audaciosa bota bandeirante. Os sonhos chocam-se no subconsciente dos povos. E, sobretudo, bate fofamente as asas de morcego o receio da propagação das novas ideias.

Do mesmo modo que a expedição de Marques d'Elvas rumou para o norte, a expedição de D. Diogo de Sousa moveu-se para o sul. Dela decorre, poucos anos mais tarde, a definitiva conquista do Uruguai, que tornou o Brasil reino o maior Brasil que houve até hoje, dono da Guiana, no setentrião, e da Cisplatina no meio-dia, a cabeça no mar das Antilhas, as plantas dos pés beijadas pelas águas barrentas do estuário platino, cujos filhos podiam ver de Caiena a Estrela Polar do outro hemisfério, como viam de todo o corpo da pátria o altar de estrelas do Cruzeiro do Sul.

. . . .

Capítulo II

GUERRA CONTRA ARTIGAS
(Campanha de 1811 e 1816-1820)

A PERDA DE SUAS TRADIÇÕES é um dos males que mais podem afligir uma nacionalidade. Sendo o homem a continuidade moral e fisica de seus pais, a nação é a continuidade fisica e moral das gerações unidas pela experiência e pela sucessão dos fatos através dos séculos. Tiveram as doutrinas individualistas, materialistas ou positivistas, nascidas da filosofia racionalista do século XVIII, o condão de guerrear o passado, como se ele não fosse o que de verdadeiramente sólido possui a humanidade. A Revolução francesa alterou até o nome das cartas de jogar. O positivismo mudou o calendário. O marxismo pregou a abolição da propriedade, da religião e da moral.

Sofremos no Brasil o reflexo das teorias aí ligeiramente referidas e procuramos esquecer a nossa história. Sobretudo depois da proclamação da República, nasceu a escola dos maldizentes da pátria, às vezes até por mal compreendido patriotismo. Para eles, promanamos de três raças inferiores, tivemos como primeiros povoadores degredados, albergamos todos os vícios e cometemos as mais negras injustiças, fazendo guerras imperialis-

tas aos nossos mansos, pacíficos, inocentes vizinhos do Prata. Coitadinhos! O Brasil era um D. Quixote espaventoso e ridículo que, quando lhe dava o aluamento, arremetia com lança gaúcha em riste contra aqueles míseros rebanhos indefesos... Ainda conhecemos hoje os derradeiros contadores dessas caraminholas.

O resultado foi o abandono em geral do que é nosso, eminentemente nosso, somente nosso, em todas as manifestações da atividade e do pensamento. Esquecemos a tradição histórica e a tradição popular, passando a viver alheios ao nosso meio. Os nossos grandes poetas e os nossos grandes escritores preferiram cantar a Grécia, a Índia e a França. Bastava uma cousa ser brasileira, produto intelectual ou industrial, para não prestar. Todos lhe torciam a cara. E assim vivemos até que Euclides da Cunha nos chicoteou a face com *Os Sertões*, obrigando-nos a mudar de rumo e a refazer, agora pelo espírito somente, o caminho das bandeiras, descobrindo o ouro da nossa história e do nosso folclore. E, nesse redescobrimento do Brasil, os temas de heroísmo, de grandeza, de alto sentimento patriótico, geralmente só se vão buscar no Brasil monárquico, como se nele a pátria se houvesse definitivamente estratificado em seus princípios e, depois dele, sucedesse um período que não sentimos mais nosso, que escapa ao nosso próprio sentimento brasileiro.

Entre as inverdades proclamadas durante a estagnação da nossa memória histórica a que aludi, uma das maiores é a de que não temos tradições militares. Naturalmente, não somos um povo eminentemente guerreiro, mas somos um povo que se formou na constância das lutas e dos sacrifícios, de maneira que o fator militar foi um dos maiores na sua formação. A espada, primeiro, e a cruz, depois, marcam os alicerces da nossa vida. O bandeirante e o jesuíta moldaram um o nosso corpo, o outro a nossa alma. E quem puser de parte, na avaliação do que seja o Brasil, a nossa história militar e o nosso sentimento religioso, os dois valores positivos mais fortes e contínuos da nossa formação, não conhece a vida brasileira ou procede com evidente má fé.

O Império teve em conta esses valores tanto quanto lhe foi possível e por isso o seu perfil se altana nos nossos horizontes. A República procurou, mais do que esquecê-los, matá-los e eis por que sua história é como que uma planície tristonha. Nossa geração é a que até agora mais

tem pousado os olhos no passado, batalhando por ele, estudando-o, ressurgindo-o, tornando-o interessante e estimado. Modéstia à parte, é um título de orgulho legítimo. E não é saudosismo doentio, mas amor do que foi como conquista do espírito nacional e lição para o que há de vir.

O Brasil se constitui, defendendo o litoral de piratas e conquistadores: ingleses, franceses e flamengos; expandindo-se para o Ocidente, para o norte e para o sul. Todos nós conhecemos essas epopeias assombrosas dos nossos antepassados. Como, no curso que temos de fazer, só nos devamos ocupar das guerras nas regiões do Prata, a expansão bandeirante para as divisas meridionais é a única que diretamente nos interessa, como sendo a raiz de todas as questões suscitadas para aquelas bandas.

De acordo com o famoso tratado de Tordesilhas, o Brasil não poderia passar, rumo do meio-dia, além de Laguna, em Santa Catarina. O meridiano riscado pelo papa a isso se opunha. Mas o bandeirante ali estava para recuar esse meridiano com a ponta de sua espada. Entre Laguna e Buenos Aires, a terra ficara devoluta, inçada de onças e de índios, aqui e ali percorrida por gados alçados e amontoados. Os espanhóis haviam fundado Buenos Aires, no estuário do Prata, e Assunção, no curso superior do Paraguai. A Banda Oriental continuava, porém, deserta. Os índios minuanos e charruas obstavam ao seu povoamento. O Rio Grande também estava deserto. E somente os jesuítas se infiltravam pelas Missões. O resto eram chamados campos da Vacaria ou da Vacaria do Mar, onde galopava, livre, o lanceiro guarani e escouceavam as manadas selvagens à beira das sangas, cujas águas alumiavam sob o céu azul espanado pelo minuano.

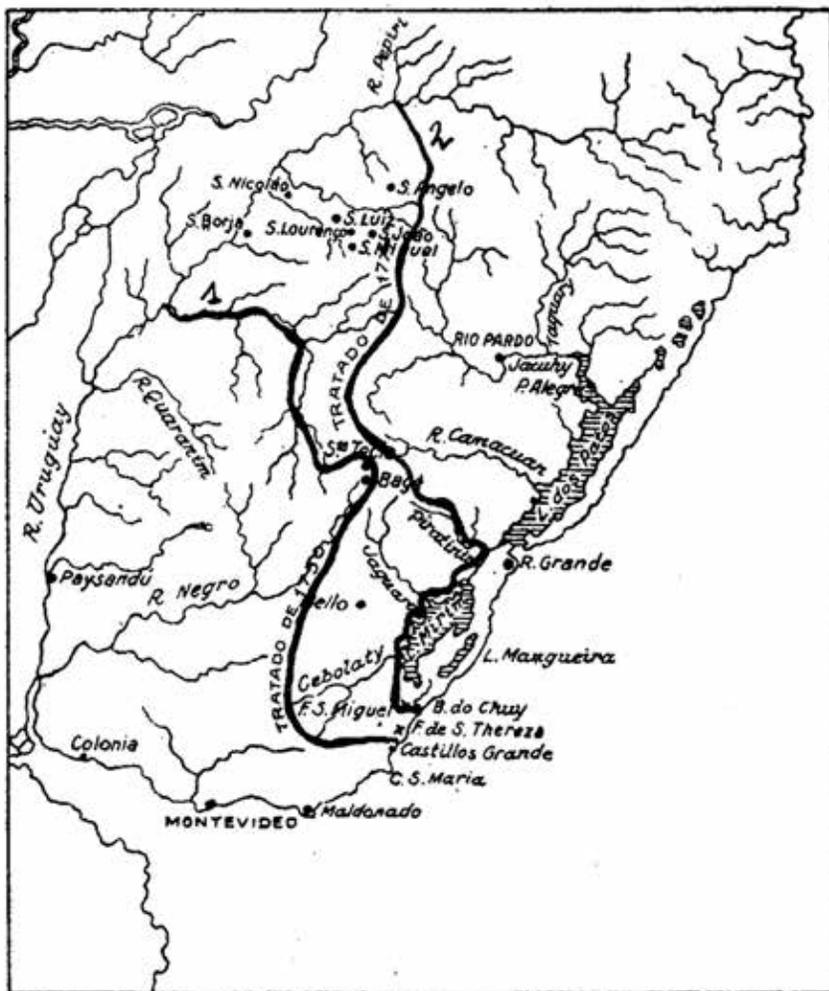
O colonizador português não se podia contentar em ficar na altura de Santa Catarina à espera que o espanhol se expandisse para o norte até ir ao seu encontro. Os imperativos do seu temperamento e das suas necessidades de defesa levaram-no a caminhar para o castelhano, inimigo tradicional e lindeiro desde a Península. Avançou para o Prata, que o seu instinto lhe indicava como única fronteira natural, segura, uma espécie de Reno americano; avançou para o Prata pelo lado do mar e pelo lado do sertão, como se sentisse a necessidade de englobar nesse amplexo todo o sul do futuro Brasil. Em 1680, fundava em frente de Buenos Aires, banhada por aquelas águas disputadas, a famosa Colônia do Sacramento, pomo de discórdia perene, padrão da audácia, da coragem e do grande sentimento da unidade brasileira

que animou os nossos avós. Mais tarde, os paulistas levavam seu violento ataque às Missões do Uruguai e faziam tremular a bandeira crucigiada de verde nas ruas de Vila Rica, no coração do Paraguai.

De então por diante, choques e contrachoques se sucedem. Os portugueses não podem povoar a Banda Oriental, mas os paulistas Brito Peixoto e Brito Guerra fundam a vila da Laguna, base de seu avanço para o sul, e o Rio Grande começa a ser povoado. Em 1726, o governador espanhol Zavala funda Montevidéu com 86 pessoas trazidas de Buenos Aires. A praça da Colônia é tomada, retomada ou trocada pelo território das Missões, de acordo com a oscilação das guerras e tratados de paz, na Europa, entre as metrópoles rivais. Em 1750, demo-la aos espanhóis e recebemos as Missões. Em 1761, recebemo-la e restituímos as Missões. Em 1777, ficamos sem ambas. Em 1801, conquistamos a segunda e levamos a fronteira até além do Serro Largo e de Santo Tecla, aparecendo na nossa história, então, nomes que seriam os de dinastias de centauros e de heróis: Marques de Sousa, Tomás Osório, Correia da Câmara.

Em resposta às nossas invasões, os espanhóis também nos invadem. A guerra chamada do Pacto de Família, na Europa, faz o governador Zeballos atravessar a raia e trazer seus soldados até a ilha de Santa Catarina, em 1763. Dez anos mais tarde, a invasão de Vertiz conquista o sul do Brasi1 e nele se mantém até 1776.

Assim, quando D. João VI chegou ao Brasil, fugindo às garras da águia napoleônica, era já longa a tradição desse litígio de fronteiras. Para as plagas americanas, o príncipe regente transportava a corte e o espírito de organização do velho reino lusitano. Os olhos do novo governo voltaram-se para a milícia e verificaram a sua importância em face dos problemas a resolver. Criaram-se as academias Militar e de Guardas-Marinhas, a Fábrica de Pólvora, os arsenais, o 1º Regimento de Cavalaria, ainda hoje com o mesmo número e a mesma guarnição, os corpos de caçadores do Norte e do Nordeste, núcleos daquela infantaria *incomovible* que assombraria os platinos, e as companhias de artilheiros.

Fortalecido, o governo real pôde aproveitar-se da situação europeia, perturbada continuamente pela estratégia de Napoleão, mandando o soldado nordestino aliado ao marujo inglês conquistar a Guiana Francesa e estendendo as mãos para além dos lindes meridionais.

Limites do Brasil com o Estado Oriental segundo os tratados de 1750 e 1777.

1 – limite do trabalho de 1750
2 – " " " " 1777

Processava-se, então, a primeira fase da fragmentação espano-americana em torno de nós. Os vice-reinados desagregavam-se e era azado o momento para a consolidação e a retificação do perímetro heroicamente traçado a ponta de espada pelo bandeirante. Este cumprira sua missão histórica. A geração do século XIX não teve forças para completá-la, embora durante as primeiras décadas o pretendesse. A do século XX passou a ter outras preocupações.

Então, surge a cavalo, hirto no seu uniforme azul filetado e paramentado de vermelho, dominando a ondulada vastidão das coxilhas, a figura heroica de D. José Gervásio Artigas. É o grande adversário que o Brasil real vai encontrar pela frente, vai derrotar, vai atirar longe de sua pátria; porém cujo espírito ficará animando os seus patrícios e dando-lhes forças para um dia, entre a ambição argentina e o imperialismo brasileiro, constituir a pátria uruguaia. É o herói epônimo de seu povo, a figura de gesta e de lenda, nimbada dos exageros do patriotismo neurastênico das pequenas nações, que o verbo sonoro de Zorrilla de San Martín canta na *Epopeya*.

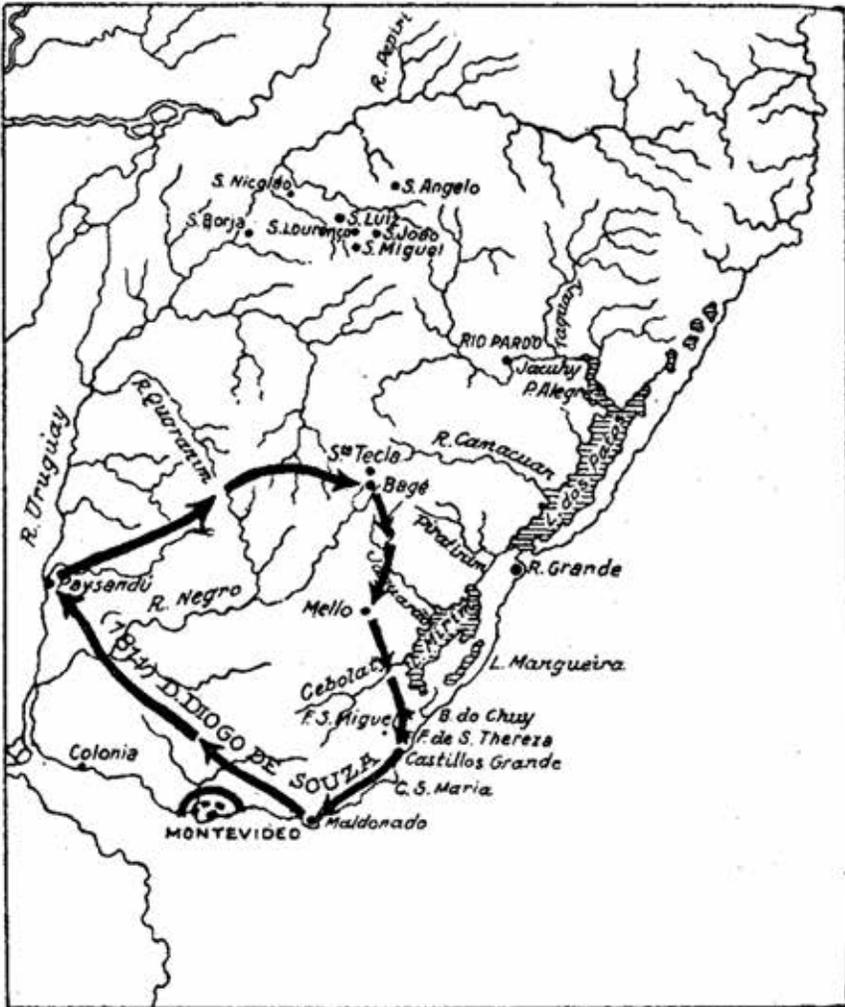
Artigas nasceu em Montevidéu no dia 19 de junho de 1754, e recebeu, como era natural no meio e na época, deficiente educação. Foi criado no campo como um verdadeiro gaúcho, de poncho e chapeirão soqueixado, a faca enterçada de prata no cano da bota de potro. Boleando novilhotes, pegando os touros à unha, comendo o churrasco sangrento, sorvendo o mate amargo, domando os baguais. Vida rude entre pastores e índios na extensão verde dos pampas, ao açoite do minuano, sob o ouro do sol ou a luz trêmula das estrelas, ela lhe temperou a alma de uma energia inesgotável, o plasmou pelo espírito e pelo coração ao ambiente, o tornou o representante, a expressão, o expoente, o resultado daquele povo ainda informe, branco, negro e charrua. Por isso, os gaúchos broncos lhe pediam a bênção e, desbarretando-se, o chamavam *el padre Artigas*.

Em 1797, instituído na Banda Oriental o famoso Regimento de Blandengues ou lanceiros, que ainda hoje existe e usa seu antigo uniforme, nele se incorporou como tenente. Em 1810, era capitão. Combateu contra os ingleses. A revolução argentina de maio encontrou-o pronto a colaborar com ela. À frente de pequeno grupo de negros lanceiros, dois dos quais o acompanhariam ao desterro e um mesmo lhe sobreviveria, apresentou-se

à Junta de Buenos Aires, que lhe deu o posto de tenente-coronel e o reforçou com tropas de Belgrano vindas do Paraguai. Por toda a campanha, a gauchada, amarrando as facas à ponta de varas para ter lanças, rebelou-se contra a Espanha. Os castelhanos eram batidos em Las Piedras. E Artigas investiu Montevidéu.

Foi quando o governador Elio aceitou a colaboração de D. João VI, que declarara, já em 1808, estar resolvido a tomar o vice-reinado do Prata, presa da anarquia, sob sua real proteção, senão faria causa comum com a Inglaterra contra a Junta de Buenos Aires, a qual se não atemorizou. D. Carlota Joaquina, mulher do príncipe regente e irmã de Fernando VII, rei de Espanha, tecia as malhas de suas intrigas políticas, julgando-se, como princesa espanhola, com o direito de vigiar o que se passava nas possessões de sua família. Entabulou relações com agentes do Prata no sentido de ser proclamada soberana do novo país, plano que D. João VI viu ao começo com alguma simpatia; mas, depois, repeliu *in limine*. Desta ou daquela forma, a corte do Rio de Janeiro estava interessada no pleito que se feria no Prata e em relações constantes com os diversos elementos que ali se iam manifestando. Em seguida à rebelião de maio de 1810, a própria junta revolucionária portenha escrevera a a D. João VI, participando o que ocorria e assegurando sua fidelidade a Fernando VII. Eles se insurgiam contra o soberano ilegítimo e imposto pela força, não contra o legítimo. A ideia da independência foi um corolário natural.

A resistência do governador Elio em Montevidéu permitiu ao príncipe regente propor-se como mediador e a sua mulher continuar seus planos. Em fevereiro de 1811, o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho aconselhou D. João a atender aos desejos da princesa e a socorrer Montevidéu sitiada pelos gaúchos de Artigas e os argentinos de Rondon, embora mandando as tropas luso-brasileiras sob o comando de generais espanhóis. Aceito o alvitre, D. Diogo de Sousa, conde do Rio Pardo, capitão-general do Rio Grande, recebeu ordens para penetrar no território espanhol e "pacificar" aquelas terras "sem conquistá-las". Era de novo a marcha vitoriosa de nossas bandeiras rumo do Prata que retomávamos em obediência a um como determinismo histórico.

Reunido no sul o Exército Pacificador da Banda Oriental, D. Diogo de Sousa o divide em duas colunas comandadas por Manuel Mar-

Intervenção do Brasil no Estado Oriental em 1811.
Itinerário do Exército Pacificador de D. Diogo de Sousa.

ques Sousa e Joaquim Xavier Curado, e compostas quase exclusivamente de tropas brasileiras: legionários paulistas, milicianos gaúchos, dragões da fronteira, lanceiros guaranis. Concentrou-as em Bagé e marchou para Montevidéu a 17 de julho de 1811.* Iniciava um grande e belo passeio militar. Transpunha o Jaguarão sem empecilho, apesar da pretensiosa intimação do coronel Rondeau, ocupava Santa Teresa abandonada e entrava, sem resistência, em Maldonado, no mês de outubro. Durante a campanha, somente pequenos combates em que os contrários são sempre batidos. A 30 de agosto, Bento Manuel Ribeiro, então simples furriel, com 55 homens toma Paysandú defendida por 200 uruguaios. A 19 de setembro, em Curuzu Cuatiá, 73 brasileiros repelem o ataque de 700 argentinos com artilharia e rompem caminho através do seu cerco.

Mas, diante dessa marcha sem tropeços, à ultima hora, nas barbas do capitão-general e de seu exército pacificador, os espanhóis sitiados e os espanhóis sitiantes se reconciliavam, levantando os argentinos o cerco da praça contra a vontade de Artigas, que, seguido de alguns milhares de pessoas, resolveu exilar-se da pátria e, rompendo as planuras, vadeando os cursos d'água, foi estabelecer-se na província de Entre-Rios. Nesse êxodo pelas campanhas desertas, ele plasmou a alma das futuras resistências.

D. Diogo de Sousa marchou sobre Paysandú, que ocupou depois de bater algumas partidas de gaúchos, tendo antes, em janeiro de 1812, exigido que os governos de Buenos Aires e Montevidéu reconhecessem o desinteresse, a dignidade e a justiça do proceder do príncipe regente em prol da pacificação da Banda Oriental. Em junho, as tropas luso-brasileiras evacuavam completamente o território uruguaio em virtude de ajustes e convenções entre o Brasil e o Prata.

A situação criada por essa rápida campanha entre Artigas e a junta portenha produziria em breve seus frutos naturais. A Argentina continuava a debater-se dentro do grave problema de sua emancipação política. O caudilho uruguaio, insubmisso, revel, sonhando a libertação total

* A 1º de janeiro de 1811, Curado tinha no acampamento de S. Diogo, à margem do Ibirapuitan, 1,109 homens: infantaria e artilharia da Legião de S. Paulo e os Dragões do Rio Grande, tudo boa tropa brasileira. Em março, reunidas outras milícias, contava já 1.437. Em abril, segue para Bagé.

de sua pátria, tinha de chocar-se contra os desejos de unificação do vice-reinado. O Brasil coeso, pacífico, em ordem, espectador desse panorama e nele interessado por vários motivos, seria obrigado a uma intervenção mais dia menos dia. E, como possuía organização militar melhor, soldados mais exercitados, oficiais mais práticos, chefes mais experientes, sua teria de ser, fatalmente, a vitória.

Em 1815, o bárbaro coronel Otorgués, tenente de Artigas, de concerto com o governo platino de Alvear, entrava em Montevidéu. Egresso do exílio, o caudilho oriental desfraldava por toda a parte sua bandeira azul e branca cancelada de vermelho, a cuja sombra realizara o grande sonho de varrer do solo tanto o espanhol como o portenho. A libertação definitiva do Uruguai estava condicionada, porém, por três perigos: o castelhano, o argentino e o luso-brasileiro. Artigas vencera os dois primeiros; faltava-lhe o último, que só o império de circunstâncias muito posteriores venceriam 13 anos mais tarde.

Este último entrou em cena, ao rufo compassado dos tambores das infantarias paulista, catarinense, nordestina e portuguesa, ao clangor dos clarins das cavalarias gaúchas, marcando o mapa corográfico da antiga Cisplatina com uma série de admiráveis triunfos militares. Ante o perigo iminente, Artigas não esmoreceu. A energia do seu patriotismo cresceu diante das dificuldades e fez frente com destemor ao mais perigoso de seus adversários, recusando mesmo o auxílio dos argentinos receosos da ambição do príncipe regente, porque eles queriam aproveitar a oportunidade a fim de forçá-lo ao reconhecimento da supremacia de Buenos Aires. O espírito da pátria uruguaia palpitava no seu coração! Sua resposta a Puerreydon foi decisiva: não sacrificaria o rico patrimônio dos orientais "ao baixo preço da necessidade". Prudente, o governo bonairense manteve-se na esfera dos protestos platônicos. E a invasão luso-brasileira fez ressoar o solo cisplatino às marteladas das batalhas.

A divisão de Voluntários Reais com um efetivo de mais de 4 mil homens das três armas, vinda de Portugal em março de 1816 e aquartelada em Niterói desde abril, seguiu em junho para Santa Catarina sob o comando do general Lecor, futuro visconde da Laguna, que se tornaria brasileiro com a independência. Dali devia continuar a viagem por mar até Maldonado, onde desembarcaria para atacar Montevidéu, enquanto as tropas do

Rio Grande, comandadas pelo seu capitão-general, se concentrariam na fronteira e operariam no interior da Banda Oriental. Eram os dois braços duma tenaz que devia aniquilar o caudilho e conquistar o país. No primeiro, estavam chefes e soldados veteranos da guerra peninsular, infantes azuis de Torres Vedras, caçadores de Niza cor de pinhão do Buçaco, a legião de Albufeira. No segundo, figuravam os milicianos do Rio Pardo, a legião heroica de S. Paulo, os denodados *barrigas-verdes* do célebre regimento da ilha de Santa Catarina, os cavalarianos gaúchos, todos habituados de longa data aos entreveros fronteiriços, conhecedores do terreno que pisavam e do habitante que iam ter como inimigo.

Os dados do problema militar eram estes: do lado do Brasil, tropas bem organizadas e práticas da guerra, embora europeias, marchando pela costa; tropas menos organizadas, porém aguerridas, e sabendo viver e combater à moda do país, marchando pelo interior; todas impregnadas do espírito hostil que, desde a Península, separava os dois povos rivais e se perpetuava na América; com generais conhecedores da tática e da estratégia da época. Do lado do Uruguai, o espírito de independência e de patriotismo animando as forças irregulares, mas também formadas numa tradição de lutas, em território quase despovoado e propício à guerra de recursos.

Não me parece que a crítica das operações efetuadas deva ser feita de acordo com os princípios clássicos da arte guerreira, com o ensinamento dos compêndios ou com as lições dos mestres de outros ambientes, sim levando em conta as condições *sui generis* do teatro da contenda e dos elementos militares nelas empregados. Vendo o desenrolar dos acontecimentos com olhos assim, certo se chegará à conclusão de que elas, as operações, embora refertas de defeitos e mesmo de erros, foram levadas por diante com segurança, produzindo os resultados que eram de esperar. A falta de unidade de comando das duas massas invasoras, ao invés de ser uma falha grave, obedeceu antes a uma necessidade local diante da ausência quase completa de meios de comunicação, de modo que a ação livre de seus chefes foi um bem e não um mal. E a posse preliminar de Montevidéu é considerada por um dos nossos historiadores militares como "uma ideia sensata".

Lecor tocou em Santa Catarina, porém não continuou por mar a rota para o sul. Desembarcou sua divisão e marchou paralelamente ao

litoral para o Rio Grande, de onde, coberto pelos destacamentos de Sebastião Pinto e Bernardo da Silveira, avançou para o território uruguaio. O general Curado, com as forças brasileiras, concentrara-se na fronteira, e Chagas Santos grupa seus milicianos nas Missões. Artigas marchou em pessoa contra o primeiro. Seus tenentes, Rivera e Otorgués, avançavam contra Lecor. Estes deviam retardar a marcha do chefe português. Ele derrotaria os brasileiros e cairia sobre a retaguarda dos Voluntarios Reais. Mas fracionou sua gente em quatro colunas: André Artigas sobre S. Borja, Sotel em seu reforço, Verdun e o próprio Artigas na direção de Santa Maria. Era o plano ousado de invadir ao ser invadido!

Curado lançou José de Abreu contra Sotel e Mena Barreto contra Verdun, de modo a impedir que o isolassem das Missões e o atacassem pela retaguarda. Abreu repeliu Sotel às margens do Ibicuí e o obrigou a avançar pela direita do Uruguai, sem poder transpô-lo, a fim de reunir-se a André Artigas, que sitiava Chagas Santos em S. Borja. Em marchas forçadas, Abreu correu em socorro da povoação, derrotou-o e fez levantar o cerco.

Mena Barreto, o primeiro visconde de S. Gabriel, apresentou batalha a Verdun, embora sua superioridade numérica e, sem esperar o regresso de Abreu, envolvendo-o fragorosamente no combate de Ibiraocaí, a 19 de outubro de 1816.

Então, Curado resolveu desferir um golpe na coluna de Artigas, mandando contra ela o brigadeiro Joaquim de Oliveira Álvares, que a atacou pela direita, quando procurava envolvê-lo, atirou esta sobre a esquerda e a desfez no combate de Carimbé, no dia 27, perseguindo-a tenazmente e fazendo com que o grande caudilho escapasse a casco de cavalo.

À sombra dos seus destacamentos de cobertura, o futuro conde de S. João das Duas Barras recolheu-se ao acampamento do Ibirapitá Grande a fim de dar repouso às tropas e reorganizá-las. Com 2.500 homens batia 4.000 orientais. Em dezembro, o marquês de Alegrete, capitão-general do Rio Grande, assumiu o comando daquela gente vitoriosa, que estava pronta para novos prélios.

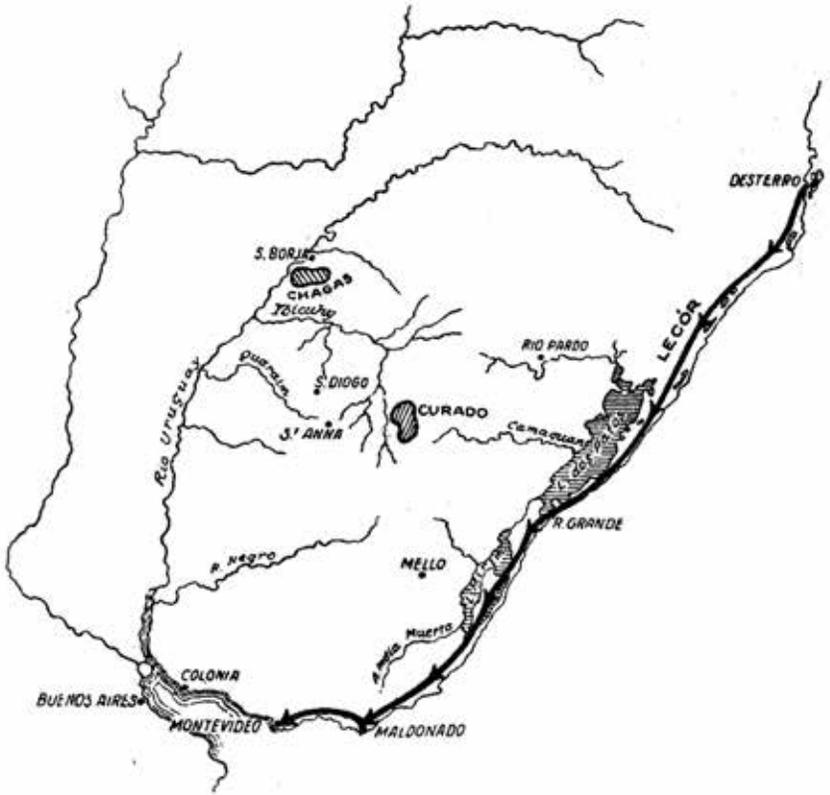
Em novembro, Lecor pisava a terra cisplatina pelas fronteiras de Santa Teresa e Serro Largo. "Invasão rápida e pujante", diz Zorrilla de San Martín. Sua vanguarda, ao mando de Sebastião Pinto, com menos de mil

homens, granadeiros, caçadores e artilheiros portugueses, uma centúria de gaúchos a cavalo e um obus, topa os 1.700 artiguenhos de Rivera entre o puerto de la Paloma e o passo de Coronilla, à margem do arroio Índia Muerta. Trava-se a luta corpo a corpo. Os cavaleiros de Marques de Sousa e os infantes de Moura Lacerda varrem o inimigo.

Em janeiro de 1817, D. Luís Teles da Silva Caminha e Meneses, marquês de Alegrete, assessorado pelo tenente-general Curado, avança contra as forças de Artigas, no Arapeí, levando os legionários paulistas de Oliveira Álvares, as cavalarias rio-grandenses de Mena Barreto, os milicianos de Abreu e Correia da Câmara. Abreu surpreende e destrói o acampamento do caudilho, na fria madrugada do dia 3. Na tarde de 4, Curado rompe as formações de André Latorre e desbarata-o. É a célebre batalha de Catalán. No crepúsculo cor de sangue, os guaranis missioneiros e Arouche, historiador da campanha, aprisionam os uruguaios que ainda teimavam em resistir.

A 19, a guarnição de Montevidéu abandonava a praça, retirando-se para Canelones. O cabido renegou Artigas e entregou as chaves da cidade ao general Lecor, que a ocupou no dia 20, entrando nela triunfalmente, debaixo de pálio, ao repique dos sinos que anunciavam o *te deum*. Arriava-se a bandeira artiguenha e arrancava-se das portas o escudo coroado de plumas, içando-se a bandeira do Reino Unido e pregando no fecho dos arcos a esfera armilar, símbolos duma dominação de 11 anos, que deu àquele povo, no insuspeito dizer de Zorrilla, inteligência, respeito às leis, consideração aos costumes locais e manutenção dos funcionários civis e militares nos seus postos. Além disso, ordem, tranquilidade, e riqueza.

Durante todo o ano de 1817, as duas massas luso-brasileiras invasoras lançaram investidas e expedições para todos os lados, batendo os bandos e grupos de artiguistas. Os destacamentos de Lecor e as antenas de cavalaria de Curado, guiados por Elias de Oliveira, Gama Lobo, Chagas Santos ou Bento Manuel, incendiavam Concepción, talavam as Missões, batiam o capitão Tiraparé, os lanceiros de Pascual Moreira ou aprisionavam o próprio Verdun.

Em 1818, a guerra de recursos continuava por parte de Artigas, cujo valor era inquebrantável, embora os dois braços da tenaz invasão continuassem a constringir todas as forças irregulares levantadas pelo caudilho

Marcha de Lecor ao longo da costa.
Posições iniciais de Chagas e Curado.
Campanha de 1816.

na Banda Oriental, em Entre-Rios, nas Missões e em Corrientes, de onde lhe vinham auxílios. A esquadrilha de Sena Pereira ia, porém, subir o rio Uruguai, estabelecendo a ligação entre Lecor e Curado, e fechando o anel estrangulador de ferro e fogo. Em abril, Chagas Santos sitiava a vila de S. Carlos, o tenente-coronel Ferreira Braga derrotava os blandengues de Aranda que pretendiam socorrê-la, e o tenente Luís de Carvalho, perseguindo os fugitivos, matava a espada o chefe batido. No mesmo dia, Lavalleja era feito prisioneiro nas cabeceiras do arroio Valentim. Em Guabiju, Mena Barreto carregava e punha em fuga, tomando-lhe a bandeira, a vanguarda de Artigas comandada por Pablo Castro. O caudilho acossado refugiava-se no Queguai-Chico. Em maio, Bento Manuel, com 560 gaúchos e paulistas, efetuava um reide audacioso e triunfal, penetrando no território de Entre-Rios, batendo os destacamentos de Gregorio Aguiar e Faustino Tejera, apoderando-se das baterias colocadas em Calera de Barquim e Perucho Berna, a fim de impedir a subida do rio Uruguai à esquadrilha de Sena Pereira, trazendo os canhões de bronze outrora tomados a Balcarce, dos quais dois, com o monograma de Carlos IV de Espanha, figuram ainda no nosso museu, e pondo em fuga, a pequena distância do arroio da China, 600 cavaleiros chefiados pessoalmente por Artigas, que fugiu e deixou no campo da luta seu próprio estandarte.

Em 1819, quando o incansável André Artigas, braço direito do caudilho na sua guerra de recursos, se lançou mais uma vez contra os povos missioneiros, foi denodadamente atacado pelo tenente-coronel Arouche em S. Nicolau. O autor da *Memória da campanha de Artigas* morreu como um bravo nesse combate, mas o brigadeiro Chagas Santos tomou a povoação, Abreu esmagou o invasor no combate de Itacurubi e o sargento do regimento de Santa Catarina, Joaquim Antônio de Santiago, o aprisionou no passo de Santo Isidro. André Artigas era um guarani educado pelos jesuítas, nascido em S. Borja, conhecido pelos nomes de Guacurari, Taquari e Andresito, valente e supersticioso, que Artigas adotara e a quem fielmente serviu toda a vida. O tenente-general Curado enviou-o preso para o Rio de Janeiro e remeteu sua espada a D. João VI.

À experimentada e sólida tropa portuguesa de Lecor coube a marcha pelo litoral e a ocupação de Montevidéu. Às forças na maioria brasileiras de Curado ficou entregue quase que exclusivamente a tarefa de

esmagar um a um, um depois do outro, todos os núcleos de resistência dos artiguistas. Essa face da campanha é sobremodo interessante e dá grande relevo aos chefes e aos soldados nitidamente brasileiros. Se não houvera outros, de sobejo, seria motivo suficiente para considerar sempre a guerra de Artigas como a primeira da série de nossas guerras verdadeiramente nacionais no Prata.

Obedecendo a sugestões de Lecor, o general Curado abandonara a fronteira e, em outubro de 1819, invernava no Rincão de Haedo, mantendo, porém, Bento Manuel, com os dragões de Lunarejo e os milicianos do Rio Pardo, em constante atividade pelas coxilhas. A 28, o ativo vanguardeiro chocava-se com Frutuoso Rivera à margem direita do arroio Grande e o punha em fuga, após uma hora de entrevero. Infelizmente, Abreu, que, com cerca de 400 homens guardava a raia, "aberta e desprotegida", atacado por Latorre, no dia 14, e traído pelo capitão Daniel Beresford, oficial inglês ao nosso serviço, comandante da única infantaria de que dispunha, que se passou para o inimigo, teve de retirar diante deste no Ibirapuitan-Chico. Era o grande recurso de Artigas, nos momentos mais desesperados, procurar trazer a guerra ao nosso território, como a tínhamos levado ao dele.

O ano de 1820 marca o termo da terrível luta. Os capitães Diogo Félix e Bento Gonçalves desbaratam Gregorio Aguiar no passo do Pereira. Em Taquarembó, o sol de Artigas mergulha definitivamente no ocaso. Apesar do esforço com que ainda levantara dois exércitos de gaúchos orientais, correntinos, entrerrianos e missioneiros, não lhe era mais possível resistir ao círculo de aço que o rodeara, tanto mais que, hostilizado por Buenos Aires, era obrigado contra ela a empregar um deles. O outro, sob as ordens de Latorre, marchava contra o Rio Grande, que pretendia invadir pela terceira vez.

D. José de Castelo Branco Correia e Cunha Vasconcelos e Sousa, conde da Figueira, capitão-general do Rio Grande, estava à testa dos veteranos do conde das Duas Barras e penetrava no território uruguaio. Na famosa Quebrada de Belarmino, envolve, aprisiona e mata a vanguarda oriental. "De cada de dos hombres murió uno..." Ficam estendidos no campo os melhores oficiais artiguistas. O grosso de Latorre, na cinzenta e fria manhã de Taquarembó, recebe a carga da nossa cavalaria, cede terreno e foge para Curuzu Cuatiá, onde Artigas o recebe com lágrimas nos olhos.

Então, o glorioso Protetor dos Povos Livres abandona para sempre a terra natal. A Velasco, comandante do forte Borbón, o sinistro ditador Francia escreveu mais tarde a seguinte carta: "Artigas, reduzido à última extremidade, veio como fugitivo ao passo de Itapuã e me mandou pedir que lhe permitisse passar o resto de seus dias em qualquer ponto da República, pois se via perseguido também pelos seus, e que, se lhe não fosse concedido esse refúgio, teria de ocultar-se nos matos. Era um ato não só de humanidade, como também honroso para a República, conceder asilo a um chefe infeliz que se entregava. Assim, mandei um oficial com vinte hussares para que o trouxesse..."

Perseguido também pelos seus? Sim, Ramirez, o tenente que enviara contra Buenos Aires, rebelara-se e, reforçado por Mansilla, batera o caudilho em junho, na Bajada. Apesar disso, Francia temia-o e sepultou-o em vida na longínqua vila de Santo Isidro de Curuguati. Artigas nunca mais saiu do Paraguai, onde morreu na tarde de 23 de setembro de 1880.

Estava ultimada, desta sorte, em 1820, após quatro anos de combates e correrias sangrentos pelos pampas, a conquista do Uruguai, transformado, depois, em província Cisplatina. O Brasil debruçava-se à margem do Prata. Com a independência, herdamos o território e o litígio que no-lo entregara. Ele prolongou-se e nós o encontraremos na raiz das campanhas subsequentes: guerra do Vidéu, guerra do Rosas, guerra do Flores, guerra do López.

. . . .

Capítulo III

GUERRA DA CISPLATINA
(1825-1828)

A) - A CAMPANHA TERRESTRE

DESTRUÍDO o poder de Artigas e varrido o caudilho da Banda Oriental, o Uruguai ficou na posse efetiva do Brasil. Chefes nacionais como Rivera e Lavalleja aceitaram servir nas nossas fileiras e, em junho de 1821, um congresso de deputados escolhidos pelos alcaides e cabidos decidiu, por aclamação, incorporar o país ao Reino Unido sob o nome de Estado Cisplatino. Já desde abril D. João VI se pusera a caminho da Europa, deixando o príncipe D. Pedro na regência do Brasil. Em volta dele, desdobram-se os acontecimentos que o levaram a proclamar a nossa independência em 1822, corolário por assim dizer jurídico da nossa anterior elevação a reino.

A guarnição militar de Montevidéu era composta, do mesmo modo que o exército conquistador do território, de tropas portuguesas e brasileiras, que fatalmente se deviam chocar em virtude da emancipação política do Brasil. O general Lecor declarou-se ao lado de D. Pedro I,

abandonando a mãe-pátria para servir à nova nacionalidade que adotou, e à frente dos brasileiros instalou seu quartel-general em Maldonado. O general D. Álvaro da Costa assumiu o comando dos corpos portugueses fiéis à Coroa real e permaneceu na capital. Assim, o povo conquistado ia assistir ao duelo entre as facções em que se dividiam seus dominadores. E alguns orientais notáveis as acompanharam, como Oribe com os lusitanos e Rivera com os brasilienses.

O cabido montevideano aproveitou a ensancha para pequena tentativa de libertação, declarando nela a incorporação e reclamando da Constituinte brasileira a retirada das tropas. Como o espírito brasileiro de coesão e sentimento nacional fosse fenômeno anterior ao da emancipação política, esta tinha a apoiá-la eficientemente um exército aguerrido e uma esquadra adestrada. A divisão naval de Pedro Nunes bloqueou D. Álvaro Costa. Lecor cercou-o por terra. O general português capitulou. E, em novembro de 1823, o pavilhão dos castelos e quinas, que substituíra em Montevidéu o pendão azul e branco, riscado de vermelho, de Artigas, era arriado para que em seu lugar subisse, bailando ao vento, a bandeira auriverde do Império.

Nem só o cabido da capital se movera para tentar aquela libertação. Buenos Aires, que preferira atirar o Uruguai aos braços do Brasil a vê-lo livre sob a chefia de Artigas, também se mexeu no mesmo sentido. Vem, em missão ao Rio, José Valentim Gomes argumentar com a nulidade da incorporação e os direitos argentinos decorrentes da antiga unidade do vice-reinado do Prata. O governo imperial recusou-se a entrar sequer em negociações. E, em maio de 1824, era jurada no Estado Cisplatino, então Província Cisplatina, a Constituição do Império brasileiro, que atingira o máximo de sua expansão territorial e realizara a última aspiração bandeirante: debruçar-se sobre as águas do Prata.

Embora o domínio luso-brasileiro fosse no Uruguai, como reconhece Zorrilla de San Martín, proveitoso e generoso, a população continuava hostil àquela união forçada. A oposição de espanhóis e portugueses prosseguia deste lado do Atlântico, tão forte quanto do outro lado. E, na primeira oportunidade, essa divergência latente explodiria, inflamada pela ambição de caudilhos a quem repugnava a ordem estatuída pelo Império, que lhes não permitia passar de situações subalternas. Por trás das cortinas, o interesse argentino assopraria as chamas da fogueira.

A 19 de abril de 1825, escudado na proteção de Buenos Aires, Juan Antonio Lavalleja desembarcava sorrateiramente na praia da Agraciada, na Cañada de Gutierrez, à margem esquerda do Uruguai. Vinha levantar seu país contra a dominação do Brasil à frente de 33 companheiros famosos sob esse número simbólico, mas que, segundo Baldrich afirma na *Guerra del Brasil*, foram 34, pois Lavalleja e Oribe suprimiram da lista o soldado Tibúrcio Gomes, intencionalmente. O bando invasor foi levantando a população da campanha e marchando em direção a Montevidéu, batendo os esquadrões de Julian Laguna, que servia ao Império, e proclamando em Soriano a espanholada de converter em pó o cetro de D. Pedro I.

Rivera, que comandava forças nossas, aderiu a seu compadre Lavalleja e, fardado com a nossa farda, condecorado com as nossas condecorações, fingindo passar revista aos milicianos paulistas do coronel Borba, em San José, fê-los cercar e aprisionar. Começava novamente uma guerra no estilo daquela por que nos últimos tempos se terminara a grande campanha contra Artigas. Infelizmente, se para ela ainda tínhamos subchefes como Abreu e Bento Manuel, faltava-lhe a direção segura dum Curado e o pulso firme dum Oliveira Álvares. Lecor imobilizava-se em Montevidéu, deixando correr o marfim, como vulgarmente se diz. O esmagamento dos patriotas era por demais fácil e por isso não lhes ligamos a devida importância. Quando cresceram e a Argentina se desmascarou, ainda era tempo de vencê-los, porém a política interna nos empeçonhou e enfraqueceu de tal sorte que tivemos de ceder, não tudo, porém o que podíamos sem quebra de nossa dignidade nacional.

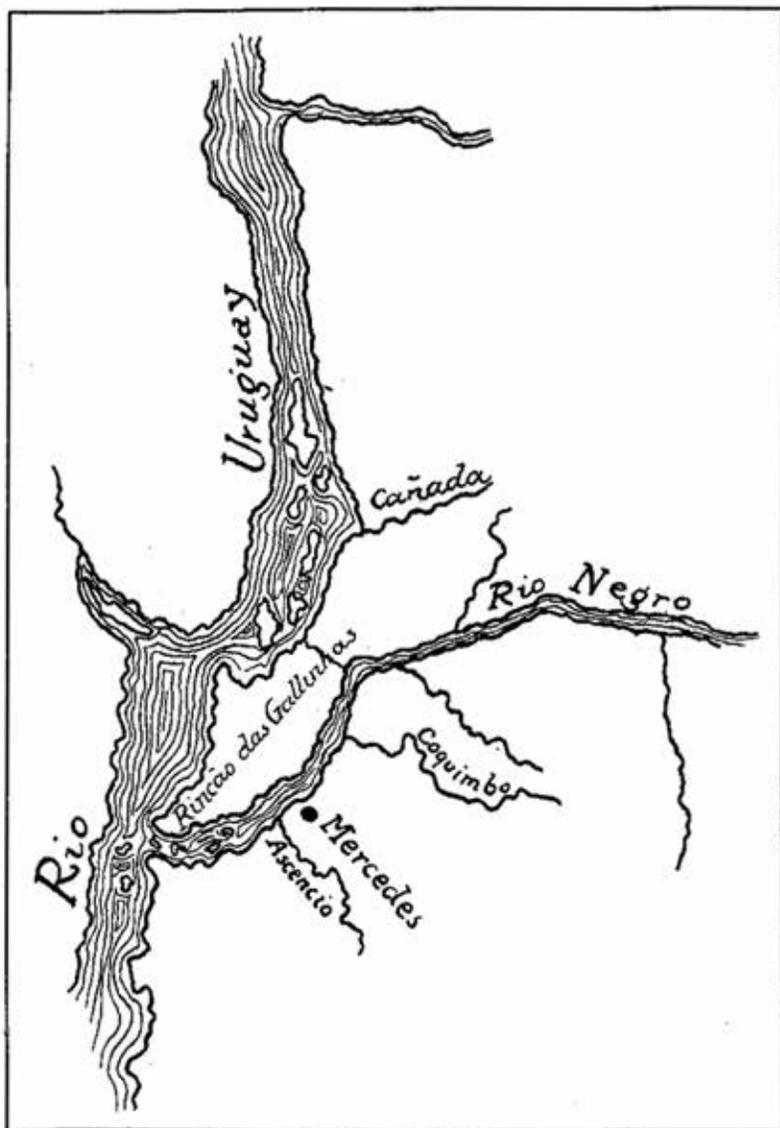
Os rebeldes ocuparam as cercanias da capital e Lavalleja criou um governo provisório que o nomeou "general em chefe do exército libertador". Pouco depois, a assembleia de Flores anulava os atos da incorporação, e declarava a Província Oriental do Rio da Prata livre de fato e de direito, unida por espontânea vontade de seu povo às demais de seu nome na América do Sul. O governo argentino, que já enviara um *exército de observação* sob as ordens de Martín Rodríguez à margem direita do rio Uruguai, sua fronteira com o Brasil, aproveitou o momento para reconquistar o terreno perdido e o Congresso de Buenos Aires, em 25 de outubro de 1825, proclamou a Banda Oriental reintegrada no seio das Províncias Unidas do Prata.

Em face da situação que rapidamente se desenhara do Sul, o governo imperial só podia receber essa interferência como uma declaração de guerra, reforçando Lecor e mandando a nossa marinha velejar rumo do Prata. O novo inimigo não nos apavorava e contra ele iam valentemente bater-se nossos soldados e marinheiros. Quando os canhões de nossa frota foram apontados para a capital portenha, em julho da 1825, o govemo argentino prometeu neutralidade, porém em outubro pôs as manguinhas de fora, sobretudo pelo valor que se emprestava ao *triunfo oriental* do Rincão das Galinhas. Esse *triunfo* tem sido promovido de emboscada a batalha e cantado em prosa e verso para que o deixemos sem registo, pois não passa de mero pequeno combate de cavalaria.

No tal rincão, pequena península entre os rios Negro e Uruguai, havia excelentes pastagens, sombras de árvores e boa água. Ali invernavam sob a guarda dum piquete de 50 homens 6 mil cavalos da remonta do general Abreu, barão do Serro Largo, acampado nos arredores de Mercedes. Rivera chegou ali à frente de 300 gaúchos orientais, matou e dispersou os guardas, e apoderou-se da cavalhada. Era o momento em que penetravam na invernada, descuidosamente, dois corpos de milicianos, incompletos, o 24º e o 25º, comandados respectivamente pelos coronéis José Luís Mena Barreto e Jerônimo Gomes Jardim. Vinham de Paysandú mudar de cavalos para reforçarem a coluna de Abreu e numeravam uns 400 homens. Na sua parte oficial, Rivera confessa: "Yo tenía la mayor confianza de que los enemigos debian ignorar el que nos hubiésemos intruducido ya en el Rincón, y por conseguiente que se nos aproximasen como quien venía a encontrar-se com sus amigos."

Meia légua de rincão adentro, a mortífera fuzilaria da tocaia dizimou o 25º, que vinha na frente e recuou, tomado de surpresa. Foi o tempo que parte da gente de Rivera o carregou pelo flanco e o desbaratou. O coronel Mena Barreto, que tinha vinte e poucos anos, morreu de espada na mão, recusando entregar-se. O 24º, com os cavalos em mísero estado, desmoralizado pelo desbarato do 25º, não resistiu ao choque do inimigo e debandou. O coronel Jardim reuniu os índios dispersos e retirou para o Tanguerepá, afluente do Arapeí, onde acampou e de onde desertaram para os uruguaios muitos desses covardes missioneiros, depois de saquearem as bagagens. Assim, nessa *batalha famosa*, os derrotados, com exceção dos oficiais, não eram nem verdadeiramente brasileiros.

Em setembro, nova vitória dos orientais, alcandorada como grande batalha triunfal, naturalmente, pois cada um procura suas maratonas onde possível. Foi o combate de Sarandi, perdido por Bento Manuel, graças ao desprezo que ele afetava pelos inimigos, acostumado a batê-los em toda a campanha de 1816 a 1820. Destacando-se do grosso de Abreu, que bivacava em Mercedes, com uns 600 lanceiros milicianos e um esquadrão de linha, caiu sobre Rivera perto do arroio Áquila e o derrotou. Reforçado com mais dois esquadrões de linha, atravessou o pampa e foi ter a Montevidéu, onde procurou obter de Lecor forças suficientes para bater o exército uruguaio de 2 mil homens que operava em campo raso. Com os 800 que trazia, isso lhe era impossível. Deram-lhe o rebotalho da guarnição: infantes e condutores de artilharia transformados em cavalarianos, soldados portugueses rebaixados, tanoeiros guaranis, ao todo 400 praças. O destemeroso caudilho partiu assim mesmo e foi reunir-se em Minas aos 354 milicianos e paisanos de Bento Gonçalves. Com esses 1.500 cavaleiros, a 12 de setembro, avistava o exército uruguaio nas cercanias do arroio Sarandi. Reconheu-o, mandou mudar de cavalos e preparar para o combate, apesar de seus oficiais lhe fazerem notar que tinha à sua frente o dobro do seu efetivo, pois Lavalleja já se reunira a Rivera.

Ao sinal da carga, a cavalaria brasileira carregou em colunas de meio esquadrão. O inimigo, superior em número, desenvolveu-se em linha e carregou também, batendo os nossos flancos com escalões envolventes. O nosso centro era formado por esquadrões do exército, os quais, aguerridos e disciplinados, deviam cortar a linha inimiga e dispersar-lhe as reservas; mas tiveram de estacar diante da fuzilaria e da metralha da infantaria e da artilharia uruguaia com que não contavam e que se desmascararam. Recuaram. Os milicianos de Bento Gonçalves na ala direita, vencidos já, retiravam para o passo do Polanco. São 11 da manhã. A luta começara às nove. Bento Manuel ordena a Filipe Néri que com a ala esquerda retire também. E abandona o centro ao seu destino. A cavalaria de linha bate-se a espada sob as ordens do major Alencastro, cercada por um muro de lanças, e só se rende ao meio-dia. Somente o alferes Osório, acompanhado de nove companheiros, consegue romper o cerco e ainda vai proteger com uma guerrilha a retirada do seu chefe.

Mapa do terreno em que se feriu o famoso combate do Rincão das Gallinhas.

A exagerada notícia desse feito inflamou os platinos. A população de Buenos Aires atacou o nosso consulado. E o Congresso argentino proclamou a incorporação do Uruguai.

Graças à passividade de Lecor, enclausurado em Montevidéu, os rebeldes dominaram a campanha no ano de 1825. Nós guarnecíamos a periferia do território, conquistada pelas armas de 1816 a 1820. O centro, porém, de onde, então, havíamos varrido os artiguenhos, agora voltava ao poder dos patriotas. E o lançamento de colunas convergentes, único meio de acabar com aquela guerra de recursos, não acudiu ao cérebro do comandante em chefe. O revés de Sarandi forçou Bento Gonçalves e Bento Manuel a se retirarem para Santana do Livramento. Em consequência, Abreu evacuou Mercedes e recolheu-se ao Rio Grande. Nas nossas mãos, ficaram somente as praças da Colônia e de Montevidéu. Felizmente, a esquadra, cujas operações estudaremos em outra conferência, mantinha a linha de comunicações marítimas.

Em dezembro, diante das resoluções da Assembleia argentina em favor do Uruguai, o governo imperial declarava guerra às Províncias Unidas do Rio da Prata. Estávamos no ponto culminante da crise provocada pelas duas ambições – a argentina e a brasileira – que se defrontavam na conquista da margem esquerda do Prata, crise que vinha de quase dois séculos atrás e se prolongaria por quase um século ainda, em ações e reações diversas.

Em janeiro de 1826, o exército de observação, reunido pelos argentinos na fronteira, numerava 2 mil homens. Aos poucos, chegavam-lhe recrutas de todas as províncias e ia se disciplinando e preparando. O general Martín Rodríguez, depois de conhecer da declaração de guerra, atravessou o Uruguai no Salto e penetrou no território da Cisplatina, rompendo do arroio Grande a marcha estratégica contra nós. Em julho de 1826, chegava a Durazno. Os orientais, em número de 4 mil, incorporaram-se a ele e isso acarretou divergências e rivalidades entre os chefes, em razão do comando supremo, que, finalmente, ficou com a Argentina. Desanimado com essas e outras dificuldades, Martín Rodríguez pediu demissão e foi substituído por Carlos Maria de Alvear, que só em setembro de 1826 tomou posse e iniciou seu trabalho de disciplina e organização de forças. Já nessa época, podia contar com uns 12 mil homens, a fim de se pôr em campanha.

Esta tinha de travar-se numa região plana atapetada de pastagens, cortada de rios, ondulada em coxilhas, onde então um único elemento de mobilidade se mostrava ao homem: o cavalo. Daí a importância dele em toda a guerra para o transporte, para a comunicação e para a luta. E Alvear pretendia fazê-la, trazendo-a ao nosso território, longe da costa para não ser atirado ao mar, afastado do Uruguai para evitar seus afluentes na linha média do vale do rio Negro. Esse foi o caminho da invasão.

Abreu vigiava a fronteira do Uruguai entre o Quaraí e o Arapeí. Bento Gonçalves guardava o outro extremo. Tínhamos ainda algumas forças de cobertura no Xuí e no Jaguarão, que os orientais atacaram de surpresa e desbarataram. A concentração do exército argentino fazia-se, pois, tranquilamente, nos campos abandonados da Cisplatina. A incapacidade dos nossos chefes na fronteira junta ao pequeno número de homens de que dispunham impedia-nos de perturbá-la e raros foram as incursões e encontros de partidas avançadas.

Em dezembro de 1825, o governo brasileiro afastara Abreu, veterano das coxilhas, do comando de nossas forças no Rio Grande, tido como responsável pelos desastres, e nomeara em seu lugar o brigadeiro Massena Rosado, português de nascimento, que veio do Rio com reforços e foi demorando pelo caminho. Só em Santa Catarina ficou um mês. Inepto e apático, concentrou todas as nossas tropas na coxilha de Santana, perto de Santana do Livramento, lugar insalubre, chamando a si todos os destacamentos de cobertura e somente deixando o terreno entre ele e o inimigo.

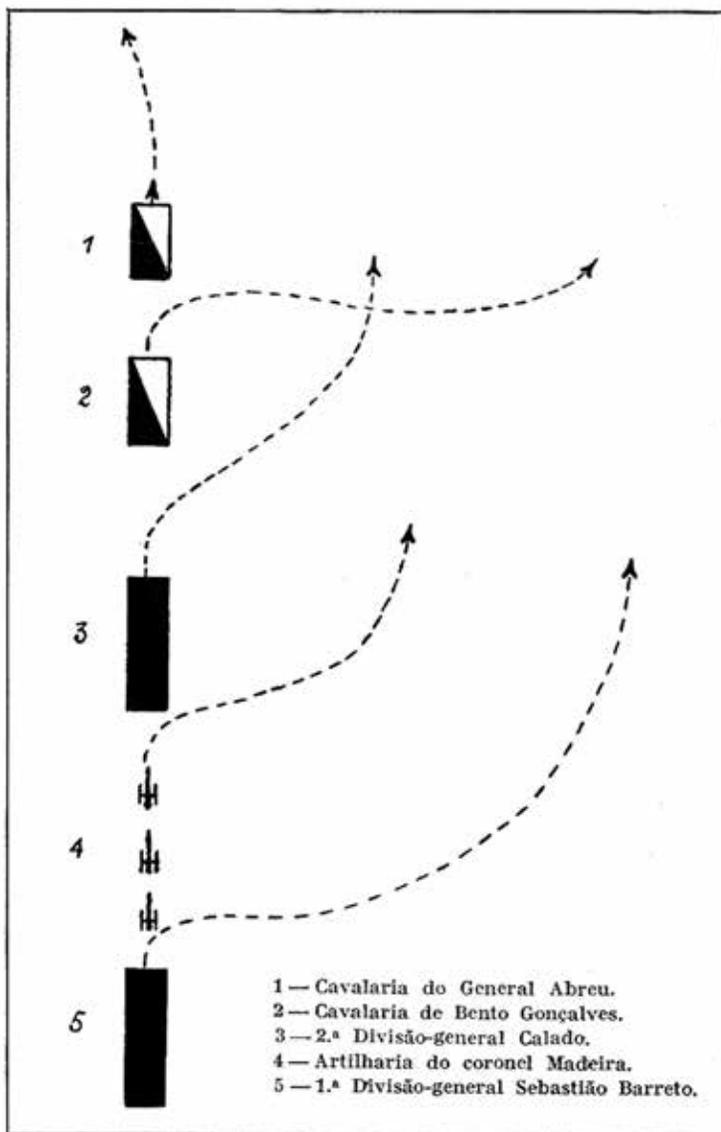
Reclamações e críticas de todos os lados a essa inação forçaram D. Pedro I a uma visita ao teatro das operações e à escolha de novo comandante em chefe para o exército, o tenente-general Felisberto Caldeira Brant, visconde e depois marquês de Barbacena, homem de grande talento, político, militar e diplomata. O imperador, surpreendido em viagem pela notícia da enfermidade e morte da imperatriz, ou forçado pelos negócios da política interna, regressou inopinadamente, sem se ter avistado com seus soldados. Barbacena em novembro estava no Rio Grande e comunicava ao governo suas tristes impressões. Ele, que já reclamara no Rio 15 mil homens, um depósito de 4 mil, munições correspondentes e 6 milhões de cruzados para esmagar duma vez a Argentina, via-se com menos de 7

Felisberto Caldeira Brant, marquês de Barbacena.

mil homens (6.832), mal pagos, doentes e desanimados. Reorganizou esse exército, e no meado de janeiro de 1827 levantou acampamento e iniciou a marcha estratégica para reunir-se ao general alemão Brown, que vinha de Pelotas e Jaguarão com algumas forças.

Alvear unido a Lavalleja marchava sobre Bagé. Era plano seu, sem dúvida, como se infere do diário de Brandsen, interceptar a reunião dos dois grupos brasileiros, a fim de batê-los separadamente. Barbacena, sem informações certas do rumo que levavam os argentinos, tomou, entretanto, medidas que o técnico Baldrich acha *muy adecuadas*, cobrindo-se com um flanco – guarda de cavalaria e ordenando a Brown que se lhe reunisse imediatamente. Oculto pela cortina de cavalaria de Sebastião Barreto, o marquês manobrava em busca de Brown, que o procurava por trás da cobertura de Bento Gonçalves, enquanto o chefe argentino, em direção a Bagé, caminhava no vazio. A 5 de fevereiro de 1827, nas nascentes do Lexiguana, Brown com os regimentos de cavalaria 4 e 6, os 500 caçadores alemães do 27º batalhão, 80 lanceiros tudescos e uma ala do 18º do caçadores, juntava-se ao general em chefe. O plano de Alvear frustara-se.

O exército argentino já saíra de Bagé, onde chegara a 26 de janeiro e demorara até 30, saqueando as casas e violando as mulheres. Fora acampar nas pontas do Camaquã, desiludido do efeito da invasão, enquanto os brasileiros estavam reunidos e com suas linhas de retarguarda livres. Marchou, depois, para S. Gabriel, em retirada sobre a fronteira. Barbacena seguiu-o e, a 20 de fevereiro, os dois exércitos defrontaram-se no Passo do Rosário de Santa Maria. Ia travar-se a batalha famosa nos anais da América e nas exagerações argentinas sob o nome de Ituzaingó.

Bento Manuel, que operava como antena de cavalaria, com uma brigada no nosso flanco esquerdo, incomodando o flanco direito de Alvear que procurou livrar-se dele, fazendo-o atacar duas vezes, escreveu a Barbacena da estância do Pau Fincado, a 15 de fevereiro, que o carretame do inimigo se retirava por S. Simão. O marquês pôs-se-lhe no encalço, certo de apanhá-lo em flagrante na travessia do rio. Seu exército, vanguardeado por um corpo de voluntários a cavalo sob o comando do velho e glorioso general Abreu, iniciou a marcha no dia 20, às 2 da madrugada, na direção do Santa Maria, a 2ª divisão do general Calado à frente, a artilharia do coronel Madeira ao centro, a 1ª divisão do general Sebastião Barreto à reta-

Dispositivo de marcha do Exército Brasileiro no início da batalha do Passo do Rosário (Ituzaingo). As linhas pontilhadas indicam os movimentos das forças para se colocarem em linha de batalha

guarda, e o comboio à distância do coice. Às 6 horas da manhã, avistava-se o invasor nas elevações ou lombas vizinhas ao Passo do Rosário, a meia légua de distância. O terreno era suavemente ondulado, coberto de macega seca e dividido ao meio por uma sanga pouco profunda. Defrontavam-se 6.200 brasileiros e 9 mil argentinos e orientais.

A vanguarda inimiga pelas abertas das colinas ocupadas estendeu em linha, flanqueada pelas cavalarias de Laguna e Lavalleja. Barbacena e Brown, seu chefe de estado-maior, depois de reconhecerem o terreno, assentaram o ataque imediato e vigoroso, como escreve o primeiro, não obstante a superioridade numérica dos contrários. Conforme depõe o segundo, os brasileiros marcharam para o ataque em duas linhas: na primeira, a 1ª divisão de Barreto; na segunda, a 2ª de Calado. Como, porém, o engajamento da ação tivesse de ser feito pela divisão de retaguarda na coluna de marcha, foi esta forçada a percorrer grande extensão antes de tomar posição no seu setor de ataque. Assim, a 1ª divisão levava o assalto à linha inimiga, a 2ª quase se não deslocava, contribuindo esse dispositivo tático inicial do combate poderosamente para o nosso insucesso. Nosso flanco direito foi coberto pela brigada ligeira de Bento Gonçalves e os voluntários de Abreu vedaram os movimentos da divisão do general Calado, avançando sobre a vanguarda argentina.

Do alto duma colina, entre o 5º de caçadores a pé e o corpo de Lavalleja, rodeado por seu estado-maior, Alvear examina com o binóculo o campo da batalha. Desagradando-lhe o avanço da divisão brasileira sobre sua linha, ordena ao caudilho oriental que a carregue. Este, que, na véspera, pretendera depô-lo do comando, pretextando carecer de reservas, desobedece.

Então, a formidável brigada de infantaria de Leitão Bandeira, que os argentinos denominam *incomovible*, rompia o ervaçal, as baionetas alumiando, contra o centro da posição inimiga, sem que os canhões de Iriarte a pudessem deter, fracamente protegida pela artilharia de Madeira. A 2ª brigada de cavalaria, dragões de Lunarejo e lanceiros alemães do coronel Araújo Barreto alimpavam-lhe os flancos dos volteadores e dos elementos isolados do invasor.

A divisão de Barreto transpunha também a canhada para subir impetuosamente a coxilha. Alvear lança sobre ela por três vezes os cou-

raceiros de Buenos Aires, os colorados de Vilela e os lanceiros tudescos do barão Heine, que são "três vezes repelidos em desordem". Esse ataque prematuro e sem apoio compromete para os argentinos o êxito da batalha, como o comprometeu para nós o desdobramento inicial de nossas forças.

A cavalaria regular brasileira cai sobre os adversários e permite à nossa infantaria reformar suas linhas, que a artilharia de Iriarte, mudando de posição, começa a bater rijamente a metralha. Isso não detinha, todavia, o avanço daqueles soldados de aço, em cujas armas se desfazem os choques dos esquadrões, que deixam até seus chefes prisioneiros.

O general Alvear sente o perigo daquele "momento crítico" da ação. Ordena a Brandsen que carregue em linha com o regimento San Martín. O velho sabreador da epopeia napoleônica olha as puas de aço dos quadrados brasileiros e faz notar ser melhor a carga por esquadrões. Irritado, o comandante em chefe revida:

– Se tem medo, carregarei!

– Medo não!, replica o outro, arrancando a espada da bainha. Os clarins soam e a linha de granadeiros a cavalo põe-se em movimento.

Os muros de baionetas esperam-nos impávidos. A cavalaria argentina perde seu ímpeto no plaino lamacento e, quando chega a 25 metros dos trigueiros infantes fluminenses e cearenses, uivando, blasfemando, agitando os sabres, Leitão Bandeira manda fazer fogo e a fuzila a queima-roupa. Ela reflui, desfeita. Brandsen tenta reorganizá-la e levá-la novamente à carga, mas cai morto gritando:

– Carreguem! Carreguem!

Depois dele, o regimento nº 2, do coronel Paz, carrega contra a vontade do general, que manda detê-lo, e recua, dizimado. Descem, então, contra o quadrado heroico, três corpos argentinos de caçadores a pé e a cavalaria uruguaia de Maldonado.

Os cavalarianos de Bento Gonçalves já não protegiam o flanco direito da 1ª divisão. O tenente-coronel Isás Calderón abandonara o campo da refrega com o 39º de milícias, e seu chefe, com o 21º somente, foi atirado para longe pela divisão de Lavalle.

Quando a 2ª divisão avançou contra o inimigo, Lavalleja atirou toda a sua cavalaria sobre os gaúchos irregulares de Abreu, que cobriam o movimento do general Cabulo, os quais não resistiram ao choque e deban-

daram em pânico, atropelando o 5º de cavalaria de linha e correndo sobre a infantaria imperial. O barão do Serro Largo é levado de roldão pela massa desordenada, sem poder detê-la. Calado fuzila-a a 15 passos, abatendo-o e aos orientais que o perseguiam. O bravo general Abreu cai morto pelas balas brasileiras no solo sagrado da pátria que tanto honrara. Lanceiros e dragues uruguaios, sabreados pelos regimentos de cavalaria de J. J. da Silva e metralhados pela artilharia, desarticulam-se diante do quadrado e fogem.

É nesse momento que Barbacena compreende a urgente necessidade de articular as divisões tão imprudentemente separadas. Ordena a Calado que se una a Barreto. A cavalaria argentina achava-se, porém, entre ambos e o movimento não podia mais ser executado. A artilharia continua a troar, varrendo o campo. Couraceiros, lanceiros, blandengues, colorados golpeiam os quadrados sem descanso, procurando rompê-los improficuamente.

A luta durava já havia seis horas. Os soldados morriam de fome e sede, sob o braseiro do sol. Escasseavam as munições, porque alguns esquadrões inimigos haviam alcançado a nossa retaguarda e saqueado o comboio, ao mesmo tempo lançando fogo à macega ressequida. Os veteranos do Império combatiam num mar de chamas, entre rolos de fumaceira tangidos pelo vento. Verdadeiro inferno! Às 2 da tarde, mais ou menos, Barbacena, *senhor de seus movimentos*, resolve interromper o combate.

O major Enrique I. Rottjer, professor de História Militar na Escola Superior de Guerra da República Argentina, técnico eminente, declara, ao concluir a análise das operações dessa jornada: "Barbacena resuelve interrumpir el combate e iniciar la retirada", pois, "la totalidad de sus fuerzas tienem libertad de movimientos." Essa valiosa opinião demonstra ser Ituzaingó o tipo acabado e perfeito duma batalha indecisa. Baldrich, outro técnico argentino, afirma que "esa espléndida vitoria no fué decisiva... por esa debilidad numérica de la infantería argentina, ocurriendo también que su misma brillante y heroica caballería se immovilizó". Alvear sentiu-se tão vitorioso que, no dizer do historiador Saldías, "su permanencia en el territorio brasileño era insustenible".

A retirada do exército imperial em face do republicano foi admirável na sua lentidão, segurança e ordem por entre o incêndio e a fumarada, com parte da cavalaria em atiradores protegendo a retaguarda, os feridos

e a artilharia dentro dos quadrados, recolhendo os feridos, os dispersos, as peças abandonadas, a cavalhada e até as boiadas, sem que os argentinos rompessem uma única formação ou tomassem uma só bandeira, como está à saciedade provado. Seu único troféu foi um canhão, cujas rodas se quebraram e foi encravado.

O exército republicano perseguiu-o *debilmente*, diz Rottjer; *frouxamente*, declara o general Tasso Fragoso. E, assim, os imperiais, mantendo o adversário respeitosamente a distância, bivacaram tranquilamente, às 11 horas da noite, no Passo do Cacequi.

Os argentinos, em seguida, transpuseram a fronteira, deixando uma vez para sempre o território nacional.

A crítica das operações demonstra que Alvear pretendeu separar os dois grossos brasileiros e, não o conseguindo, resolveu retirar com receio de sua junção. Barbacena, no seu encalço, julgou-o em franca retirada e cuidou surpreendê-lo na passagem do Santa Maria, atacando-o imediatamente, talvez na persuasão de só ter diante de si a retaguarda. Daí o movimento avançado da divisão que marchava na frente, sem esperar o desdobramento da que vinha atrás. Topando, porém, em linha todo o exército contrário, verificou o engano e procurou articular as duas forças tarde demais.

Depois de Ituzaingó, no mar e em terra, guerrilhas. Exaustos, a Argentina pela guerra, o Brasil pela politicagem, resolveram a paz em 1828. As duas ambições se haviam anulado naquele embate sangrento. E disso resultou que o Uruguai não voltou ao concerto das Províncias Unidas do Prata nem continuou na posse do Brasil, mas tornou-se independente. Os historiadores uruguaios que declaram a independência de seu país a *hilo de sabre gañada* são desculpáveis no seu patriotismo, mas não dizem uma verdade.

B) - A CAMPANHA NAVAL

Pari passu com as operações militares em terra, desenvolveram-se nas águas platinas as operações navais, desde a data da declaração de guerra às Províncias Unidas. Essas operações se balizaram, dependendo das primeiras, num teatro pouco propício aos recursos de que então dispúnhamos, longe de nossas bases e sob o influxo e circunstâncias nem sempre

felizes. Assim, embora definitivamente vencedores da primeira à última etapa da campanha naval, tivemos de ceder aos impositivos do momento, outorgando à nossa antiga Província Cisplatina a independência por que ela lutava.

Tínhamos de operar numa extensão costeira sobre o oceano Atlântico de 1.350 milhas, entre os cabos de Santo André e das Virgens, relativamente pouco conhecida e semeada de perigos; em parte do curso dos rios Uruguai e Paraná, e no estuário do Prata. A este chamavam os argentinos *el infierno de los mariñeros*. Chama-lhe o almirante Boiteux "cemitério de navios". Invadido de areias e dividido em correntes, oferecia as mais sérias dificuldades à navegação a vela. A simples enumeração de seus bancos principais basta para mostrar os óbices que opunha às manobras de qualquer esquadra da época: Ortiz, Chico, Inglês, Medusa, Palmas, Hornos, Placer de las Palomas, Lobos, Nuevo, Francês, Arquimedes, Camarones, para alguns dos quais a correnteza arrasta os navios. Na costa oriental, portos mal abrigados das suestadas ou insuficientes para navios de alto porte: Montevidéu, Maldonado e Colônia. Na costa argentina, baixa, arenosa e cortada de parcéis, fundeadouros varridos pelos temporais e o porto de Buenos Aires com três canais de acesso dependentes das marés, um dos quais perigosíssimo.

Contávamos para a guerra nesse ambiente desfavorável com um material abundante, mas inadequado. Havíamos organizado uma esquadra na Independência e continuado a compô-la e a adestrá-la. Adquiríamos e construíamos, porém, fragatas e corvetas de alto bordo, inçadas de artilharia, cobertas de vastas superfícies de pano, impróprias, no entanto, para a nossa gente, o nosso serviço e a guerra contra os vizinhos dentro de sua casa. Seria melhor que tivéssemos grande número de embarcações pequenas e rápidas, capazes não só de assaltos naquele teatro de operações que nos era dado, como da ronda defensiva do nosso imenso litoral, entregue à sanha dos corsários sem pátria sob o pavilhão azul e branco de Buenos Aires.

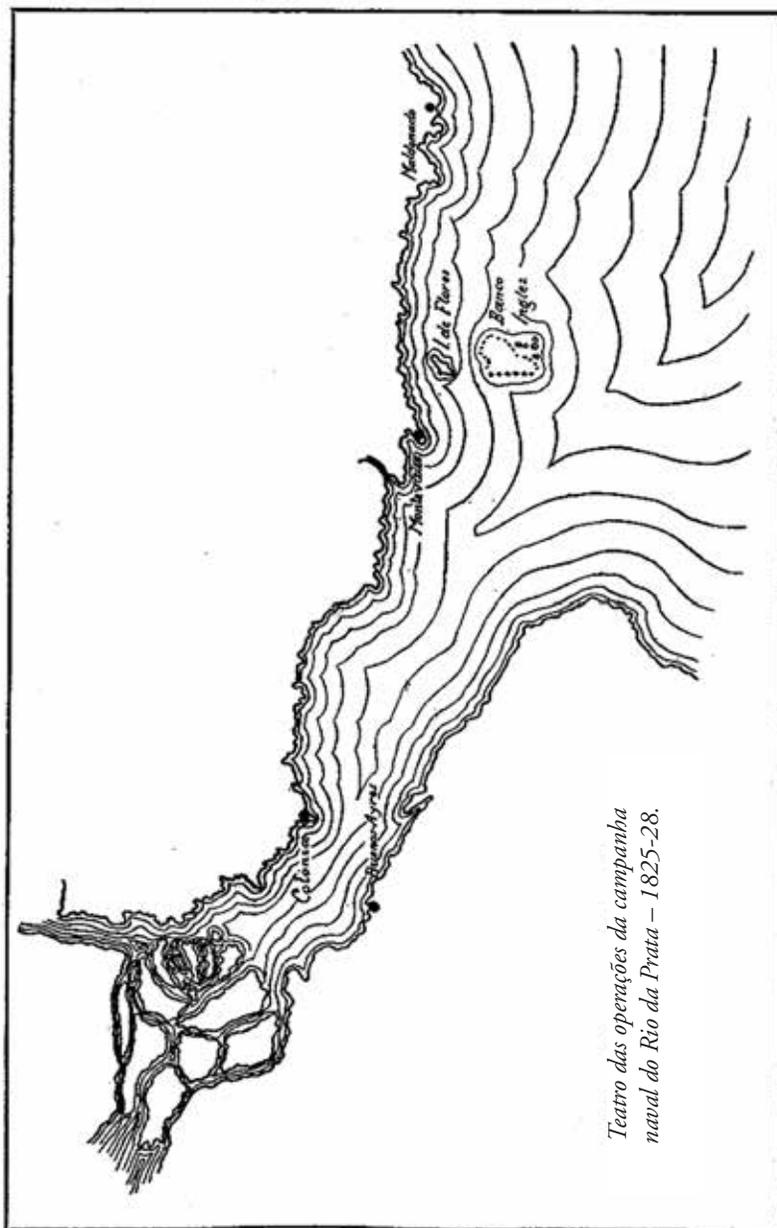
"Os argentinos – escreve Boiteux – ao criarem sua marinha o fizeram não só de acordo com seus recursos financeiros, como também com as condições hidrográficas do teatro das operações: robustos navios de médio calado, veleiros, bem artilhados e facilmente manobráveis." Armitage

acrescenta que seus marujos "eram voluntários e animados pelo espírito de nacionalidade, ao mesmo tempo que os brasileiros eram a maior parte de recrutas e estrangeiros, os quais, ainda que bravos, não simpatizavam com a causa por que pugnavam".

A luta ia processar-se de três formas distintas: operações de bloqueio, operações de guerra e operações de corso.

As primeiras decorriam da necessidade de isolar os rebeldes uruguaios e seus aliados argentinos, impedindo-os de receber recursos de fora. A vigilância tinha de ser exercida no litoral da Cisplatina e nos portos das Províncias Unidas. A situação antolhava-se nesse ponto fácil ao Império, porque inegavelmente ele tinha o domínio do mar. Usando dele, procuramos impedir o comércio argentino, isolar nossos inimigos, obstar suas comunicações e suprir de recursos as nossas posições litorâneas do Uruguai. A Argentina fará os maiores esforços para estorvar ou fraudar esse plano de ação.

Quando rebentou a guerra, nossa força naval no rio da Prata parecia respeitável: fragata *Tétis*, corveta *Liberal*, dois brigues, uma barca, 12 escunas e oito lanchões armados e artilhados. Eram as unidades do capitão de mar e guerra Pedro Nunes, que tinham ido combater os portugueses na guerra da independência, e de Roque de Sena Pereira, que haviam contribuído, subindo o curso do Uruguai, para o envolvimento completo de Artigas e a feliz conclusão da campanha de 1820. Imediatamente, seguiram a reforçar essa esquadra as fragatas *Imperatriz* e *Paula*, as corvetas *Itaparica* e *Maceió*, um brigue e outros barcos menores. O comando geral coube ao almirante Rodrigo José Ferreira Lobo, que, já velho e de temperamento antes contemporizador do que dinâmico, não deu no inimigo, fraco e sem defesa costeira ou móvel, o rude golpe inicial que devia dar-lhe para lhe tirar de vez as veleidades da resistência e esmagá-lo definitivamente. Se assim obrasse, outra teria sido a sorte da guerra e diverso o mapa atual da América do Sul. Além disso, fez depender sua ação sempre do comando terrestre, o que era sem desculpa nas condições em que se desenvolvia a luta.

Rodrigo Lobo cifrou-se ao círculo fatal das meias medidas, estendendo sua linha de bloqueio e consentindo que o adversário se preparasse para uma *defensiva-ativa*, a qual no primeiro momento não lhe seria

Teatro das operações da campanha naval do Rio da Prata – 1825-28.

possível e que levou a efeito, brilhantemente, graças à incapacidade manifesta do comandante da esquadra.

Os argentinos entregaram seus destinos navais a um marinheiro notável, o irlandês William Brown, que já servira na guerra da independência e que armou e tripulou *á la diable* uns 16 barquinhos, entre os quais pequena corveta e dois brigues de seis e 14 canhões. Contra a grande esquadra brasileira esse armamento seria irrisório, se o seu chefe não soubesse tirar partido estratégico do perigoso litoral do país, dos parcéis, dos baixios, dos alfaques, das correntes e dos ventos reinantes. Tirou-o do melhor modo que pôde. Batido, sempre que se apresentou a descoberto ou a isso se foi forçado, como era natural, trouxe em contínua vigilância e incômodo os brasileiros, surpreendeu-os várias vezes, tentou outras tantas romper o bloqueio, destruiu a esquadrilha do Uruguai e de contínuo conseguiu escapar às perseguições. Seus barcos pequenos, velozes, dirigidos por conhecedores práticos do difícil estuário, aproveitavam os ventos de feição para se fazerem ao mar, quando a linha da esquadra imperial se afastava com o mau tempo; para o ataque à costa fronteira, e para todos os golpes de verdadeira guerra de recursos, deslizando sobre os bancos traidores em busca do refúgio de seus ancoradouros nas barbas das altas, empavezadas fragatas e corvetas do Império, eriçadas de poderosa artilharia.

O exercício do bloqueio trouxe ao governo brasileiro grandes dissabores e complicações de ordem internacional devido a reclamações estrangeiras sobre visitas e presas efetuadas pela esquadra.

A esquadrilha argentina, a 14 de janeiro de 1826, mostrou-se pela primeira vez fora do seu abrigo, bordejando e disparando alguns tiros.

Provocada pelos pequenos navios imperiais, não fez caso e recolheu-se ao ancoradouro.

Quase um mês depois, a 9 de fevereiro, de manhã cedo, os gajeiros da corveta *Itaparica*, em cujo mastro grande batia o pavilhão do chefe Diogo Jorge de Brito, a assinalaram no horizonte tranquilo. A esquadra imperial estava fundeada nas cercanias dos bancos exteriores do porto de Buenos Aires. A *Liberal* com a insígnia do almirante, a *Maceió* e a *Itaparica*. Em linha pela popa das três corvetas, os brigues *Caboclo*, *29 de Agosto*, *Rial Pedro*, *D. Januária* e *Rio da Prata*, as escunas *Liberdade* e *Conceição*. No céu

ligeiramente dourado, oscilavam devagar as mastreações com o seu aranhol de cordame, adejavam lentamente as flâmulas e bandeiras.

Avistada a frota de Brown, começou-se a suspender ferros e a largar as carregadeiras das velas.

Os navios adversos cresciam sobre as águas iluminadas: chefiando a empresa, a fragata *25 de Mayo*; seguindo-a, as brigues *Congreso*, *República Argentina*, *General Belgrano* e *General Balcarce*, escunas *Sarandy* e *Pepa*, e 12 canhoneiras.

Largados os panos, as naves imperiais já ganhavam barlavento, cortando a derrota dos argentinos, de modo a impedir-lhes o mar. Velejaram, assim, mais ou menos uma hora, quando a *Liberal* mandou diminuir a marcha. Brown, com o velame todo de suas embarcações enfunado, aproximava-se. Rodrigo Lobo fez a esquadra virar de bordo e caçar o adversário para cortar-lhe a retirada. Executada a manobra com grande precisão, ele içou seguidamente estes sinais:

"O almirante lembra a glória da nação neste dia e espera que todos se batam com o mais decisivo valor!"

"Atacar o inimigo logo que cada um puder!"

O inimigo não esteve pelos autos. Virou também de bordo e fugiu em busca do seu porto. Só às duas e meia da tarde, à vista da Colônia do Sacramento, se pôde travar o combate. Brown dispôs sua ordem de batalha em linha de fila. Nós assumimos a ofensiva com a vantagem do barlavento, preconizada na tática naval da época*, e formando em coluna para desenvolver toda a força da artilharia. Na posição em que estávamos, tínhamos a faculdade de aceitar ou recusar a luta, de lançar brulotes, de impor a distância do combate, tudo isso na dependência do vento, o que compensava talvez os percalços de ter as baterias baixas prejudicadas pela agitação das ondas, o aparelho exposto pela inclinação ao fogo contrário e de cair na linha adversa,

---

* É preciso não esquecer que se trata de navios a vela, cujo único motor é o vento. A barlavento, isto é, tendo-o de feição há a grande vantagem de poder manobrar à vontade, embora a desvantagem de perder a eficiência da artilharia de todo o bordo que fica inclinado para a água, justamente do lado do inimigo. Nelson, que não era um grande marinheiro, mas um grande soldado naval, rompeu com o preconceito clássico do barlavento e preferiu a força da artilharia à manobra, a sotavento.

em caso de desarvoramento. Rodrigo Lobo adotou aí o sistema francês de combater sempre a barlavento. Brown preferiu o inglês, com que Nelson rompera a tradição e se dera muito bem, o de ficar a sotavento, dispondo de todo o poder ofensivo do fogo. Pelo desenvolvimento da operação, parece que o nosso almirante pretendia correr a contrabordo dos argentinos, varrendo-os a bala; depois, cortar a linha de Brown, separando as canhoneiras dos navios grossos, e destroçando as duas frações.

A *Liberal* e a *Itaparica* na testa da linha brasileira romperam o fogo contra a capitânia de Brown e os brigues. Ela sustentou algum tempo o ataque e, de súbito, virou de bordo, sem dar sinal aos outros, estabelecendo a confusão. O nosso brigue *29 de Agosto* pôs-se-lhe pela proa e imobilizou-a. A *Liberal* malhou-a a ferro e fogo. Enquanto isso, a *Itaparica* cuspia balas no *Congreso* e a *Maceió*, seguida dos brigues, procurava envolver toda a frota platina. Brown, vendo o destroço causado pela artilharia imperial nos barcos maiores, as canhonheiras dispersas e em fuga, sentiu-se perdido, mandou içar o sinal de retirada e arribou bruscamente. Abrindo o pano todo e despejando os canhões sobre o *29 de Agosto*, que o acuara, forçou a passagem: “Eterno fujão”, chamá-lo-ia mais tarde o barão do Rio da Prata.

As canhonheiras escaparam à nossa perseguição, rasando os baixios. As corvetas puseram-se no encalço da capitânia argentina e do corpo principal de sua esquadra. Às 5 horas ainda os alcançaram e os crivaram de metralha até que a noite se estendeu sobre as águas traiçoeiras.

Rodrigo Lobo combatera com denodo e ficara vitorioso, mas isso não era bastante. Com um pouco mais de ímpeto e de decisão, sacrificando embora metade de seus navios, teria aniquilado a força adversa. Ele teve a preocupação de poupar o seu material flutuante. Preocupação pouco louvável.

A essa vitória nossa, que um historiador argentino classifica de *melancólico episodio*, se dá o nome de combate naval de Corales. Nele morreu heroicamente no seu posto de comando, a bordo do *29 de Agosto*, sob a saraivada de balas da almiranta argentina, um herói hoje esquecido, o 1º tenente João Rodrigues Glisson.

A esquadra imperial fundeou entre os bancos *Ortiz* e *Chico*. Em 24 de fevereiro, ajudados de forte nevoeiro, os inimigos tentaram

surpreendê-la. Pressentidos pela *Liberal*, e avistando na neblina o perfil amedrontador da fragata *Imperatriz*, fugiram, não para Buenos Aires desta vez, porém rumo da Colônia do Sacramento. O nosso almirante, perdido o contato com o inimigo, não se importou de saber para onde iam. Marco de secular disputa entre castelhanos e portugueses no estuário do Prata, a velha praça de guerra tantas vezes tomada e retomada agonizava e, como um leão ferido, ainda resistia valentemente aos golpes da adversidade. Comandava-lhe a pequena guarnição o brigadeiro Manuel Jorge Rodrigues, depois barão da Taquara. Desde começos de fevereiro, sitiava-a por terra forte destacamento do exército de Lavalleja sob as ordens de D. Ramón Cáceres.

A flotilha de Brown, no dia seguinte, entrou em fila na enseada em cujo fundo ficava a cidade: quatro brigues e uma escuna cobertos de velas infladas. Um parlamentário intimou a rendição. O brigadeiro respondeu serenamente que "só a sorte das armas decide a sorte das praças".

Todos prepararam-se para o combate. Três pequenas escunas brasileiras do comando de Frederico Mariath, incapazes de aguentar o choque dos brigues adversos, fundearam sob a proteção das baterias de terra.

À noite, os argentinos tentaram um desembarque auxiliado por um ataque das forças de Ramón Cáceres, mas foram repelidos com perdas. Ao amanhecer, os navios atacantes desfilaram diante das fortificações, despejando-lhes banda de artilharia. Os baluartes históricos intrepidamente responderam ao fogo. Na ponta de S. Gabriel, o brigue *Belgrano* encalhou sob a pontaria dos nossos canhões, seu comandante foi morto e a tripulação o abandonou.

Brown içou bandeira branca e mandou outro parlamentário com outra intimação. Manuel Jorge Rodrigues replicou-lhe. Parodiando o *quod scripsit scripsit* de Pilatos: *O dito, dito!*

A escuna *Conceição* conseguiu deixar o porto e levar aviso do inopinado ataque ao almirante, em Montevidéu. Brown afastara-se para as ilhas de Hornos, onde recebeu reforços e de onde enviou uma expedição noturna para incendiar os navios de Mariath, empresa que falhou fragorosamente com grande sacrifício de sua gente. Nos primeiros dias de março, com novos reforços, tentou aproximar-se da posição cobiçada e foi recebido a tiro.

O almirante Lobo chegou com sua esquadra às águas da Colônia no dia 6 de março e fundeou ao largo, receoso de entrar no porto que já podia estar nas mãos dos contrários. Irrisória prudência, que o bravo governador da praça exprobou, em ofício, classificando a frota de simples testemunha de qualquer acontecimento futuro e dizendo que, ante aquele procedimento, sua derradeira esperança se desvanecera...

Brown, escondido entre as ilhas de Hornos, bateu a plumagem rumo de Buenos Aires no dia 14, escapando à ação da esquadra imperial e, apesar do insucesso de seus planos, dum verdadeiro desastre, na opinião de Carranza e Baldrich, salvando quase todos os seus navios.

Ao governo imperial desagradou a morosidade e incompetência do almirante. Substituiu-o por Pinto Guedes, que seria mais tarde barão do Rio da Prata. A 11 de abril, estava aquele ainda no comando quando a fragata *Niterói* avistou perto de Montevidéu grande navio sob bandeira francesa perseguindo uma sumaca mercante brasileira. O comandante Norton aproou sobre ele, seguido das escunas que lhe serviam de auxiliares. O barco suspeito arriou as cores de França e firmou com um tiro as da Argentina e a insígnia de Brown. Era a fragata *25 de Mayo*. Velejou, porém, em retirada. A *Niterói* largou todo o pano e deixou para trás as escunas. Às 3 horas da tarde, aproximou-se do inimigo e começou o fogo. O brigue argentino *República* apareceu por essa altura, ajudando as manobras do almirante platino. Ao anoitecer, a fragata imperial suspendeu a caça. Mais uma vez o chefe adversário escapava pela fuga.

A 27 de abril, durante a noite, Brown tentou tomar por abordagem, de surpresa, no porto de Montevidéu, a fragata *Imperatriz*, do comando do capitão de fragata Luís Barroso Pereira, que morreu batendo-se corpo a corpo com os assaltantes repelidos.

O almirante Pinto Guedes assumiu o comando em maio e logo procurou grupar os elementos da nossa força naval, de modo a poderem operar melhor contra o insidioso inimigo.

A 11 de junho, a 2ª divisão, comandada pelo capitão de mar e guerra Norton, tentou atacar no ancoradouro dos Pozos, em Buenos Aires, a esquadrilha de Brown, protegida pelos alfaques, *tobas* e parcéis daquele refúgio natural. Dos 11 navios argentinos que ali se achavam, somente cinco da referida divisão se puderam aproximar, porque aos demais a falta de

água para navegar obrigou a ficarem a grande distância. Eram um brigue, o *Caboclo*, um brigue-escuna, o *Januária*, e três escunas, *Providência*, *Paula* e *Itaparica*.

Brown, apesar da pequenez desses barcos, como diz Baldrich "tuvo el sereno acierto de no abandonar su posición defensiva". Quando nossas velas chegaram às balizas exteriores, o *Congreso* rompeu fogo. Respondemos. Até as corvetas gastaram de longe, improficuamente, as munições. O povo portenho veio olhar das praias aquele duelo de artilharia que durou cerca de três horas.

Durante ele, mais seis embarcações de Brown, escapando às linhas da esquadra imperial que enchia o rio e passando a raspar as carenas por cima do banco de las Palmas, vieram reunir-se ao almirante, que ficou com 17 unidades. Ao morrer o sol sobre o lençol amarelo das águas, nos lais da verga grande da *Niterói*, bailaram os sinais de cessar fogo e reunir.

O barão do Rio Branco chama com razão a esse canhonheio *inútil naumaquia*. Baldrich declara-o *incruento*. Não houve feridos nem avarias. Todavia o patriotismo argentino apelida esse belo espetáculo *la batalla de los Pozos* e comemora com discursos e festas a nossa derrota... Quem não tem cão – diz o brocardo – caça com gato... Nessa data de 11 de junho, mais tarde, nós escrevemos a página do Riachuelo...

De 29 para 30 de julho, travou-se o combate naval de Lara-Quilmes. Norton, com 11 navios seus e quatro da 3ª divisão de Sena Pereira, fundeou nas balizas exteriores do porto de Buenos Aires. Às dez da noite, um gajeiro da *Conceição*, que rondava, assinalou no negrume envolvente navios por estibordo. Era a esquadra argentina que saía silenciosamente do seu abrigo. A frota largou amarras sobre boias e rumou sobre o inimigo. Na ponta de Lara, perdido este de vista, a *Niterói* atravessou e fez sinal de reunir.

À primeira brisa matutina que alimpou o céu, Norton avistou fundeados e emparelhados com as suas embarcações, a barlavento, nove navios e nove canhonheiras adversários. Todos suspenderam ferros, viraram em roda e amuraram a estibordo. Os nossos levantaram âncoras, viraram por davante e amuraram a bombordo. O brigue *Pirajá* iniciou a ação. A *Niterói* e o *Caboclo* cortaram a linha platina e aproximaram-se da *25 de Mayo*. Ao ataque brasileiro logo se introduziu, como confessam os nossos

contrários, em todos os seus navios tremenda desordem. Alguns fugiram para Punta Lara e outros para os Pozos, abandonando a almiranta à artilharia da *Niterói*. Brown arriou o pavilhão, passou-se para o brigue *República* e raspou-se para Buenos Aires.

A *25 de Mayo*, com o arvoredo desfeito, esburacada, os bailéus rotos, para sempre imprestável, retirou rebocada pelas canhonheiras e nunca mais navegou.

Antes de desertar seu posto, Brown deu ao comandante da fragata, o valente Espora, seu óculo de alcance, recomendando-lhe que voasse pelos ares e se não rendesse, ele que fugia! Aprisionado pelo comandante Joaquim Marques Lisboa, depois almirante e marquês de Tamandaré, a 29 de fevereiro de 1828, no ataque do brigue *Ocho de Febrero*, que comandava, pela escuna *Bela-Maria*, deu ao nosso glorioso patrício aquela preciosa relíquia, hoje guardada no Museu Histórico.

O ano de 1826 terminou com os dois combates de Jaguari, que cobrem de glória o nome do chefe Joaquim Roque de Sena Pereira. Sua divisão, a 3º, destinada a operar nos rios Uruguai e Paraná, era composta, na maioria, de carunchosas e carcomidas embarcações que tinham sido empregadas de 1816 a 1820 na guerra contra Artigas. Algumas contavam já dez anos de uso. Reforçaram-na alguns iates e outros barcos impróprios à navegação fluvial, de modo que constava de elementos heterogêneos e fracos. Essa força tinha a missão de interromper as linhas de comunicação e abastecimento do Exército argentino.

Sena Pereira exercia seu comando desde a memorável conquista da Cisplatina pelo Brasil reino, conhecia perfeitamenle o teatro das operações e os meios práticos de realizá-las com proveito. E, embora mal aparelhado, alimentava esperanças de êxito.

Ao raiar de dezembro, fez-se de vela para as águas do Paraná. A espionagem informou disso Buenos Aires e os argentinos ocuparam e fortificaram, após um primeiro insucesso, a ilha de Martín García, chave da navegação daquela zona, mas lamentavelmente abandonada pelo almirante Lobo e esquecida pelo almirante Pinto Guedes.

A 29 do mês, remontando o rio para engarrafá-la, com um brigue, escunas, sumacas e canhonheiras, o chefe adverso deu com a flotilha de Sena Pereira na boca do Jaguari. Superior em unidades, efetivo e

canhões, atacou-a. Nós, aproveitando as vantagens da posição, galhardamente o repelimos. No dia seguinte, novo ataque e novo fracasso. Virou de popa e derivou rio abaixo com as melhores embarcações a encalharem pelo caminho. Se Sena Pereira o persegue, tê-lo-ia destroçado completamente.

O grande recurso da guerra naval das Províncias Unidas contra o Império foi o corso. Dezenas de navios foram nele empregados. Todos os aventureiros do mar e todos os piratas obtiveram cartas de corsários do governo argentino. Armavam seus navios nos portos meridionais dos Estados Unidos, em alguns da Europa, em Buenos Aires, no Salado e em Carmen de Patagones. Rio Branco organizou a vasta lista desses flibusteiros, dos quais somente 12 escaparam. Os outros foram apresados, incendiados ou metidos a pique pela nossa esquadra. O próprio Brown, em outubro de 1826, fez um cruzeiro de corso nas nossas costas até as águas do Rio de Janeiro com a *Sarandi* e a *Chacabuca*. Essa campanha de pirataria causava-nos grande mal e nos obrigou a duas infelizes expedições à Patagônia.

O ano de 1827 iniciou-se pelo combate naval do banco de Santana. O capitão de fragata Mariath, com a *Maceió* e alguns navios menores, fundeou entre os bancos de Playa Honda e Santana, cinco milhas abaixo de Martín García, com o fito de proteger as comunicações de Sena Pereira. A 18 de janeiro, ao clarear o dia, Brown atacou-o com 15 navios. Mariath mandou soltar o pano e foi sobre eles. A primeira banda da *Maceió* escangalhou o aparelho da *Guanaco*. A segunda pôs em fuga sumacas e canhoneiras. A terceira não encontrou mais inimigos.

Às 7 da manhã, outros navios imperiais vieram reforçar Mariath. Às 10, Brown surgiu para tentar novo ataque e retirou, depois de trocar alguns tiros, com avarias visíveis na sua frota.

Precisando abastecer-se, Sena Pereira desceu o rio. "Brown esperava-o de tocaia na entrada para o estuário." A 8 de fevereiro, diante do Juncal e das ilhas Duas Irmãs, travou-se a ação, que o silvar de furioso pampeiro interrompeu. No dia seguinte, recomeçou. E foi um grave revés para nós. Os argentinos afundaram, queimaram ou capturaram os velhos lanchões, saveiros e balandras de 1816, aprisionando o chefe da divisão. Os grandes navios de Mariath, a distância, testemunharam o desastre, sem poder impedi-lo por causa do seu grande calado.

A derrota do Juncal destruiu uma porção de embarcações velhas e sem valor militar, porém deu asas aos exageros e prestígio moral ao inimigo.

As expedições à Patagônia contribuíram também grandemente para esse prestígio. Pinto Guedes enviou-as, a fim de obstar o armamento de corsários no porto de Carmen de Patagones. A primeira, comandada por Jones Sheperd, perdeu naquele litoral então desconhecido e difícil, logo de entrada, o melhor navio, a corveta *Duquesa de Goiás*, que meteu a proa num banco e foi despedaçada pelo mar. A vila del Carmen fica acima da embocadura do rio Negro. Sheperd subiu-o até certa distância; depois, deixando os barcos quase desguarnecidos no fundeadouro, desembarcou sua gente e marchou por terra. Surpreendidos por elementos de cavalaria, os marinheiros defenderam-se com bravura, mas tiveram de render-se. Enquanto isso, os corsários desciam a correnteza e se apoderavam da corveta *Itaparica*, do brigue-escuna *Escudera* e da escuna *Constança*.

A segunda expedição, composta da corveta *Maceió*, dos brigues *Independência ou Morte* e *Caboclo*, conduzida por práticos ignorantes ou deliberadamente perversos, teve desastroso fim: a corveta partiu-se pelo meio e o *Independência* naufragou. De todas essas malfadadas comissões participou com bravura e habilidade o futuro marquês de Tamandaré.

Nossa derradeira ação no Prata foi a famosa batalha naval do Monte Santiago, cuja importância sobreleva a de qualquer outro feito, porque com ela obtivemos o domínio do mar, que nos deu, depois, uma longa sucessão de vitórias definitivas sem o receio de outros Ituzaingó.

Na escura noite de 6 de abril de 1827, um tiro de canhão e sinais luminosos avisaram de bordo da corveta *Maceió* que saíam navios de Buenos Aires. E em toda a divisão do capitão de mar e guerra James Norton as tripulações correram às fainas de suspender ferros e largar panos.

Obedecendo a ordens terminantes de seu governo, Brown pretendia romper o bloqueio do Prata, ir reunir-se aos corsários de Carmen de Patagones e fazer um ataque às costas brasileiras. Recurso desesperado. Vinha a bordo do brigue *República*, com o *Independência*, o *Congreso* e a escuna *Sarandy* na esteira.

Avistaram-no, apesar da escuridão, os vigias da corveta, que preveniu a *Liberal* e os brigues da 2ª divisão, fundeada a oito milhas do canal

exterior do porto. A capitânia imperial mandou içar as âncoras e manobrar de modo a não perder o contato com o inimigo.

Sob o vento de nordeste, que refrescara, com maré de vazante, as águas agitavam-se. E os nossos barcos, amurando sobre bolinas, rumaram sobre os vultos apagados dos brigues argentinos que largaram todas as velas, procurando ganhar o largo. Ao sinal de caça, os nossos fizeram também força de vela e, às 2 da madrugada, os da frente começaram o fogo com os rodízios de proa.

A frota adversária viu-se entre eles e a costa emparcelada, não aguentou o ataque e arribou, em fuga. Perseguimo-los sem lhes dar tréguas, a *Maceió* sobre o *Congreso*, que escapou, metendo-se pelos canais dos bancos, de modo a ocultar-se na Enseñada. Querendo acompanhá-lo, o *Independência* e o *República* encalharam entre as pontas de Confisco e Palo Blanco. A *Sarandy*, para defendê-los, foi obrigada a fundear perto deles.

Duraram horas o duelo de artilharia e as manobras entre os dois contrários até que, ao entardecer do dia 7, o estuário se cobriu com os velames de toda a esquadra do almirante Pinto Guedes, que acudia ao rumor do canhonheio, parando, porém, a grande distância devido ao calado dos navios e tornando-se mero espectador da luta.

O vento caía, de modo que só o brigue *Pirajá* comandado por João de Botas, herói da guerra da independência, e o *Independência ou Morte*, puderam chegar ao alcance de tiro do inimigo. Às 5 da tarde, a almiranta *D. Paula* mandou cessar o fogo e seguir de perto as embarcações de Brown.

Ao romper da manhã de 8 de abril, o vento muda e sopra de feição, trazendo da Colônia do Sacramento seis pequenas escunas que podem ir sobre os bancos destruir os navios argentinos. Norton iça o seu pavilhão numa delas e avança, comandando as outras, enquanto os navios de alto bordo fecham o caminho do largo. A esquadrilha argentina está irremediavelmente perdida.

As escunas cercam os barcos argentinos e arrebentam-lhes arvoredos e obras mortas a tiros de canhão, até que, às 2 horas da tarde, responde ao sinal das bandeiras da pequena capitânia, que manda a abordagem, o grito feroz das tripulações, às quais se distribuem sabres, pistolas, chuços e machados. Os escaleres cheios de marinheiros dirigem-se de voga picada

para os brigues encalhados e desmantelados. A tiro de espingarda deles, o *Independência* arria a bandeira azul e branca, rendendo-se sem combater. A gente do *Republica* defende-o valentemente corpo a corpo, mas é esmagada, enquanto Brown foge para a *Sarandy*, ferido na coxa, raspando-se para Buenos Aires. Uma grande aclamação ecoa sobre os conveses de toda a esquadra, repetida pelo eco, ao longe:

– Viva o imperador!

À noite, o clarão dos navios inimigos incendiados ilumina o horizonte. Na capital argentina, há trevas e lágrimas. Brown é recolhido ao hospital, de onde sairia coxo para sempre. Com a vitória do Monte Santiago, a marinha vingara o Brasil dos insultos de Ituzaingó e lhe dera por um século a supremacia naval na América do Sul.

. . . .

Capítulo IV

GUERRA CONTRA ROSAS
(1851-1852)

EM 1793, quando campeava em França o terror imposto pelas mediocridades revolucionárias, D. Juan Manuel Ortiz de Rosas nasceu na cidade de Buenos Aires, numa casa da Rua Santa Lúcia, hoje por ironia do destino crismada com o nome de Sarmiento, seu grande inimigo. Provinha de velho tronco castelhano, os Ortiz de Rosas, fidalgos e soldados da província de Burgos. E a sua vinda ao mundo foi saudada pelos pífanos e tambores dos pregoeiros oficiais que anunciavam aos povos platinos a declaração de guerra à República Francesa por sua majestade o rei de Espanha.

Menino voluntarioso e dominador, frequentou uma escola particular e passou as férias no Rincón de López, fazenda cujas terras tocavam os limites da região conquistada às cabildas de índios meridionais. Até a adolescência, ali teve seu contato com a vida áspera e primitiva do pampa, domando baguais nos rodeios, boleando chamurros, caçando feras, apartando rebanhos, praticando todas as façanhas de agilidade e destreza, de força e coragem que atraem, tonificam e adestram a mocidade.

No ano de 1806, quando da conquista de Buenos Aires pelos ingleses de Beresford e sua reconquista pelos voluntários de Liniers, com 13 anos de idade, alistado como servente da artilharia, Rosas recebia seu batismo de fogo e, por escrito, um atestado de bravura do general em chefe.

A revolução de maio de 1810 despertou a sonolenta gente da colônia com o rumor de suas armas e de sua estranha retórica. A mocidade alevantou-se, falando em martírio, liberdade, crueldade dos tiranos e direitos do homem. Toda a geração de Rosas – afirma Ibarguren – exaltou-se com aquela febre, menos ele. Durante o período decorrido entre 1810 e 1820, ela combateu pelo triunfo das ideias revolucionárias, ora em plena efervescência, ora comprimidas ao sabor das circunstâncias do momento. E o jovem Juan Manuel retraído na sua estância, entre os peões e os índios, na intimidade das forças da natureza e lançando um olhar que parecia indiferente ao ambiente social e político de desordem e indisciplina, como se esses dois produtos daquela época de transição o afastassem da vida pública.

Viveu com sua mocidade e sua força longe das *montoñeras* e aventuras da existência caudilhesca. Com sua mocidade, sua força e sua beleza máscula. Isolou-se na vastidão do pampa argentino com os seus dispersos núcleos de população crioula ou mestiça, os pastores errantes e bárbaros, os lavradores rudimentares e ásperos, nas raias do deserto imenso que se estendia para o sul, povoado somente de pumas e de índios. Por ali tudo, o império das violências. Nenhuma regra. Nenhuma medida. E, segundo Azara, os homens daquela região não amam a sociedade que desconhecem, ignoram o mais elementar conforto, carecem de toda instrução, não sabem obedecer e, habituados desde a mais tenra infância a degolar animais, natural lhes parece o mesmo fazer aos homens. Indiferença pela morte. Nessa escola, se formou a alma do futuro tirano.

A revolução da independência argentina processou-se na cidade, no seio da mocidade mais ou menos instruída. Quando chegou a agitar o fundo das populações rurais, produziu uma verdadeira guerra social e a pior das anarquias. Foi aí que as massas gaúchas hastearam as bandeiras vermelhas do caudilhismo, guerreando sem cessar a civilização urbana e as doutrinas políticas europeias. Rosas é o expoente máximo dessa reação rural contra a direção citadina, é o domínio da barbárie do pampa sobre a

cultura do litoral. No dia em que esse domínio, inflamado por seu êxito, resolve passar a fronteira argentina e dar os primeiros passos para o norte, as sentinelas do Império, que era o grande foco de cultura e de civilização da América meridional, bradam às armas. Sob as brazonadas bandeiras auriverdes, marcham as infantarias nortistas e as cavalarias rio-grandenses, e de novo se restabelece o equilíbrio do continente. Toda a vez que um desses caudilhos quis passar além do seu âmbito próprio, o Brasil imperial abateu-o: Artigas, Rosas, López, todos foram varridos por nossos soldados. Dia virá em que se fará justiça a essa grande obra.

Rosas, tomando o poder, pela primeira vez, em 1829, como governador de Buenos Aires, depois de lutas e porfias políticas várias, entendeu que a nação era uma estância maior e começou a aplicar-lhe os processos de administração e disciplina a que se acostumara na fazenda ancestral. Nesse primeiro período de administração, deu arras de seu plano preconcebido de expansão territorial, que amadureceria mais tarde em esforços constantes para a reconstrução da unidade do antigo vice-reinado do Prata, protegendo no Uruguai as irrequietas pretensões políticas de Lavalleja contra o governo de Rivera.

Em dezembro de 1832, seus amigos quiseram reelegê-lo, porém deixou a curul da governação, fingindo desinteresse e recolhendo-se à estância com o anúncio de considerar encerrada sua carreira política. Sucedeu-lhe o tímido e indeciso Balcarce, que, para evitar a inação do ex-governador, possível geradora de intrigas e novas ambições, lhe confiou o comando duma expedição militar contra os índios do Sul. Rosas pôde, assim, reunir forças com as quais agiria depois contra o poder constituído, tornando-se, como desejava, único árbitro dos destinos da pátria.

Em 1833, enfraquecido e humilhado, Balcarce cai e Rosas recusa sua sucessão. A anarquia resultante servia aos desígnios do caudilho, apoiado em elementos militares violentos, cujos instintos a campanha contra os selvagens desaçaimara. Ele esperava o momento de tomar conta do poder como um salvador da nação, de modo a exercê-lo despoticamente. Foi eleito Viamonte, a quem fez rigorosa oposição.

Enquanto isso, a anarquia imperava no Uruguai, onde os caudilhos militares disputavam o governo e Oribe, apelidado o *Corta-Cabeças,* obedecia à influência rosista.

Dona Encarnación, esposa de Rosas, foi a Egéria desse tumultuoso período de lutas fratricidas. Considerando Viamonte como um homem sem energia, mais filósofo do que estadista, aconselhou ao marido que aproveitasse o conselho do intrigante Tiburcio Ochoteca, fundando o depois famigerado clube da "Mashorca" (Mais Forca!) e a sociedade "Popular Restauradora", com cujo apoio escalaria célere o posto ambicionado. Segundo diz um historiador, a gente dessas associações, "depois de beber e comer, saía à rua ébria, cometendo as piores violências contra os indivíduos filiados ao partido unitário, aos gritos, alaridos e imprecações". Lisonjeada pelo chefe supremo, a plebe tinha fascinação por ele, sobretudo os negros, que tratava com grande carinho. Continuando a fingir que nada queria e a urdir intrigas na política uruguaia, passo a passo se aproximava da suprema direção do país.

Depois do assassínio de Facundo Quiroga, o *gaúcho malo*, o semisselvagem que Sarmiento tão bem retratou, único chefe que lhe podia fazer sombra, Rosas recebeu da Honrada Sala dos Representantes os poderes públicos pelo prazo de cinco anos. Enfim, enfeixava em suas mãos de tirano todas as atribuições governamentais. Corria o ano de 1835 e o Brasil se debatia nos tumultos políticos regionais da Regência. Borbulhava no Rio Grande do Sul a rebeldia dos farrapos, que devia trazer durante dois lustros o Império em desassossego e da qual um dos chefes, o maior, Bento Gonçalves, participara de quase todas as intrigas uruguaias, ao lado de Rosas, contra Rivera.

Senhor absoluto do temporal e senhor absoluto do espiritual através dos sacerdotes que o bajulavam, o ditador começou a praticar a horrenda série de crimes e sacrilégios que pintaram nas páginas da história americana sua figura com sangue e lama. Do seu reinado Julio María Sosa deixou este quadro sugestivo: "A liberdade política, os direitos dos cidadãos, a dignidade do povo, o decoro da nação, a vida e a propriedade dos homens, o respeito a toda instituição regular e até a honestidade privada, o sacrário do lar, o pudor da mulher, eram para Rosas tolices indignas de serem tomadas em consideração e tudo foi por ele vilipendiado." Fuzilamentos, degolamentos, apunhalamentos, torturas as mais infames praticavam todos os dias os seus sectários. E tudo se cometia, endeusando o despota: Herói do Deserto, Restaurador das Leis, Grande Americano, ao mesmo tempo que se anatematizavam seus opositores como "selvagens unitários".

Continuou a política de anarquizar o Uruguai, auxiliando Lavalleja e Oribe, incitando Bento Gonçalves, que a regência do Brasil, fraca e atormentada de rebeliões, não podia conter, até que Oribe foi guindado à Presidência. Tinha homem seu à testa do país que cobiçava. E a guerra civil dos farrapos o encheu de júbilo. Ajudou-a conforme pôde, pois que ela, perturbando a vida do Império, afastava o maior empecilho à realização dos seus planos de restauração do antigo vice-reinado espanhol.

A campanha que mais tarde faríamos contra ele foi ditada pela necessidade de impedir a formação dum Estado poderoso nas nossas fronteiras. Os estadistas brasileiros mantiveram por isso ciosamente a independência do Uruguai, fruto do choque da rivalidade luso-castelhana na região do Prata, fomentaram e realizaram a separação do Paraguai, e, enfim, levaram nossas baionetas vitoriosas às ruas de Buenos Aires, derrubando para sempre o caudilho ensanguentado que ousara planejar a reunião de todos os territórios da antiga colônia.

Todos os argentinos de valor que se contrapunham ao domínio de Rosas foram forçados a se expatriar. A maioria refugiou-se em Montevidéu. Oribe perseguiu-os. Eles uniram-se a Rivera que se revoltara, o qual, derrotado nos campos de Carpintaria, correu a refugiar-se no Rio Grande.

A orgia de sangue continuou anos seguidos em Buenos Aires. A anarquia campeou anos seguidos no Uruguai. A rebelião prosseguiu em cruéis alternativas nos pagos gaúchos. E a nossa política exterior frouxa, hesitante por lhe faltar a paz interna, deixou que se fossem acumulando constantemente as dificuldades a resolver.

O Paraguai, que se declarara independente, mantinha-se sob a cautelosa tirania de Francia no seio de suas selvas e banhados, pouco se importando que o ditador lhe não reconhecesse a independência e o ameaçasse. Mais próximo e mais cobiçado, o Uruguai debatia-se nas chamas da guerra civil. Oribe deixou o seu governo, que Rivera assumiu, mas protestou e, com o auxílio de Rosas, veio novamente ensanguentar aquela terra infeliz. O *Corta-Cabeças* era digno do *Tigre de Palermo*. Marchou sobre Montevidéu e sitiou-a. A cidade resistiu-lhe impávida dez longos anos, merecendo a alcunha de Troia Americana.

Em 1842, Caxias inicia a pacificação do Rio Grande e as queixas do Brasil contra o procedimento de Rosas e seu lugar-tenente Oribe

aumentam continuamente de vulto. Seus emissários procuram sublevar os escravos de nossa região fronteiriça, seus sequazes matam e roubam brasileiros, e, além disso, prossegue a tentativa de incorporação da Banda Oriental, bem como as pretensões de anexação do Paraguai, considerado sempre pelo ditador como província rebelde.

Na primeira oportunidade, estalaria fatalmente a guerra.

Em 1845, ultima-se a paz do Rio Grande exausto pelo seu desmarcado esforço. E, do campo de Ponche Verde, Davi Canabarro previne, numa proclamação célebre, seus companheiros de epopeia que "um poder estranho ameaça a integridade do Império". Caíra-lhe a venda dos olhos. Esse poder é Rosas, Rosas diante de quem cinco anos mais tarde a Inglaterra e a França capitulariam, cedendo em tudo quanto exigira. A barbárie do pampa que ele representava quase estourou de orgulho.

Diante dos saques e malefícios praticados contra nossos estancieiros, cujo gado tomado à força alimentava os sitiantes da Troia oriental, os rio-grandenses se insurgiram e o barão de Jacuí* invadiu o território oriental, em desforra, em razias ou califórnias que ficaram famosas, embora seu chefe fosse batido numa delas.

O primeiro passo para a intervenção, que se tornava imprescindível e inadiável nos negócios do Prata, deu-o o Brasil, declarando não consentir que Oribe se apoderasse de Montevidéu e concedendo ao governo da defesa a subvenção que lhe retirara a França.

Rosas de quando a quando renunciava ao poder e deixava-se forçar a continuar nele. Repetiu a comédia em 1850. Urquiza, governador de Entre-Rios, e Virasoro, governador de Corrientes, porém, desta vez não concordaram com a farsa da reeleição, procurando logo o apoio financeiro e militar do Império. Este aliou-se a ambos e ao Uruguai contra o ditador argentino, a fim de mostrar que sua intervenção não tinha sentido imperialista, não visava a conquista de territórios, mas o estabelecimento da paz e da ordem perturbadas desde longa data. Ia começar a luta armada.

Preparando-se para a guerra, o governo imperial nomeou o conde de Caxias comandante em chefe do nosso Exército na fronteira, o chefe

---

* Francisco Pedro de Abreu, célebre guerrilheiro gaúcho denominado o *Moringue*.

de esquadra Grenfell comandante da frota destinada a operar no Prata, e, como Urquiza vacilasse, notificou-lhe que, agora, *com ele, sem ele* ou *contra ele*, entraria em campanha

A concentração de nossas tropas opera-se em setembro de 1851. Quatro divisões com 14 brigadas: a 1ª sob a chefia de Bento Manuel; a 2ª sob a de Caldwell; a 3ª sob a de Santos Pereira; a 4ª sob a de Canabarro; e a artilharia sob a de Silva Bittencourt. 16.200 homens com 23 bocas de fogo. Do seu quartel-general nas pontas do Cunha Piru, o general em chefe lança uma proclamação que é de um modelo de estilo militar e de respeito aos direitos alheios, mandando respeitar a propriedade e os vencidos.

As forças de Canabarro vanguardeiam a marcha da invasão rumo de Montevidéu. Sobre a mesma cidade se dirigiam as cavalarias de Urquiza e Virasoro, a toda a pressa. Por quê? Entre outros historiadores, Eduardo de Urquiza, seu descendente, nos revela a razão: "Inspirado em un sentimiento de argentinismo, prescindiendo, para dar el golpe decisivo, de las fuerzas brasileñas..." o *Corta-Cabeças* fingiu escaramuçar com ele e rendeu-se, garantindo a preciosa existência. Assim, quando Lima e Silva, desconfiando da trama, acorreu com Osório, Bento Manuel e Miguel de Frias, o entrerriano infiel havia aceitado a capitulação.

Frio intenso, chuvas constantes, os animais de tiro e montaria emagrecidos pela falta de pasto, o carretame atolando-se nos lameiros e os rios que transbordavam, tudo isso demorou a marcha dos invasores. E foram as únicas dificuldades que encontraram nesse longo e áspero passeio militar.

Caxias encontrou-se com Urquiza no acampamento do Pantanoso. Bivacaram juntos o Exército imperial fardado, municiado, armado de ponto em branco, com oficiais instruídos, disciplina e asseio, e as milícias entrerrianas e correntinas, de chiripá e cabelo pelos ombros, sem ordem, sem instrução. À visão desse contraste, seu general pensou naquela frase que mais tarde pronunciaria: "Nós, os gaúchos, somente sabemos da guerra surpreender e ser surpreendidos..." Assentaram o plano de operações, traçado em suas linhas gerais pelo conde.

O Exército Brasileiro descansaria em Montevidéu e, depois, iria ocupar a Colônia do Sacramento. O de Urquiza marginaria o Paraná até a ponta do Diamante. A esquadra imperial subiria o rio, levando uma divisão nossa com o efetivo da 4 mil homens, forçaria os passos artilhados, pro-

tegeria a passagem dos argentinos e da força auxiliar uruguaia. Reunidos na margem direita, orientais, imperiais, entrerrianos e correntinos avançariam contra Buenos Aires, atacando o exército de Rosas entrincheirado nos Santos Lugares. Se o vencessem, tomariam a capital e estaria terminada a campanha. Se encontrassem forte resistência, Caxias embarcaria o grosso brasileiro, nos navios de Grenfell, saltaria em Quilmes, apoderar-se-ia da cidade e atacaria os rosistas pela retaguarda, desbaratando-os.

Esse plano ainda era fruto do receio que tinha o governo imperial de ser acusado de intenções conquistadoras. E nós, que devíamos fazer a guerra sozinhos e sozinhos colher seus louros, nos sujeitamos por esses escrúpulos, que de nada nos têm valido, a um papel que só não foi secundário porque os nossos soldados decidiram a vitória e eram, como escreve Sarmiento, a "única tropa decente" entre todas as outras.

A 17 de dezembro de 1851, nossa esquadra composta pelas corvetas a vapor *D. Afonso*, *D. Pedro II*, *D. Pedro* e *Recife*, rebocando as corvetas a vela *D. Francisca* e *União*, e o brigue *Calíope*, carregada com a divisão que devia cooperar com Urquiza e que era comandada pelo brigadeiro Marques de Sousa, futuro conde de Porto Alegre, aproximou-se do estreito e perigoso passo de Toneleros, artilhado e guarnecido pelas tropas do general Mansilla, cunhado de Rosas. No tombadilho da capitânia, ao lado do chefe Grenfell, o varonil e elegante general com seu estado-maior e vários argentinos de valor refugiados em Montevidéu: Paunero, Mitre, Sarmiento.

À distância de tiro de espingarda, as baterias argentinas romperam fogo. Durante uma hora, 16 peças de grosso calibre vomitaram balas sobre as corvetas, que continuaram a rota com pequenas avarias e perdas de vida, atestando a péssima ou nervosa pontaria dos inimigos. O sol alto dourando o rio. As bandeiras auriverdes e azuis e brancas juntas no topo dos mastros. As granadas rebentando à flor d'água. Quando os canhões dos navios falaram, Mansilla abandonou seus canhões e retirou precipitadamente. A esquadra levou a 1ª brigada da divisão até o Diamante, voltou à Colônia, embarcou a 2ª e foi deixá-la sem receber mais um tiro. Nisto se cifrou toda a campanha naval.

Composto da brigada oriental comandada por César Dias, da divisão imperial de Marques de Sousa e das tropas regulares e irregulares

de Corrientes e Entre-Rios, o exército de Urquiza tomou o pomposo nome de Grande Exército Libertador da América do Sul. O grande Alberdi justifica esse apelido quando afirma que sua vitória foi um acontecimento tão grande como a revolução de maio, pois, se esta destruiu o governo colonial espanhol, aquela pôs a Argentina no caminho de sua organização e progresso. Felicitemos de ter sido essa a obra do Império brasileiro, tão caluniado lá e cá!

A 3 de fevereiro de 1852, defrontaram-se os aliados e os rosistas, no caminho de Buenos Aires, num total de 60 mil homens, além da ponte de Marques, diante do povoado de Monte Caseros e da quinta dos Santos Lugares, que pertencia ao ditador. Do lado deste, 15 mil cavaleiros, 10 mil infantes e mil artilheiros com 60 peças e três estativas de foguetes de guerra. Do contrário 20 mil correntinos e entrerrianos, na maioria a cavalo, 4 mil brasileiros na maioria a pé e mil e setecentos uruguaios, com 50 canhões.

Tínhamos invadido o Uruguai e entrado no território da Confederação que violáramos pelo caminho do rio. Urquiza e Virasoro haviam marchado para o Uruguai e obliquado para o Paraná. Desde setembro do ano anterior que se declarara a guerra. Entretanto, Rosas limitara-se a ficar inerte. Nem um avanço para qualquer linha de defesa. Nem uma medida para impedir a marcha do inimigo. Nada. A ridícula defesa de Toneleros e a concentração naquela posição, quase nos subúrbios de Buenos Aires. Nada mais. Era muito pouco.

Na noite anterior, as guerrilhas de vedeta se dispersaram aos primeiros tiros e o conselho de chefes reunido pelo ditador lembrara que seria melhor tratar com Urquiza. Rosas, que os degolaria em outra ocasião, falou em renunciar. A bravura eloquente de Chilavert é que os decidiu a aceitar a batalha. A tirania agonizava desde esse momento. E D. Juan Manuel exclamou desolado:

"Nosso verdadeiro inimigo é o Império!..."

O plano da ação traçado por Chilavert foi modificado pelo ditador ao amanhecer, quando as tropas tomavam posições. O exército ocupou extensa linha em ângulo obtuso com o arroio Morón, apoiada em Caseros e nos Santos Lugares, onde havia casas de soteia e um grande pombal fortificados, a artilharia por traz de parapeitos, fossos e paliçadas, atiradores

escolhidos nos edifícios, duas divisões de cavalaria em reserva. Não havia, porém, o menor entusiasmo entre esses soldados colocados em terreno tão propício. Eram gente sem ideal e sem pátria, viciada na matança e no saque, a escória de Buenos Aires. Além disso, Rosas não possuía um general. Ele nada entendia de tática ou estratégia. Mal sabia guerrear os índios do pampa.

O Exército Aliado Libertador estendeu-se em linha na lomba fronteira a Caseros: à direita os orientais, ao centro os brasileiros, à esquerda as chusmas de Urquiza e Virasoro. A divisão de Marques de Sousa foi desfalcada do 2º regimento de cavalaria de Osório, que passou a formar com os correntinos e entrerrianos.

Urquiza era um general tão mau como Rosas. Nem comandou a batalha, nem teve estado-maior que o substituísse, nem traçou outro plano além da colocação das forças no terreno. Dos documentos oficiais nada mais consta. Limitou-se, depois, a uma carga gauchesca pela direita. Em inação, deixou 14 mil homens, mais de metade de seu efetivo. Quem resolveu o avanço sobre o centro rosista, quem o rompeu, quem mandou ordem a vários comandantes argentinos para coadjuvarem seu movimento, quem, enfim, decidiu a jornada, foi Marques de Sousa, depois de reunir, cansado de esperar as determinações do comando em chefe, impaciente pela prolongada imobilidade, um conselho de oficiais no próprio campo de peleja, composto por ele, Pirán, Galán, Sarmiento e Mitre, que dá a respeito seu testemunho. Na sua parte a Caxias, o brigadeiro imperial assinala essa demora e sua resolução de tomar deliberações necessárias.

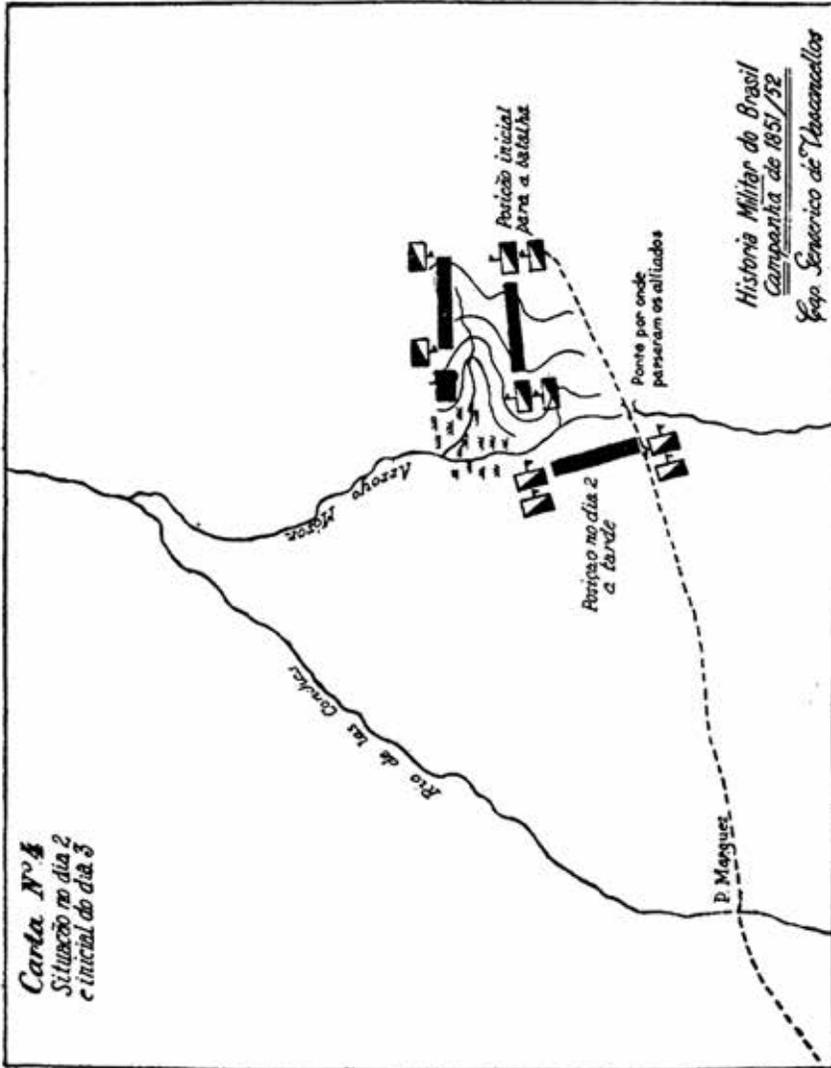
A luta teve início entre seis e sete da manhã. Uma chuva de balas rasas e metralha partiu das linhas portenhas. Urquiza comandou sua carga, contra o flanco esquerdo, enquanto os atiradores entrincheirados no flanco direito, apoiados pelas baterias de Chilavert, maltratavam os orientais.

César Dias deteve seu avanço sob o fogo adverso. A infantaria de Galán permanecia imóvel. Então o Boi de Botas, o 1º de artilharia a cavalo, sob as ordens de Gonçalves Fontes, bateu a ferro e fogo as posições rosinas, desmontando canhões, estilhaçando paliçadas e desmoronando entrincheiramentos. Sob a sua proteção, precedidos duma companhia de atiradores alemães munidos de fuzis de agulha, modelo prussiano Dreise

de 1841, já usados na guerra dos Ducados do Elba, os nossos batalhões de caçadores tomaram a baioneta os parapeitos e a artilharia, as casas de soteia e o pombal, rompendo a linhas inimigas. Os uruguaios de César Dias e os argentinos de Galán secundaram esse brilhante movimento, que tudo decidiu. Às onze horas, o centro rompido, a direita fora de suas posições e a esquerda recuando, pronunciou-se a derrota. O regimento de Osório deu a última carga e tomou uma bandeira, a única do dia, que mais tarde restituímos.

Estava vencida a batalha de Caseros, de Morón ou dos Santos Lugares, vencida, segundo o testemunho insuspeito de La Madrid e Virasoro, pelo valor do nosso general e pelo esforço dos nossos soldados. "El centro médio de nuestra linea", reza a parte oficial argentina, "dispuesto para una resistencia tenaz, era mandado por el brigadier del Imperio, jefe de la división brasileña, don Manuel Marques de Sousa..." O primeiro declara: "...el centro arrojaba con inaudita bravura de sus posiciones al salvaje tirano y sus ordas de esclavos..." O segundo afirma: "...la división oriental, apoyada por dos batallones del Ejército Brasileño... atravessaba los pántanos del centro de la Cañada intermediaria... bajo el amparo de las baterías del centro afin le tomar posiciones en colunas de ataque, formando ángulo recto sobre la derecha del inimigo, amenazando su retaguardia, etc..."; "Envuelta la derecha enemiga y assaltada a la bayoneta por las fuerzas orintales y brasileñas, al mismo tiempo que nuestro centro se aproximaba a sua liena, la derrota no tardó en pronunciar-se no obstante la resistencia tenaz de las baterias y batallones atrincherados en la casa de Monte Caseros, y el incendio del campo por ese lado, y en el frente que tenía que recorrer nuestro centro en su avance sobre el enemigo."

Analisemos rapidamente e tecnicamente a batalha com esses preciosos dados da fonte argentina. Estão os exércitos em linha e trava-se a ação. O centro inimigo é rompido pelo *nosso centro*. Qual é esse? A divisão imperial. A direita do inimigo é desbordada e envolvida. Por quem? Pelos orientais *apoiados*, veja-se bem, por dois batalhões brasileiros. Como se realizam esses avanços? Sob o amparo das baterias do centro. Quais são essas baterias? As do 1º de artilharia a cavalo. Todos esses pontos determinam a derrota. Quem dá à esquerda a carga final e toma a única bandeira do dia? A cavalaria de Osório.

Carta Nº 4
Situação no dia 2
e inicial do dia 3
Rio de las Conchas
Arroyo Morón
Posição inicial
para a batalha
Posição no dia 2
a tarde
Ponte por onde
passaram os alliados
P. Marquez
Historia Militar do Brasil
Campanha de 1851/52
Cap. Genserico de Vasconcellos

Haverá alguma dúvida que foi o general e as tropas brasileiras que venceram em Caseros?

A parte de Marques de Sousa confirma plenamente todos esses dados com mais pormenores. Por ela sabemos que nos apoderamos de 34 canhões, dos 60 que havia, de duas estativas dentre as três que existiam, de carretas, bagagens, munições, armas, e equipamentos, tambores, 2 mil prisioneiros e 3 mil cavalos.

Às 2 horas da tarde, dos trinta mil homens de Rosas restavam somente grupos de fugitivos, cadáveres e feridos. Levemente ferido no polegar, ele fugiu a cavalo pelo caminho de Matanzas acompanhado somente por seu ordenança, o fiel Lorenzo López. Entrou em Buenos Aires silencioso e triste, apeou-se sob uma árvore do Hueco de los Sauces, gatafunhou sobre o joelho num farrapo de papel a sua renúncia, mandou o soldado levá-la à Honrada Sala dos Representantes e buscar a filha, a célebre Manuelita, vestiu o poncho do dedicado companheiro, pôs a sua gorra à cabeça, e foi refugiar-se na legação inglesa.

À meia-noite, embarcava no *Centauro*, do qual daí a quatro dias passaria para o *Conflict*, que o levaria a Southampton. Numa mais do que modesta casa de campo dos arredores dessa cidade, faleceu velho e pobre a 15 de março de 1877. Artigas fora o primeiro caudilho que o Brasil varrera da face da América; ele fora o segundo; o terceiro seria morto à margem do Aquidabã sete anos antes do seu fim.

A 18 de fevereiro, pelas ruas do Peru, da Federação, a praça da Vitória e o Paseo de Julio até Palermo, desfilaram triunfalmente em Buenos Aires, de bandeiras desfraldadas e músicas tocando, sob o comando de Marques de Sousa, em grande gala, os soldados vitoriosos do Império. Dávamos mais uma resposta às fanfarronadas de Ituzaingó.

. . . .

Capítulo V

GUERRA CONTRA O URUGUAI
(1864)

O URUGUAI é um prolongamento geográfico do Brasil meridional e foi até certo um prolongamento político. Está para nós, menos a língua, como a Bélgica para a França. O povoamento espanhol da região de Maldonado cortou qualquer ligação entre as nossas povoações mais avançadas para o sul e a Colônia do Sacramento, isolando-a e entregando-a aos golpes do inimigo. Pelos elementos de vida e de história que nos ligam, pela interpendência de interesses que entre nós existem, sua vida política afetou sempre a nossa. Por ele fizemos o passeio militar de 1811 e a magnífica campanha de 1816 a 1820, que o transformou em província nossa. Por ele nos batemos com as Províncias Unidas até 1828, perdendo-o, mas tornando-o livre da ambição argentina. Por ele marchamos em 1851 contra Oribe e em 1852 contra Rosas. Dois anos depois, a fim de livrá-lo da anarquia ocupamo-lo militarmente a seu pedido. E, dez anos mais tarde, quando de novo se agitou na sangueira das discórdias civis, tivemos de fazer nova guerra, que provocou outra, a maior da América do Sul, durante a qual derramamos nos pântanos paraguaios o nosso sangue e na embocadura do Prata o nosso ouro, com o qual se fez a riqueza argentina.

Desde a Colônia e, mais decisivamente, desde o Brasil reino, o Uruguai foi a pedra de toque, o eixo de nossa política exterior nos lindes meridionais. Hoje, não é mais, ou melhor, parece que não é. Aos homens avisados não pega a balela do nosso antigo imperialismo nem a de que estejamos no reino delicioso da fraternidade positivista. Porque eles sabem a verdade e essa é que não temos mais capacidade moral nem física para fazer política exterior. O Brasil não tem mais política, no bom sentido da palavra, nem interna nem externa.

Dentro do Uruguai, em todos os tempos, a luta se processou entre o partido *blanco* e o partido *colorado*, este inclinado por interesse, e não por amizade, para o lado do Brasil. Em 1864, a situação chegou ao auge. A gauchada rebelde percorria as coxilhas, entreverando-se com as cavalarias do governo. Estava no governo o *blanco* Berro e queria apeá-lo o *colorado* Flores. O sangue da matança de Quinteros feita pelos *blancos* contra os *colorados* pedia novo sangue. E, como os últimos se dissessem nossos amigos, natural era que os elementos brasileiros do Uruguai e da raia rio-grandense os vissem com certa simpatia.

Ela motivou represálias dos contrários, que perseguiram os estancieiros brasileiros, obrigaram seus peões ao serviço militar, maltrataram-nos, roubaram-nos e mataram-nos. Choveram reclamações junto ao governo imperial, encabeçando-as com seu prestígio o general Antônio de Sousa Neto, que pôs a situação dentro deste dilema: ou o Império protegia seus súditos ou estes se armariam e se protegeriam eles próprios.

O governo brasileiro viu-se forçado a tomar uma atitude, mandando o conselheiro Saraiva em missão especial ao Prata, aumentando o número de navios da nossa esquadra ali e ordenando ao general João Propício Mena Barreto, visconde de S. Gabriel, reunisse na fronteira um pequeno exército de observação. Nomeado comandante em chefe das forças navais, o vice-almirante marquês de Tamandaré içava seu pavilhão estrelado na corveta a vapor *Niterói*. Estava aceso o estopim que levaria fogo até a dinamite armazenada em Assunção pelos dois López.

Quando o plenipotenciário Saraiva desembarcou na capital uruguaia, o presidente Berro havia deixado o poder, tendo-o passado a 1º de março ao seu sucessor legal, Aguirre, que, além de ser violento, se deixava assessorar pelo terrível Carreras, mandatário do morticínio de Quinteros.

Na pasta do Exterior, estava um inimigo declarado nosso, Juan José Herrera, que se manifestou descontentíssimo com a concentração do general João Propício e declarou que a menor violação de fronteira seria considerada ultraje à soberania e independência da República. Falou grosso como quem tem costas quentes. Tinha mesmo. Ele sabia que a Prússia paraguaia estava acocorada nas suas selvas, prestes a desferir o bote. O que a sua mentalidade primária não poderia compreender é que esse bote estava condicionado pela necessidade da abertura dum caminho para o mar, sem o qual o Paraguai morreria de asfixia. Nós o fechamos de vez. E ele é desde 1865 um país agonizante...

Ambiente carregado, envenenado o que Saraiva encontrou. O patriotismo dum povo pequenimo e bravo superexcitado. Os governantes agitados pelo contrachoque dessa excitação. Febre em todas as camadas sociais, produzida pelas notícias de que o Brasil e a Argentina protegiam ocultamente o general Flores, davam-lhe armas e dinheiro. Desconfianças e boatos. O receio eterno da conquista pelo Império, da absorção brasileira. A missão do diplomata foi por água abaixo.

Pedira em nota ao governo oriental o castigo dos que haviam saqueado e chacinado brasileiros, muitos dos quais ocupavam postos importantes; a destituição e responsabilização das autoridades policiais que haviam praticado abusos contra nossos patrícios; indenização de prejuízos e libertação dos cidadãos do Império recrutados. Herrera replicou que a culpa de tudo isso cabia aos governos do Brasil e da Argentina, em cujos territórios se tinha preparado e armado a invasão de Flores, que convulsionara o país. Assim, não havia o que reclamar.

Por baixo da mesa, a mão de Solano López apertava a do ministro uruguaio. "Havia, então, a superstição do exército paraguaio na América do Sul. A opinião geral era a de que estava para o continente como o prussiano para a Europa. O tambor das falanges guaranis adestradas no fundo misterioso dos esteiros e potreiros assustava as chancelarias. No próprio Congresso do Império, muitos anos antes do conflito, um deputado mato-grossense, que conhecia o país do Dr. Francia, procurava chamar a atenção dos nossos estadistas para a sua força militar. Infelizmente, não se tomaram providências; porém felizmente acabamos de vez com as veleidades dessa rã que pretendeu arvorar-se em boi..."

A guerra com o Brasil era um desejo de López II, manifestado desde 1856, de público. Antes de 1863, já ele assegurava ao Uruguai o seu apoio contra quaisquer agressores. Em 1863, interpelava o governo argentino sobre a atuação de Flores. Em 1864, oferecia-se para mediador na questão com o Brasil. Sentindo que lhe não faltaria proteção, o governo *blanco* arrostou a cólera de seus vizinhos. Berro rompeu relações com a Argentina. Aguirre repeliu as condições de Saraiva e até as propostas de pacificação feitas pelo Brasil, a Argentina e a Inglaterra, propostas essas que D. Venancio Flores não relutava em aceitar.

Saraiva deixou Montevidéu. De Buenos Aires, a 4 de agosto, após ter recebido instruções do governo imperial, enviava um *ultimatum*, que lhe era devolvido cinco dias mais tarde. O governo oriental considerava-o inaceitável. Então, as forças navais receberam ordens de exercer represálias. O estado de guerra avizinhava-se.

Desaparecem do cenário os diplomatas e toda a luz bate em cheio na figura varonil de Tamandaré. É ele quem vai fazer tudo, com o seu vivo e inamolgável sentimento de brasilidade. Mas não se apressou em tomar medidas violentas. Ainda a 25 de agosto mandou os canhões de bordo o salvarem em honra da data da independência uruguaia, no porto de Montevidéu, onde continuava a nossa legação. O próprio almirante escrevia a Saraiva, manifestando o desejo duma composição, desde que o governo uruguaio reconhecesse a nossa razão.

Apesar de acusado de truculência, o nosso almirante portou-se com a maior cordura e somente fez uma exigência ao governo oriental, ainda assim por intermédio de nossa legação e não diretamente: a imobilização dos pequenos vapores de guerra *Villa del Salto* e *General Artigas* e o desarmamento de algumas embarcações miúdas, com o fim de evitar qualquer atrito causador de piores males. Em todos os documentos firmados por seu próprio punho – cartas ao conselheiro Saraiva, ofícios à nossa legação, comunicados ao nosso governo e instruções a seus comandados – o almirante revela a mesma reflexão, a mesma ponderação e o mesmo desejo duma solução pacífica do conflito.

Os estadistas uruguaios, porém, se tinham transformado em títeres, cujos cordéis eram puxados por trás da cortina, de Assunção, e nos forçaram a uma resolução violenta. Em outubro, dois meses após o *ulti-*

matum, o canhão ainda não troara. A 11, Tamandaré trocava notas com os agentes diplomáticos acreditados em Montevidéu sobre o bloqueio.

O baluarte da resistência dos *blancos* contra o movimento de Flores era a cidade de Paysandú, onde seu comandante matara a pau um brasileiro recrutado à força. Chamava-se Leandro Gómez, fora um dos grandes protagonistas da tragédia de Quinteros e gostava de degolar prisioneiros.

Duas canhoneiras imperiais, a *Jequitinhonha* e a *Belmonte*, bloqueavam o porto oriental. A 7 de setembro de 1864, quando festejavam a data de nossa independência, avistaram, descendo o rio, empavezado e com a maruja nas enxárcias, o vapor *Villa del Salto*, que as autoridades uruguaias se tinham recusado a desarmar e que estivera escondido no porto argentino de Concórdia. Ao passar pelos nossos barcos, seus tripulantes deram morras ao Império e despejaram os fuzis sobre os conveses. Como navegasse rente à costa entrerriana de propósito, não foi possível aos nossos darem-lhe resposta. As balas cairiam em território argentino e provocariam reclamações. Seguiram, porém, no seu encalço até o porto de Paysandú, onde sua gente o encalhou e incendiou.

No dia 9 desse mês, em frente ao arroio Sacra, vieram a bordo da *Jequitinhonha* o secretário e o ajudante de ordens do general Flores pedir uma conferência em nome deste ao chefe de divisão Pereira Pinto. O encontro se deu a bordo mesmo, resultando dele o acordo reservado entre o Brasil e Venancio Flores, datado de 20 de outubro, o qual lhe assegurou a vitória e a nós a plenitude das reparações que pretendíamos.

Nos últimos dias de novembro, as forças irregulares de Flores aproximaram-se da cidade de Salto, comandada pelo coronel Palomeque, enquanto no porto entravam as canhoneiras brasileiras *Mearim* e *Itajaí*. Palomeque era um simples fanfarrão. Aos primeiros tiros, rendeu-se e apareceu enrolado numa bandeira uruguaia, a fim de evitar qualquer agressão da parte dos rebeldes *colorados*.

Tomado o Salto, Tamandaré fez desembarcar no arroio Sacra os contingentes de que podia dispor para operar em terra com o general Flores: 200 homens do 1º de infantaria sob o comando do capitão Guimarães Peixoto, 100 imperiais marinheiros e 100 fuzileiros-navais sob o comando do 1º tenente Freitas, três peças de 12 do 1º tenente Teixeira e uma estativa de foguetes do 2º tenente Pestana. Esse destacamento, sob a chefia de

Guimarães Peixoto, marchou, beirando o rio, contra a fortificada cidade de Paysandú, defendida por 2 mil homens e 15 canhões. Moveu-se ao mesmo tempo a coluna dos rebeldes: 600 gaúchos a pé e a cavalo, sete bocas de fogo, 160 voluntários brasileiros de Bonifácio Machado.

Embora a marcha desses destacamentos se fizesse sem preceitos militares, quase sem batedores e com um grande afastamento, a guarnição de Paysandú não soube aproveitar-se disso para um golpe vitorioso. A 5 de dezembro, pela manhã, em bateria, as peças imperiais e *coloradas* rompiam fogo contra a cidade, sustentadas pelas canhoneiras de Tamandaré. Um batalhão de Leandro Gómez tentou uma carga a baioneta, repeliu o primeiro assalto a baioneta da nossa gente e foi repelido. Nossos infantes, acobertando-se com as casas e protegidos pela artilharia da esquadra, conseguiram avançar bastante até 3 horas da tarde, atingindo as primeiras ruas. O próprio almirante desembarcava com reforços e entrava na luta. A falta de munições e a aproximação da noite fizeram suspender o ataque.

Ao clarear o dia 6, um troféu sinistro surgiu aos olhos dos atacantes, espetado numa trincheira. A cabeça dum pequeno tambor da *Ivaí*, que se extraviara no combate da véspera e que Leandro Gómez fizera degolar com requintes bárbaros, bem como a 40 prisioneiros *colorados*. O almirante intimou a praça a capitular. O comandante recusou. Evacuada a cidade pela população civil, começou o bombardeio pela esquadra no dia 8. E marujos e infantes continuaram seu avanço pelas ruas afora.

"A resistência era tenaz, desesperada e tinha a decuplicar-lhe a intensidade, o valor e a situação dos defensores. Além disso, nossa tropa de desembarque, pequena, a cada habitação de que se apoderava e que lhe custava muito sangue, ia diminuindo seu efetivo. De acordo com Flores, Tamandaré resolveu interromper o combate, esperando o exército que João Propício Mena Barreto organizara no Rio Grande com dificuldade e trazia pelas coxilhas uruguaias."

Até o dia 15, quando chegara a vanguarda de cavalaria do general Neto, os sitiados não tentaram uma surtida. Foi quando se soube do avanço dos 3 mil homens do general Juan Sáa, o *Lança Seca*, para fazer levantar o sítio da cidade. Logo, o general Flores com a totalidade das forças sitiantes marchou ao seu encontro e ele se pôs em retirada. A 25, voltávamos ao cerco do baluarte *blanco*.

O visconde de S. Gabriel desfilou diante dele no dia 29 com 5.700 homens e 12 peças. No dia 31, ao sinal dado pela *Araguari*, começou o ataque geral. As colunas de infantaria e de marinheiros avançaram contra o casario, ao som das cornetas e tambores, sob as bandeiras desfraldadas. Tomou-se a praça casa por casa e, em certas casas, aposento por aposento. Cinquenta e duas horas de luta formidável, corpo a corpo. No dia 2 de janeiro, os sitiados reduzidos a 700 entregaram-se com armas e bandeiras, que foram entregues ao general Flores.

Leandro Gómez disfarçava-se para fugir na casa da Comandancia quando foi reconhecido e preso pelos nossos soldados. Devia responder perante um tribunal marcial pela degola de prisioneiros. Teve medo. Levado à presença do coronel Belo, chefe de estado-maior do general João Propício, encontrou-se com o coronel *colorado* Gregorio ou Goyo Suárez e, afetando desprezo pelo Império, declarou preferir constituir-se prisioneiro de seus compatriotas. Entregue ao coronel Suárez, cuja mãe ele queimara viva em Quinteros, este o mandou fuzilar. O governo imperial e os nossos chefes de terra e mar, indignados com esse crime, exigiram do general Flores o castigo do mandante, que foi afastado do seu comando. Tamandaré pôs em liberdade sob palavra todos os oficiais *blancos* prisioneiros e estes foram para Montevidéu fazer manifestações populares, durante as quais arrastaram pela lamas das sarjetas a nossa bandeira. A gratidão uruguaia é nossa velha conhecida...

A tomada de Paysandú foi, sem o parecer, a operação básica de toda a campanha. Ela destruiu a melhor força do inimigo e pôs nas nossas mãos um ponto estratégico de primeira ordem para o domínio do rio. Ao mesmo tempo, abriu o caminho por terra para Montevidéu. E produziu um efeito moral definitivo.

Toda a campanha de 1864, que termina no princípio de 1865, cifrou-se em poucas linhas gerais: organização do exército de observação na fronteira, o qual fez algumas incursões punitivas no território inimigo, como a de José Luís Mena Barreto a Cerro Largo, e depois atravessou todo o Uruguai até alcançar Paysandú, já bombardeada pela esquadra e sitiada por Flores e pelos destacamentos de desembarque; tomada da praça, e marcha sobre a capital inimiga.

Essa se fez sem encontrar resistência. A 12 de janeiro, todo o exército se encontrava em Fray Bento. A 14, os navios conduziam a Santa Lúcia as infantarias, enquanto as tropas montadas faziam esse trajeto por terra.

Em Montevidéu, campeavam a anarquia no governo e a agitação popular. A nossa esquadra, 11 navios de guerra, estendia-se em linha ao longo do porto. Oito mil homens investindo o perímetro urbano por terra. Um prazo de 15 dias para a evacuação e o bombardeio consequente. Era o momento de entrarmos militarmente na cidade com a rendição incondicional dos *blancos*, exigindo a punição integral dos que nos haviam cruelmente insultado e dando uma prova de força, como queria Tamandaré. Mas a política interveio e tudo estragou O novo plenipotenciário brasileiro, visconde do Rio Branco, arranjou a rendição pela combinação política, pelo conchavo.

Aguirre passou o governo ao presidente do Senado D. Tomás Villalba, os agitadores rueiros foram se metendo nas encolhas, suspenderam-se as hostilidades e a 20 de fevereiro, na vila da União, com a intervenção amistosa do ministro da Itália, Barbolani, assinou-se um convênio, contra o qual se rebelou a brasilidade de Tamandaré. Em virtude dele, as nossas tropas ocuparam pacificamente a capital uruguaia. O governo imperial deu razão ao ponto de vista do almirante, aprovando o convênio já assinado pelo visconde, mas demitindo-o.

Estava findo o prólogo da grande tragédia que se ia desenrolar nos campos do Rio Grande, de Corrientes, de Mato Grosso e do Paraguai. A campanha do Uruguai não tem solução de continuidade com a que se lhe seguiu! Uma é corolário da outra.

. . . .

Capítulo VI

GUERRA DO PARAGUAI
(1865-1870)

A) A TRÍPLICE ALIANÇA

A GUERRA DO PARAGUAI é o último ato da grande epopeia bandeirante que constituiu a pátria brasileira. O meridiano de Tordesilhas limitava a América portuguesa por uma linha que tocava a embocadura do Amazonas e a ilha de Santa Catarina. O impulso conquistador das bandeiras heroicas recuou a barreira dos tratados e nos deu, além das terras da Amazônia e dos sertões que se estendem pelo oeste até Mato Grosso, o território da Vacaria que se alastrava até o Prata. À margem desse rio, os colonizadores cravaram, como marco audacioso, a Colônia do Sacramento. Disputados por espanhóis e portugueses, os limites meridionais oscilaram, até que, depois das campanhas de 1816 a 1820, de 1825 a 1828, de 1852 e de 1864 a 1870, se firmaram de modo definitivo.

Invadindo os povos das Missões, reduzidos e organizados pelos jesuítas, os paulistas puseram seus pés vitoriosos dentro do Paraguai. Do núcleo de Laguna, expandiram-se pelos pampas desertos, cobrindo-os de estâncias. A posse de terras e gados por famílias brasileiras nos campos da

Banda Oriental foi uma das causas dos choques e contrachoques que ali se travaram pelo tempo afora entre lusos e castelhanos, primeiro, entre brasileiros e platinos, depois.

A criação, assim, duma grande América brasileira trouxe uma componente nova ao problema territorial e político da parte meridional do continente. Enquanto o Brasil se unificava sob a coroa real e sob a coroa imperial, o antigo Vice-Reinado do Prata se dividia. O Uruguai palpitava no desejo de ser uma nação e o Paraguai segregava-se dos povos argentinos no isolamento do seu pântano nativo. Tornada independente da metrópole, a Argentina debatia-se na caudilhagem, lançando províncias contra províncias, sem força para manter unida a si a Banda Oriental, que o Império tornou livre já que a não podia conservar sujeita; sem força para conquistar o Paraguai, que repelia as tropas de Belgrano, e sob a égide imperial teve sua soberania reconhecida pelas nações da Europa.

Os esforços políticos e diplomáticos de Sinimbu não conseguiram criar mais uma república nas terras rebeldes de Entre-Rios e Corrientes; mas elas continuaram a gravitar em torno das influências locais, como a de Urquiza, impondo sua vontade à sombra das baionetas imperiais, à Confederação, no tempo da queda de Rosas, ou desertando dela, em face do perigo, como nos dias de Basualdo.

Em 1864, mais uma vez éramos obrigados a uma intervenção além das fronteiras do Sul, não com o desejo de alargá-las, mas a fim de impedir que a anarquia dos vizinhos continuasse a prejudicar a vida dos nossos nacionais domiciliados e estabelecidos nas coxilhas orientais. Desde a tirania do doutor Francia sob a qual o Paraguai se tornara independente, através da de Carlos López e da de seu filho Solano López, esse país se preparava para a guerra, estabelecendo o serviço militar obrigatório, criando arsenais, armando-se em silêncio, construindo fortalezas e chamando instrutores de fora, mesmo do próprio Birasil. A intervenção no Uruguai, em 1864, determinou o rompimento contra o Império. Era a derradeira reação contrária ao expansionismo da América brasileira que chegara ao ponto máximo e se convertera em simples hegemonia política, no sentido da manutenção do equilíbrio e do contorno territorial conquistado em séculos de sacrifício e de heroísmo.

Ao ataque imprevisto, todo o Brasil se moveu como um só homem. Nos campos de batalha, reuniram-se os brasileiros de todas as proce-

dências. A nação inteira comungou no mesmo sangue derramado. Entremearam-se e conheceram-se, amaram-se e juntos se sacrificaram todos os descendentes dos antigos bandeirantes esparsos no imenso corpo da pátria. Foi, portanto, essa guerra o último episódio da grande epopeia escrita por todos os quadrantes da terra brasileira pelos nossos antepassados. Depois, integralizado no seu sentido imperial com a extensão geográfica da nação, o Brasil pôde caminhar vitorioso, livre de inimigos, até que a proclamação da República viesse mudar-lhe o destino e entregá-lo às lutas estéreis, com ou sem sangue, das mesquinhas hegemonias da política interna dos partidos dos Estados.

Intervindo no pleito travado entre o Brasil e a antiga Cisplatina, o Paraguai realizava a política de sua expansão para que Francia o preparara na solidão, para que Carlos Antonio López o armara cuidadosamente e que Solano López anunciava em 1856 a Heitor Varela e confiara, mais ou menos na mesma época, a D. André Lamas, com estas palavras:

"Se alguma vez se repetirem contra o Uruguai agressões como a de Rosas, *venham de onde vierem*, lembrem-se os orientais que existe um povo no seio das selvas do continente que saberá fazê-los respeitar. O Paraguai vai poder o que até agora não pôde: e, se o seu povo, como os da Antiguidade, conciliou os instrumentos da lavoura com os da milícia, foi isso obra de Rosas, que, pretendendo submeter-nos, despertou um instinto que nem suspeitávamos existisse em nós: o da resistência, o da força que repele a força... Ninguém sabe o destino que o espera e, quanto ao meu país, se algum pensamento o agita, é o de pesar na política do rio da Prata *[sic]* num sentido pacífico e sem outro propósito senão o de manter o equilíbrio atual, buscando nele a garantia de sua própria conservação e autonomia, benefício que perigará no dia em que a Argentina ou o Brasil, eternos rivais, cheguem a preponderar decididamente e sem peias nesta parte da América... Entre o Paraguai e o Uruguai, há um interesse comum. Portanto, deveriam entender-se. É o de evitar que desapareça e se rompa o equilíbrio, o de prevenir que *impere um outro dos nossos vizinhos*."

Esse *interesse comum* escondia o verdadeiro sentido da reação do enclausurado Paraguai. Impelia-o a força poderosa e insopitável, atingido seu maior desenvolvimento naquela época, de ter uma saída para o mar.

Territórios de litígio entre a Argentina, a Bolívia e o Brasil, e o Paraguai.

Fora a marcha dos bandeirantes que o fechara, criando a imensa América brasileira, separando a Banda Oriental das terras do antigo Vice-Reinado, tornando-o independente de Buenos Aires pela mão de Pimenta Bueno, pondo-lhe a cavaleiro Entre Rios e Corrientes, conquistando parte da cunha do território missioneiro. A esse *cerco geográfico* alude o sociólogo paraguaio Cardús Huerta, como alude à *necessidade natural de rompê-lo*. E conclui com desalento: "López fazia prevalecer a finalidade guerreira do Paraguai despertando as qualidades ingênitas da raça, quando já era tarde para remediar a desvantajosa posição geográfica de seu país"...

Havia desde 1855, quando a esquadra brasileira de Pedro Ferreira fora até a entrada do rio Paraguai, uma pendência de limites entre o governo de López e o governo imperial.

A campanha contra o Uruguai, ou melhor, contra o governo de Aguirre, que terminou com a tomada de Paysandú e a ocupação de Montevidéu pelas nossas tropas, aliadas aos gaúchos do general Flores, foi o pretexto que o ditador de Assunção achou para dar a sua palavra de ordem sobre o equilíbrio do Prata, que tanto o interessava e sabemos por quê. Manifestara-se de público contra o que chamava o auxílio do presidente Mitre, da Argentina, à cruzada libertadora de D. Venancio Flores, declarando por escrito que seu país não poderia ser espectador inativo da entrada das tropas do Império no território uruguaio.

Informado disso pelo ministro Viana de Lima, enviado a Assunção, a fim de negociar a questão de limites, o governo do Brasil pouca importância ligou ao caso. Havia meio século que o Paraguai se abstinha de qualquer movimento fora de seus limites e sua ameaça de intervenção foi tomada como simples fanfarronada sem consequências, apesar de já na Câmara dos Deputados algumas vozes se terem pronunciado sobre o desarmamento de Mato Grosso e o perigo duma guerra com aquele traiçoeiro vizinho.

Mais tarde, essas manifestações seriam invocadas pelo ditador para justificar seus atos imprevistos de guerra levados a efeito contra todas as regras do direito das gentes.

A 11 de novembro de 1864, o paquete brasileiro *Marquês de Olinda*, que transportava para Mato Grosso o governador daquela província, coronel Carneiro de Campos, alguns funcionários e dinheiros do Estado, ao sair de Assunção, foi detido e aprisionado pelo vapor de guerra

paraguaio *Taquari*, sem que houvesse declaração de guerra entre os dois países. Trazido para Assunção, arriaram-lhe a bandeira, ocuparam-no militarmente, confiscaram o que havia a bordo e aprisionaram seus passageiros e tripulantes. O coronel Carneiro de Campos morreu mais tarde de maus-tratos, na prisão. O *Marquês de Olinda*, incorporado à esquadra do ditador, tomou parte na batalha naval do Riachuelo, onde foi posto a pique pelos nossos navios. Sua figura de proa e sua bandeira, da qual López fez um tapete para o seu gabinete, acham-se custodiados hoje no Museu Histórico Nacional.

O ministro Viana de Lima protestou contra a violência e só não foi também preso graças à intervenção do representante dos Estados Unidos, que conseguiu sua retirada a salvo.

No dia 13 de dezembro, mais dum mês após o confisco subitâneo do *Marquês de Olinda*, é que o governo paraguaio notificou ao governo imperial sua declaração de guerra.

O segundo ato de guerra do Paraguai foi a invasão de Mato Grosso, cuja população então era de 90 mil almas disseminadas em mais de meio milhão de quilômetros quadrados, sem guarnições que a defendessem, salvo alguns soldados de polícia e Guarda Nacional, e os poucos defensores do histórico forte de Coimbra, que fechava o acesso do rio.

Aquele ataque repentino a uma distante, desabitada e indefesa província do Império tinha diversos fins: dar confiança à tropa com uma primeira vitória relativamente fácil; oferecer uma diversão ao ataque que o Brasil teria de levar pela região platina, onde se achavam suas melhores forças militares, o núcleo de seus futuros exércitos; cortar as questões de limites com a conquista dos territórios em litígio; aproximar-se da Bolívia, que poderia ser atraída a auxiliar seus vizinhos do Sul; dar um golpe no Brasil, antes de qualquer negociação com a Argentina, que era possível ficar do lado do Paraguai.

Em abril de 1865, desiludido do auxílio argentino, lançou o ditador seus soldados sobre a província de Corrientes, ocupando-a, tomando pequenos navios de guerra argentinos surtos no seu porto e fazendo marchar através do seu território as tropas que se destinavam à invasão do Rio Grande do Sul e à libertação do Uruguai.

A invasão de Mato Grosso ferira profundamente o amor próprio dos brasileiros. A de Corrientes feriu do mesmo modo os sentimentos patrióticos da Argentina. O presidente Mitre foi forçado a tomar uma atitude enérgica.

Entenderam-se, então, em Buenos Aires, os governos dos dois países invadidos. O general Urquiza, governador de Entre-Rios, ali foi encontrar-se com Mitre e o nosso plenipotenciário Francisco Otaviano. Flores também se dirigiu a Buenos Aires. E dessa reunião resultou o tratado da Tríplice Aliança, ofensiva e defensiva, que devia ser conservado secreto, mas que uma indiscrição revelou ao ministro inglês lord Russell e por intermédio deste foi publicado em Londres.

Assinaram-no a 10 de maio de 1865 pela República Oriental D. Carlos de Castro, pelo Império do Brasil o conselheiro Francisco Otaviano, pela Confederação Argentina D. Rufino Elizalde. Seu artigo 1º determina a aliança defensiva e ofensiva entre os três países *contra o governo do Paraguai*. O 2º estabelece o concurso de meios de que dispuserem. O 3º dá o comando em chefe dos Exércitos Aliados, segundo o território onde se devam realizar as operações. O 4º indica a ordem militar e dependência econômica das tropas. O 5º refere-se aos auxílios mútuos entre os aliados. O 6º traz o compromisso de nenhuma das partes depor as armas, senão de comum acordo e só depois de haverem derrubado o governo do Paraguai, não tratando separadamente com o inimigo e não ajustando tréguas, armistícios ou convenções que pusessem termo à guerra ou a interrompessem, salvo de perfeito acordo. O 7º afirma que a guerra não é *contra o povo paraguaio*, mas *contra o seu governo*, podendo se formar uma legião de paraguaios também dispostos a combater pela libertação de sua pátria. O 8º obriga ao respeito à soberania e integridade territorial do Paraguai. O 9º garante estas coletivamente pelas altas partes contratantes pelo prazo de cinco anos. O 10º ajusta que tudo que se obtiver, como concessões, isenções, etc. do governo paraguaio será comum aos aliados. O 11º estatui o modo de assegurar a livre navegação dos rios Paraná e Paraguai. O 12º reserva as medidas da paz. O 13º providencia sobre a nomeação de plenipotenciários para celebrar ajustes, convenções e tratados. O 14º trata das despesas da guerra e indenizações. O 15º fala duma convenção especial para a liquidação e pagamento da dívida. O 16º providencia sobre as ques-

tões de limites de modo a evitar discussões e guerras. O 17º garante o fiel compromisso do ajustado. O 18º refere-se ao segredo do tratado até ser alcançado o fim a que se propõe a aliança. O 19º e último faz independer as estipulações de autorização legislativa.

Ao tratado se seguiu um Protocolo Nacional com três dispositivos, datado do mesmo dia 1º de maio de 1865: 1º – demolição das fortificações de Humaitá; 2º – Desarmamento do Paraguai; 3º – Repartição de despojos e troféus; 4º – Combinação de medidas entre os comandantes dos exércitos para levar a efeito o ajustado.

A Esquadra brasileira escapava ao comando em chefe dos aliados e dela só poderia dispor o Império, único dos três países que posssuía força naval, elemento da maior importância e utilidade na luta devido ao meio em que ela se ia travar.

O segredo com que se quis esconder esse tratado não tinha a menor razão de ser, pois nenhuma de suas estipulações é de natureza secreta. Antes pelo contrário, a que declara ser a guerra movida contra o tirano paraguaio e não contra o povo devia ser proclamada àquele povo, e a que estatui a manutenção da independência e integridade da nação inimiga merecia a maior divulgação.

O segredo foi, pois, uma preocupação diplomática, talvez sugerida ao nosso plenipotenciário para que a opinião pública brasileira se não manifestasse de entrada absolutamente contrária a um ajuste que nos prejudicava e nos amarrava a uma direção militar das operações de guerra entregue a mãos alheias. O futuro mostrou a gravidade desse erro.

A 12 de maio de 1866, o velho *Jornal do Comércio* comentava judiciosamente o tratado e, entre outras cousas, dizia as seguintes:

"Uma província do Brasil, longínqua, rica de futuro, mas atualmente pobre e donde o Império, por enquanto, nenhuns recursos tira, a província de Mato Grosso, estava traiçoeiramente invadida.

"Um cartel de insolente e brutal desafio tinha-nos sido atirado no apresamento dum vapor mercante e prisão de empregados de alta jerarquia e confiança do governo. A segurança do Império, porém, e a estabilidade do seu governo não corriam o menor risco, que a tanto não chega o poder do Paraguai, ainda que a ele se unissem todas as repúblicas do Prata.

"Cartel de semelhante desafio havia sido atirado à Confederação Argentina, no apresamento dum vapor ancorado em um dos seus portos. Uma sua província ou estado, Corrientes, estava invadida.

"A existência do seu governo e até a união de seus estados se achava seriamente ameaçada. Se os paraguaios têm livre e franco o uso das águas do baixo Paraná, podia a sua infantaria apresentar-se diante de Buenos Aires, sem encontrar em caminho nem ao menos alguns batalhões que lhe demorassem o passo.

"O governo uruguaio estava ameaçado de ver levantar-se o Partido Blanco à notícia da aparição, nas suas fronteiras, do Exército paraguaio. Estes levantes, naquelas repúblicas, significam carnificinas, como a de Quinteros.

"Se, pois, o Brasil tinha a defender interesses de segurança e sobretudo de honra, na luta provocada pelo ditador do Paraguai, os interesses de seus aliados eram de vida e de morte.

"O Brasil, para castigar e repelir o inimigo, comum, não precisava de socorro algum das duas repúblicas, bastava que lhe dessem o trânsito por seus territórios, trânsito que não podiam nem lhes convinha negar.

"Para obtermos, pois, o único auxílio indispensável, e quase único, que nos têm prestado aquelas duas repúblicas, nem precisávamos tratado algum. Bastava a licença de passar por seus territórios, que a de passar pelas águas tínhamos nós.

"A posição do Brasil, na ocasião em que se negociou o tratado da Tríplice Aliança, lhe dava o poder de ditar aos seus aliados as condições que quisesse, Deus nos livre de aconselhar que as ditasse duras e egoísticas. No rio da Prata, nossa política deve consistir em mostrar àqueles governos que o Brasil é o mais útil de seus amigos, e o mais terrível de seus inimigos, quando o provocam..."

Depois dessa explanação a respeito das condições dos beligerantes aliados, no início da campanha, feita com clareza e verdade, o mesmo órgão da nossa imprensa acrescentava que o tratado lançava sobre nossos ombros todo o peso dos sacrifícios, dando à Confederação Argentina todas as vantagens e pondo em suas mãos os meios materiais e morais suficientes para ela usurpar a influência sobre o Paraguai e dominar águas de onde o nosso interesse mandava que a afastássemos.

Hoje, vemos quanta razão havia nessa crítica enérgica. Alongamo-nos do Prata, entregamo-lo à hegemonia argentina e vemos agora ela dominar o Paraguai, que passou a gravitar na sua órbita.

Além disso, o tratado anulava até atribuições do nosso soberano, a fim de dá-las aos aliados. Daí conflitos de competência de comando e a inércia proposital de Mitre, prolongando a guerra e sacrificando as nossas tropas para favorecer o seu país, que se enriqueceu com o nosso ouro e se desenvolveu graças aos nossos erros.

Achava o *Jornal do Comércio* e com ele a opinião dos brasileiros conscientes que o nosso plenipotenciário se deixara embair, cedendo quanto ao comando em chefe e não cuidando de determinar os contingentes a serem fornecidos pelos outros aliados. Desta sorte, os maiores sacrifícios ficaram com o Império e as glórias divididas com todos, quando a vitória só ao Brasil foi devida.

Pelo que se escreve a respeito da guerra na Argentina, parece que não passamos de simples auxiliar ou satélite dela na campanha. Como nas lutas da Cisplatina, o que devíamos obter com o sangue dos nossos bravos soldados foi posto a perder pelas negociações dos diplomatas.

O tratado, porém, se prejudicou grandemente os nossos interesses nacionais, não pôde empanar a luz da glória militar que conquistamos com dezenas de milhares de cadáveres nos pantanais, nos esteiros e nas cordilheiras por onde alumiaram as baionetas e as choupas de nossas lanças vitoriosas.

A vitória do Paraguai plasmou definitivamente num só corpo e numa só alma a nação brasileira. Plasmou de tal sorte que nem quase meio centenário de liberalismo torpe, sacudido de estéreis lutas entre irmãos, de pruridos separatistas ou hegemônicos, conseguiu fazer perder de todo o sentido da grande causa nacional, obra de séculos, nascida sob o pé do bandeirante e argamassada pelo sangue dos voluntários da pátria!

B) A OFENSIVA PARAGUAIA

O Paraguai tomou a ofensiva contra o Império, mandando atacar a província de Mato Grosso por duas expedições, uma terrestre e outra fluvial. Esta partiu de Assunção no dia 24 de dezembro de 1864 nos me-

lhores navios da esquadra, constando de 3.200 infantes com 12 peças, e de mil soldados de cavalaria embarcados em Conceição. Eram todos veteranos e comandava-os o coronel Vicente Barrios, cunhado do ditador. Chefiava a esquadra o capitão de fragata Meza, que, depois, seria derrotado e ferido na batalha naval do Riachuelo.

A 29 do mesmo mês, partia de Conceição a chamada Divisão do Norte, sob o comando do coronel Isidoro Resquín, tendo como subcomandante o major Martín Urbieta. Compunha-se, segundo informa Centurión, de 3.500 homens, na sua maioria a cavalo.

Assim, a remota e despovoada província brasileira ia ser atacada por 7.700 soldados de boa tropa, bem montados e bem armados. A invasão alcançaria facilmente seu objetivo, pois Mato Grosso se achava desde muito tempo quase em abandono. Seis anos antes do conflito, em 1858, o deputado mato-grossense Antônio Correia de Castro clamava na Câmara contra essa desídia, declarando que, *em caso de guerra contra o Paraguai*, muito provável na sua opinião, ali não havia elementos de defesa, nem o governo dispunha de transportes para enviá-los. A flotilha, segundo Lamego Costa relatava ao ministro da Marinha, constava de pequenos vapores velhos, usados e sem artilharia, com cerca de cem homens de equipagem. O relatório do ministro da Guerra, em 1864, declarava *lastimoso* o estado militar da província. O de 1865 mencionava um total de 851 homens, oficiais inclusive, para toda a guarnição. Nos seus ofícios, o presidente Albino de Carvalho dizia nesse mesmo ano idênticas cousas. Ainda em março de 1865, conforme uma correspondência estampada no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, depois de Coimbra atacada e ocupada pelo inimigo, o governo não enviara para aquela terra longínqua e desamparada *uma arma, um soldado, uma ordem!* Mal conseguiu aquela autoridade enviar com grande sacrifício para o baixo Paraguai cerca de 600 homens sob o comando do coronel Carlos Augusto de Oliveira.

A única obra de defesa que impedia o acesso do território pelo rio era o forte de Coimbra, construído pelos portugueses. Servia-lhe de guarnição o grosso do batalhão de artilharia da província, pouco mais de cem homens comandados pelo tenente-coronel Hermenegildo Porto Carrero, que fora instrutor do Exército paraguaio. Além disso, mais uns 40 au-

xiliares, guardas aduaneiros, soldados presos e índios. Os canhões do forte eram velhas peças coloniais, que, levadas para os arsenais de López, foram raiadas e modificadas, como o atestam alguns exemplares conservados no Museu Histórico Nacional.

Na manhã de 26 de dezembro, a esquadrilha de Meza fundeou ao sul do forte. Barrios desembarcou suas forças e ocupou as posições estratégicas que lhe permitiriam bombardeá-lo, sem ser hostilizado pela guarnição, que não tinha elementos para isso. Na manhã de 27, intimou à rendição. Porto Carrero guarneceu as baterias, preparou-se para o combate, mandou levar a notícia a Corumbá pelo vaporzinho *Jauru* e repeliu a intimação.

Às onze e meia da manhã, Barrios rompeu o fogo. Seus tiros, mal dirigidos, pouca mossa fizeram à fortificação. Sua infantaria aproximou-se. O forte, calado, esperou-a e só disparou suas peças às 2 horas da tarde. Até o romper da noite durou o canhonheio. Então, os paraguaios reembarcaram.

No dia seguinte, 28, tornaram a voltar. Dos 12 mil cartuchos do forte haviam-se gasto 9.500. As mulheres e crianças abrigadas nas muralhas passaram a noite a preparar novo cartuchame. Novo desembarque, novo bombardeio para abrir uma brecha ate às 2 da tarde. A essa hora, quatro colunas avançaram contra os velhos baluartes. A infantaria paraguaia chegava até os parapeitos e era repelida, perdendo gente. De oito paraguaios, únicos que conseguiram penetrar na praça, sete foram mortos e um caiu prisioneiro.

À noite, restavam somente mil cartuchos de infantaria. Porto Carrero reuniu o conselho de oficiais e decidiu abandonar o forte, embarcando sorrateiramente a guarnição e as mulheres e crianças no vapor *Anhambaí*.

No dia 29, os paraguaios verificaram o abandono da fortaleza e a ocuparam. Depois continuaram a subir o rio. A 1º de janeiro chegavam a Albuquerque, que estava deserta. Na tarde de 3 de janeiro, desembarcaram a menos de duas léguas de Corumbá. A 4, apossaram-se da vila, também evacuada. Iam conquistando o deserto.

Sua esquadrilha continuou no encalço dos pequenos vapores e escunas brasileiros que conduziam as poucas tropas imperiais e os refugia-

dos, capturando o *Jacobina*, abandonado, e o *Anhambaí*, que só tinha para defender-se um rodízio, logo desmontado ao primeiro tiro.

As reduzidas tropas e guarnições atravessaram pantanais e regiões inóspitas, em dois grupos, conseguindo alcançar Cuiabá, vencendo perigos de toda a sorte.

A Divisão do Norte sob o comando de Resquín marchou de Conceição no rumo de nordeste e penetrou no território brasileiro pela fronteira do Apa. O grosso veio por Bela Vista. A cavalaria de Urbieta flanqueara-o na direção de Dourados. Em Ponta Porã, topou um destacamento de homens de cavalaria comandado pelo tenente Antônio João. Intimado a render-se, o bravo oficial recusou-se e morreu combatendo. Como ele próprio escrevera ao seu comandante em Nioac, *seu sangue serviria de protesto contra a invasão do solo pátrio*.

A 29 de dezembro, Resquín ocupou Miranda deserta. A 31, continuou a marcha para Nioac. Sua vanguarda defrontou em caminho uns 200 cavalarianos do tenente-coronel Dias da Silva, que recebeu intimação escrita para render-se e respondeu por escrito recusando a rendição com altivez. Estava na margem do rio Feio. Os paraguaios transpuseram-no. Retirou para o Desbarrancado, combatendo. Depois, retirou para Nioac e daí para Salobra, de onde ganhou, mais tarde, Santana do Parnaíba.

A invasão paraguaia ia por diante. O flanco-guarda de Urbieta não encontrara obstáculos e reunira-se ao grosso no caminho de Miranda. As raras e esparsas populações brasileiras iam fugindo diante do invasor. O abandono e desamparo da região meridional de Mato Grosso permitiram a Resquín chegar até Coxim, ponto onde por algum tempo cortou as comunicações entre a carpital da província e a capital do Império.

Enquanto o presidente Albino de Carvalho, auxiliado pelo chefe de esquadra reformado Augusto Leverger, organizava em Melgaço uma linha de resistência, os paraguaios arrebanhavam os gados, levavam prisioneiros os poucos habitantes que não haviam conseguido fugir e saqueavam tudo. O que escapava ao seu saque não escapava ao dos índios da região.

A vergastada da invasão acordou as energias latentes do Império. Os povos indignaram-se e os governantes tomaram graves medidas de ordem militar, recrutando soldados, mobilizando polícias e guardas nacionais, abrindo inscrições para o voluntariado, mandando comprar navios de

guerra na Europa ou construí-los nos arsenais do Rio de Janeiro. O Brasil não dispersou, porém, suas forças e recursos. Procurou concentrá-los no Sul, teatro principal da guerra, deixando que o invasor permanecesse no teatro secundário, isto é, nos ínvios sertões mato-grossenses, até 1867, quando se tentaram duas contraofensivas: uma fluvial, que ocupou Corumbá e teve de retirar diante da varíola; a outra terrestre, que chegou a atingir o território inimigo e também retirou, mais combatida pelas privações e padecimentos do que pelas armas inimigas. Essa escreveu a memorável anábase da Laguna.

Somente em abril de 1868, os paraguaios feridos de morte em Humaitá evacuaram a isolada e indefesa província do grande Império, cuja vitória livrou a América do Sul de um dos seus mais horrendos tiranos.

*

Era, sem dúvida, pensamento do ditador paraguaio lançar suas tropas sobre os territórios vizinhos, de maneira a compensar pela audácia do ataque a desvantagem em que se via diante de inimigos mais poderosos. Essa ofensiva levava a guerra às terras alheias e permitia que a campanha se não iniciasse logo com um ataque direto ao Paraguai.

Além disso, apoderando-se das províncias argentinas e brasileiras limítrofes, ele diminuía a força dos contendores, tanto dos recursos materiais que as mesmas poderiam fornecer como de elementos pessoais que nelas se poderiam mobilizar. E adquiria ainda a vantagem moral do ataque inopinado.

Em janeiro de 1865, começaram as forças paraguaias a atravessar o rio Paraná, acampando na Tranqueira de Loreto, em S. José, S. Carlos e Candelária, e reunindo meios de transporte fluvial para a passagem ulterior do Uruguai.

O governo imperial, decidido a fazer a guerra com base de operações no Prata, que lhe oferecia segurança de comunicações em vista de sua superioridade naval, armazenava víveres e munições em Paysandú e concentrava suas forças militares em torno do núcleo formado pelo Exército que vencera a campanha do Uruguai e, então, se achava sob o comando do general Osório em Dayman. Os argentinos, desprovidos quase de tropas, serviços e elementos de marcha e de guerra, começavam dificultosamente

sua concentração em Concórdia. Segundo o historiador militar argentino Beverina, o "núcleo principal" dessa concentração constava de quatro batalhões da Guarda Nacional das províncias e somente dum regimento de linha e dum esquadrão de granadeiros a cavalo. O mesmo insuspeitíssimo autor acrescenta que era tão grande a falta de armamento que os argentinos o pediam ao general Canabarro, no Rio Grande do Sul.

Entretanto, de Dayman, quando vinha reunir-se a Mitre em Concórdia, o general Osório trazia 13 brigadas e um batalhão de engenheiros, dos quais faziam parte 18 corpos de guardas nacionais e voluntários, e mais 21 unidades do Exército regular!

Enquanto se reuniam essas forças, se ultimavam as convenções e se mobilizavam os recursos do Império em homens e elementos de toda a sorte, os paraguaios dispunham de inteira liberdade de ação para avançar sobre os territórios sem defesa.

Em começo de maio de 1865, suas vanguardas chegavam a S. Tomé, nas Missões argentinas, transpondo no dia 9 o Uruguai. A 10, a população de S. Borja evacuava a vila. Depois de alguns tiroteios com as pequenas forças correntinas e brasileiras dos coronéis Paiva e Fernandes Lima, os paraguaios retiraram.

Quase toda a província de Corrientes estava nas suas mãos. Em 7 de abril, soubera-se em Buenos Aires que haviam apresado em Assunção o vapor mercante *Salto* e, no porto de Corrientes, os pequenos vapores de guerra *Gualeguay* e *Vinte e Cinco de Maio*. A esquadra paraguaia bombardeara também a cidade de Corrientes, que fora ocupada no dia 14 pelas forças do general Robles, o qual proclamara a independência da província e instalara um governo provisório.

A indignação na Argentina tocou ao auge. Aquilo era uma verdadeira surpresa, pois ainda não fora declarada a guerra entre as duas nações. Só em 3 de maio chegou ao governo argentino a nota paraguaia do rompimento das hostilidades, *datada de 25 de março*.

Preparada havia dez anos para a guerra assim premeditada, a República do Paraguai se convertera, afirma o historiador paraguaio Juansilvano Godoi, "num vasto acampamento militar". Em Cerro León, estavam concentrados 30 mil homens; em Encarnación, 17 mil; em Humaitá, 12

mil; em Assunção, 5 mil; em Conceição, 3 mil; ao todo 67 mil homens. Cerca de 30 mil haviam sido atirados sobre as terras correntinas.

Até abril de 1866, o Império apresentou em campo 78.640 homens; a República Argentina, 11 mil; e o Uruguai, 2 mil e quinhentos.

Ocupada a cidade de Corrientes, o exército de Robles lançou suas vanguardas até Mercedes e Cuevas. Então, a divisão naval brasileira do capitão de mar e guerra Secundino de Gomensoro, que bloqueava o rio Paraná, se encontrava em Bela Vista e não podia ir adiante, porque nas Três Bocas estava a esquadra paraguaia, superior em navios e artilharia, e, além disso, apoiada no seu exército, que dominava as barrancosas margens do rio. Toda a crítica feita pelos argentinos à sua morosidade não resiste a um exame justo das condições do teatro das operações e dos meios de que dispunha. Aliás, não era obrigação sua defender a cidade de Corrientes do ataque paraguaio, visto como o tratado da Tríplice Aliança só foi assinado a 1º de maio de 1865, 15 dias após a surpresa paraguaia.

De Buenos Aires partiu rio acima, no derradeiro dia de maio, a divisão naval do chefe Francisco Manuel Barroso, que levava seu pavilhão no mastro grande da fragata *Amazonas* e ordens para assumir o comando de toda a frota, enquanto o almirante Tamandaré ficava na capital argentino, preso pelos cuidados de organizar a base de operações de sua força. Ele levava a 9ª brigada de infantaria, do comando do coronel Bruce, e uma bateria de artilharia, a do 1º tenente Antônio Tibúrcio, como tropa de desembarque.

Com a divisão de Gomensoro estavam alguns vapores e barcos argentinos, conduzindo víveres, munições, combustível e 1.200 homens com seis canhões, sob o comando do general Venceslau Paunero.

A tropa argentina desembarcou perto de S. Lourenço, porque o exército de Robles marchava para o interior da província. Mas o general lopista simulara um movimento no sentido de atrair Paunero e envolvê-lo. Logo que se evidenciou a sua contramarcha, Paunero tornou a embarcar.

Robles trazia 16 mil homens sobre Bela Vista e havia deixado 2 mil, com os serviços, no Riachuelo.

Barroso vinha subindo o Paraná com grande dificuldade, devido à baixa das águas. Suas corvetas e fragatas de guerra não eram navios apropriados à navegação fluvial e sim à do oceano. A *Amazonas* encalhou e o

chefe de divisão teve de passar-se para o paquete *Eufrasio*, no qual chegou a 20 de maio a Bela Vista.

Com a sua insígnia na corveta *Beberibe*, resolveu atacar Corrientes, base de operações do inimigo. A 24, a esquadra fundeou um pouco abaixo do Riachuelo. Faltava para completá-la somente a capitânia, que ficara atrasada, e a canhonheira *Ivaí*, de proteção à povoação de Bela Vista. A 25, levou-se a efeito o projetado ataque.

Eram 11 horas do dia quando os navios imperiais avistaram a cidade. Dois barcos de guerra paraguaios despejaram sobre eles os rodízios, fugindo. Bandeiras paraguaias tremulavam sobre o casario. A esquadra, rebocando os transportes, com os soldados de Paunero, estendeu-se em duas linhas e sob a proteção de seus canhões efetuou-se o desembarque. Os inimigos tiroteavam das casas próximas à praia; mas o fogo da artilharia e da fuzilaria os obrigou a procurar refúgio num quartel, de onde foram desalojados a baioneta.

Com os argentinos, desembarcaram a bateria do tenente Tibúrcio e o 9º de infantaria brasileira, que coadjuvaram brilhantemente a ação. À noite, os paraguaios abandonavam a cidade, perseguidos até muito longe. Tomaram-se 80 prisioneiros, três canhões e uma bandeira.

Os paraguaios perderam entre mortos e feridos 520 homens, os argentinos 150 e os brasileiros 16.

O coronel Martínez, que comandava a praça e retirara combatendo, foi mandado fuzilar pelo ditador. A tomada de Corrientes, na retaguarda de Robles, ameaçando-lhe a linha de comunicações, obrigou-o a retroceder penosamente. A tropa de desembarque era insuficiente para resistir-lhe. Por isso, evacuando a maioria dos habitantes, tornou a embarcar e foi estabelecer seu acampamento no Rincón de Cevallos, sob a proteção dos canhões da *Itajaí*.

Depois dum reconhecimento até as Três Bocas, a esquadra tomou posição cinco milhas a jusante da cidade de Corrientes. A cavalaria correntina do general Cáceres cobriu a expedição de Paunero, observando os movimentos dos paraguaios, que pareciam querer estacionar na cidade abandonada.

Estava-se no fim de maio. López compreendeu que a marcha de Robles seria impossível, tendo a esquadra em posição de atacá-lo pelo flan-

co direito e de fazer desembarques na sua retaguarda, ameaça à sua linha de comunicações. Era necessário acabar com aquela força naval. De acordo com as novas instruções, o coronel Bruguez levantou trincheiras nas alcantiladas barrancas do Riachuelo, artilhando-as com 22 canhões de grosso calibre; estendeu suas antenas de infantaria até Rincão de Soto; e começou a hostilizar pela margem do rio os serviços de abastecimento da frota.

A 30 de maio, o chefe Barroso içava o seu pavilhão de comando na *Amazonas*.

Mais alguns dias e os paraguaios realizariam sua ofensiva pelas águas, como já tinham feito a ofensiva por terra.

A esquadra paraguaia recebeu ordem para descer o rio na noite de 10 a 11 de junho, trazendo seis chatas a reboque com um canhão de grosso calibre cada uma, as quais deveriam ser largadas ao longo da margem correntina. Essas chatas eram terríveis engenhos de guerra fluvial. Espécie de jangada de madeira grossa, ofereciam pouca superfície ao tiro do adversário, e sua peça, atirando ao lume d'água, podia ser muito prejudicial aos navios de madeira como os nossos. Semiocultos no sopé dos altos barrancos marginais, seu poder ofensivo tornava-se na verdade respeitável, depois de colocadas as chatas em posição, ao romper do dia seria atacada a armada imperial, repentinamente, recorrendo-se à abordagem, a fim de aprisionar as suas unidades.

O chefe Meza, tendo como imediato o comandante Cabral, assumiu o comando da frota lopista, depois da revista geral passada pelo ditador, em Humaitá. Eram nove navios: *Tacuari*, *Paraguai*, *Igurei*, *Marquês de Olinda*, *Jejuí*, *Salto Oriental*, *Pirabebe* e *Rio Blanco*, com seis chatas. Na descida, acima de Corrientes, encalhou o *Rio Blanco*, carregado de tropas de abordagem. Meza perdeu algumas horas nas tentativas de safá-lo, mas acabou por abandoná-lo e continuar a derrota. A demora, porém, fez com que só com o sol muito alto avistasse a esquadra imperial.

Lá estavam ancorados pouco acima do Riachuelo nove navios também: *Amazonas*, *Iguatemi*, *Parnaíba*, *Araguari*, *Mearim*, *Jequitinhonha*, *Beberibe*, *Belmonte* e *Ipiranga*, armados com 59 canhões e guarnecidos por 2.287 homens. Contra eles os paraguaios traziam 47 canhões e 2.500 soldados e marinheiros, que 22 peças e numerosa infantaria postadas na barranca apoiariam de modo eficaz.

O dia 11 de junho era domingo da Santíssima Trindade. Os sinos de bordo haviam batido 9 horas quando os gajeiros da *Mearim*, que fazia prontidão avançada, avistaram a frota paraguaia. Na verga mestra do seu mastro grande, tremularam seguidamente os sinais: "Inimigo à vista" e "Os navios reconhecidos são oito".

A capitânia, então, deu as ordens: "Preparar para o combate", "safa geral", "despertar o fogo das máquinas" e "suspender ou largar amarras". Aos sinais de bandeiras, responderam pelos conveses e castelos o estrugir dos clarins e o ressoo dos tambores. Nas fornalhas, crepitou o fogo despertado, fecharam-se as escotilhas, empavezaram-se as gáveas, municiaram-se as baterias, armaram-se as equipagens, içaram-se os escaleres nos turcos, aprontaram-se as bombas e se estenderam as redes de abordagem.

Ao som dos vivas entusiásticos das tripulações, novos sinais tremularam nas driças da *Amazonas*: "O Brasil espera que cada um cumpra seu lever"; "Atacar e destruir o inimigo o mais perto que cada um puder".

Os barcos do chefe Meza corriam 12 milhas por hora, tangidos pela correnteza, em linha de batalha. Passaram rapidamente pela armada imperial que suspendia ferros, despejando-lhes as baterias, com a maruja e a soldadesca a uivar nas amuradas. A fragata e as canhonheiras brasileiras responderam, e uma de suas balas varou as caldeiras da *Jejuí*. Naquela marcha, a esquadra paraguaia foi até às barrancas do Riachuelo, onde se encostou sob a proteção da artilharia de Bruguez.

A nossa frota teve de ir até ali em busca do inimigo, desfilando heroicamente sob o fogo das chatas, das baterias alcantiladas e de 2 mil infantes. Os tiros mergulhantes varriam-lhe os conveses e passadiços. Qualquer navio que tivesse a infelicidade de encalhar no rio pouco profundo e aparcelado estaria perdido. Felizmente o vento de nordeste atirara a fumarada da artilharia sobre os vapores imperiais, camuflando-os, mas permitindo que sua pontaria fosse certeira sobre o inimigo descoberto.

Eram dez horas e cinquenta minutos quando começou a batalha, com a *Belmonte* na vanguarda. A *Amazonas* repetiu o sinal de atacar e destruir o inimigo, sinal que ficou içado até o fim da jornada. E todos os navios, menos a *Belmonte*, que entrou no canal, afrontando sozinha as altas baterias, seguiram a capitânia rumo às barrancas do Riachuelo.

Batalha naval do Riachuelo
11 de Junho de 1865
Esbôço nº 4
Escala: 1:50.000
Ilha Palomera
Riachuelo
Bia Bruguez
I. Cabral

A *Belmonte*, com 37 rombos e incêndio a bordo, depois de romper o fogo cruzado dos paraguaios, foi encalhar na ilha Cabral, enquanto a *Jequitinhonha*, numa infeliz manobra, atravessou no meio do canal sob o canhonheio inimigo, logo abordada pelo *Tacuari*, o *Salto* e o *Marquês de Olinda*, rechaçados, porém, com o maior valor, pelos seus tripulantes.

A *Amazonas*, com o chefe Barroso e outros oficiais, de pé no passadiço, passou pelas baterias, cuspindo balas. Todos os outros navios a seguiram, menos a *Parnaíba*, que, querendo acudir à *Jequitinhonha*, meteu o leme na fralda dum banco e teve de recorrer às velas para manobrar. Estava no centro da linha de fogo paraguaia e foi investida por três vapores adversos – *Paraguai*, *Tacuari* e *Salto*. O comandante atirou-se a toda força sobre o primeiro e desarvorou-o. Mas os outros derramaram-lhe na coberta a gente de abordagem, travando um corpo a corpo terrível. A *Paraguai* foi encalhar na ilha da Palomera, onde a guarnição a abandonou, e o *Marquês de Olinda* veio substituí-la no ataque. A guarnição da corveta imperial batia aí a machado e sabre contra mais de 500 homens. Morreram, defendendo heroicamente sua bandeira, o guarda-marinha Greenhalg, o marinheiro Marcílio Dias, o capitão e o tenente de infantaria Pedro Afonso e Feliciano Maia.

Já resolvera o comandante pôr fogo aos paióis e ir pelos ares, quando estrugiram vivas ao Brasil e ao imperador. Era a *Amazonas* que surgia, forçando as máquinas, em socorro da *Parnaíba*. Seguiam-na a *Beberibe* e a *Mearim*. Os paraguaios foram repelidos a arma branca e a tiro pela tripulação reanimada. E o chefe Barroso, arriscando-se a encalhar nos baixios, vira de proa, iça o sinal: "Sustentar o fogo que a vitória é nossa", faz atiçar o fogo das caldeiras e se lança como um aríete sobre as naves lopistas, realizando a mesma façanha do almirante Tegethof, mais tarde, na batalha de Lissa.

Diante do avanço da *Amazonas*, seguida pelo resto da esquadra, o chefe Meza abandonou a abordagem da *Parnaíba* e foi lançar-se novamente contra a *Jequitinhonha*, enquanto o *Salto* e o *Marquês de Olinda* procuravam abrigar-se sob o fogo das baterias de Bruguez.

A *Amazonas* atirou-se de proa sobre o *Jejuí* e afundou-o, meteu o beque no *Marquês de Olinda* e pô-lo a pique, rompeu o costado do *Salto* e fê-lo ir ao fundo. Então, os restantes navios do ditador fugiram rio acima.

Dos nove saídos de Humaitá voltaram quatro, maltratados pela metralha, uns a reboque dos outros, com o chefe Meza gravemente ferido por bala num ombro, perseguidos pela *Araguari*.

O sol se punha. Nossos últimos tiros faziam calar as baterias da margem e afundavam as derradeiras chatas inimigas. Ocupavam-se os navios encalhados, arriavam-se dos mastros as bandeiras paraguaias, aprisionavam-se os oficiais e tripulantes que restavam nas carcaças metralhadas.

A esquadra paraguaia estava aniquilada. Sua ofensiva naval fora repelida. Com o domínio das águas conquistado pelo Brasil, iam os aliados poder desenvolver sua contraofensiva, levando a invasão ao território inimigo.

Sem navios, o ditador tentou ainda imobilizar os nossos, engarrafando-os no rio. Robles, para isso, fortificou as barrancas de Mercedes, entre as quais se encurvava, sinuoso, o canal navegável do Paraná. Descendo a correnteza, a esquadra imperial, porém, forçou dias depois aquelas passagens, transtornando mais um plano da ofensiva paraguaia.

Na véspera da batalha do Riachuelo, o coronel Estigarribia atravessava o Uruguai com mais de 7 mil homens, no passo de S. Borja. Outra coluna, a do major Duarte, com mais de 3 mil soldados, seguia paralelamente pela margem direita do mesmo rio, como elemento de ligação entre Estigarribia e Robles, em direção ao território uruguaio. Este último devia marchar sobre Uruguaiana pelo centro da província de Corrientes, a fim unir-se aos outros dois. Esses elementos militares contavam com a ajuda de três fatores de ordem política: a revolta dos escravos no Rio Grande do Sul, a rebelião dos adversários de Mitre na Argentina e o levante do Partido Blanco na Banda Oriental. Assim, invadido Mato Grosso e o Rio Grande, conflagrados a Argentina e o Uruguai, poder-se-ia reduzir à impotência ou aniquilar o exército que Osório concentrava e organizava. Mas tudo isso falhou. Robles, diante da derrota do Riachuelo e do forçamento da passagem de Mercedes, retirou a marchas forçadas sobre Corrientes, sua base de operações, hostilizado pelas coberturas de cavalaria da concentração de Mitre, os correntinos e entrerrianos de Paunero e Cáceres. Acampou, para maior segurança, seis léguas ao sul daquela cidade.

Furioso, López substituiu Robles pelo coronel Resquín, chamado de Mato Grosso, e mandou prendê-lo.

A esquadra brasileira fundeou no Chimboral, durante o mês de julho, sendo reforçada pelas canhonheiras *Magé*, *Ivaí* e *Itajaí*. Contra ela, Resquín fez fortificar e artilhar por Bruguez as barrancas de Cuevas. Outra tentativa de engarrafamento. A constante baixa das águas obrigou o chefe Barroso a descer até o Rincão de Soto, forçando galhardamente o passo difícil, sob uma chuva de fogo de quase meia hora.

*

A coluna destinada a ocupar a fronteira do Uruguai e invadir o Rio Grande do Sul foi organizada pelo major Pedro Duarte na vila da Encarnação. Centurión dá-lhe o efetivo de 10 mil homens.

A 16 de janeiro de 1865, transpôs o rio Paraná e acampou à margem esquerda do arroio Pindapoi. Em abril do mesmo ano, o tenente-coronel Estigarribia assumiu seu comando em chefe, passando Duarte a subcomandante.

No dia 5 de maio, iniciou seu movimento, lançando para a frente um destacamento de descoberta, comandado pelo major Duarte. A 9, este tiroteava nas cercanias de S. Tomé com patrulhas argentinas e a 10 ocupava a povoação abandonada. A 13, com o binóculo de campanha, o major paraguaio avistava o território brasileiro duma coxilha à beira do Quaraí-Grande, afluente do Uruguai. Perto do passo de S. Borja, esperavam-no dois regimentos de cavalaria e uma força de infantaria, os correntinos e brasileiros do coronel Assunção. Recolheu-se a S. Tomé e ficou de observação.

Tendo comunicado a Estigarribia vários movimentos dos inimigos na sua direção, recebeu reforços a 19 de maio.

A 31 de maio, o grosso paraguaio moveu-se. A 7 de junho, reunia-se a Duarte em S. Tomé. Então, Estigarribia transpôs o Uruguai sobre S. Borja, e Duarte, como uma guarda de flanco, seguiu sua marcha pela margem direita. Essa divisão de forças que se afastavam de sua base de operações, e que poderiam ter as suas linhas de comunicação com a mesma base e entre si facilmente cortadas, foi a sua perda.

A fronteira brasileira das Missões e do Quaraí estava vigiada pela divisão do general Davi Canabarro, veterano da guerra farroupilha e da campanha contra Rosas. Constituíam-na as brigadas dos coronéis Antônio

Fernandes Lima e João Antônio da Silveira. A de Bagé ficava sob a guarda da divisão do velho guerrilheiro dos pampas cognominado o *Moringue*, Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuí, composta pelas brigadas dos coronéis Inácio Ouriques, Lucas de Lima e Tristão Pinto. O exame minucioso dos documentos relativos a essa partilha da fronteira em dois setores e à atuação dos encarregados deles demonstra que era deficiente e de emergência a força militar com falta de chefe habilitado para uma ação eficaz. O tenente-general João Frederico Caldwell, ajudante general do Exército, achava-se, então, no Rio Grande do Sul e pretendia inspecionar as fronteiras ameaçadas.

Foi nomeado comandante das Armas.

Reinava na província grande incerteza quanto aos efetivos e objetivos paraguaios. Os nossos corpos, em grande maioria, estavam sendo organizados e armados às pressas. As forças de que se dispunha em primeira mão para proteger as fronteiras eram as seguintes:

No Passo das Pedras, entre S. Borja e Itaqui, o grosso da brigada do coronel Fernandes Lima, a qual tinha 3.023 praças de infantaria e cavalaria, todos guardas nacionais e voluntários da pátria. As outras brigadas estacionavam no Ibirocaí e em Uruguaiana, numerando uns 4.600 homens com oito bocas de fogo. Todas elas constituíam a 1ª divisão.

A 2ª permanecia na fronteira sul.

Canabarro escrevia que as duas divisões de seu comando tinham cerca de 12 mil homens. Essa força poderia opor uma barreira respeitável ao invasor, se tivesse a comandá-la um general capaz de resolver o problema militar que os fatos punham diante de si. Mas Canabarro não estava à altura de sua missão. Inerte, conservou-se em defensiva passiva, com as duas divisões desarticuladas, com os batalhões e regimentos da 1ª esparsos e mal colocados. Era como se a fronteira por onde se devia dar a invasão estivesse descoberta.

O inimigo avançou em massa e, naturalmente, só encontrou diante de si reduzidíssimos elementos de defesa. Ameaçou passar por S. Borja e Itaqui ao mesmo tempo. O coronel Fernandes Lima julgou que o perigo do avanço pelo último ponto era maior e dirigiu-se para lá. Não encontrando os paraguaios, concentrou-se no Passo das Pedras. Melhor do

que o nosso, o serviço de informações de Estigarribia trazia-o ao corrente dos nossos movimentos, enquanto ignorávamos quase os dele.

A 10 de junho de 1865, move-se, certo do que vai fazer. Encontra em S. Borja, depois de atravessar o rio, 370 homens de infantaria e cavalaria da Guarda Nacional. A duas léguas e meia, acampava o 1º batalhão de voluntários da pátria comandado pelo tenente-coronel João Manuel Mena Barreto. Estigarribia traz 5.445 homens das três armas e cinco peças. O primitivo destacamento de descoberta de Duarte, elevado a 3.200 homens, transformara-se em guarda de flanco e marcharia pela outra margem do Uruguai em direção ao território do Estado Oriental.

Avançando sobre S. Borja desde o rio, os paraguaios foram hostilizados pelas nossas guerrilhas, sem que se detivessem. Nas cercanias da povoação, lançaram uma coluna em ataque frontal e outra em ataque envolvente. O seu número recalcou as poucas centenas de guardas nacionais da defesa. A chegada do 1º batalhão de voluntários animou-os e a luta desigual se prolongou por algum tempo, retrogradando as colunas paraguaias com o receio de estarem diante de forças superiores.

Esse retraimento do inimigo, que se prolongou pela tarde e pela noite, permitiu que a população civil abandonasse a vila. Conhecedor da superioridade numérica do invasor, Mena Barreto retirou. A 11 de junho, quando se feria a batalha naval do Riachuelo, acampou numa estância, além do capão de Santa Maria.

Entretanto, somente no dia 12, Estigarribia recomeçou sua marcha interrompida e ocupou S. Borja evacuada, lançando à frente o destacamento de descoberta do capitão López. Segundo referia o comandante dos invasores ao ditador, por escrito, S. Borja foi entregue ao *livre saque* dos soldados. Remeteram-se as melhores fazendas para Encarnação e arrebanharam-se gados e cavalhadas.

A 19 de junho, o grosso de Estigarribia pôs-se em marcha para Itaqui. Duarte acompanhava-o pela outra margem. A 24, a coluna que operava no nosso território transpôs o rio Botuí. A 26, o coronel Fernandes Lima avançou contra ela, com a sua brigada. À margem dum banhado, topou a cobertura do capitão López. Atacou-a pelo centro e pelas alas, rompendo-a à direita e procurando envolvê-la. Os paraguaios recuam e se postam em melhor posição. É quando chega o tenente-coronel Sezefredo

de Mesquita com a 4ª brigada. Opera-se um ataque envolvente dentro do próprio banhado. Num efetivo de 400 homens que se batiam contra mais de 2 mil, o inimigo teve 236 fora de combate. Caiu a noite e ele fugiu, aproveitando a escuridão. Só se reuniu ao grosso no dia 28.

O coronel Fernandes Lima acercou-se de Estigarribia, observando-lhe os movimentos. O chefe paraguaio ocupou e saqueou Itaqui, de onde abalou a 14 de julho.

De Saican, onde se encontrava, o general Caldwell ordenou ao barão de Jacuí que marchasse com a 2ª divisão para reunir-se à 1ª brigada da 1ª divisão e mandava ocupar Alegrete, no pressuposto de meter os invasores entre dois fogos, acometendo-os de frente, enquanto Fernandes Lima o atacava pela retaguarda. O lugar indicado para essa manobra seria certamente o Ibicuí. Se o plano falhasse, restaria a possibilidade de sitiar ali ou mais adiante o imprudente inimigo que violara as nossas fronteiras.

Estigarribia atravessou o Ibicuí no passo de Santa Maria sem ser incomodado, senão por algumas guerrilhas brasileiras que hostilizaram a sua retaguarda, quando já mais de metade de suas forças se achavam do outro lado do rio. Mas a morosidade de Canabarro e a fraqueza de Caldwell, submetendo-se ao parecer daquele, que não confiava na vitória e preferia ir batendo o inimigo em marcha, à espera das brigadas ainda ausentes, salvaram os paraguaios.

Estes avançaram até o arroio Toropasso, onde se demoraram cinco dias. Foi quando nas águas do Uruguai surgiram duas pequenas embarcações armadas e comandadas pelo tenente Floriano Peixoto, que começaram a obstar suas comunicações por meio de canoas com as tropas de Duarte.

Caldwell pretendeu opor-se à passagem desse arroio, mas de novo recuou diante da opinião contrária de seus oficiais e foi acampar no Imbaá. Uma comissão de oficiais mandada a Uruguaiana achou que a cidade estava mal defendida e com reduzida guarnição (200 homens). Devendo os paraguaios atravessar o Imbaá, oferecia-se nova oportunidade de atacá-los. Caldwell manifestou essa intenção, mas não a realizou.

De braços cruzados, os nossos soldados viram, graças à imperícia de seus chefes, os invasores da pátria marcharem das pontas do Imbaá para Uruguaiana em três colunas, penetrando na povoação pela manhã de 5 de

INVASÃO DO R. G. DO SUL
Esbôço nº 5
Rio Paraná
CANDELARIA
APOSTOLOS
L. Iberá
S. TOMÉ
S. BORJA
S. ISIDRO
LA CRUZ
R. Ibicuí
ALEGRETE
Rio Uruguai
Escala: 1:2.000.000

agosto de 1865 e nela fazendo tremular as cores paraguaias. Somente para salvar a honra de nossas armas, os soldados do tenente-coronel Bento Martins, futuro barão de Ijuí, disputaram palmo a palmo o terreno até dentro do casario. Alguns dos seus bravos aprisionados foram degolados junto aos muros do cemitério ante os olhos de Canabarro e do seu exército.

As divisões brasileiras acamparam no Imbaá e no Itapitocai com suas coberturas de cavalaria. Uruguaiana fora evacuada tão às pressas que os seus depósitos caíram às mãos do inimigo. Desde o dia 2 de agosto, Duarte ocupava Paso de los Libres, na margem fronteira.

Já em julho de 1865, o governo imperial se convencera da necessidade dum general competente para dirigir as operações militares no Rio Grande do Sul. No dia 20, foi nomeado o barão de Porto Alegre, vencedor de Caseros. A 21 de agosto, um mês depois, ele assumia suas funções em frente de Uruguaiana, onde se concentravam nossas forças para sitiar Estigarribia.

S. M. D. Pedro II resolvera partir para o Sul, a fim de ver de perto os preparativos militares e mesmo participar da defesa do solo do Império. Chegou a 16 de julho à cidade do Rio Grande e a 19 a Porto Alegre. Depois de subir o Jacuí até Rio Pardo, percorrera a cavalo as coxilhas, demorando-se aqui e ali. Esteve em Cachoeira, Caçapava, S. Gabriel e Alegrete. Visitou o histórico campo de batalha do Passo do Rosário (Ituzaingó) e apresentou-se ao quartel-general das forças que sitiavam Uruguaiana no dia 11 de agosto.

Acompanhavam-no seus genros conde d'Eu e duque de Saxe, seus ajudantes de campo marquês de Caxias e barão de Itapagipe, o ministro da Guerra Ângelo Moniz da Silva Ferraz, mais tarde barão de Uruguaiana, o almirante Delamare e o general Beaurepaire.

*

O destacamento de descoberta do major Duarte transformado em guarda de flanco caminhou paralelamente ao grosso de Estigarribia pela margem direita do Uruguai, observado e hostilizado pelas antenas de cavalaria correntina dos coronéis Paiva e Reguera.

A 2 de agosto, entrou em Paso de los Libres. Pelas imediações, forrageavam continuamente as cavalarias adversas. Dos exércitos aliados

que se concentravam em Concórdia, não queria o generalíssimo Mitre retirar forças para deter a marcha das colunas paraguaias, pois continuava de pé a ameaça do avanço de Robles, estabelecido em Corrientes. Canabarro instava com Osório para que lhe enviasse reforços, mas justamente do núcleo forte e organizado dos brasileiros é que Mitre não desejava distrair um soldado. E Osório, apesar do seu desejo de correr em socorro de sua província invadida, conformava-se em sustentar, como ele próprio dizia, os "compromissos nacionais da Aliança e o centro de onde deviam partir as operações com segurança".

No momento, Urquiza se imobiliza em Basualdo com suas milícias entrerrianas. Paunero, com uns 3 mil homens de todas as armas, devia reunir-se-lhe. A cavalaria de exploração de Cáceres procura manter o contato com o inimigo. Robles recua, reconcentrando-se, e Paunero desiste da junção com Urquiza e ruma ao norte, seguindo a sua cavalaria que acompanha o recuo do invasor. No meado de julho, os 8 mil cavalarianos de Urquiza rebelam-se e dispersam-se. Paunero fica isolado, cobrindo a concentração aliada.

Organizara-se um exército de vanguarda, confiando-se seu comando ao general D. Venâncio Flores. Este inicia a 18 de julho seu movimento para o norte, sobre a coluna de Duarte. Recebe reforços pelo caminho e Paunero se lhe reúne no dia 13 de agosto, nas cercanias do arroio Santana.

Flores acha-se à frente de uns 10 mil homens com 32 bocas de fogo, dos quais fazem parte a brigada brasileira do tenente-coronel Kelly, com três batalhões, o 16º batalhão de voluntários brasileiros, enquadrado na infantaria oriental, os 3.200 homens de Paunero e os 2 mil cavaleiros de Madariaga, Paiva e Reguera, que haviam acompanhado Duarte como a sua sombra.

Contra esse efetivo, o chefe paraguaio conta com 3.200 homens de infantaria e cavalaria, sem canhões. Dispondo de precárias comunicações com o grosso de Estigarribia detido em Uruguaiana, as quais somente podiam ser feitas em canoas através do rio já varrido pelos barcos artilhados de Floriano Peixoto, só lhe restava escolher uma boa posição defensiva e vender caro a vida.

Escolheu má posição nas chácaras do Ombucito, com os arroios Iataí e Despedida pela retaguarda, no meio do lençol d'água deixado pelas

últimas inundações. Sua ala esquerda aproximava-se das chácaras em direção ao rio Uruguai. Sua ala direita ficava no ar. Podia-se torneá-la, cortar a retirada e atirar os paraguaios no rio. A operação era fácil, sobretudo para forças superiores em efetivo.

Flores marchava em colunas paralelas, coberto pelas cavalarias. Ao aproximar-se do inimigo, ordena um ataque frontal com a infantaria uruguaia, que o fixe, e um ataque de flanco com a brigada brasileira e o corpo de Paunero. Enquanto isso, as cavalarias de Suárez, Castro e Madariaga devem transpor o Iataí e cortar a retirada paraguaia.

O famoso combate de Iataí trava-se a 17 de agosto. O coronel Palleja avança com a infantaria uruguaia e, depois duma luta pertinaz, desaloja o inimigo de sua linha de defesa frontal, recalcando-o sobre o seu acampamento. Eram dez e meia da manhã. Ao mesmo tempo, Paunero e os brasileiros realizam a manobra de flanco e atiram os soldados de Duarte sobre os arroios. A esquadrilha de Floriano fecha o caminho do rio. As cavalarias correntina e oriental cortam a retirada. Até duas e meia da tarde, os paraguaios batem-se dentro dos alagados, valentemente, encarniçadamente. São esmagados. Enquanto os aliados perdem 320 homens, 83 mortos e 227 feridos, Duarte cai prisioneiro com 1.200 praças e oficiais, perdendo 1.700 mortos e 300 feridos.

Estigarribia estava agora só e imobilizado dentro duma povoação brasileira, perdida a guarda de flanco, cortada sua passagem pelo rio, interrompida sua linha de comunicações e desfeita qualquer esperança de socorro da parte do exército invasor de Corrientes, diante do qual engrossavam diariamente as concentrações de Mitre e de Osório.

Flores intimou-o por meio dum oficial prisioneiro à rendição. Canabarro também. Estigarribia recusou e, na madrugada de 1º de agosto, tentou romper a linha de assédio, mas nada conseguiu.

De 21 de agosto a 4 de setembro, o exército de Flores transpôs o rio e veio reunir-se às forças brasileiras, cujo comando Porto Alegre assumia naquela primeira data.

A 31, o almirante Tamandaré chegava a Paso de los Libres e se punha em comunicação com o nosso quartel-general. Os chefes brasileiros esperavam a chegada do imperador para submeter a praça investida. Paunero e Flores opinavam pelo ataque imediato. Houve, então, um incidente

desagradável entre Flores e Tamandaré, no qual este aludiu às *fanfarronadas* daquele e, apoiado por Marques de Sousa (Porto Alegre), declarou que as forças imperiais prescindiam de auxílio estranho para aniquilar os invasores. Tamandaré regressou ao acampamento de Osório, em Gualeguai, de onde vieram dois batalhões brasileiros e um argentino para reforçar a infantaria dos sitiantes. Mitre veio com eles, deixando Osório no comando em chefe.

Entrementes, Estigarribia repelia nova intimação para render-se e procurava comunicar a gravidade de sua situação ao general Resquín, que substituíra Robles em Corrientes. Mas seus mensageiros foram aprisionados.

A 11 de setembro, S. M. D. Pedro II apresentava-se em Uruguaiana, diante das tropas brasileiras em parada. Em volta da povoação sitiada, reuniam-se as forças de Mitre, Flores, Porto Alegre e Paunero: 1.038 infantes uruguaios, 3.068 argentinos e 4.150 brasileiros. Oito mil cavaleiros brasileiros escalonavam-se nas linhas de assédio, como elementos de proteção. Trezentos granadeiros a cavalo de San Martín acompanhavam-nos. O resto das cavalarias argentina e oriental não entrava em linha de conta por haver ficado na margem direita do rio. Os aliados contavam com 42 bocas de fogo.

Tamandaré também se achava presente e uma esquadrilha, composta pelos vapores brasileiros *Onze de Junho*, *Taquari*, *Tramandaí*, *União* e *Uruguai*, cruzava no rio.

Discutiu-se o comando em chefe em frente da praça. Pretenderam-no Flores e Mitre. Porto Alegre firmou-se no tratado da Tríplice Aliança que o subordinara ao território e exigiu-o com inquebrantável altivez. Com a chegada do imperador, solucionou-se a crise, cabendo ao general brasileiro a direção do ataque.

Este tem dois objetivos: a igreja nova e o ponto de Goyo Suárez. A esquadrilha devia bombardeá-los antes do assalto. O Exército Aliado inicia sua marcha de aproximação na manhã de 18 de setembro de 1865. Ao meio-dia, está defronte das trincheiras paraguaias, a 300 passos. A artilharia toma posição em baterias. O imperador e seu estado-maior colocam-se em frente do cemitério. Faz-se um derradeiro apelo à rendição, com o prazo de duas horas, assinado pelo barão de Porto Alegre. Estigarribia replica, propondo entregar-se com regalias para os prisioneiros de certa qualidade,

oficiais e empregados de distinção, ficando os de nacionalidade uruguaia em poder dos brasileiros. Os chefes aliados aceitam com restrições. A famosa *Dinisión Paraguaya en operaciones sobre el río Uruguay* "cessa virtualmente de existir", como refere o conde d'Eu. E o seu comandante entrega a espada, hoje no Museu Histórico, ao soberano do Brasil.

Encerrou-se, assim, o segundo capítulo da tríplice ofensiva paraguaia contra Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Corrientes.

O terceiro não demoraria muito a ser encerrado.

*

Agora, existem duas massas do Exército Aliado, a de Uruguaiana e a de Concórdia. Mitre vai reuni-las para expulsar os invasores de Corrientes. Por um terreno mal povoado, cortado de rios, alagado pelas chuvas, depois da travessia do Uruguai, argentinos, brasileiros e orientais dirigem-se a Mercedes sob o comando de Flores, que acampa além desta vila, no dia 17 de outubro.

A 25 do mesmo mês, a junção dos dois exércitos está praticamente realizada nas margens do arroio Cuenca. São 22 mil brasileiros, 11 mil argentinos e 4 mil uruguaios, ao todo 35 mil homens das três armas.

O corpo argentino de Paunero rompe a marcha para Corrientes no dia 28. A 15 de novembro, todo o Exército Aliado se encontra na margem direita do rio Corrientes. Flores, então, desloca-se para a vanguarda em direção à capital da província. Mitre segue-o rumo ao arroio Batel, onde recebe a notícia da segunda rebelião e dispersão das milícias de Urquiza, repetição inglória do triste feito de Basualdo. Osório cruzou o Batel a 18 e 19. E a marcha prossegue dificultosamente sob os aguaceiros contínuos.

A 20 de dezembro, os três exércitos acampam perto um do outro: Flores em S. Cosme, Osório em Lagoa Brava e Mitre em Tala Corá.

Resquín, substituto de Robles, que ficara petrificado nas imediações do arroio Santa Luzia, sem ao menos um pequeno movimento de aproximação de Duarte, antes de Jataí, coberto com leve cortina de cavalaria, retira diante do avanço aliado e acaba retraindo-se para dentro do territorio paraguaio.

López vai esperar o inimigo prestes a invadi-lo. A 25 de novembro, assume o comando de suas tropas concentradas no Passo da Pátria, ficando a igual distância do Passo e de Encarnação, pontos por onde, sem dúvida, tentariam os aliados a travessia do Paraná.

Malograra-se completamente toda a ofensiva estratégica dos paraguaios contra os territórios dos aliados. Concluíra-se com o avanço sobre Corrientes a defensiva estratégica destes. Iam iniciar agora a contraofensiva e invadir o Paraguai.

C) A CONTRA-OFENSIVA E A INVASÃO

O objetivo dos aliados é aniquilar o poder militar do ditador paraguaio. Para isso, precisam invadir-lhe o território. A maior dificuldade que vão encontrar reside no desconhecimento da topografia da região onde se devem desenrolar as operações de guerra. Não existe uma carta do Paraguai. Seus tiranos jamais consentiram que se fizesse ali o menor levantamento.

Tanto em relação às terras como em relação às águas do teatro principal da guerra, viam-se os aliados diante do mistério. Embora vencedora no Riachuelo, a esquadra estava impossibilitada de agir com eficiência além de Corrientes, pois o rio se estendia até as águas territoriais paraguaias por mais de 60 léguas inçadas de bancos, baixios, canais sinuosos e difíceis, que obrigavam o comando naval, na ausência de cartas hidrográficas, a confiar o destino dos navios aos práticos de navegação. A fragata *Amazonas*, devido à baixa das águas, não podia passar acima de Corrientes. A *Belmonte* e a *Ivaí* estavam imprestáveis. O *Igurei* só servia para transportes. Restavam ao chefe Barroso seis canhoneiras, as quais não puderam obstar a travessia do rio pelas tropas de Resquín em retirada, pelos motivos acima e pela extensão em que elas tinham meios de realizá-la à noite e mesmo protegida por baterias marginais e quatro vapores que ainda restavam a López.

Após a rendição de Uruguaiana, os aliados haviam concertado o seguinte plano de ofensiva estratégica, conservado nos arquivos do general Mitre: marcha sobre Corrientes, constituição dum exército de reserva no Rio Grande do Sul, início da ofensiva pelas forças de Osório e invasão do Paraguai sem ponto ainda determinado. Consultado pelo governo imperial,

ao rebentar a guerra, o marquês de Caxias ofereceu este plano – uma massa de manobra de 45 mil homens, uma reserva de 5 mil no Rio Grande do Sul, divisão da massa de manobra em três colunas para a invasão: uma pelo Passo da Pátria, apoiada na esquadra; outra por S. Cosme, Itapuá ou S. Carlos; outra por Mato Grosso. Em janeiro de 1861, o senador Pimenta Bueno, marquês de S. Vicente, conhecedor de Mato Grosso e do Paraguai, apresenta um plano, inspirado no desejo de socorrer aquela província. É pela invasão do territorio inimigo pelo sul, objetivando Humaitá, mas com uma divisão pelo norte, na fronteira do Apa, e outra na linha de Iguatemi. Não fixa o ponto exato de desembarque do Exército brasileiro no rio Paraná. Insiste sobre a necessidade de tomar Humaitá, para o domínio completo do rio.

Vê-se bem que ambos os planos se acordam em certos pontos. O plano de Mitre, exposto quase um semestre depois, abebera-se nas ideias gerais dos dois anteriores, com a agravante de não possuir a sua clareza de exposição. Na verdade, a boa lógica e a experiência mandavam que a invasão fosse de fato tentada pelo sul, onde tínhamos mais facilidades de comunicação do que nos longínquos setores mato-grossenses.

Retirada a ofensiva paraguaia e iniciada a contraofensiva aliada, López concentra suas forças no Passo da Pátria e Mitre as dele em Corrientes. O ano de 1865 tocava o seu fim e reuniam-se os materiais de transportes necessários a movimentar por terra e pelo rio uma massa de 40 mil homens com seu trem de guerra. Corrientes serve de base de operações.

Enquanto se adestram e reorganizam as unidades destinadas a entrar em campanha, enquadrando-se os reforços vindos da Argentina e do Brasil, López não fica inativo e procura dificultar as operações aliadas, inquietando-as com guerrilhas e ataques inopinados. Suas canoas carregadas de homens escolhidos atravessam o rio, sobretudo à noite. Os soldados paraguaios atacam os postos avançados e regressam, trazendo seus mortos e feridos, depois de causarem perdas ao inimigo. A cavalaria correntina é quem mais sofre com esses reides.

Em janeiro de 1866, essas pequenas operações se amiúdam e se tornam mais audaciosas. A cavalaria de Hornos carrega os paraguaios e repele-os. Então, os brasileiros permanecem na Lagoa Brava, os orientais no Jaguari e os argentinos em Tala Corá. A cobertura de Hornos está no arroio São João. É quando o generalíssimo resolve dar um golpe nas arre-

metidas paraguaias e envia a divisão de Conesa que se reúne à cavalaria da cobertura. São quatro batalhões da Guarda Nacional de Buenos Aires que nunca haviam entrado em fogo.

No dia 31, dois escalões paraguaios de 250 homens, sob o comando do tenente Prieto, desembarcam das canoas ao meio-dia. Informado pelas guardas avançadas, Hornos ordena a Conesa que avance e ataque o inimigo que vem de surpresa, emboscando-se nos capões de mato ao norte do arroio. Mal surgem os primeiros atiradores de Diaz, o coronel Conesa dirige uma fala aos seus comandados, lembrando-lhes que vão receber o batismo de fogo. Os guardas nacionais prorrompem em vivas, revelando a emboscada. Conesa lança-se ao ataque. Os paraguaios retrocedem e tomam posição na outra margem do arroio Pehuajó, que repassam. Os argentinos atiram-se contra o inimigo abrigado no arvoredo, que a cavalaria de Calvo ameaça de envolvimento. Chega um reforço de 200 homens do tenente paraguaio Viveros, desembarcado pouco depois de Prieto. A força do ataque argentino quebra-se diante da resistência maior do inimigo. É quando pelo flanco esquerdo de Conesa surgem mais 700 infantes paraguaios trazidos pelo tenente-coronel Diaz. Entardece. Esgotam-se as munições. E Conesa retira com perdas por entre as primeiras sombras da noite.

Os paraguaios só volvem à outra margem do Paraná no seguinte dia.

Durante o mês de fevereiro repetem-se por duas vezes as infrutíferas investidas de López contra os argentinos. Ele volta-se para o exército de Flores isolado em Iati, a nove léguas da direita argentina. Alarmado com a má posição do chefe uruguaio, a quem confiara alguns dos seus batalhões, Osório desloca-se para Tala Corá e previne Mitre e Goyo Suárez do perigo. Segundo lhes escreve, teme ver seus batalhões *despedaçados*. Suárez retira sobre S. Cosme e as ameaças de López se desvanecem.

No difícil preparo da invasão, cabe a Osório um papel relevante. Ele completa, organiza e adestra a tropa, estabelece a base de operações e reúne os elementos para a travessia do rio, sem descanso e sem desânimo, vencendo todas as dificuldades e imprevistos. Cria mesmo em Corrientes estaleiros para construir barcos e oficinas de cartuchame. Contrata os fornecimentos.

Tamandaré, concluídas as providências que tomava em Buenos Aires para a realização da campanha, dirige-se ao quartel-general aliado, onde os grandes chefes militares se encontram no dia 25 de fevereiro. Resolve-se a invasão, devendo a esquadra imperial proteger a passagem e desembarque das tropas. A 17 de março, os navios suspendem ferros do porto de Corrientes. É uma força naval digna de respeito. Além das antigas canhoneiras já cobertas de glória, dos navios e transportes, quatro couraçados – *Brasil*, *Bahia*, *Tamandaré* e *Barroso*. Esse elemento novo na guerra fluvial ia decidir da sorte de toda a campanha.

A 20, a esquadra tomou posição na confluência do Paraná e do Paraguai, bloqueando a foz deste rio e ocupando uma linha do forte do Itapiru às Três Bocas.

A 21, o capitão de mar e guerra Alvim reconhece os passos do alto Paraná sob o fogo do forte e das terríveis chatas inimigas emboscadas nas barrancas. A 23, Mitre, com Flores, Tamandaré, Osório e o conselheiro Francisco Otaviano, plenipotenciário do Império em Buenos Aires, explora o rio no vapor *Apa*. Durante esses dias e os subsequentes, continuam as chatas a hostilizar os nossos navios, que tiroteiam com elas, danificando uma e pondo outras a pique.

A guerra das chatas continua dias a fio e se prolonga até o mês seguinte.

No dia 22, reúnem-se os generais de terra e da Aliança a bordo do *Apa*. Vão discutir o ponto em que se deve efetuar a passagem do rio, operação sempre importante para um exército e ainda mais importante em frente dum inimigo aguerrido e único conhecedor do teatro da guerra. Tamandaré entende que desse ponto se deve poder marchar "de modo a contornar o grosso das forças inimigas acampadas a duas léguas do Passo da Pátria". Para se ter o apoio efetivo da esquadra, julga necessário que o desembarque se realize no mesmo Passo. Osório discorda, por não haver entre o ponto do desembarque e as trincheiras do inimigo espaço suficiente para dispor e manobrar o Exército Aliado. Prefere a região de Itati. A 27 de março, com guias escolhidos, Flores explora a região nesse rumo em canhoneiras argentinas e brasileiras de pequeno calado. Uma chata oculta no sopé das barrancas lança-lhes os seus projéteis. O *Bahia* e o *Tamandaré* procuram afundá-la. Nesse combate, uma bala paraguaia penetra por uma

das escotilhas na grande casamata central do segundo couraçado, ferindo e matando 33 homens, oficiais e praças. Entre os mortos em consequência dos ferimentos recebidos, encontra-se o tenente Mariz e Barros, cuja bravura em frente da morte foi tão grande quanto em frente do perigo.

Flores mostrou-se, depois da exploração, contrário à passagem por Itati, em vista dos obstáculos materiais, preferindo o Passo da Pátria. Mitre, então, inclina-se a passar pelo Itapiru, esperando, no entanto, que se encontre ponto melhor.

Prossegue sempre a guerra das chatas, agora atacadas com vantagem por algumas baterias de terra, assentes na margem esquerda do Paraná.

A fim de passar por Itapiru, era necessário atacar e destruir este forte. A operação devia ficar a cargo da esquadra, auxiliada pelas forças do Exército. Esse auxílio somente seria eficaz com a ocupação da ilha da Redenção ou do Cabrita, fronteira à fortaleza. Um destacamento a reconhece na noite de 29 de março. Dessa data até 5 de abril, quando foi ocupada, a esquadra e a bateria de Corrales bombardeiam o forte.

Na noite de 5 abril, 900 homens com quatro peças, oito morteiros e uma estativa de foguetes, comandados pelo tenente-coronel Villagran Cabrita, desembarcam na ilha, ou melhor, no banco de areia a que se dava esse nome e que as cheias submergiam. A artilharia do Itapiru varria-a de ponta a ponta. Por isso, os expedicionários, trabalhando a noite toda, ergueram uma linha de trincheiras em ângulo obtuso, com o vértice voltado para a fortaleza paraguaia.

Ao romper o dia 6, a bandeira imperial tremulava pela primeira vez no primeiro pedaço de chão do Paraguai. Viram-na os inimigos e resolveram arrancá-la daquela posição tão próxima e tão perigosa para eles.

Enquanto preparavam seu ataque, Mitre manda o general Hornos explorar os arredores de Itati em busca dum lugar favorável ao desembarque. Hornos verifica que não há ponto algum que se preste à melindrosa operação.

Trava-se durante dias seguidos um duelo de artilharia entre o forte, auxiliado por uma bateria marginal, e as trincheiras de Villagran Cabrita. E os brasileiros, argentinos e orientais iam-se concentrando num estreito espaço de três quilômetros diante do Passo da Pátria.

Na noite de 9 para 10 de abril, López manda atacar de surpresa os imperiais estabelecidos na ilha. O famoso coronel Diaz dirige a operação. Desembarca com mais de 1.200 homens escolhidos, em três escalões, e aproxima-se de madrugada das trincheiras. Suas canoas protegidas pela escuridão haviam abicado à praia sem serem pressentidas. As sentinelas externas da posição brasileira dão o alarma e recolhem-se ao entrincheiramento. As três vagas de assalto do inimigo alcançam os fossos e tentam escalar os parapeitos, mas os brasileiros as repelem a ferro e fogo. Os paraguaios retrocedem e hesitam. Os primeiros clarões da aurora iluminam o combate. É quando a infantaria do Império salta das trincheiras e carrega vivamente os atacantes a baioneta. Dizimados e desmoralizados, eles correm para as suas canoas e procuram fugir. Surgem, porém, no canal navegável do rio, douradas pelo nascer do sol, três canhoneiras brasileiras que metralham os fugitivos. A barragem de fogo dos pequenos navios, que duelam também com o forte, impede qualquer socorro. Ao nascer o dia, jazem na margem e no areal da ilha 640 cadáveres inimigos, metade dos atacantes. Muitos outros caíram prisioneiros ou se afogaram. Dos 1.260 homens de Diaz, mal se salvou a terça parte. Nós tínhamos 157 homens fora de combate. Depois dele, quando a bordo duma chata o tenente-coronel Villagran Cabrita, antigo instrutor de artilharia do Exército paraguaio, escrevia a parte oficial da ação, foi alcançado e morto por uma bala do forte do Itapiru. Pela primeira vez, os brasileiros se batiam sozinhos no limiar do país inimigo e se cobriam com a glória do triunfo. A flor do Exército lopista, como escreveu Palleja, não levou vantagem ante os recrutas brasileiros.

Concentrados estavam os exércitos aliados à margem do rio hostil. E Mitre pensa num desembarque nas imediações de Curupaiti. Da ideia de passar pelo rio Paraná muda-se para a ideia de passar pelo rio Paraguai. Tivera-a o tenente Freitas, comandante da *Ipiranga*, e a expusera em carta a Tamandaré, modestamente. O almirante comunicou a Mitre, mas este continuara a insistir no objetivo anterior. Reunido mais tarde o conselho de generais, Osório insiste pelo desembarque nas proximidades do local apontado pelo tenente Freitas. A 15 de abril, o capitão-tenente Mamede Simões da Silva explora o Paraguai até Atajo e reconhece que a barranca da margem esquerda pouco acima da foz se presta à operação. Esta é decidida

e Osório se comete o encargo de pisar primeiro o solo inimigo à frente dos soldados imperiais. Então, todo o esforço despendido em frente do Itapiru passa a ser mera ilusão tática contra o adversário que não pode esperar a invasão por outro ponto.

Estão prontos a atravessar o rio 37.870 brasileiros e 2.860 orientais. Quantos argentinos? Afirma o historiador Beverina que 25.000. Entretanto, em Tuiuti, no dia 24 de maio, o efetivo argentino era, oficialmente, de 11.000 homens. Como ficaram pelo caminho, num prazo de menos de três meses, 14.000?...

A operação da passagem e desembarque dos aliados no Paraguai é notável. Transportam-se de margem a margem e lançam-se num território ignoto, onde o inimigo conta com todos os recursos e tem tudo a seu favor, 50.000 homens e o seu imenso trem de guerra. Os meios de transporte estavam preparados e escolhidos os pontos de embarque. Osório foi a cabeça que organizou tudo e tudo dirigiu. A esquadra de Tamandaré protegeu a expedição. Deviam ser feitos três desembarques suecessivos, os dois primeiros de tropas imperiais, o último de imperiais, argentinos e uruguaios. Osório iria na primeira leva; Flores, na terceira. Treze vapores conduziram as tropas, rebocando chatas e lanchões.

O embarque começou, em Corrales, à meia-noite do dia 15 de abril pela 1ª divisão sob o comando do general Argolo. Na manhã de 16, embarcou Osório com seu estado-maior. Seguiram-se os embarques dos outros escalões. As divisões da esquadra imperial estenderam-se em linha próximo à margem paraguaia, a fim de obstar qualquer movimento por parte das forças de López. Rompeu-se o fogo contra o Itapiru, chamando para ali a atenção do inimigo.

Quando nasceu o dia 16, já os navios de guerra estavam em posição de combate. Às 8 horas e meia, os transportes puseram-se em movimento, cortando as águas do Paraná, obliquamente, em direção à embocadura do Paraguai. Enfiaram pela boca deste e lançaram ferros meia légua acima da confluência dos dois rios. Eram 9 horas, o bombardeio contra o Itapiru retumbava ao longe, e, rapidamente, por meio de balsas e de pontes sobre canoas, os brasileiros iniciaram o desembarque.

O general Osório fez questão de ser o primeiro a pisar a terra do inimigo, respondendo, assim, ao ultraje da invasão de Mato Grosso e do

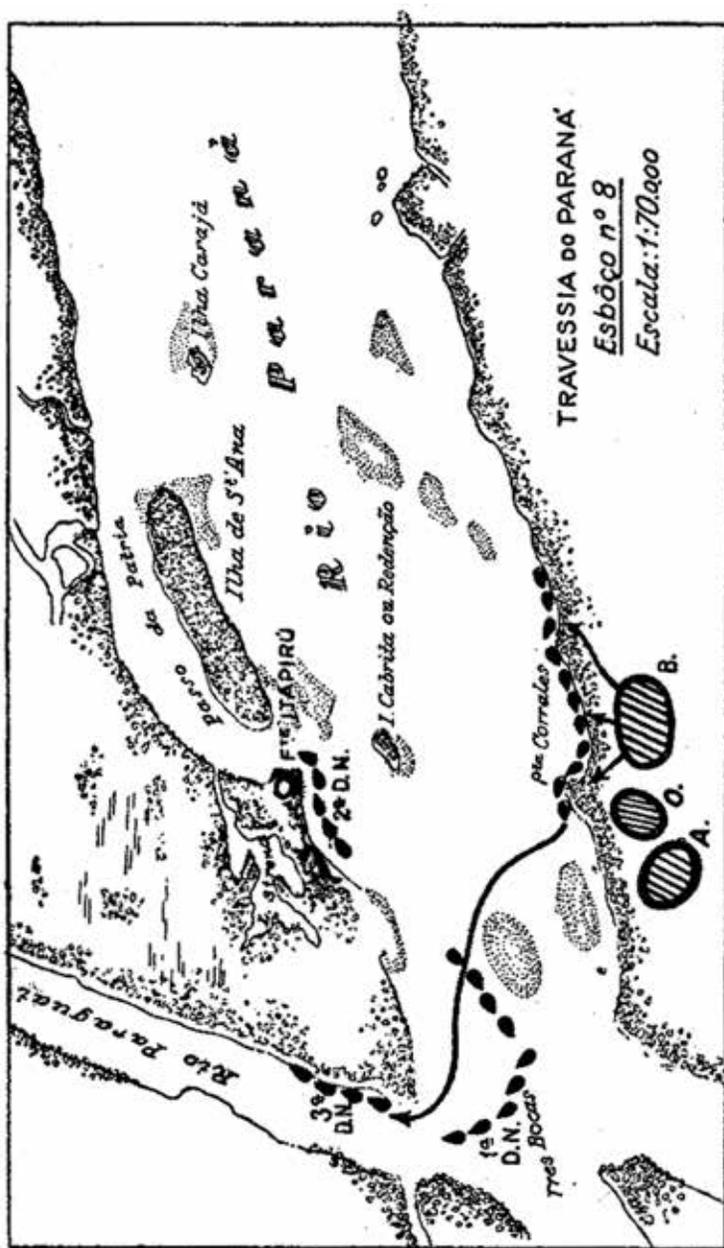
ataque ao Rio Grande do Sul. Acompanharam-no seus ajudantes de ordens e um piquete de lanceiros, no todo 12 homens. Vadearam um banhado com água pelos peitos dos cavalos e avançaram pela macega afora, em face da mataria que mascara os banhados entre a lagoa Sirena e a margem do Paraná. Um pouco mais à retaguarda vinham algumas companhias de infantaria, voluntários do 2º batalhão e soldados do 11º de linha, comandados pelo major Diodoro da Fonseca. Depois, os primeiros elementos do grosso da divisão de Argolo, com artilharia.

López havia deixado quase abandonado aquele lugar, que ia servir de cabeça de ponte aos aliados. Ali, como em outras ocasiões, durante a campanha, iria lançar pequenas forças contra um inimigo superior em tudo, evitando os choques decisivos. A sua tática teria de ser sempre a dos golpes mesquinhos, do entrincheiramento e da surpresa. Em campo raso, receava uma grande derrota que moralmente e materialmente o aniquilasse. Pendor selvagem para a guerra de recursos. O bravo Exército paraguaio merecia um chefe de maior envergadura.

Mais ou menos 2 mil homens, infantes, cavaleiros montados e a pé, mostraram-se diante de Osório, logo adiante dos banhados, onde o general encontrou local apropriado para acampar. Carregam-nos os brasileiros e atiram-nos para longe, para dentro dos bosques. Depois, bivacam sob uma chuva torrencial, cobertos pelos seus postos avançados. Na escuridão da noite, os paraguaios tentam um ataque e são rechaçados.

Durante o dia, haviam desembarcado sem grandes dificuldades 10 mil imperiais com oito canhões. A terceira coluna (uruguaios, brasileiros e argentinos) somente chegou à barranca do desembarcadouro ao cair da tarde, não desembarcando por causa da noite e da chuva senão alguns corpos, com os quais Flores se pôs logo em movimento, juntando-se a Osório.

Ao romper a manhã de 17 de abril, novo ataque dos paraguaios. Forças escolhidas ao mando do tenente-coronel Benítez, mais de 3 mil homens a pé e a cavalo, lançaram-se sobre as nossas linhas. Engajou-se o combate com a 1ª divisão e dois batalhões da 2ª, que formavam a vanguarda. Benítez desenvolveu um ataque frontal, manobra quase sempre perigosa. Osório aguentou o empuxe e mandou o coronel Jacinto Machado com dois batalhões de linha cair sobre o flanco esquerdo do inimigo, que mudou de frente, apresentando ao grosso brasileiro o outro flanco.

TRAVESSIA DO PARANÁ
Esbôço nº 8
Escala: 1:70.000
Rio Paraná
Ilha Carajá
Ilha de Stª Ana
I. Cabrita ou Redenção
Passo da Patria
Fte. ITAPIRU
2ª D.N.
1ª D.N.
3ª D.N.
Rio Paraguai
Tres Bocas
Pta. Corrales
A.
O.
B.

Acometido por este a baioneta, recuou, inteiramente destroçado. Nesse combate, como escreve Palleja, o general em chefe do Império bateu-se *como um cadete!*

Sentindo ser impossível conservar o forte do Itapiru, que ia ser atacado por terra, López evacuou-o no dia 17. A 18, pela manhã, Osório, Paunero e Flores penetraram nele e mandaram hastear sobre seus bastiões a bandeira imperial. Às 11 horas, o generalíssimo Mitre desembarcava junto ao forte e abraçava Osório com estas palavras:

"Sois um herói!"

No mesmo dia, as vanguardas aliadas atiravam-se para a frente pelo estreito caminho do Itapiru ao acampamento do ditador no Passo da Pátria, que as canhoneiras de Tamandaré bombardeavam. A marcha era penosa, sobretudo para a artilharia, pois o terreno alagado e apaulado cobria-se de carriçais e matos impenetráveis. Os generais da Aliança iam à frente com os caçadores a pé da guarda avançada e, assim, atingiram o próprio ponto de desembarque dos inimigos.

López, coberto pela retaguarda às ordens de Diaz, retirava pelo caminho de Humaitá, desistindo de esperar os invasores com os seus 45 mil homens alapardados nos fortes entrincheiramentos de Panambi, em excelente posição estratégica, alta, cercada de pântanos, lagoas, córregos e matagais, que a sua artilharia poderia varrer à vontade. E a extensão paludosa e quase intransitável do Esteiro Velhaco a separá-lo dos invasores.

A retirada paraguaia se fez no dia 19 de abril. Resquín, com o grosso das tropas, foi estacionar ao norte do Esteiro, no Passo Sidra. Enquanto isso, a vanguarda brasileira do general Sampaio detinha-se diante dos entrincheiramentos que lhe cortavam o caminho, trocando tiros com os elementos da retaguarda lopista e preparando-se para o ataque. A 20, substituiu-o o exército de Flores. Pela madrugada de 23, a povoação e o acampamento inimigo no Passo da Pátria eram incendiados por ordem de López. A 25, o resto das tropas e do material dos aliados foram desembarcados à margem direita do Paraná, e a 27 todo o Exército da Tríplice Aliança ali se reunia. Acumulavam-se todos os elementos de guerra naquela pequena península, que ia servir de base de operações à invasão. Estabelecem-se hospitais. Mas a falta de forrageamento e de pastagens ia enfraquecendo e

diminuindo sensivelmente a cavalhada. Do inimigo somente uma ou outra patrulha surgia na orla das matas, desaparecendo logo, como por encanto.

A cobertura do acampamento foi entregue às forças orientais e brasileiras comandadas por Flores. O chefe uruguaio fez vários reconhecimentos e descobertas pelos arredores. A posição da vanguarda, porém, não agradava a Osório, por causa da proximidade da mataria e do Esteiro Velhaco, que poderiam permitir um ataque imprevisto e mortífero, mormente devido ao fato de estarem isolados e mal dispersos os escalões orientais e brasileiros.

Querendo aproveitar aquelas disposições erradas dos invasores, López preparou um golpe de surpresa, ação tão de seu agrado sempre. Organizou uma forte coluna de infantaria ladeada por dois regimentos de cavalaria, entregou o comando a Diaz e mandou que se aproximasse silenciosamente ao abrigo da mataria, caindo inopinadamente pelos três passos – Pires, Silva e Carreta, de modo a envolver os corpos de Flores. A artilharia de Bruguez apoiaria o ataque. Os atacantes deviam numerar uns 6 mil homens.

A 2 de maio, depois de pequeno reconhecimento do esteiro pela manhã, a vanguarda cuidou que poderia ficar tranquila. Contudo, ao meio-dia em ponto, a cavalaria e a infantaria paraguaias saem dos matos e a carregam, recalcando os primeiros elementos de defesa e conquistando alguns canhões. Os primeiros batalhões são envolvidos. A brigada Pessegueiro, que os quer socorrer, envolve-se num corpo a corpo, desorganizada pelos que retiram da primeira linha. Os soldados orientais do "Florida" e do "24 de Abril" recuam quase em desordem.

O alarma generalizava-se ao Exército todo. Osório acorre com a 6ª divisão brasileira do general Vitorino Monteiro e inicia o contra-ataque, detendo a retirada. À esquerda, o general Paunero com unidades argentinas repele a cavalaria paraguaia. Então, os escalões paraguaios varridos pela artilharia, sabreados pela cavalaria e assaltados a baioneta abandonam apressadamente o campo de batalha, perseguidos vivamente pelo 1º e pelo 26º de voluntários que se embrenham no Esteiro Velhaco, são cercados pelo inimigo e resistem até que o 13º de linha e outras unidades os desengajaram.

Nesse combate do Esteiro Velhaco, a luta foi encarniçada. A nossa vitória custou-nos cerca de 250 mortos e de 850 feridos. As perdas

dos orientais foram de 400 homens fora de combate; as dos argentinos, de 49. Flores teve dois cavalos mortos. Osório foi ferido ligeiramente. López perdeu metade do efetivo da força que dispôs para o ataque.

Durante mais de uma quinzena, os aliados montaram sua base de operações e ocuparam-se em reconhecimentos e descobertas do terreno inteiramente desconhecido. As canhoneiras imperiais batiam o rio.

A 19 de maio, preparou-se novo avanço. A cavalhada ia minguando. Forças de cavalaria eram desmontadas e preparadas para o combate a pé. Essa falta de cavalaria iria nos ser prejudicial mais adiante.

Depois do toque de alvorada, no dia 20, o exército invasor pôs-se em movimento. A vanguarda marchou pela estrada real que vai do Passo da Pátria a Humaitá. O grosso seguiu na mesma direção. As cavalarias argentinas e a 4ª divisão brasileira flanquearam o grosso pelo Passo Carreta, as primeiras, pelo Passo Sidra, a segunda.

As guardas avançadas de Flores foram topando, ao vadear o esteiro, elementos da retaguarda paraguaia, que se entocavam em trincheiras, oferecendo, porém, pouca resistência à ação da artilharia e da cavalaria.

Ao norte do Esteiro Velhaco, havia um pedaço de terreno entre a lagoa Pires, a oeste, e o Esteiro Rojas, a leste, elevado e seco, mas isolado no meio dos pântanos e da mataria, cujos caminhos eram desconhecidos, onde todo o Exército Aliado acampou. A coberto do arvoredo, invisíveis, os entrincheiramentos de López cortavam todas as passagens apoiados na lagoa e no esteiro invadeáveis. Um único boqueirão poderia permitir a travessia, se dele fosse possível apoderar-se: a famosa Bocaina. Por trás das trincheiras, adensados nas matas, conhecendo todas as veredas e passos, os paraguaios estavam no seu elemento verdadeiro de luta, a tocaia.

Os aliados estavam dentro de verdadeiro saco e López vai aproveitar o desfavor de sua posição para lançar contra eles o seu exército em massa, a fim de aniquilá-los. Flores acampa com a vanguarda diante da mata misteriosa. Apoia-o o glorioso 1º regimento de artilharia a cavalo, o célebre *Boi de Botas*, comandado pelo tenente-coronel Emílio Mallet, de prontidão permanente, com as baterias em posição por trás dum fosso largo e profundo, cavado no silêncio noturno e sem respaldo ou parapeito, de modo que não podia ser suspeitado pelo inimigo. Mais atrás, as divisões

brasileiras de Vitorino e Sampaio. Depois as de Argolo e Guilherme Xavier de Sousa. Enfim, a cavalaria, quase toda a pé, dois batalhões de voluntários e a brigada de Gomes de Freitas. Na retaguarda, sobre o Velhaco, a brigada do general Neto. Eram 21 mil homens prontos para a luta.

Na frente, os orientais numeravam pouco mais de mil homens. À direita, os argentinos, mal passavam de 10 mil. São, ao todo, uns 32 mil homens. Contra eles, López vai atirar 24 mil soldados escolhidos, num ataque frontal secundado por dois ataques de flanco. O coronel Diaz deve comandar o ataque pela frente, trazendo Marcó as suas ordens: Resquín lançar-se-á sobre a direita dos aliados; Barrios assaltará a esquerda. O primeiro conduz aproximadamente 9 mil homens com quatro obuses; o segundo, mais de 6 mil; e o terceiro, 8.700.

Na tarde de 23 de maio, quando reina a tranquilidade nos arraiais dos invasores, ele prepara tudo e arenga às tropas concentradas nas matas. O sinal do ataque seria dado às 9 horas da manhã seguinte com um foguete de guerra. A demora, porém, das forças na difícil travessia dos passos só permitiu que esse anúncio fosse feito quase ao meio-dia.

Então, as cornetas e tambores dos aliados deram o alarma, e, saindo da mataria e dos pajonais, as testas das colunas paraguaias precipitaram-se contra as linhas brasileiras, argentinas e orientais. Travou-se a batalha furiosamente. Os elementos da extrema vanguarda refluem, recalcados pela cavalaria de Diaz, e vão abrigar-se por trás da artilharia de Mallet. Os cavaleiros paraguaios galopam pela borda dos banhados e carregam as baterias, precipitando-se no fosso, em confusão. E os canhões os metralham à queima-roupa.

A vanguarda de Diaz, comandada por Marcó, dissolve-se sob o fogo das peças raiadas, mas o grosso, vomitado pela mataria, avança como uma onda, a fim de romper o nosso centro. A divisão de Sampaio contra-ataca e bate-se com furor. Depois de violento fogo de fuzilaria, cruzam-se as baionetas e, depois do choque das duas linhas, os paraguaios começam a recuar. Durava o combate havia cinco horas e novas ondas adversárias eram despejadas pelas bocainas do arvoredo, quando Osório leva uma brigada da divisão de Argolo, seguida por outra da de Xavier de Sousa, em socorro do centro. Ao mesmo tempo, Vitorino avança, levando tudo de vencida, pela direita do centro.

Barrios penetrara em massa no potreiro Pires e recalcara a brigada do general Neto. Ia cair sobre a nossa retaguarda. Osório lança para ali, em contra-ataque vigoroso, oito batalhões de voluntários e a cavalaria a pé de Mena Barreto. A artilharia a pé abre o fogo naquela direção. Barrios recua e retira com as suas forças dizimadas.

A luta estava também engajada com os argentinos. As divisões de Rivas e Arredondo carregam em linha os soldados de Resquín, que se põem em fuga pelo esteiro.

A alma da batalha de 24 de maio, chamada de Tuiuti, foi, sem dúvida, o general Osório. Ele vê tudo, corre a todos os pontos da pugna, entusiasma os soldados, bate-se como um simples lanceiro, toma as medidas, movimenta as tropas e ganha a vitória, como o reconhece o próprio generalíssimo Bartolomeu Mitre.

Ao entardecer, a derrota dos paraguaios era completa. "Seu exército – escreve Thompson – estava inteiramente destruído." Seis mil cadáveres de farda vermelha juncavam o campo da peleja. Os aliados conquistaram bandeiras, estandartes, os quatro obuses e muitos outros troféus.

Os brasileiros tiveram 3 mil homens fora de combate, dos quais somente uns 700 mortos; os argentinos, 606; os orientais, 296.

Por não terem mais cavalaria e por causa da noite próxima, não puderam os brasileiros perseguir os destroços do Exército paraguaio.

López mandou anunciar que ganhara a batalha e tocar as músicas militares festivamente, enganando seu exército e seu povo, recolhido no acampamento do Passo Pocú...

Estava destruída de vez a superstição do desmesurado valor das armas paraguaias. O Exército Aliado achava-se agora solidamente aferrado ao solo inimigo, com sua base de operações no Passo da Pátria. A esquadra de Tamandaré dominava os rios. A falta de elementos de mobilidade, o desconhecimento do território inimigo e os formidáveis entrincheiramentos de López iam, no entanto, deter a marcha invasora. A campanha entraria em novo período – o da guerra de posição, demorado, cruel, exigindo dos beligerantes a maior soma de sacrifícios possível. Mas o triunfo definitivo seria somente questão de tempo.

BATALHA DE TUIUTI
Esbôço nº 10
Escala: 1:50.000
Rojas
Estero
Jatai Cora
Vg. FLORES
Potrero Pires
3ª D.I.
6ª D.I.
1ª D.I.
4ª D.I.
D.C
5ª D.C.
NETO
34
1º C.Ex. MUNERO
2º C.Ex. MITRE
CÁCERES E HORNOS
Estero Bellaco

D) A GUERRA DE POSICÃO

Vai processar-se na ponta meridional do território inimigo a longa e sangrenta guerra de posição até que novos meios permitam conhecer melhor a topografia do ínvio teatro das operações e que a ação dum grande cabo militar possa lançar o exército na guerra de movimento, que trará aos aliados a vitória definitiva.

Enquanto os aliados se preparam para a nova fase da luta, López de seu lado reorganiza suas tropas, arrebanha recursos e melhora suas posições, estabelecendo ligações telegráficas e postos de observação (*mangrulhos*). Durante o mês de junho de 1866, aliados e paraguaios limitaram-se a tiroteios de infantaria e bombardeios de artilharia, de posição a posição. Nos primeiros dias de julho, o ditador tentou um golpe sem consequências contra os invasores, na região do Esteiro Rojas, em que havia diversas ilhotas e um palmeiral, conhecida pelo nome de Iataiti-Corá.

Na tarde de 10, os paraguaios avançaram por ali, desembocando dos bosques e rompendo o alagadiço, contra a vanguarda argentina. Eram dois batalhões da infantaria lopista contra duas companhias da de Mitre, um pela frente, outro tentando o envolvimento pela direita. A infantaria correntina acudia à guarda avançada e ajudou a repelir os atacantes.

No dia seguinte, novo ataque, também à tarde, com um bombardeio sobre o flanco esquerdo aliado, para distrair a atenção. Os argentinos da vanguarda recuam destroçados; mas, socorridos pela brigada Rosetti e a reserva de Paunero, sustentam o fogo e rechaçam o inimigo ao cair da noite.

Desde maio, Osório dera parte de doente. Em julho, enfermou de tal sorte que não montava mais a cavalo. A 15 de julho, o general Polidoro, visconde de Santa Teresa, substituiu-o. E o herói de Tuiuti recolheu-se à pátria pelo transporte *Jaguaribe*.

Infeliz nos seus ataques parciais, López não se atrevia a nova ofensiva e ia fortificando-se nas linhas de Rojas, em frente do acampamento dos invasores. As matas permitiam que seus soldados vigiassem todos os movimentos dos adversários, bem acobertados. Conhecedores de seus meandros, varavam-nas facilmente pelos passos entre carriçais e pantanais sombrios. E, tendo verificado que adiante do lugar denominado Sauce,

onde havia um boqueirão, a Bocaina, poderia enfiar o flanco dos aliados, hostilizando-os com vantagem, entrincheirou-o e artilhou-o.

Silenciosamente, trabalhando à noite, seus soldados construíram ali dois setores entrincheirados, um maior e outro menor, guarnecidos de artilharia que, em caso de perigo, poderia ser retirada ao abrigo dos bosques. Essas trincheiras punham em perigo as posições aliadas. Era necessário atacá-las e delas desalojar o inimigo.

A 16 de julho, levou-se o ataque ao setor menor, conquistando-o. Para isso, o general Polidoro fez proceder a dois ataques ao mesmo tempo, um frontal e outro de envolvimento pela esquerda. O general Guilherme Xavier de Sousa comandou o primeiro à frente de 3 mil homens, ao romper do dia. A linha entrincheirada foi tomada a arma branca, rapidamente, mas o inimigo correu a acoutar-se numa segunda linha, dentro do mato, de onde somente foi desalojado após um dia de combate, a 16 de julho, com o auxílio de importantes reforços brasileiros e argentinos, tendo a força de Guilherme Xavier de Sousa perdido tanta gente que foi necessário substituí-la pela divisão do general Argolo. Mais tarde, a de Vitorino Monteiro rendeu a deste. E a luta prolongou-se noite adentro com alternativas de recuos e avanços.

O ataque pela esquerda, conduzido por José Luís Mena Barreto, topou com um lance de trincheira bem artilhada e guarnecida dentro da mataria, e teve de retirar para o potreiro Pires, depois de vivíssimo combate, sem alcançar seu objetivo.

Chamava-se àquele setor Naró e custou grandes sacrifícios a sua tomada. Além dela, foi impossível progredir.

No dia 18, travou-se um combate ainda mais cruel e mortífero, no qual se empenharam as forças de Vitorino, tropas argentinas e uruguaias, um total de 11 batalhões, para a conquista dos pontos avançados do Boqueirão, fazendo com que os paraguaios desistissem de permanecer no setor maior, o de Carapá, recolhendo-se às linhas do Sauce, onde ficaram os seus elementos de vigilância, cobrindo novas posições que se denominariam as Linhas Negras.

*

Por decreto de 20 de julho de 1865, o governo imperial constituirá com as tropas que haviam operado contra Estigarribia um 2º Corpo do Exército Brasileiro, entregando seu comando ao tenente-general conde de Porto Alegre. Destinou-se-lhe a missão de servir de reserva ao 1º Corpo, então em campanha contra os paraguaios de Corrientes. Das instruções dadas a Porto Alegre constava que ele deveria cobrir as fronteiras do Império de qualquer invasão pelo lado de Corrientes, socorrer, quando preciso, o Exército Aliado em operações no Paraguai e atrair a atenção do inimigo pelo lado de Itapuá, inquietando-o e mesmo invadindo-lhe o território.

Porto Alegre estabeleceu seu quartel-general em Bagé e aparelhou-se para entrar em campanha, incorporando ao seu grosso os reforços que o Império lhe enviava. Em janeiro de 1866, tinha sob suas ordens 4 mil infantes, 8 mil cavaleiros, mil homens de corpos especiais e 20 canhões. Providenciou para atravessar o Uruguai, lutando com múltiplas dificuldades, até 11 de março, quando iniciou essa operação. No dia 20, acampou em Itapuá, no território de Corrientes. A 12 de abril, estava em S. Tomás, defronte de Itapuá, pronto para a ação.

Da sua correspondência com o generalíssimo Mitre resulta claramente que este entendia que ele devia invadir o Paraguai, depois de atravessar o Paraná, e que o general brasileiro, sem se recusar à operação, assinalava as dificuldades de realizá-la e pedia os meios necessários para isso.

Enfim, a junta de guerra dos chefes aliados decidiu chamá-lo para a Confluência, onde se tornava imprescindível o concurso do 2º Corpo, bastando deixar quatro corpos de cavalaria com o general Portinho, a fim de cobrir a fronteira do Rio Grande.

A fim de reunir-se ao grosso aliado, Porto Alegre marchou de S. Tomás até abaixo da Tranqueira de Loreto. Daí por via fluvial, transportado pelos navios da esquadra, foi desembarcar no Itapiru, onde chegou com o efetivo de 10 mil homens.

Desde maio, Mitre tinha a ideia de operar sobre o flanco esquerdo da posição fortificada do inimigo, reconhecendo, porém, que só oportunamente isso poderia ser levado a efeito. Por enquanto, como era impossível romper as posições paraguaias pela frente, a esquadra teria de agir no rio Paraguai, no sentido de conseguir nova base de operações que pudesse facilitar os movimentos futuros dos aliados.

Disso veio ao almirante Tamandaré a ideia de fazer atuar o corpo de exército de Porto Alegre, de acordo com a força naval às suas ordens. O governo imperial determinara que aquele corpo podia ficar subordinado ao comando em chefe da Aliança, agir de concerto com a esquadra ou mesmo separadamente.

Em meado de agosto de 1866, o 2º Corpo do Exército Imperial estava concentrado no Itapiru. A 18, reuniu-se uma junta de guerra, com a presença de Mitre, Flores, Polidoro, Porto Alegre e Tamandaré. Depois de se trocarem ideias sobre as operações militares, resolveu-se que o corpo de Porto Alegre subisse o rio Paraguai na esquadra e procurasse apoderar-se das fortificações inimigas de Curuzu c Curupaiti, de maneira a ameaçar "pela retaguarda o flanco direito das principais e extensas linhas" dos paraguaios.

Após o reconhecimento armado, seguido de bombardeio, pela esquadra, o 2º Corpo desembarcaria e iniciaria o ataque. Ao mesmo tempo, Flores à frente duma massa de cavalaria ameaçaria desbordar o flanco esquerdo, e se atacaria a frente dos entrincheiramentos do Sauce e de Rojas. Era uma operação de conjunto, de grande vulto, na qual se empenhariam 42 mil homens, efetivo dos aliados no momento.

Mitre oficiou a Porto Alegre para que embarcasse com 5 ou 6 mil homens, pondo-se sob as ordens de Tamandaré. O general brasileiro retrucou que achava o efetivo diminuto e em desacordo com o que se estabelecera na junta de guerra, sobretudo diante da possibilidade de ser atacado por forças superiores reunidas nas florestas e lançadas de surpresa sobre o desembarque. Por isso, levaria 8.311 homens, sem impedimento. Quanto a ser comandado pelo almirante, que admirava e estimava, não podia, pois a antiguidade de sua patente, igual à de Tamandaré, não permitia isso do ponto de vista hierárquico. E mais: "Operado o desembarque, só eu tenho a competência e a responsabilidade para conhecer da vantagem ou desvantagem de um movimento a ordenar-se."

Como em Uruguaiana, o grande general do Império, com o seu magnífico espírito de brasilidade, punha em xeque o comando supremo do chefe argentino.

Alarmado, Mitre convocou nova junta para o dia 28 de agosto. Nela declarou precisar 28 dias para preparar o Exército argentino e iniciar

qualquer movimento; que os aliados não estavam em condições de atacar as posições fortificadas do inimigo; contudo, não se podia demorar a operação. Referiu-se também ao comando em chefe, dizendo estar disposto a abandoná-lo, se fosse preciso, embora continuando a combater com suas tropas ao lado dos brasileiros e orientais. Tamandaré respondeu que o exército de Porto Alegre devia ser equiparado ao de Polidoro, quando em campo com o Exército Aliado; mas só obrigado a executar, quando ligado à esquadra, o resolvido nas juntas a que tivesse comparecido seu general.

Ladeava-se mais uma vez, sem liquidá-la, a delicada questão da chefia dos exércitos dos três beligerantes.

A esquadra encontrava-se a jusante do Curuzu, na volta do Palmar. Os paraguaios hostilizavam-na com torpedos, brulotes e barcos carregados de pedra, largados à noite ao sabor da forte correnteza. Das matarias das barrancas atiravam-lhe foguetes. Nenhum desses meios de ataque logrou seu objetivo. Os escaleres de ronda afastavam os engenhos inimigos e a metralha das peças varria as margens. O número dos encouraçados aumentara com a chegada do *Rio de Janeiro* e do *Lima Barros*.

Ao sul e a uma légua de Humaitá, ficava a posição fortificada de Curupaiti, apoiada no rio pela direita, cobrindo o caminho do Sauce para aquela fortaleza. A sua posse daria aos aliados meios de cortar a retaguarda das posições frontais paraguaias, obrigando-as a um recuo em toda a linha. Para melhor resguardá-la, López estabelecera uma posição avançada a cerca de dois quilômetros, o Curuzu, guardada por mais de 2 mil homens com 13 bocas de fogo. O terreno em volta do entrincheiramento era intransitável: lameiros, espinheiros, lagunas e carriçais.

As tropas de Porto Alegre embarcaram a 31 de agosto, levando três dias de municiamento. De bordo, o general escreveu a Polidoro, insistindo pela ação conjunta nos outros pontos da linha, a fim de garantir o êxito de sua arriscada operação. No dia 1º de setembro, pela manhã, os transportes puseram-se em marcha. Desde a madrugada, os navios de guerra reconheciam e sondavam o rio em frente às posições inimigas. Às 11 horas, os encouraçados começaram a batê-las com a sua artilharia. O inimigo respondeu com violência. Até o pôr do sol durou o bombardeio. Nesse reconhecimento, perdemos o encouraçado *Rio de Janeiro*, que foi a pique, alcançado por dois torpedos.

À 1 1/2 hora da tarde de 2 de setembro, o corpo de exército de Porto Alegre desembarcou na Guarda do Palmar, abaixo do Curuzu. A 2ª brigada de infantaria lançou-se logo para a frente, cobrindo a operação. Depois, o grosso a seguiu por uma picada, entre taquarais, e a vanguarda avistou, perto das 3 horas, a bandeira tricolor esvoaçando acima das trincheiras perdidas no pântano. Nossas guardas avançadas entrincheiraram--se na orla da mata, dispuseram-se os elementos de vigilância e passou-se a noite em sossego, ao clarão do incêndio que os paraguaios atearam em alguns pontos do mato.

Ao amanhecer de 3 de setembro, a artilharia imperial, abrigada em espaldões, rompeu o fogo. O Curuzu respondeu com energia. Depois da preparação de artilharia, Porto Alegre determinou o ataque: uma divisão de infantaria pela esquerda, outra pela direita e a 3ª (cavalaria a pé) de reserva. Alguns elementos de cavalaria guardavam os flancos das duas colunas em marcha.

Ao toque de avançar, os infantes imperiais precipitaram-se a passo de carga sobre as trincheiras que lhes cuspiam balas de mosquetaria e metralha. Transpuseram os fossos, galgaram os parapeitos e apoderaram-se a arma branca da posição, conquistando três bandeiras e as 13 bocas de fogo. O inimigo fugiu destroçado e perseguido corpo a corpo até perto das linhas de Curupaiti.

Desconhecendo o terreno e os recursos do inimigo ali, Porto Alegre deteve a sua marcha vitoriosa e acampou no Curuzu.

Em Tuiuti, quando se deu o ataque, o Exército Aliado limitou-se a movimentos sem importância militar. Só no dia 4 Flores tentou o seu reconhecimento de cavalaria sobre o flanco esquerdo paraguaio, afastando-se muito pouco, porém, do campo aliado. A operação do Curuzu foi, portanto, executada pelo barão de Porto Alegre isoladamente.

No dia 4, Mitre, Flores e Polidoro conferenciaram em Tuiuti. O comandante do 1º Corpo Imperial estava inquieto pela sorte do 2º Corpo. Polidoro foi ao Curuzu, no dia 5, e conversou com Porto Alegre e Tamandaré. A 6 de setembro, o general brasileiro pediu reforços para atacar Curupaiti, insistindo pelo ataque simultâneo em toda a linha, de modo a flanquear o inimigo, reunindo-se os atacantes à sua retaguarda, depois dele ser recalcado sobre Mumailá. Mas as dificuldades do terreno e a ignorância

dos aliados quanto ao mesmo e quanto às posições de López a coberto dos pauis e das matas, fez com que se fosse adiando a solução do caso e se pensasse noutro plano de manobra talvez mais viável.

Concertou-se o novo plano entre Mitre, Polidoro e Flores: reforçar o 2º Corpo, entregar o ataque de Curupaiti à direção de Mitre, organizar três colunas de manobra com forças do Exército Aliado e realizar um ataque convergente sobre a linha adversa. Polidoro, de reserva em Tuiuti, entraria em ação no momento oportuno. A 8, Polidoro foi ao Curuzu comunicar essas resoluções a Porto Alegre.

Houve aí uma série de divergências sobre a nacionalidade dos reforços, sobre o comando do ataque, etc., nas quais tanto Porto Alegre como Tamandaré sempre se mostraram em excesso ciosos da predominância das armas do Império. O comando de Mitre em Curupaiti desagradava aos dois grandes brasileiros. Ambos protestaram contra ele. Mitre firmou-se, porém, na resolução de levar os argentinos ao ataque do bastião paraguaio, de assumir a direção da operação e de confiar o comando em chefe de Tuiuti ao general Flores. Chocaram-se as suscetibilidades. Houve desgostos de todos os lados.

Entrementes, na tarde de 10 de setembro, apareceu uma bandeira branca nas linhas centrais do inimigo. Alguns homens saíram das trincheiras. As sentinelas, não tendo visto a bandeira, fizeram fogo e eles recolheram-se às suas linhas. No dia 11, pela manhã, nova bandeira e um parlamentário entregou uma nota de López, convidando Mitre para uma entrevista.

O generalíssimo comunicou-a a Flores e Polidoro, respondendo que a aceitava no Passo de Iataiti-Corá, às 9 horas da manhã de 2 de setembro.

À hora marcada, fardado de general e envolto no seu poncho bordado, lá estava o ditador do Paraguai, com uma escolta de 21 dragões e um estado-maior de 30 oficiais. Nas matas, em derredor estava emboscado, no receio de qualquer surpresa, um batalhão de fuzileiros. Mitre compareceu com seus ajudantes de campo e um piquete de cavalaria. Os dois chefes de Estado conversaram longamente, ora de pé, ora sentados à sombra do palmeiral, fumando charutos. Ignoraram-se os assuntos que debateram durante *cinco horas seguidas*.

López manifestou desejos de conversar com Flores e Polidoro. Mitre convidou-os. O general brasileiro recusou o convite com altivez e desassombro. Flores foi de má vontade, pronunciou poucas palavras e retirou-se com arrebatamento. Parece que o ditador procurou induzir o presidente argentino a deixar a Aliança e tratar com ele. Mitre recusou-se. Antes de se despedirem, os dois trocaram cordialmente os rebenques, como lembrança do encontro. No dia seguinte, o generalíssimo escreveu a López, comunicando que os chefes aliados haviam decidido nada resolver e sim comunicar as aberturas de paz aos respectivos governos. Os governos acabaram resolvendo não dar nenhuma resposta.

O fim de López, provocando aquela entrevista, não era ditado por um desejo de paz, mas sim pelo de ganhar tempo, o que lhe permitiu, com o auxílio de Thompson e o trabalho noturno de seus soldados, reforçar os entrincheiramentos de Curupaiti, e artilhá-los e guarnecê-los, de modo a torná-los inexpugnáveis. Era essa demora que Porto Alegre temia, insistindo pelo ataque imediato. Além disso, em conversa com os oficiais argentinos, os oficiais paraguaios conseguiram os informes de que careciam sobre o projetado ataque de Curupaiti, no qual colaborariam as tropas de Mitre.

No dia 11, com efeito, a infantaria do 2º Corpo argentino já havia embarcado para o Curuzu com a brigada brasileira do coronel Paranhos. No dia 13, após a conferência, Mitre seguiu para ali, nos navios brasileiros, com o 2º Corpo.

O avanço brasileiro contra Curupaiti, já coroado de êxito no Curuzu, ameaçava o caminho do quartel-general de López no Passo Pocú. Se os imperiais se interpusessem entre as linhas de Rojas e Humaitá, o recalque do Exército paraguaio era inevitável e estavam perdidas suas melhores posições de defesa. Era, pois, urgente impedi-lo. Para isso, com o precioso tempo obtido com a súbita parada de Porto Alegre e as conversas com Mitre, se reforçaram os defensores da posição, pondo-se nela 5 mil homens escolhidos, sob as ordens de Diaz, montando-se oito canhões de oito polegadas, quatro para terra e quatro para o rio, estabelecendo-se várias baterias de peças de 32 e de 12, algumas raiadas. Eram ao todo 45 bocas de fogo. Cavaram-se duas linhas de trincheiras paralelas, uma de vigilância e a outra de resistência, que podiam flanquear com seus fogos as

massas dos atacantes. Na tarde de 21 de setembro, estava tudo pronto e os aliados ainda se não haviam mexido.

Nesses 19 dias, contados desde a tomada do Curuzu, argentinos e brasileiros discutiram planos e moveram tropas. De 16 para 17, as chuvas torrenciais interromperam os seus preparos. As balas da esquadra pouca mossa fizeram nas obras defensivas de terra do inimigo.

Na manhã de 22, Tamandaré iniciou a ação. O fogo da esquadra durou quatro horas e meia. Seus resultados foram quase nulos. Dezenove mil homens, argentinos e brasileiros em partes iguais, sob o comando de Mitre, ouviram ao meio-dia o toque de avançar e em quatro colunas lançaram-se ao assalto, apoiados pela artilharia. A infantaria desenvolveu-se a marche-marche, os brasileiros contra o flanco direito paraguaio, os argentinos contra o esquerdo, serpenteando pelo plaino lamacento. Transpôs as bocas de lobo, os abatises, atulhou de faxinas os fossos e penetrou a baioneta no primeiro entrincheiramento. As duas colunas interiores deveriam submergir o centro da resistência paraguaia. As duas exteriores tinham de desbordar as alas. Mas López defendera-as bem e o ataque, falindo nas extremas, tornou-se mero ataque frontal sob a mosquetaria e a metralha do inimigo bem fortificado. Mortandade espantosa!

Os brasileiros seguiram pela margem do rio meio protegidos pelo mato, estenderam seus escalões fora das picadas, apoiaram-nos com as reservas e conseguiram lançar alguns elementos dentro da segunda trincheira.

Ante as dificuldades insuperáveis do ataque e as perdas terríveis das forças em ação, o generalíssimo mandou tocar a retirada. Então, os aliados retraíram-se sob o violento fogo do inimigo, depois de 2 horas da tarde, com as suas bandeiras desfraldadas, deixando a zona de combate juncada de mortos.

Os brasileiros perderam 360 homens e tiveram 1.390 feridos. Os argentinos contaram 2.082 homens fora de combate. Os cadáveres nus foram atirados no rio pelos paraguaios, amarrados dois a dois. A lenta procissão derivou pela correnteza e veio boiar em torno da esquadra, que pescou os corpos e lhes deu sepultura cristã.

E os ataques simultâneos nos outros pontos da linha? Flores avançou com as cavalarias, mas retraiu-se, tendo notícia do malogro do

ataque de Curupaiti. Polidoro não foi prevenido oportunamente, como estava previsto, e conservou-se no seu acampamento.

O revés inesperado dos aliados diante daquelas trincheiras formidáveis encheu de alegria os paraguaios e abalou o moral dos invasores. Era a primeira vitória do inimigo dentro do seu território. Os generais brasileiros atribuíram a maior culpa do desastre e, com certa razão, à ação do general Mitre. Tinha o Exército da Tríplice Aliança agora de volver ao seu primitivo ponto de partida e de encontrar outro plano, outro caminho que o arrancasse daquela demorada, penosa e dura guerra de posição, aferrado à ponta meridional do ínvio território do Paraguai.

A guerra vai estabilizar-se até meados de 1867. Hostilizar-se-ão dia e noite as posições adversas fronteiras, mas não haverá uma única ação de monta. Os canhoneios da esquadra continuarão sem resultado prático. Lavrará certo desânimo nos arraiais aliados. A política argentina chamará Mitre a Buenos Aires; a política uruguaia, Flores a Montevidéu, onde será assassinado.

É necessário um homem novo. São precisos elementos novos para que se não eternize a campanha e para que os exércitos se movam e vençam sob as ordens dum cabo experiente e sábio. É o sol de Caxias que se levanta nos horizontes do Prata. Com ele estará finda a inação e começará a guerra de movimento, a Grande Guerra.

E) A GUERRA DE MOVIMENTO

A guerra de posição detivera os invasores na ponta meridional do território paraguaio, espécie de península fluvial que as trincheiras insuperáveis do inimigo cortavam até a barranca do rio Paraguai, entremeadas de lagoas, pântanos e bosques. O revés de Curupaiti tornara impossível o flanqueamento dessas posições pela direita das forças de López. Restava o caminho da esquerda, mas desconhecia-se completamente o terreno.

A fortaleza de Humaitá, numa volta do Paraguai, fechava o seu curso e a esquadra não poderia forçar a passagem sem material apropriado para a operação e sem que o exército conquistasse uma base de aprovisionamento para ela acima da fortificação, sob pena de ficar isolada e de ser obrigada a voltar sob o fogo de Humaitá para se abastecer.

Os navios de madeira que haviam vencido no Riachuelo e arrostado as baterias de Bruguez, em Cuevas e Mercedes, estavam reduzidos ao papel de meros auxiliares e os nossos encouraçados ofereciam grande alvo às balas inimigas para o forçamento daquela travessia.

O prosseguimento da guerra, com a sua natural transformação em nova fase, dependia dum chefe de prestígio e valor, bem como de elementos que permitissem afrontar os canhões de Humaitá e reconhecer os terrenos do flanco esquerdo paraguaio.

A esquadra foi dotada de monitores, que a experiência da Guerra da Secessão demonstrara como únicos engenhos capazes de operações arriscadas em rios artilhados. Ao exército se deram balões, cujos operadores puderam verificar a possibilidade de uma marcha de flanco. E o homem escolhido para dirigir a guerra foi o então marquês de Caxias, a maior espada do Brasil imperial.

Depois de Curupaiti, Porto Alegre ficou acampado em Curuzu. Mitre regressou com seus argentinos para Tuiuti. Henrique Castro assumiu o comando dos orientais na ausência de Flores. Até outubro, a situação continuou inalterada. No dia 1º desse mês, Polidoro pediu licença para retirar-se, alegando sua avançada idade, 64 anos. A 10, o governo imperial nomeou Caxias comandante em chefe das forças brasileiras em operações contra o Paraguai, terrestres e navais. Era o comando único do Exército imperial, primeiro passo para o comando único dos aliados, meio feliz de acabar com todas as rivalidades e conflitos de jurisdição. A política o afastara do comando com suas manobras de bastidores, em 1865; agora, porém, o perigo em que se achavam os invasores obrigava-a a ceder diante do prestígio militar do grande cabo de guerra.

Caxias chegou a Corrientes no dia 14 de novembro e conferenciou longamente com o almirante Tamandaré. Desembarcou a 18 no Itapiru, pela manhã. À tarde, estava em Tuiuti. A 19, comunicava em ordem do dia ter assumido o comando em chefe. Conversou com Mitre, e visitou Porto Alegre e a esquadra. Trazia como instruções que provocara as seguintes: voto independente nas deliberações, embora o comando supremo estivesse nas mãos de Mitre; direito de não destacar forças brasileiras para ficarem sob a chefia imediata do generalíssimo, que somente poderia determinar a execução geral das operações resolvidas em conselho de gene-

rais; prosseguir a guerra sozinho no caso de aceitação de propostas de paz pelos outros aliados; proibição de tratar com López ou com gente de sua família; não reconhecer nenhum outro general em chefe, no caso de ausência do presidente da Argentina; poder tomar as medidas extraordinárias que julgasse preciso.

Esboça-se desta sorte a concentração do comando supremo com a concentração do comando das forças imperiais.

Tamandaré, velho e fatigado, é substituído a 3 de dezembro pelo almirante Joaquim José Inácio, depois visconde de Inhaúma. Com Porto Alegre, ele dera provas de alta brasilidade e sempre se batera contra todas as manobras tendentes a demorar a guerra, galinha dos ovos de ouro dos fornecedores do Prata, cornucópia que enriqueceu formidavelmente a República Argentina e foi a base de sua riqueza atual. Um rio de dinheiro era canalizado do Império para Buenos Aires. E, todas as vezes que podia, se manifestava contra os retardamentos favoráveis aos interesses particulares dos argentinos. Essa parte oculta da campanha merecia dum historiador arguto um estudo especializado.

A unificação do comando foi seguida da mobilização dum 3º Corpo de Exército no Rio Grande do Sul. Osório, ainda doente, foi encarregado dessa tarefa, em que deu as mesmas provas de pertinácia, valor e senso de organização que já dera em Dayman e Concórdia. Impunha-se também sua volta ao teatro das operações. Seu nome era a bandeira que acendia a coragem dos nossos soldados.

Assumindo o comando, Caxias tratou de reorganizar o Exército brasileiro e pôs nesse empenho todas as suas grandes qualidades de chefe. Em fevereiro de 1867, Mitre retirou-se e passou-lhe o comando supremo dos aliados. A agitação política na Argentina obrigava-o a regressar a Buenos Aires. Aliás, diante da estrela de Caxias, a luz da sua empalidera para sempre. O general imperial vai ser desse momento em diante a figura central da campanha.

A nova preparação do Exército sofre rude golpe com a epidemia de cólera que se espalha entre as tropas, invadindo hospitais, depósitos e acampamentos. Dura até a primeira quinzena de maio e dizima sobretudo o corpo de Porto Alegre, isolado nos pauis do Curuzu. Os paraguaios também foram atingidos pelo flagelo e com ele sofreram horrivelmente.

Em maio, Polidoro retirou-se e entregou o comando do 1º Corpo a Argolo. O 2º Corpo transladou-se para Tuiuti. As operações vão recomeçar pelo flanco esquerdo das posições de López.

A 24 de junho, faz-se a primeira ascensão em balão cativo. O aerostato sobe 330 metros. Um guia paraguaio e um engenheiro polônio a serviço dos argentinos serviam como observadores. O nevoeiro prejudicou a visão. A 12 de julho, outras ascensões, uma das quais a 100 pés de altura, sob o fogo do inimigo. Os observadores, especialmente um capitão do estado-maior, retificam várias posições, verificando que o terreno do lado do rio Paraná se prestava às operações de guerra por ser menos cortado de banhados e de bosques. No dia 13, efetua-se nova ascensão. A 20, outra, atingindo 450 pés de altura. A 21, ainda outra. Os paraguaios disfarçavam já suas posições com a fumaceira das fogueiras de lenha verde. A 22, a última.

Durante esse período todo, os paraguaios reforçaram suas fortificações, sobretudo do lado de Curupaiti e do Sauce, reunindo reservas, fundindo canhões e abrindo estradas. O flanco esquerdo, porém, continuava aberto. É por ele que Caxias vai manobrar.

Osório organizara no Rio Grande seu corpo de exército com 5.400 homens e pusera-se em marcha, estacionando a 12 de maio em S. Carlos, a 40 quilômetros de Candelária. A 18, conferenciava com Caxias em Itati. Dois meses depois, dia por dia, reunia-se ao Exército Aliado em Tuiuti. Até aquela data, Caxias recebera 20 mil homens de reforço e podia iniciar seu movimento para contornar o famoso quadrilátero dos entrincheiramentos paraguaios.

O general em chefe tinha em mira o seguinte plano: deixar um dos corpos de exército, reforçado por unidades argentinas, guarnecendo Tuiuti e o Passo da Pátria, de modo a garantir a base de operações e a linha de comunicações, e de aferrar o inimigo às suas posições centrais; marchar na direção de nordeste com os outros dois corpos, os argentinos e uruguaios, contornando o Esteiro Velhaco; passado este, infletia para oeste sobre Tuiú-Cué. Posteriormente, ocupar sobre o Paraguai, além de Humaitá, então desbordada pela retaguarda, um ponto que servisse para comunicar com a esquadra, que deveria forçar a passagem.

O 2º Corpo sob o comando de Porto Alegre foi o escolhido para ficar nas linhas avançadas de Tuiuti. A massa de manobra a ser deslocada

constituir-se-ia com o 1º Corpo de Argolo, o 3º de Osório e os aliados. O grosso moveu-se a 22 de julho. Osório fazia a vanguarda.

Esse plano fora exposto pelo marquês de Caxias a Mitre, como o general brasileiro narra, "logo depois da minha chegada ao campo de Tuiuti". Mitre atribui-se a prioridade do plano. Mas os brasileiros sabem que o grande cabo do Império nunca mentira nem se enfeitou com glórias alheias. Desde dezembro de 1866, aliás, que Caxias escrevia a Osório, manifestando a ideia, já exposta em 1865, do ataque pelo lado de Itapuá. Ao visconde do Rio Branco, em carta, a 6 de abril de 1867, reconhece a loucura de qualquer ataque frontal e a necessidade de manobrar pelo flanco esquerdo. A 10 de abril, escreve ao ministro da Guerra, mostrando que, se surtir efeito a sua operação e a esquadra transpuser o passo de Humaitá, López será obrigado a evacuar esse ponto e a estabelecer segunda linha de defesa no Tebicuari ou no Nhambucu. E acrescenta que os generais aliados aplaudiram suas ideias.

Em carta de Buenos Aires, prolixa, a Caxias, Mitre fala do plano combinado e que ele expôs; mas esse não tem a amplitude e largueza do que o general brasileiro executou triunfalmente, pois não há contorno das posições pelo flanco, mas ataque pelo flanco, com um golpe sobre Humaitá pela retaguarda.

Com Porto Alegre, ficaram em Tuiuti uns 11 mil homens, sendo 700 argentinos. Caxias conduziu para a marcha de flanco 21.500 brasileiros, 6 mil argentinos e pouco mais de mil uruguaios. Rompeu-se a marcha pelas margens sul e norte do Esteiro Velhaco, em duas colunas, com a cavalaria de Mena Barreto em exploração. No dia 24, a vanguarda estava no Passo Tio Domingo e o grosso acampava em Alejo Osuna. A 25, o 1º Corpo aproximou-se da vanguarda. A 26 e 27, o Exército descansou. A 28, prosseguia o seu movimento e as guardas avançadas atingiram as imediações de Tuiú-Cué. Os campos estavam enxutos e o inimigo não se mostrava. Só no dia 30 alguns elementos hostilizaram do mato a vanguarda de Osório. A 31, Caxias estabelecia em Tuiú-Cué o seu quartel-general, enquanto o 3º Corpo e os argentinos, apoiados no Esteiro Rojas, se estendiam em frente da linha da retaguarda paraguaia.

Mitre regressava de Buenos Aires e se encontrava a 28 em Tuiuti. O marquês escreveu-lhe, congratulando-se pela sua volta e pedindo-lhe

Marcha de flanco
Esbôço nº 12
Escala: 1:200.000
VILA DO PILAR
TAHI
HUMAITÁ
PARECUÊ
TATAIBÁ
F. ELISIARIO
CURUPAITI
CURUZÚ
TUIU-CUÊ
1ºC.Ex.
3ºC.Ex.
2ºC.Ex.
P. Canoa
P. Ipoã
P. Preto
TUIUTI
Ilha Sta Ana

ordens como general em chefe. A marcha de flanco realizara-se com o maior êxito, porém os aliados encontravam por toda a extensa retaguarda o inimigo entrincheirado a coberto dos banhados e matarias, fechando o acesso para o rio.

O generalíssimo argentino vem a Tuiú-Cué e assume o comando supremo. Vai haver novo período de inação, cortado por ações parciais e reides de cavalaria contra S. Solano, etc. Examinando a nova situação, Mitre é de parecer que a esquadra force a passagem de Humaitá e Caxias dá essa ordem a Joaquim José Inácio. O almirante pondera que a esquadra irá além da fortaleza, mas ficará no ar, sem ligação com o exército, isolada no rio, pois não é possível arrasar as baterias nem ocupá-las, tornando-se de bloqueadora em bloqueada. Caxias acha judiciosas as ponderações e leva-as ao conhecimento do generalíssimo, que insiste na necessidade da passagem. O general brasileiro cede e ordena o forçamento das baterias de Curupaiti, o qual é realizado a 5 de agosto. Os encouraçados, crivados de balas, fundeiam à vista da ponta de Humaitá.

Cauteloso e sóbrio, o almirante difere a passagem desta última barreira. Ele teme sacrificar a esquadra, grande elemento de mobilidade das forças brasileiras. Ele não tem interesse em perdê-la para que a guerra se prolongue e continue a enriquecer um país estrangeiro. Mitre continua a insistir e a querer arrogar-se o mando da esquadra, contrariamente ao estipulado no tratado da Tríplice Aliança. Caxias age com a maior prudência e tato, porém sempre apoiando os receios fundados do chefe naval.

Até dezembro de 1867, a situação continua inalterada. A presença de Mitre tinha o dom de estabelecer a inação. Realizam-se somente pequenas operações em torno de Humaitá, que resultam em verdadeiro sítio da grande fortificação paraguaia. As cavalarias exploram grandes tratos de terreno. Fazem-se novas observações em aerostatos cativos. Combate-se muitas vezes nas linhas avançadas. Mantêm-se as linhas de comunicação e penetra-se através do território, ao norte de Humaitá, transpondo o potreiro Ovelha e ocupando a posição do Taií sobre o rio Paraguai.

Várias vezes os paraguaios tentaram atacar os nossos comboios na extensa linha de Tuiú-Cué a Tuiuti, sempre repelidos. A 3 de novembro, o inimigo ataca de surpresa as posições de Porto Alegre, vasto entrincheiramento com alguns redutos defendidos por forças reduzidas. Contra

elas, López atira uma massa de ataque de 9 mil cavaleiros e infantes sob o comando de Barrios. Às 4 horas da madrugada, mal acabava de soar o toque de alvorada, os paraguaios assaltaram o 41º de voluntários, que estava na linha de vanguarda e que recuou, batendo-se contra uma coluna de 3 mil infantes. Outra coluna tomou aos argentinos o reduto San Martín. Terceira coluna apoderou-se de outro reduto, aprisionando o 4º batalhão de artilharia a pé. Inesperado e de longa envergadura, o ataque surte seus efeitos em primeira mão.

Mas Porto Alegre está a cavalo, reúne alguns batalhões e contra-ataca, eletrizando os soldados com sua presença, a longa barba branca varrendo os bordados do seu grande uniforme, a espada nua a relampear sobre a cabeça. Era o herói de Caseros que ressurgia à frente da infantaria imperial. Ao clarear o dia, a luta se alastra por toda a linha a tiro de fuzil e a arma branca. O inimigo começa a ceder. É o tempo em que, atraída pelo tiroteio, a força, que deixara o acampamento para proteger o comboio das comunicações, retrocede e abre fogo pela retaguarda das colunas atacantes.

Estas reúnem-se e avançam contra o reduto central. Tomado este, tudo estaria perdido e Caxias ficaria isolado em Tuiú-Cué. Porto Alegre manda apontar-lhes a artilharia carregada de lanternetas e dizima-as no respaldo das trincheiras. Os paraguaios desanimados recuam e se lançam ao saque do abarracamento dos víveres e do comércio. O vencedor de Caseros, então, cai sobre eles e varre-os a baioneta. Foi um desastre. Barrios, à frente das reservas, no palmeiral de Iataiti Corá, assistiu-o sem coragem de intervir. O reduto central e a bravura de Porto Alegre salvaram o Exército Aliado.

Malogrado o ataque a Tuiuti e tomado o Taií pelas tropas de Mena Barreto, López teve de abrir uma via de comunicações pelo Chaco, em frente a Humaitá, na margem direita do rio Paraguai. Restringia-se o perímetro de suas posições. Recalcados estavam seus elementos avançados. Só lhe restava o caminho fluvial e o tremedal chaquenho para se ligar ao resto do país. Retraiu mais as suas linhas de defesa e começou a retirar da fortaleza parte das forças que a defendiam, 1evando-as para o outro lado das águas.

Em dezembro de 1867, era esta a situação.

Em janeiro de 1868, tendo falecido o vice-presidente da Argentina, Marcos Paz, o general Mitre passou o comando supremo ao marquês de Caxias, no dia 3, e retirou-se para Buenos Aires.

Os aliados, senhores do rio até perto das baterias de Humaitá, ocupavam também parte do Chaco e nele haviam construído uma pequena estrada de ferro, que aprovisionava as nossas tropas. De dezembro de 1867 para janeiro de 1868, chegaram os monitores que iam permitir o forçamento da passagem de Humaitá. Caxias inspecionou pessoalmente todos os setores aliados e a esquadra, assentando com Inhaúma a realização dessa operação, com o apoio das forças de terra. López artilhara a margem do Chaco fronteira a Humaitá, na volta do Timbó, e construíra um forte, o reduto Cierva ou do Estabelecimento, a nordeste das suas posições, do lado de cá, elemento de resistência avançado sobre as linhas do exército sitiante.

Julgando-o, pela ignorância daquela região desconhecida e sem mapas, situado sobre a barranca do rio, depois que os monitores forçaram definitivamente o passo de Curupaiti, a 13 de fevereiro, reunindo-se à divisão de encouraçados que já o transpusera, Caxias resolveu apoderar-se do Estabelecimento, ao mesmo tempo em que a esquadra passasse Humaitá.

Fez-se uma demonstração na direção do Passo Pocú, a fim de iludir o inimigo, e, ao raiar do dia 18 de fevereiro, um destacamento composto de três brigadas de cavalaria sob o comando do general Andrade Neves, barão do Triunfo, de quatro brigadas de infantaria sob o comando do general Auto Guimarães e do 1º regimento de artilharia a cavalo do coronel Mallet, com quatro estativas de foguetes, atacou o reduto pela direita e pela esquerda, em duas colunas.

Desde as 2 horas da manhã, a tropa estava sob as armas. Às 3, começou a ouvir o canhonheio da esquadra em Humaitá. Todo o céu se incendiava de relâmpagos. Enfim, sobem no espaço os foguetes anunciadores de que havia sido transposto o difícil passo. O ataque é desencadeado com o júbilo da grande vitória naval. Sem material para entupir devidamente os fossos, a infantaria brasileira expõe-se a grandes perdas no respaldo dos taludes do entrincheiramento que porfia em conquistar. Caxias avança em pessoa e nada resiste à investida das reservas que ele atira na refrega. A artilharia de Mallet abre fogo contra dois navios paraguaios que da mar-

gem próxima auxiliavam a defesa. Ambos fogem avariados. A cavalaria de Andrade Neves, com os caçadores a cavalo em linha de atiradores, penetra pelo flanco esquerdo. E, ao clangor das cornetas tocando a carga, numa "confusão épica", como escreve o general Dionísio Cerqueira, os brasileiros se apoderam da posição inimiga.

O forçamento da passagem de Humaitá fora realizado pela 3.ª divisão da esquadra sob o comando do chefe Delfim Carlos de Carvalho. Eram seis navios, atracados por meio de correntes, dois a dois: o encouraçado *Barroso* levando o monitor *Rio Grande*; o encouraçado *Bahia*, capitânia, levando o monitor *Alagoas*; e o encouraçado *Tamandaré* levando o monitor *Pará*. Os dois primeiros formaram a testa da coluna. O resto da esquadra apoiaria com seus canhões a passagem.

A faina da atracação dos navios foi executada na noite de 28 de fevereiro. À meia-noite, os navios da testa põem-se em marcha. Os outros seguem-nos. Vão todos a meia força. Pouco depois de 2 l/2 da madrugada, a lua nasce por trás da densa mataria do Chaco. O rio estava de enchente, o que permitiria aos navios passar por cima das grossas cadeias de ferro estendidas da bateria Londres até a outra margem. Eram 3 horas, quando a artilharia de ambos os lados começou a troar. Mais de 300 canhões! As balas cortam as correntes que ligam o *Alagoas* ao *Bahia*. O pequeno monitor desgarra sob o fogo violento, mas luta contra a correnteza e avança destemeroso. Às 3 1/2, a divisão está além de Humaitá. É quando os canhões da volta do Timbó se desmascaram e começam a causar-lhes danos. Encouraçados e monitores respondem, montando a ponta de terra onde grulham as águas do rio. Já o sol está alto. Vence-se a bateria de Laureles. Ao meio-dia, embora crivada de projéteis, a divisão gloriosa ancora defronte do Taií.

O sítio de Humaitá agora estava quase completo. Restava a parte do Chaco guarnecida pelas tropas paraguaias, por onde o resto do exército de López poderia retirar-se. E os navios de guerra exploram, depois, o grande rio, destruindo barcos carregados de munições, incendiando depósitos, arrebanhando gados e canoas, cortando linhas telegráficas e bombardeando a bateria isolada de Tacumbu, de Calera ou de Itapita-Punta.

Às 9 horas da manhã de 21 de fevereiro de 1867, parte da divisão de Delfim Carlos de Carvalho chegou diante de Assunção, em cujo porto estavam postos a pique os vapores *Paraguai* e *Rio Branco*. A bandeira brasi-

leira tremulava vitoriosa no mesmo lugar em que López a havia insultado, arriando-a do mastro do *Marquês de Olinda*, traiçoeiramente aprisionado. Não tendo forças de desembarque para ocupar a capital inimiga, nem convindo deixar ali um destacamento isolado, os navios despejaram algumas bombas sobre a bateria de S. Jerónimo, o arsenal e o palácio de López, cujo incêndio encheu o céu de nuvens de fumo. Depois, voltaram ao Taií.

No dia 27, um destacamento comandado pelo tenente-coronel Antônio Tibúrcio transpôs o arroio Caimbocá e apoderou-se da posição de Laureles, cujas trincheiras foram arrasadas. Então, López resolve retirar o grosso da guarnição de Humaitá e ocupar a linha de defesa de Tebicuari. O lobo era forçado a deixar o seu covil. Ali ficou somente uma força relativamente pequena, encarregada da segurança de sua retirada. Evacuou o material e os homens pelo Chaco, durante a noite, sob a proteção das baterias da grande fortaleza. Na noite de 1º para 2 de março, tentou apoderar-se por uma abordagem de surpresa de alguns dos encouraçados fundeados entre Humaitá e Curupaiti. Os astuciosos inimigos, vindo em canoas cobertas de ramadas, lançaram-se aos conveses dos navios, mas foram metralhados e repelidos com graves perdas.

Na noite de 2 para 3, López saiu de Humaitá em uma canoa e desembarcou no Timbó, de onde foi a cavalo acampar com suas tropas num capão do Seibo. Daí se passou para S. Fernando.

A 21 de março, Argolo atacou e ocupou a linha do Sauce, ao mesmo tempo que Osório fazia um reconhecimento à trincheira do Espinillo. A 22, a força de desembarque da *Beberibe* fazia tremular o pavilhão imperial sobre as baterias desmanteladas de Curupaiti. Os paraguaios evacuaram todas as suas antigas linhas de defesa e retraíram-se para o recinto de Humaitá, levando a artilharia e incendiando os acampamentos.

Na madrugada de 23, perto do Timbó, o chefe de divisão Alvim avistou os vapores paraguaios *Igureí* e *Tacuari*, relíquias da esquadra do ditador. Atacou-os, meteu-os no fundo e foi bombardear Humaitá.

Cada vez mais se apertava o sítio dos aliados em torno do recinto de Humaitá, de onde Barrios levou em meados de março o grosso da guarnição de segurança que restava. Ficaram ali somente uns 4 mil homens. O investimento da posição era completo pela margem direita do rio Paraguai. Os bombardeios sucediam-se dia a dia. Caxias mandou

ocupar o potreiro Ovelha, procurando o contato com a esquadra a partir do reduto Cierva. Depois, fez passar para a margem esquerda um destacamento de tropas argentinas e brasileiras, respectivamente sob o comando do general Rivas e do coronel Barros Falcão. O inimigo foi recalcado para a mataria e as suas linhas telegráficas cortadas. Os paraguaios atacaram-nos em Andaí, mas foram repelidos. Em maio, expelidos de Iuaçií, permitiram a ocupação da lagoa Verá, por onde o destacamento aliado passou a ser abastecido.

Após ter reconhecido com a cavalaria e a esquadra a nova linha do inimigo no Tebicuari, o marquês de Caxias ordenou a Osório um reconhecimento a viva força sobre as posições traseiras de Humaitá. A artilharia bombardeou o recinto durante duas horas. E Osório iniciou o seu movimento ao alvorecer do dia 10 de julho. Couquistou o primeiro fosso sob a metralha do inimigo e tentou o assalto das trincheiras com um denodo sem par. Estava perdendo muita gente, quando um ajudante de Caxias lhe transmitiu a ordem de retirar. A ordem de Caxias era de que ficava ao seu arbítrio avançar ou retirar, não devendo esquecer-se que, "retirando, perderia mais gente do que avançando". A ordem fora mal transmitida. Depois da retirada de Osório, Argolo e Gelly y Obes, que deviam executar reconhecimentos simultâneos, receberam ordens para retirar.

Entrementes, novo ataque de López por meio de abordagem aos navios surtos no Taií, a 9 de julho, pela madrugada, foi repelido com maiores perdas do que o anterior.

A 25 de julho de 1868, os aliados verificaram que os paraguaios haviam abandonado completamente Humaitá. Caxias observou com Osório as trincheiras avançadas e avisou os argentinos. Depois, ordenou à esquadra que se aproximasse das baterias do rio e ao general Câmara que avançasse sobre a praça. A cavalaria e a infantaria galgaram os entrincheiramentos e acharam tudo deserto. Somente se encontraram no hospital alguns feridos brasileiros. Havia cerca de 200 canhões. Arriaram-se as bandeiras tricolores e içaram-se as do Império.

Os restos da guarnição, cumprindo ordens de López, haviam fugido pelo Chaco, levando as mulheres e as crianças. Perseguidos no dia 26 pelo destacamento do coronel Pedra, refugiaram-se em Isla Poi, na lagoa Verá, onde foram sitiados e se entregaram, depois de homérica resistência.

Eram pouco mais de mil homens comandados pelo bravo major Martínez. Furioso com a rendição, López mandou supliciar sua jovem esposa em São Fernando. Por vingança, Martínez passou a ser um dos melhores guias dos aliados nos últimos períodos da longa e mortífera campanha.

Caxias agora tinha as mãos livres para destruir o resto do exército regular do inimigo.

*

Enquanto, durante o ano de 1867, transcorriam esses sucessos no teatro principal da guerra, no teatro secundário de Mato Grosso os nossos soldados escreviam o maior poema épico do continente: a Retirada da Laguna.

Projetara-se a expulsão dos paraguaios daquelas paragens com um corpo de exército de 12 mil homens. Todavia, dois anos após a invasão, em janeiro de 1867, reunia-se em Nioac uma coluna expedicionária de 1.300 soldados das três armas. O coronel Carlos de Morais Camisão, nomeado seu comandante, tirou-a do insalubre acampamento de Nioac, onde apodrecia desde que se constituíra com os corpos de caçadores a pé e a cavalo, de infantaria e de voluntários, vindos de Goiás, Minas e S. Paulo.

O inimigo abandonara Nioac em agosto de 1866, incendiando-a. Restavam de pé umas duas casas e a igreja. Melhorada a situação sanitária da tropa, o coronel Camisão, dominado pela ideia de reabilitar-se na estima pública por causa de certos rumores de covardia que sobre ele corriam, aproveitou o fato de existir no arquivo da coluna uma ordem do ministro da Guerra para marchar sobre a fronteira do Apa, em caso de ser isso possível, e entendeu de realizar uma contraofensiva custasse o que custasse. Conversou longamente com um velho e fiel vaqueano da região, o guia Francisco Lopes, que odiava os paraguaios, resolvendo lançar-se à temerária aventura.

A 25 de fevereiro de 1867, deu a ordem de marcha. A 27, chegava ao Desbarrancado, onde em 1865 os invasores tinham pelejado com os cavaleiros de Antônio Dias. De 28 a 1º de março, bivacou em Dourados, célebre pela resistência heroica de Antônio João. A 2, estava no rio Feio. A 4, ocupava as ruínas da colônia de Miranda e lançava seus postos avançados pelos caminhos que levam ao Apa. Pela primeira vez, as patrulhas bra-

sileiras se chocaram com elementos de vigilância das posições paraguaias da fronteira. Sem serviços assegurados e sem linha de comunicações estabelecidas com a parte habitada da província, os expedicionários sentiram as primeiras ameaças da fome. Até então, o guia Lopes conseguira trazer gado de sua fazenda do Jardim; mas não lhe seria possível continuar a fazê-lo. O coronel Camisão começou a hesitar.

Março findou nessa situação aflitiva. Em abril, vieram muitos negociantes com carretas de mercadorias ao campo e apresentaram-se tribos de índios terenas e guaicurus para servirem de auxiliares; mas soube-se também que, na retaguarda, na direção de Nioac. andavam cavaleiros falando espanhol. Um destacamento de descoberta apanhou-os e trouxe-os. Eram brasileiros que haviam conseguido fugir do Paraguai, para onde haviam sido levados pelos invasores. Segundo seus informes, a linha do Apa estava pessimamente defendida por simples paliçadas, tendo seu comandante, o major Urbieta, pouca gente sob suas ordens.

Acendeu-se o entusiasmo dos soldados para marcharem sobre o Apa. A tropa moveu-se nessa direção, lentamente, a 14 de abril. Uma epizootia devorou quase todos os cavalos da coluna, de maneira que a vanguarda era feita pelos caçadores desmontados. Depois vinha o grosso: o 20º e o 21º de linha, com uma bateria de duas peças. Na retaguarda, o trem e o 17º de voluntários mineiros. Transpôs-se o rio Miranda e prosseguiu-se o avanço, sem se ter a menor comunicação com o governo imperial e na ignorância completa do que se passava no teatro principal da campanha, sentindo-se, porém, que aquela contraofensiva devia servir de "diversão útil ao êxito de nossas armas no baixo Paraguai".

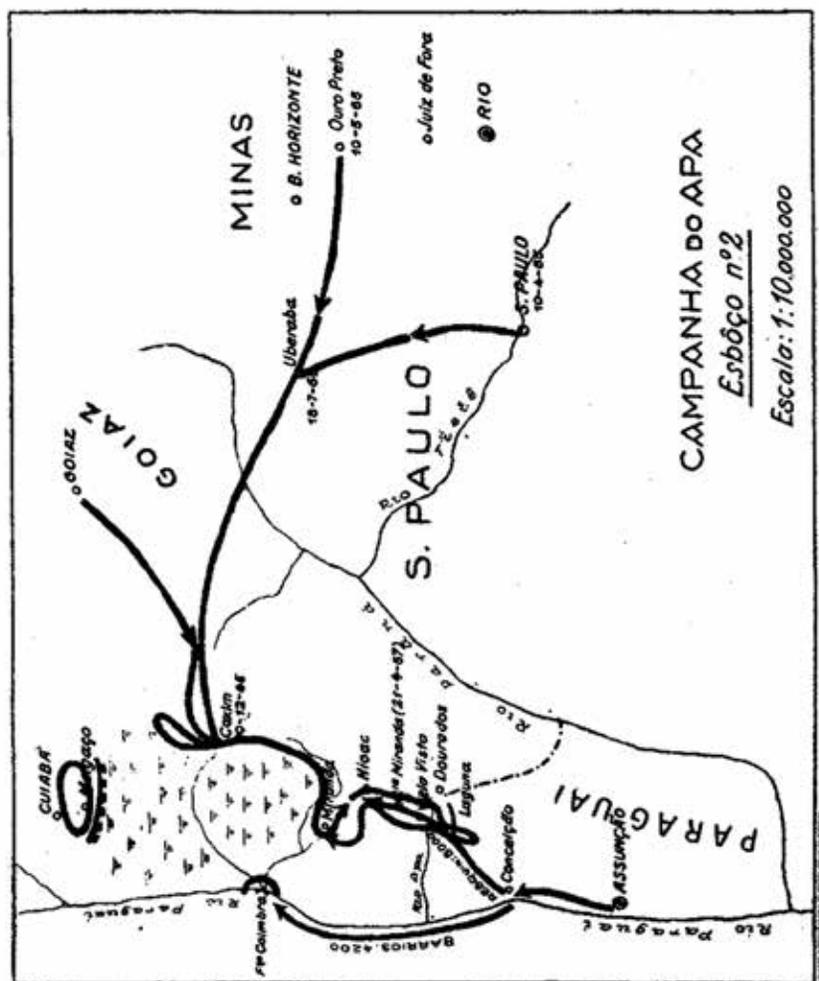
A 18 de abril, no acampamento do Retiro, a cavalaria paraguaia surgiu do mato defronte dos postos avançados e desenvolveu uma linha de atiradores. Um tiro de peça dispersou-os. A 19, a vanguarda passou o rio Taquaraçu sob o fogo de algumas tocaias inimigas. Depois, novos elementos de cavalaria se apresentaram. O coronel Camisão não quis atacá-los por ser Sexta-Feira da Paixão. A 20, a expedição atingiu a margem direita do Apa. Uma força paraguaia que tiroteou com as avançadas foi posta em fuga. E os brasileiros ocuparam uma linha de entrincheiramentos abandonados, bem como a fazenda da Machorra.

Às oito horas da manhã de 21 de abril, a contraofensiva brasileira atravessava a fronteira e pisava o território da República do Paraguai, rompendo a macega dura e cortante na direção do fortim de Bela Vista, cujas casas incendiadas pelo inimigo lançavam para o céu rolos de fumaceira negra. Avistaram-se algumas patrulhas lopistas, retirando em ordem.

Elas nunca desapareceram de todo. De longe, espionavam os movimentos da coluna. Dia e noite, cercavam seu acampamento, paradas a distância, à sombra dos buritis gigantes. O coronel Camisão mandou-lhes um parlamentário, propondo tratar com elas. Os paraguaios responderam com um cartaz insultuoso e provocante, pregado num tronco.

Não havendo meios de abastecimento em Bela Vista, o coronel decidiu avançar sobre Laguna. Encontrou, na noite de 1.° de maio, a povoação inteiramente queimada. Era o deserto que se fazia em volta da temerária coluna. Não se encontrava uma cabeça de gado para carnear. Atrás dos soldados, para retirar, havia mais de 300 léguas nuas e hostis. A retirada, porém, se impunha. Não era possível permanecer no isolamento, sem recursos e sem apoio, no território inimigo. Antes, porém, de abandoná-lo, para ter a ilusão dum feito de armas, Camisão fez atacar, no dia 7 de maio, apesar das chuvas torrenciais, o entrincheiramento do inimigo, além de Laguna. A infantaria brasileira trepou impetuosamente pelos taludes e matou a baioneta os paraguaios que não puderam fugir.

No dia seguinte, começou a marcha de retorno à fronteira, prelúdio duma epopeia de coragem silenciosa e de sacrifício. A cavalaria inimiga acompanhou passo a passo a retirada, caindo de improviso sobre os elementos isolados. A artilharia, de vez em quando, parava e punha-a em fuga. À noite, ela renovava seus ataques de surpresa contra os bivaques e era sempre repelida.

Os brasileiros tornaram a passar pelas ruínas de Bela Vista e da Machorra. Em território de Mato Grosso, ainda elementos de infantaria paraguaia vieram atacá-los sem resultado, apoiados pela cavalaria, deixando o campo coberto de cadáveres ceifados pela fuzilaria, pela metralha e pela baioneta. Duas dessas ações, a 6 e a 11 de maio, a segunda mais importante, ensinaram aos paraguaios que os soldados do Império recuavam diante da falta de víveres, mas não diante de suas armas.

A coluna rumou para leste através dos sertões mato-grossenses, guiada pela experiência do incansável guia Lopes, que a queria levar à fazenda do Jardim, onde contava com recursos, sobretudo em gado. A cavalaria inimiga continuava a acompanhá-la de longe, precedendo-a às vezes nas etapas. A falta absoluta de meios de mobilidade impedia os brasileiros de persegui-la com vantagem.

Os soldados caminhavam silenciosos sob a soalheira causticante, extenuados de cansaço, de fome e de sede, repelindo a cada passo as emboscadas das patrulhas adversas. De outras vezes, as chuvas torrenciais molhavam-nos até os ossos ou a fumaceira da macega incendiada os queimava. E iam arrastando os seus canhões, carregando às costas as bagagens, levando os feridos em andas rústicas.

Somente a 25 entraram em Nioac. Depois, o cólera apareceu entre os soldados, dizimando-os e aos índios auxiliares, de maneira horrorosa. Mal se podiam fazer por dia três quartos de légua com os mais atrozes sofrimentos. O coronel Camisão e o tenente-coronel Juvêncio, atingidos pela epidemia, morreram resignadamente, dando as últimas ordens. Pelo caminho, abandonaram-se bandos de coléricos à lança cruel dos batedores paraguaios. O próprio guia Lopes pereceu antes de chegar às terras de sua propriedade. Assumiu o comando o major Tomás Gonçalves, que conseguiu atingir com as relíquias da expedição, no dia 11 de junho, o porto de Canuto, à margem esquerda do Aquidauana. No dia 12, resumindo aquela epopeia, ele dizia em ordem do dia aos seus bravos comandados: "Soldados, honra à vossa constância que conservou ao Império os nossos canhões e as nossas bandeiras!"

*

A tomada de Humaitá permitira ao marquês de Caxias deslocar para ali a base de operações de seus exércitos, estabelecida no Passo da Pátria, o que facilitaria seu movimento para o norte, no encalço de López.

Em agosto, tendo reagrupado a maior parte de suas forças dispersas para o investimento das posições paraguaias, o generalíssimo reuniu os generais em chefe na sua barraca e expôs-lhes seu plano de operações sobre a nova linha inimiga do Tebicuari. O 2º Corpo, comandado por Argolo, ficaria guardando Humaitá. O 1º e o 3º marchariam para o norte,

com os orientais. A esquadra, agora reunida toda no Taií, apoiaria a ação das tropas de terra.

No dia 17, iniciou-se a manobra, parcialmente, por causa do mau tempo. A 19, o grosso moveu-se de Parí-Cué. A 20, Mena Barreto, com a vanguarda, transpôs o Nhembucú. A 22, o grosso lançava suas pontes sobre esse rio e sabia-se que os paraguaios haviam abandonado o Timbó. A 24, a cavalaria do barão do Triunfo recalcava as avançadas inimigas em Salinas. A 26, a vanguarda atingia Mburicararé, e vadeava o Passo Portillo, e os atiradores tiroteavam com elementos de infantaria paraguaia perto da margem esquerda do Tebicuari. A 28, o exército atravessou o Jacaré e atacou os entrincheiramentos do Tebicuari, conquistando-os.

Sentindo que a linha desse rio não o cobriria com segurança, López reuniu suas tropas em S. Fernando e recuou para a linha fortificada do Piquisiri. Caxias atravessou o Tebicuari na manhã de 1.º de setembro e ocupou o antigo acampamento do ditador em S. Fernando, encontrando ainda vestígios das atrocidades que ali cometera: valas cheias de cadáveres, grandes manchas de sangue na macega e os restos das vítimas arrastadas pelo solo.

Nos primeiros dias de setembro, as guardas avançadas faziam reconhecimentos além de S. Fernando, arrebanhando gados. A 6, o exército argentino recebia ordem de junção aos brasileiros. A 7, a esquadra atacou as baterias colocadas em Angostura. No dia 10, a vanguarda se achava em Vila Franca. Os corpos do Exército seguiam-na a curta distância.

Caxias acelerava a marcha na direção de Villeta, modificando as operações projetadas anteriormente contra a linha do Tebicuari, em vista da retirada de López. Seu objetivo era a ocupação da capital paraguaia, de onde poderia fazer irradiar operações em vários sentidos. A esquadra acompanhava pelo rio os movimentos do Exército, hostilizando o inimigo sempre que podia.

Em Pai-Triai, a 13 de setembro, o general argentino Gelly y Obes apresentou-se a Caxias. Chegaram notícias de que López, se fosse batido em Villeta, retiraria para as Cordilheiras, onde faria a guerra de recursos. A 14, prosseguiu-se a marcha, que nem os aguaceiros detinham. A 18, a cavalaria entrava a galope em Vila Oliva, abandonada. Na manhã de 23, a vanguarda passava o Surubii, conquistando a ponte a elementos

de cavalaria e infantaria paraguaios, que perderam muita gente e retiraram desbaratadas. Eram dos melhores soldados de López: rifleiros e acaverás da sua guarda.

A 25, o grosso do Exército acampou em Palmas. A 27, começaram a chegar os argentinos de Rivas. A 29, vieram os de Gelly y Obes. Durante cinco semanas, as tropas tinham vencido todos os obstáculos: rios, pântanos, péssimas estradas, atoleiros, emboscadas. O terreno mal permitia as manobras de exploração da cavalaria. A vagarosidade da marcha deu a Caxias a ideia de aproveitar o rio como meio de transporte mais rápido ou de procurar caminho mais favorável. O receio, porém, de deixar o inimigo sem estar fixo em um ponto e fracionar o seu exército diante dele fazia com que adiasse a execução de movimentos mais ousados.

No fim de setembro, começaram os reconhecimentos de Angostura pela esquadra e da linha do Piquisiri pelas forças de Osório. A esquadra forçou o pasto das baterias de Angostura e a cavalaria chegou até a proximidade das trincheiras paraguaias. Travaram-se tiroteios fortes.

Aferrado o inimigo à linha do Piquisiri, Caxias ia desenvolver uma manobra audaciosa para vencê-lo: a segunda marcha de flanco da guerra de movimento. A posição de López era fortíssima e tinha de ser contornada. Não se podendo fazer isso pelo lado de terra, devido à extensão da linha, apoiada no rio de seu nome em todo o percurso, e na lagoa Ipoá, devia-se efetuar a operação pelo Chaco, atravessando o rio Paraguai em Las Palmas e tornando-o a atravessar acima de Angostura. Então, era só cair sobre a retaguarda dos paraguaios e batê-los.

Procederam-se a reconhecimentos minuciosos na região do Chaco e o generalíssimo decidiu construir ali uma estrada, para por ela meter o seu exército. O escolhido para a silenciosa, árdua e gloriosa tarefa foi o general Argolo, que veio com o 2º Corpo do Exército, de Humaitá. Os navios trouxeram os seus 3.544 homens das três armas e os desembarcaram na margem do Chaco, na barranca que tomou o nome de Porto de Santa Teresa. E os trabalhos da estrada começaram sob a direção do tenente-coronel de engenheiros Rufino Galvão.

Abriram-se picadas de exploração na brenha paludosa, fizeram-se pontes sobre os arroios e lagunas, levantaram-se mangrulhos de observação e lançou-se a estrada por dentro da espessura da mata, de maneira a

não ser bombardeada pela artilharia de Angostura ou de outras posições na margem fronteira. Todo o leito da via foi estivado com troncos de carandá, palmeira abundantíssima na região. A infantaria e a cavalaria escalonadas em postos iam defendendo a obra à proporção que avançavam pelo desconhecido e apaulado terreno.

Pronta a estrada, depois de difícil trabalho cortado de pequenos combates com forças paraguaias, a 27 de outubro, iniciaram-se os trabalhos de consolidação e aperfeiçoamento. Eram quase 11 quilômetros de Santa Teresa ao arroio Villela, onde terminava. Os bravos pontoneiros da engenharia trabalharam dia e noite. Caxias visitou a obra colossal, satisfeito.

Durante os trabalhos, não haviam sido interrompidos os reconhecimentos à linha do Piquisiri, que traziam López, sempre alerta, bem como os bombardeios dos navios de guerra às baterias de Angostura.

Faltava escolher o ponto de desembarque à margem esquerda do Paraguai para se executar a nova marcha de flanco. O generalíssimo reconheceu em pessoa o rio, a bordo do monitor *Rio Grande* ou indo por terra até Villeta, resolvendo se efetuaria o desembarque em Santo Antônio. Depois, transferiu seu quartel-general para o Chaco. Raiava o mês de dezembro de 1868 e ele, enfim, ia poder realizar a difícil manobra de levar 19 mil homens por aquela estrada, atirando-os à retaguarda do inimigo.

Este tinha seu quartel-general em Itá-Ivaté, numa meseta elevada de onde se descortinava a planície central do Paraguai por muitas léguas. A trincheira do Piquisiri, cavada em terra dura, fora artilhada com umas cem peças de vários calibres. Informado do que faziam os brasileiros no Chaco, limitou-se a organizar uma coluna volante para observá-los.

Caxias, tendo convidado os argentinos para acompanhá-lo no movimento pelo Chaco, recebeu do seu general em ofício explicações dos motivos por que não podiam fazer aquela manobra. Seus efetivos estavam desfalcados, faltavam-lhes meios de mobilidade. Então, determinou que ficassem guardando a linha do Piquisiri e auxiliando os corpos brasileiros encarregados de aferrar López às suas posições.

Concentrado o Exército imperial no arroio Villeta, a 5 de dezembro, a esquadra o transportou para Santo Antônio. López esperava-o em Villeta e foi surpreendido com ele. Sentiu que o ataque seria desenca-

ITORORÓ - AVAÍ
E
Batalha de LOMAS VALENTINAS
Esbôço nºs 13 e 14
Escala: 1:75.000
CONVENÇÃO.
brasileiros
argentinos
orientais
paraguaios
Gran Chaco
Villeta
CABALLERO
A. NEVES
PARANHOS

deado pela sua retaguarda e mandou, às pressas, Caballero vigiar com 5 mil homens a ponte de Itororó e a estrada que levava de Villeta a Ita-Ivaté.

O Exército imperial, depois de desembarcado, rumou para o sul no dia 6, com o 2º Corpo vanguardeando. A cavalaria atirara ao amanhecer as suas antenas pelo caminho afora.

Na ponte de Itororó, perdida no fundo duma ravina, onde grulhava o arroio daquele nome, rodeado de mato espesso, dois batalhões inimigos alapardados no arvoredo varriam a passagem com seus fogos de flanco. Oito peças em duas baterias batiam a ponte, obliquamente. A brigada de Fernando Machado repele os elementos avançados paraguaios e lança a baioneta sobre a ponte o 1º batalhão de infantaria. Os inimigos carregam-no e o recalcam. Argolo, então, manda contrabater a artilharia adversa pelo 2º regimento dessa arma, do alto do cômoro. Abrem-se picadas pela direita e pela esquerda, na mataria densa. Os soldados de Fernando Machado efetuam um contra-ataque, passam a ponte, mas são rechaçados. Voltam à carga, apoiados pela cavalaria, tornam a passar o estrado sob o fogo mortífero, ganham terreno, chegam às proximidades das peças paraguaias. Fernando Machado cai morto, enquanto a artilharia imperial troveja pelas duas picadas abertas.

Aí, o vaqueano Céspedes informa ao generalíssimo que existe um atalho à esquerda, pelo qual se pode contornar a posição. Caxias ordena a Osório que siga por ele com o 3º Corpo e realize o ataque de flanco. Enquanto Osório se põe em marcha, continua a terrível disputa da ponte. Novo contra-ataque, conduzido pelo general Gurjão com a infantaria, vem em auxílio do de Fernando Machado, que se malograva sob a fuzilaria e a metralha. Ferido gravemente, Gurjão retira-se para morrer. Então, o bravo Argolo se atira contra a ponte varrida de balas e cai ferido também. Todo o 2º Corpo se esfacelava de encontro à resistência paraguaia e o movimento de Osório demorava. Situação crítica! Caxias não hesita e manda avançar o 1º Corpo sob o comando de Jacinto Machado. A ponte é novamente transposta, mas os paraguaios se lançam em furioso contra-ataque sobre o flanco da infantaria imperial. Aí Caxias desembainha a espada invicta, esporeia o cavalo e conduz à luta a brigada de infantaria que tem de reserva, gritando com voz estentórea: *Sigam-me os que forem brasileiros!*

Um delírio toma os soldados ante aquele ancião épico que nunca fora vencido. A carga leva de roldão infantes e cavaleiros adversos, que fogem debandados pela estrada de Villeta, abandonando seis canhões. A cavalaria de Niederauer sabreia os fugitivos. É 1 hora da tarde. A vitória está ganha. O arroio corre vermelho de sangue. E os clarins da vanguarda de Osório, que se demorara, malgrado sua vontade, por vários imprevistos, soam ao longe, na retaguarda de Caballero em derrota.

No dia 7 de dezembro, o 3º Corpo passou a fazer a vanguarda e a marcha do Exército imperial se fez rumo da capela de Ipané. No dia 8, Caxias concentrou suas tropas à margem do potreiro Valdovino, sob um chuveiro atroz. No dia 9, transpôs-se o potreiro, ao mesmo tempo que o encouraçado *Mariz e Barros* forçava denodadamente a passagem de Angostura, tocado por 23 balas paraguaias.

Ao alvorecer de 11, o Exército marchou sobre o arroio Avaí, em cuja margem esquerda o esperava, entre pequenas colinas, o exército paraguaio de Caballero. Para atacá-lo, era mister descer ao arroio e atravessá-lo sob o fogo da infantaria e da artilharia. Osório iniciou o ataque com o 3º Corpo, comunicando ao generalíssimo que tinha pela frente 5 ou 6 mil homens das três armas. Caxias fez logo avançar pela esquerda as cavalarias do barão do Triunfo e pela direita a divisão de João Manuel Mena Barreto, a fim de envolver o adversário.

A artilharia brasileira tomou posição e protegeu o avanço das forças de Osório, que passou o arroio e subiu audaciosamente o recosto da colina, onde se estendera o exército de Caballero. O dia era quente e nublado. Formidável aguaceiro despejou-se do céu, alagando o terreno e fazendo transbordar o arroio.

O ataque brasileiro pronunciou-se pela esquerda do centro, apesar daquele contratempo da borrasca. A cavalaria de López carregou os imperiais sob o temporal violento. Houve certa confusão nas nossas linhas e Osório entrou na batalha, aliviando a infantaria engajada na luta com as brigadas de reforço. Caxias, do alto dum cômoro, apreciava o desenvolver da batalha. Contra-atacada violentamente pelos paraguaios, a nossa infantaria retrograda pelo declive da colina e Osório é ferido no rosto, sendo obrigado a retirar-se da ação. O generalíssimo lança as infantarias do 2º Corpo em apoio das do 3º e elas carregam loucamente o inimigo, toman-

do-lhe bandeiras e canhões, ocupando o topo do morro. Os paraguaios iniciam, então, a sua retirada. Nesse momento, os ataques envolventes de Mena Barreto e Andrade Neves se pronunciam nos dois flancos. A cavalaria de Câmara dá a última carga sobre o centro. Então, a linha paraguaia fragmenta-se. Soldados e oficiais correm em todas as direções ou vendem caro a vida, com o heroísmo do desespero. Constringe as relíquias do exército de Caballero um círculo de fogo e ferro. O general paraguaio escapa a casco de cavalo, ferido no braço. A batalha durara cinco horas, de 8 da manhã à 1 da tarde. Três mil cadáveres paraguaios juncavam o campo. Seiscentos feridos foram recolhidos aos hospitais. Oitocentos homens caíram prisioneiros. Pouco mais de 200 puderam fugir.

O Exército imperial, vitorioso em Avaí, acampou em Villeta. Reorganizaram-se os quadros das tropas em vista das perdas nas batalhas anteriores. Lançaram-se antenas de cavalaria em todos os sentidos, para conhecer da situação do inimigo no Piquisiri.

López esperava a sorte da guerra nas mesetas, extensas e cobertas de capões de mato de Itá-Ivaté. Não tinha mais forças para se bater em campo raso, mas possuía elementos para resistir nos entrincheiramentos daquelas alturas. Era necessário desalojá-lo dali. Se todas as posições de Angostura e de Piquisiri estavam anuladas pela manobra de Caxias, restava-lhe ainda a esperança de uma defesa prolongada. Não renunciava a ela.

Para vencer o inimigo, Caxias tem de resolver dois problemas: tomar a linha do Piquisiri e apoderar-se das alturas de Itá-Ivaté, isolando Angostura e rompendo a passagem para Palmas, onde estavam os argentinos. Ele em pessoa atacará as mesetas, João Manuel Mena Barreto assaltará as trincheiras do Piquisiri e Câmara fará uma demonstração do lado de Angostura.

O Exército imperial deslocou-se contra Lomas Valentinas, na madrugada de 21 de dezembro, sem bagagens, com os melhores uniformes. Eram perto de 20 mil homens em duas colunas comandadas por José Luís Mena Barreto e Jacinto Machado Bittencourt, convergindo da margem do Paraguai para as posições do ditador. A cavalaria do barão do Triunfo rompeu a marcha e direção ao potreiro Mármol, onde penetrou logo a brigada de Vasco Alves.

Ao meio-dia, o Exército detinha-se na coxilha de Cumbariti. O tempo estava carregado. A distância, viam-se as posições do adversário, com os canhões assestados nas barbetas e as baionetas luzindo atrás dos parapeitos. O generalíssimo aproximou-se da esquerda das trincheiras paraguaias e examinou-as com o binóculo. Mandou as infantarias e cavalarias descansarem, enquanto a artilharia preparava o ataque. Rompeu-se o fogo. O general João Manuel Mena Barreto iniciou, então, a sua marcha sobre a retaguarda da linha do Piquisiri.

Às 3 da tarde, as cornetas ordenaram o ataque e as colunas imperiais se arremessaram sobre a parte noroeste do entrincheiramento. A infantaria seguiu a marche-marche, de baioneta calada, até a contraescarpa dos fossos, de onde seus atiradores alvejaram os artilheiros lopistas. Transpostos os abatises e os fossos entulhados pelos pontoneiros, penetrou no recinto da posição, galgando os taludes, e travou a luta corpo a corpo. Uma após outra, as brigadas de Jacinto Machado se engajam no combate. Por uma brecha aberta nas trincheiras pela engenharia, a cavalaria de Andrade Neves, que viera do potreiro Mármol, onde só ficara Vasco Alves, carrega os paraguaios, que se defendem ou contra-atacam obstinadamente. O barão do Triunfo é ferido no calcanhar por uma bala de ferro e retirado do campo da peleja para morrer mais tarde.

A coluna de José Luís Mena Barreto forçara as trincheiras do setor que lhe fora indicado e encravara a artilharia. Acometida pelos paraguaios de todos os lados, combatia bravamente.

A luta prolongou-se até o anoitecer, sem que o inimigo lograsse repelir os brasileiros e sem que estes conseguissem avançar mais, devido ao fogo violento da segunda meseta de Itá-Ivaté, a cavaleiro daquela que ocupavam.

Caxias aferrou-se ao terreno conquistado e passou a noite em alerta.

João Manuel Mena Barreto rompeu o assalto contra Piquisiri às duas e meia da tarde daquele dia, tomando as bocas de fogo e aprisionando seus defensores, até que as primeiras sombras da noite o forçaram a terminar a operação. Angostura estava isolada agora de Itá-lvaté e o caminho para Palmas desobstruído. As forças argentinas, orientais e brasileiras que ali se achavam avançaram também contra a linha do Piquisiri, na tarde de

2 de dezembro, cooperando no ataque de João Manuel. E as cavalarias de Câmara cortaram as comunicações com Angostura.

As baixas de ambos os lados no combate de 21 foram terríveis. Segundo Resquín, López perdeu 8 mil homens entre mortos, feridos e prisioneiros; os imperiais perderam 1.227.

No dia 22, aferrado ao recinto das primeiras trincheiras, Caxias prepara o ataque de conjunto à segunda linha, reunindo elementos e mandando pedir aos argentinos a valorosa brigada brasileira do coronel Paranhos, bem como convidar os generais Gelly y Obes, argentino, e Castro, uruguaio, para, "se quisessem", tomar parte na ação decisiva. De Humaitá, onde ficavam os depósitos, deviam vir mais 2 mil soldados nossos. Dissolveram-se os corpos de voluntários dizimados e reorganizaram-se as divisões de infantaria.

A 23, reconheceu-se a direita do inimigo e verificou-se, como diz o *Diário do Exército*, que era possível "fazer entrar por esse lado força de cavalaria que lhe cortasse a retaguarda".

A 24, os generais da Aliança intimaram López à rendição. O ditador repeliu a intimação.

Ao romper a manhã de 25, 46 canhões bombardearam a meseta, onde se entrincheiravam os últimos defensores do Supremo. As bombas incendiaram o matagal e os acampamentos, matando muita gente e obrigando o quartel-general paraguaio a buscar refúgio na retaguarda. López reunia as forças que podia, para resistir, trazendo-as de Caacupé, Ipoá e Cerro-León. Vieram também os marinheiros desembarcados dos últimos navios e a guarnição da capital.

A 27, tudo estava pronto do lado dos aliados para o ataque, que seria efetuado por 16 mil brasileiros, mais de 6 mil argentinos e 800 orientais, em três colunas: "a da direita comandada por Gelly y Obes, a do centro pelo próprio generalíssimo e a da esquerda por Vasco Alves". Depois do bombardeio matinal, as vanguardas desenvolveram-se em atiradores contra as trincheiras, transpuseram-nas e recalcaram o inimigo sobre a mataria. Seus contra-ataques foram repelidos. As ondas do grosso dos aliados seguem-nas e vão varrendo o terreno, apoiados pela artilharia. O fogo é intenso. A luta é cruel. Os paraguaios defendem-se com heroísmo, mas a marcha convergente dos assaltantes, superiores em

número, faz com que recuem em desordem, retirem e fujam, sabreados pela cavalaria brasileira.

Os aliados apoderam-se de sua artilharia, de seus depósitos e armazéns, libertam os prisioneiros brasileiros, e capturam oficiais e personalidades de importância. López foje com uns 60 homens e alguns chefes pelos matos que davam saída para o arroio Ituquiri. Aí, os clavineiros das avançadas de Vasco Alves, ignorando que o ditador fugia, tirotearam com a sua retaguarda. Arrebanhando algumas forças que vinham pelo caminho, extraviados e dispersos, o Supremo dirigiu-se a Cerro-León. Seu exército regular estava acabado. Restava-lhe a guerra de recursos nas Cordilheiras.

Angostura, isolada e cercada, rendeu-se, sem dar um tiro, no dia 30 de dezembro.

No dia 31, o Exército Aliado retrogradou para Villeta, onde tinham ficado seu trem e suas bagagens. Na tarde de 1º de janeiro de 1869, a esquadra subiu o Paraguai, levando a bordo um destacamento sob as ordens do coronel Hermes da Fonseca, composto de 1.700 homens, que, à noite, desembarcava em Assunção e a ocupava. Ao alvorecer do dia 2, a bandeira imperial tremulava sobre os edifícios da capital do inimigo.

O Exército marchou de Villeta no dia 3 de janeiro. A 5, entrava triunfalmente em Assunção, enquanto a vanguarda de Vasco Alves ocupava Luque e cobria o grosso nessa direção. Uma expedição da esquadra explorou o rio Manduvirá e perseguiu os derradeiros navios adversos que ali se refugiavam e que nunca mais sairiam.

O velho generalíssimo, honra e glória das armas brasileiras, esgotado por dois longos anos de campanha, estava enfermo. No *te deum* celebrado em Assunção, teve um desmaio. A 12 de janeiro, pediu substituto. Entrementes, as nossas canhoneiras subiam até Mato Grosso e punham em fuga os últimos invasores das nossas fronteiras. A guerra chegara ao seu termo – declarava Caxias na célebre ordem do dia 14 de janeiro – "o exército e a esquadra podiam ufanar-se de haver combatido pela mais justa e santa de todas as causas". Terminara, com efeito, a "grande guerra", a guerra dos grandes movimentos, das manobras, das batalhas campais. Ia começar a guerra de recursos com que o inimigo teimoso resistiria à perseguição dos aliados.

A 18 de janeiro, o generalíssimo passou o comando em chefe ao marechal Guilherme Xavier de Sousa e retirou-se para Montevidéu, de onde

veio para o Rio de Janeiro. O governo imperial concedia-lhe a medalha do Mérito Militar, a grã-cruz da Ordem de Pedro, que nunca se deu a ninguém fora dos príncipes de sangue, e o título de duque, único duque do Império!

Doente também, o almirante Joaquim José Inácio, visconde de Inhaúma, comandante da esquadra e seu magnífico colaborador, retirou-se e entregou a chefia das forças navais ao chefe Elisiário Antônio dos Santos, barão de Angra.

F) A PERSEGUIÇÃO

De Cerro-León, López ganhara Ascurra, onde reunia novo exército para enfrentar os aliados. Embora estivesse perdido, queria adiar o mais possível o fim, mesmo sacrificando o nobre povo paraguaio.

Os vencedores deram início à reorganização de suas tropas e aos reides de cavalaria e da esquadra, no sentido de ir obstando o aprovisionamento do ditador. Vários destacamentos reconheceram os contornos da cordilheira de Ibitirapé, destruíram a fundição de Ibicuí e entraram em Vila Rica e S. Pedro.

Nomeado pelo governo imperial, o Conde d'Eu assume o comando em chefe do Exército a 16 de abril de 1869. O grosso das forças dividia-se por Assunção e Campo Grande, com a vanguarda em Luque. Restabeleceu-se o tráfego da linha férrea até Piraju. A vanguarda avançou para Iuquiri e o 1º Corpo para Luque. Os caçadores a cavalo de Vasco Alves haviam trocado os primeiros tiros com elementos avançados paraguaios, além de Areguá, a 14 de março.

Os hospitais foram transferidos de Humaitá para Assunção. O general Portinho atravessou o Paraná com sua divisão de observação e se dirigiu a Vila Rica. Começou, assim, a convergência de colunas sobre López.

Estabelecendo seu quartel-general em Luque, o Conde d'Eu nomeou o general Osório, que voltara abnegadamente à campanha ainda mal restabelecido do seu grave ferimento de Avaí, comandante do 1.º Corpo e o general Polidoro, do 2º. Depois, começou a ativar a preparação das forças para a nova fase da guerra.

Após novos reconhecimentos da esquadra no rio Manduvirá, onde se ocultavam os derradeiros barcos inimigos, e de várias descobertas

das cavalarias em múltiplas direções, o Exército imperial se deslocou da linha Luque-Juquiri para a linha Piraju-Tacuaral. López achava-se em Ascurra com 13 mil homens e 18 bocas de fogo. Sua nova capital era a vila de Peribebuí.

A ação do conde d'Eu agora é restringir-lhe o campo de operações. Para tanto, Portinho marcha para Vila Rica, Câmara é levado pela esquadra para S. Pedro e João Manuel Mena Barreto coloca-se entre Tebicuari e Ibicuí. Todos esses destacamentos recalcam os elementos avançados ou de vigilância do inimigo. Em junho, já o novo general em chefe está na subida dos Pedrosos. O comandante em chefe dos argentinos, Emilio Mitre, oferece-lhe a 26 desse mês um plano de operações, preceituando um ataque frontal pelas ladeiras de acesso às Cordilheiras, todas fortificadas, um pelo flanco direito, por Caacupé e proximidades, e outro, enfim, por Bocaiati. Consultado a respeito, Osório manifestou-se contrário. Em junta de generais, o Conde também divergiu da proposta, preferindo um movimento envolvente por Valenzuela, de acordo com o parecer de Osório, mas com uma cooperação de forças pelo flanco norte do ditador.

O pensamento estratégico do general em chefe está magnificamente sintetizado nesta singela e clara página do livro de Luís da Câmara Cascudo *O Conde d'Eu*: "Estabelecido em Piraju, o Conde d'Eu deixou um corpo de exército em Tacuaral. Estas duas posições ficavam exatamente em frente da Cordilheira, diante das fortificações paraguaias, orgulho derradeiro de López. Ali, olhando para os brasileiros, estavam as trincheiras emboscadas. Nas subidas, Cabanas, Pedrosos, Cerro-León, espreitavam canhões. Ascurra, acampamento onde o ditador colocara sua esperança de vindita, ficava no meio. A linha brasileira era paralela a estas fortificações trepadas no alto da cordilheira de Ibitirapé. O plano consistia simplesmente em fazer crer aos paraguaios que a marcha do Exército visaria as fortificações da Cordilheira, atacando-as pela frente. Toda a atenção dos generais de López ficou desviada para o desfiladeiro de Ascurra e para os pontos fortes de Cerro-León, Cabanas, Pedrosos, etc. Quase diariamente, o Exército fazia reconhecimentos. Duelos de artilharia troavam, horas. Às vezes, corpos inteiros do exército locomoviam-se em frente às posições escolhidas.

"Por sua vez, os argentinos, que estavam em Cerro-León, simulavam a mesma tenção. López, avisado e crente das disposições do Conde

d'Eu, mandou tropas, munições e armas melhores. E Ascurra, atacada quase sempre, ficou lendária como inexpugnável.

"De súbito, deixando José Auto da Silva Guimarães em Piraju, o Conde d'Eu levou o Exército para Paraguari. Daí em diante, é a estrada que contorna a Cordilheira. Deu-se, então, o episódio da trincheira de Sapucaia (ou Sapucaí) e, atingindo Pipucu, todo o Exército subiu a Cordilheira pela estrada de Valenzuela, que López deixara livre à retaguarda das fortificações da montanha. Ficaram inúteis Ascurra, Cabanas, Cerro-León e Pedrosos, porque o Exército caminhava agora no cimo da Cordilheira e em reta paralela ao movimento descrito em baixo, de Piraju para Paraguari."

Foi uma terceira marcha de flanco, que, como as outras, conduziu à vitória.

A 11 de julho, o conde passou em revista o 1º Corpo em Piraju e a 13, o 2º em Tacuaral. A 1º de agosto, o exército pôs-se em movimento, iniciando o envolvimento de larga envergadura de Peribebuí. O lº Corpo recalcou os defensores do desfiladeiro de Sapucaí. O 2º avançou por Valenzuela e Itacurubi. A cavalaria lançou-se em descoberto até Barreiro Grande. E foram todos se acercando da nova capital paraguaia.

López cercara-a com uma linha de trincheiras, artilhada com 18 peças de todos os calibres. Sobre ela, os aliados desembocam por três caminhos: de Barreiro Grande, de Caacupé e de Valenzuela, no dia 12 de agosto. O conde ordena o ataque, depois de rápida preparação de artilharia. Ao toque de avançar, desenvolvem-se as linhas de atiradores, seguidas pela engenharia com faxinas e pranchas. Os soldados do Império galgam as trincheiras e penetram no recinto. Os paraguaios resistem com um denodo nunca visto àquele alude de sólida e veterana infantaria. Os argentinos carregam valentemente. Toda a artilharia cai às mãos dos assaltantes. Doze bandeiras atestam sua vitória. Mas o fidalgo general João Manuel Mena Barreto paga com a vida o triunfo de nossas armas.

O grosso do Exército paraguaio não fora, porém, envolvido em Peribebuí. López continuava com ele em Ascurra. Era preciso avançar contra o ditador na direção de Caacupé. A meia distância desse lugar, informado por um prisioneiro de que López seguia para o norte, o general em chefe resolve marchar com o 1º Corpo, enquanto o 2º se move por Barreiro Grande, para novo envolvimento.

Às 7 horas da manhã de 16 de agosto, a artilharia do 2º Corpo troa contra a retaguarda de López em retirada, em Nhú Guassú ou Campo Grande. O conde apressa a marcha do 1º Corpo e o desdobra em duas colunas sobre o cordão de atiradores que cobre os movimentos do inimigo, aferrado pela vanguarda de Vasco Alves. A luta estende-se a toda a linha. E o inimigo recua, batendo-se em ordem, na direção de Caraguataí, tentando uma conversão à direita.

O general em chefe percebe a manobra e lança, então, as cavalarias pelos flancos paraguaios. Estes apoiam-se nas barrancas do arroio Iuquiri, que seus comboios vão transpondo, e resistem com a maior coragem. A nossa artilharia bate a passagem do córrego. As cavalarias desbordam quase o flanco esquerdo. Então, o general Caballero, que comanda os lopistas, procura escapar rumo de Peribebuí. Mas o 2º Corpo barra-lhe o trânsito. E todo o Exército paraguaio soçobra num círculo de ferro e fogo, somente conseguindo fugir, como em Avaí, seu general com alguns cavaleiros.

Tivemos 323 homens fora de combate.

López continuava em Ascurra. Seu 1º Corpo de Exército, numerando 6 mil homens, sob o comando de Resquín, acompanhava-o desde que deixara Peribebuí com receio dos movimentos do conde. O 2º Corpo, com outros 6 mil, comandado por Caballero, vinha depois, conduzindo a impedimenta. Foi este que surpreendemos, envolvemos e desbaratamos em Campo Grande.

Os aliados seguem o rasto do ditador fugitivo em três colunas, rumo de Caraguataí. O 2º Corpo, que, desde o início das operações nas Cordilheiras, passara do comando de Polidoro para o de Vitorino Monteiro, barão de S. Borja, rompe a picada fortificada de Caguijuru e, depois, o de Caraguataí, além da qual se lhe reúne o destacamento argentino-brasileiro de Emilio Mitre, que vinha pelo caminho de Tacuari. Esse destacamento prossegue no encalço da retaguarda de López até o arroio Hondo, de onde volta a incorporar-se ao grosso do 2º Corpo.

As antenas de tropas brasileiras que iam ser lançadas em perseguição do ditador derrotado e em fuga impediriam que pudesse realizar seu intento e poriam ponto final na longa e sangrenta campanha.

Terminada a campanha das Cordilheiras, o conde d'Eu escrevia: "É geral entre os paraguaios a persuasão de que desapareceu para sempre

BELA VISTA
DOURADOS
PONTA PORÃ
Rio Apa
Rio Aquidaban
Rio Ipané
Rio Jejuy
Rio Manduvirá
ASSUNÇÃO
CASTRO
CAMPANHA DAS CORDILHEIRAS
Escala: 1:1.600.000
Esbôço nº 15

o poder de López, e que não lhe resta outro recurso mais do que fugir até alcançar o território boliviano."

Tinha-se agora de lançar contra ele várias colunas que lhe batessem os flancos e, num momento dado, convergissem sobre a região onde fosse localizado, acuando-o e aprisionando-o. O rio Paraguai ia servir para o rápido transporte duma dessas colunas até Conceição. O 2º Corpo ficou encarregado de vigiar a zona meridional, impedindo a passagem do ditador. O 1º avançou para o norte, em direção a Rosário e Santo Estanislau. Um destacamento comandado pelo general Câmara, depois visconde de Pelotas, foi lançado na região de Conceição, marginando o Jejuí.

López compreendeu o perigo de ser imprensado entre o 1º e o 2º Corpo. Rumou celeremente para o norte, na direção de Iguatemi. Antes de deixar Santo Estanislau, mandou fuzilar os oficiais e praças de sua escolta, acusando-os de traição. A 31 de agosto, declarou Curuguati capital provisória da República, a derradeira. Em princípio de setembro, acampou no Capivari. A 10, estava no Tandeií. Nova conspiração se forma, segundo relata Centurión, para envenená-lo, na qual estão implicados seu irmão Venancio, sua mãe, suas irmãs, o médico Castillo e o comandante Marcó. Fazem-se prisões e execuções.

A manobra do conde d'Eu falhara com a fuga do ditador. As dificuldades de comunicações fazem com que os aliados lutem com a falta de abastecimento. Em outubro, o Corpo de Vitorino desloca-se para Rosário e o conde chega ao potreiro Capivari. Sua vanguarda atinge o Jejuí e o destacamento do coronel Fidélis entra em Curuguati, tomando bandeiras, tambores, armas, carretas, e libertando 520 famílias que eram levadas pelos soldados do ditador, na mais profunda miséria. López, então, avança mais para o norte e vai estabelecer-se à margem do Itanarami.

O general Câmara chegou nos transportes da esquadra a Conceição, no dia 16 de outubro. Levava uma brigada de infantaria, duas de cavalaria e 12 bocas de fogo. Os efetivos reduzidos numeravam 2.600 homens. Suas descobertas bateram os arredores e ele adiantou-se até Belen-Cué, no dia seguinte, desbaratando na madrugada de 18 uma força paraguaia mandada pelo tenente-coronel Cañete, que o esperava na barranca do arroio Naranjaí. Fez 300 prisioneiros.

Dos últimos dias de outubro em diante, lançou suas antenas em todas as direções: o tenente-coronel Guerreiro para Bela Vista, o major Martins para Tacuati, o major Goulart para S. Salvador, o tenente-coronel Teixeira de Melo contra os restos de Cañete derrotado e ele próprio marchou contra as forças de Romero. Todas essas expedições recalcaram elementos inimigos, fizeram prisioneiros, reconheceram o terreno e arrebanharam gado.

O conde d'Eu, por sua vez, não fica inativo. Depois de reduzir o efetivo do 2º Corpo, fazendo retrogradar os batalhões e regimentos de que não precisava mais, transferiu seu quartel-general para Rosário e mandou várias partidas de cavalaria em reconhecimentos. Uma delas, a do major Moura, penetrou na serra do Maracaju e libertou grande número de mulheres e crianças paraguaias que o Supremo relegara naquele ermo e se achavam reduzidas à mais horrenda miséria. O grosso do corpo seguiu para Curuguati. Em dezembro, o generalíssimo reorganizava suas forças ao norte do Manduvirá.

Ao findar o ano, Câmara ataca os paraguaios no rio Verde e recalca-os dali. Em janeiro, o major Floriano vai com o 9º batalhão até Tupiú e liberta 446 pessoas concentradas por ordem de López e que morriam de fome. Incessantemente, as patrulhas brasileiras irradiam por toda aquela zona.

López põe-se de novo em marcha a 28 de dezembro e galga a serra do Maracaju. Depois de fortificar a picada do Chiriguelo, estabelece-se em Cerro-Corá. Sua retaguarda fica no Panadero. Para atingir aquele ponto, o ditador passa pelo nosso território. Vai deixando pelo caminho os enfermos, as mulheres e as crianças.

Câmara prepara contra ele uma ofensiva direta, contornando a posição que ele ocupava e da qual tinha informações pelos prisioneiros, com uma força comandada pelo coronel Paranhos, atacando-a de frente com o grosso e metendo-o entre dois fogos. Assim, o impediria de marchar para Dourados, como presumia. Informes que recebeu em marcha no dia 18 de fevereiro fazem com que mude de opinião. Contramarchou e juntou-se a Paranhos, enviando Bento Martins com um destacamento sobre a picada do Chiriguelo. Tem que atuar em segredo e rapidamente, para apanhar de surpresa o ditador imobilizado no alto da serra do Maracaju, tendo o arroio Aquidabã pela retaguarda.

Entrega o comando da vanguarda a Silva Tavares, que ocupa a picado do Jatebó, enquanto Francisco Martins ataca os defensores do passo Taquara. Os brasileiros surpreendem os paraguaios e tomam-lhes a artilharia. As cavalarias rompem violentamente pelo Chiriguelo. O derradeiro acampamento do Supremo é atacado de todos os lados. Seus poucos defensores dispersam-se. E López, a cavalo, seguido de poucos fiéis, foge, já lanceado, na direção do Aquidabã.

Mais adiante, apeia-se e procura transpor o arroio a pé. Os soldados imperiais cercam-no. Câmara, pessoalmente, o intima à rendição. Ele repele a intimação e desfere um golpe com a espada contra o general brasileiro. É, então, morto pelos infantes do Império.

Toda a sua família e seus derradeiros chefes militares caem prisioneiros. O general Roa, o ministro Caminos, o vice-presidente Sánchez e outros são mortos na refrega.

Estava finda a guerra. O Brasil imperial varrera do Prata seu derradeiro caudilho de grande vulto. Essa obra demandara grandes sacrifícios, mas plasmara numa só alma os brasileiros de todas as províncias. Foi preciso que a República as transformasse em Estados para desuni-las pela politicagem das hegemonias regionais. A força, porém, dessa coesão dum grande povo continua latente. É necessário despertá-la para novos prodígios!

Índice onomástico

C

D

E

F

G

H

I

J

N

O

P

Q

R

S

T

U

V

Y

Z

Este livro é dividido em duas partes, compondo um panorama sucinto, mas substancioso da vida militar brasileira. Na primeira seção, o autor descreve as transformações sofridas pelas vestimentas militares, a história da organização do exército e seu armamento. O período abrange desde o Brasil Colônia até o princípio do século XX. Na segunda parte, Gustavo Barroso expõe a saga dos grandes conflitos em que o Brasil esteve presente, como a guerra contra Artigas, a Cisplatina e, principalmente, a guerra do Paraguai. O volume ainda é composto por variada iconografia que inclui 50 gravuras e mapas.

Gustavo Dodt Barroso (Fortaleza, 1888 - Rio de Janeiro, 1959) ocupou diversos cargos públicos, como, entre outros, diretor do Museu Histórico Nacional. Atuou como jornalista, foi eleito deputado pelo Ceará e representou o Brasil em várias missões diplomáticas na antiga Liga das Nações e na Exposição Comemorativa dos Centenários de Portugal.

Membro da Academia Brasileira de Letras, foi presidente da entidade nos biênios 1932-33 e 1949-50. Suas obras incluem a contística, o folclore, o ensaísmo, o romance e a História do Brasil. Publicou cento e vinte e oito livros, de história, folclore, crônicas e assuntos brasileiros. Além de sua larga bibliografia, sua produção abrange artigos, contos e ensaios dispersos por várias publicações.

9 788570 184955